

Elaine Dorighello Tomás

**ANTIGOS E NOVOS OLHARES SOBRE O MACIÇO DO
MORRO DA CRUZ:
DE NÃO TERRITÓRIO A TERRITÓRIO DO PAC-
FLORIANÓPOLIS**

Tese submetida ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Co-orientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tomás, Elaine Dorighello

Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz
[tese] : de não território a território do Pac-Florianópolis
/ Elaine Dorighello Tomás ; orientador, Luiz Fernando
Scheibe ; co-orientador, Elson Manoel Pereira . -
Florianópolis, SC, 2012.

361 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
De Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Território e reterritorializações. 3.
Maciço do Morro da Cruz - Florianópolis. 4. Assentamentos
Precários. 5. Zonas Especiais de Interesse Social. I.
Scheibe , Luiz Fernando. II. Pereira , Elson Manoel. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Geografia. IV. Título.

Elaine Dorighello Tomás

**ANTIGOS E NOVOS OLHARES SOBRE O MACIÇO DO
MORRO DA CRUZ:
DE NÃO TERRITÓRIO A TERRITÓRIO DO PAC-
FLORIANÓPOLIS**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 8 de Outubro de 2012.

Prof^a. Dr^a. Ruth Emília Nogueira
Coordenadora do PPGG/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira (Co-Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Odette Carvalho de Lima Seabra
Universidade de São Paulo – USP

Prof^a. Dr^a. Laura Machado de Mello Bueno
Universidade Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof^a. Dr^a. Leila Christina Duarte Dias
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Maria Inês Sugai
Universidade Federal de Santa Catarina

À amiga e professora Maria Helena Machado (*in memoriam*)
e ao meu querido mestre Luiz Fernando Scheibe
por me ensinarem que um
outro mundo é possível.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, funcionários, estudantes, pesquisadores e colegas do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, do qual tive o privilégio de fazer parte. Agradeço duplamente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de doutorado, recebida durante três anos e a bolsa PDEE concedida, por seis meses, permitindo a realização do estágio doutoral na Universidade de Cantábria em Santander, Espanha;

Quero expressar meu enorme agradecimento aos ex-colegas, colegas e alguns mais que colegas, amigos verdadeiros, em especial a Luciano Henning, Harideva Egas Marturano e Andréa R. Britto C. Lopes, do Laboratório de Análise Ambiental e ao Laboratório de Geoprocessamento nas pessoas dos professores Antônio Paulino e Joel Pellerin, ao geógrafo Henrique Vilela que emprestaram seu tempo e paciência me auxiliando a encontrar possíveis soluções as mais diversas dificuldades.

Sou também profundamente agradecida ao maravilhoso acolhimento que o Prof. Antonio Cendrero e sua equipe proporcionou durante nossa estadia em Santander realizando valiosas saídas de campo e um aprendizado de alto grau;

À Beatriz K. Cardoso pelo seu apoio incondicional: mesmo quando as portas da CEF se fecharam ela se manteve sempre disponível e pronta a auxiliar-me com depoimentos. Agradeço também sua colaboração, pois sem ela seria difícil desvendar os intrincados meandros do Projeto Habitar Brasil;

À Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda., em especial ao Mário Zimmermann, à Theresinha Marcon por me permitirem o acesso às informações que estavam em fase final de elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural do MMC e ao Emanuel Cunha por colaborar na cópia e acesso aos mapas.

À minha amiga Clara Zacaron que esteve sempre ao meu lado auxiliando-me nos momentos difíceis me trazendo mensagens alegres e positivas; as amigas Sílvia Saito, Daiane Bertoli e Sandra Mendonça incansáveis companheiras;

Agradeço à Silvania Carvalho pela valiosa revisão do texto e Ana Lúcia Miller e Rosa Souza pela ajuda na tradução de alguns trechos em inglês antigo;

Aos meus filhos Rachel e João que em todo seu entusiasmo juvenil sempre foram meus grandes apoiadores e meus cúmplices

também. E já no final desta jornada ao re-encontro com Perry que me trouxe uma nova motivação para enfim chegar ao fim!

Não poderia deixar de agradecer às famílias Wolff e Evangelista, em especial ao amigo Edson Wolff e à Leda Scheibe pelas incontáveis ajudas com filhos, viagens, mudanças, comidas e etc.....

Ao querido Thiago por aceitar me auxiliar nesta empreitada e vestir a camisa da tese comigo....

Aos meus pais que sempre foram incansáveis em seu apoio as minhas iniciativas.

E por fim ao meu querido orientador Prof. Luiz Fernando Scheibe pela oportunidade, confiança e companheirismo ao empreender e caminhar sempre incondicionalmente junto comigo nos altos e baixos desta pesquisa.

A todos meu muito obrigada!

RESUMO

Os elevados indicadores sociais de Florianópolis apontam para uma cidade com ótima qualidade de vida; aliado a essa concepção, está também o fato de Florianópolis possuir muitos atrativos naturais. O Maciço do Morro da Cruz (MMC), situado na porção central da Ilha de Santa Catarina, não integra este cenário amplamente divulgado na mídia. É um espaço quase invisível à percepção dos demais moradores e que apesar de integrar o distrito-sede da cidade de Florianópolis, não se inclui neste cenário “paradisiaco”. Sua população, apesar de viver em uma área central do atual aglomerado urbano, é considerada periférica à cidade. Situada em área de assentamentos precários, não escapa a problemas urbanos de ordem social e ambiental comuns a tantas cidades brasileiras e a outros países periféricos. Composta por aproximadamente 18 comunidades, durante muito tempo sofreu pela completa ausência de investimentos públicos e pela falta de reconhecimento de seus direitos cidadãos, sob a alegação de que ocupavam “assentamentos irregulares”. Como objetivo geral desta tese coloca-se a análise do histórico e da construção das diversas territorialidades constituídas ao longo do tempo no espaço do Maciço do Morro da Cruz, tanto a partir de sua ocupação inicial como área periférica da cidade oficial, passando pela deliberada construção conceitual de um Território (do Fórum) do MMC, até as versões conflitantes, de um Território das Zeis e um Território do PAC-Florianópolis. A metodologia do trabalho incluiu a coleta de dados sob diferentes formas: entrevistas – estruturadas e não estruturadas - observação participante, questionários, levantamentos, mapeamentos e análises de artigos de jornal, de documentos oficiais, atas de reuniões do Fórum do MMC, fotos e pesquisas anteriores que visavam a construção do histórico das territorializações e reterritorializações do MMC. Através do fenômeno da suburbanização tenta-se entender os mecanismos da pobreza urbana, apesar das políticas sociais e urbanas desenvolvidas pelos organismos multilaterais, especialmente o BM e o BID. Encontramos um discurso que não corresponde às ações desses organismos, muito mais pautadas na ortodoxia das orientações econômicas neoliberais. Caracterizado inicialmente como um Não Território, o Maciço do Morro da Cruz será ao longo da crescente urbanização de Florianópolis modificado sucessivas vezes, até o momento em que se caracteriza, no ano 2012, como Território do (Projeto do Maciço do Morro da Cruz) PAC-Florianópolis. Através do estudo podemos avançar algumas questões sobre o futuro deste território: com o acesso facilitado pela abertura da via Transcaieira, uma

rápida alternativa de acesso entre o centro e a Trindade; com a abertura ao público do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz, aos poucos a cidade se dá conta das modificações ocorridas. A regularização fundiária a ser implementada manterá os moldes e limites da Lei das ZEIS, ou teremos uma nova reterritorialização, desta vez controlada pelo elitizado mercado imobiliário de Florianópolis, com a consequente expulsão dos moradores atuais das diversas comunidades?

Palavras-Chave: Território do Maciço do Morro da Cruz; Fórum do Maciço do Morro da Cruz; Assentamentos Precários; Programa Habitar Brasil/BID; Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); Território do PAC-Florianópolis.

ABSTRACT

Social indicators shows that Florianópolis is a city with an excellent quality of life, that is accompanied with a number of natural attractions. The “Massif of Morro da Cruz” (Maciço do Morro da Cruz, MMC), located in a central part of the island of Santa Catarina, is not part of this widely propagated image in the media. On the contrary, this area is almost invisible in the eyes of the inhabitants of Florianópolis. In spite of pertaining to the central district of the city of Florianópolis, the MMC is not included in this idyllic scenario. Its population, despite living in a central area of the current town, is considered peripheral to the city. Situated in an area of slums, it has the social and environmental urban problems, common to many Brazilian cities and other peripheral countries. Including approximately 18 communities, the MMC has long suffered under the complete absence of public investment and the lack of recognition of its civil rights, alleging it were “informal settlements”. As a general objective, this doctoral thesis analyses the history and construction of distinct territorialities formed over time within the MMC, both from their initial occupation as a peripheral area of the official city, through the deliberate conceptual construction of a MMC Territory (Courthouse), until the conflicting versions of a Territory of Special Zones of Social Interest (Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS) and Programa de Aceleração do Crescimento PAC-Florianópolis Territory. The methodology of this research included the collection of data under various forms: interviews - structured and unstructured – participant observation, questionnaires, surveys, mapping and analysis of newspaper articles, official documents, minutes of meetings of the MMC Courthouse, photos and earlier research that aimed at establishing the history of subsequent territorializations and reterritorializations of the MMC. Through the phenomenon of suburbanization we attempt to understand the mechanisms of urban poverty, despite the social and urban policies developed by multilateral organizations, especially the World Bank (WB) and the Interamerican Development Bank (IDB). We found a form of discourse that does not match the actions of these agencies, much more guided by orthodox neoliberal economic guidelines. Initially characterized as a Non-Territory, the “Massif of Morro da Cruz” (MMC), will be modified several times following the increasing urbanization process of Florianópolis, until 2012 when it was labeled as a PAC - Florianópolis Territory (Massif of the Morro da Cruz Project). In this study we raise some questions about the future of this territory: because of the Transcaieira access, a quick alternative road

between downtown and the Trindade neighborhood, with the opening of the Natural Park of the Massif Morro da Cruz, little by little the city realizes the alterations that have occurred. The question is if the land regularization that will be implemented will keep the shapes and limits of the law of the ZEIS, or will there be a new reterritorialization, this time controlled by the elitist real estate market in Florianópolis, with the consequent expulsion of the current inhabitants of the different communities.

Keywords: Territory of Massif of Morro da Cruz; Courthouse of Massif Territory of Massif of Morro da Cruz; Courthouse of Massif of Morro da Cruz; Slums; Program Habitar Brazil / HBB; Special Zones of Social Interest (ZEIS); Territory of PAC-Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica da área de estudo	29
Figura 2: Comunidades do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis	31
Figura 3: População e número de comunidades das Áreas de Interesse Social por região em Florianópolis.....	34
Figura 4: Localização dos assentamentos precários e das Áreas de Interesse Social em Florianópolis.....	35
Figura 5: A - Mulher em frente a uma loja de grãos na favela de Kiberal. B - Paquistanesa lavando roupas na favela de Lahore. C -Mulher Cambojana ao lado de seu bebê na favela..	51
Figura 6: A - Moradores de favelas após incêndio em Kolkata. B - Mulher indiana dorme ao ar livre em uma área favelada em Hyderabad.....	53
Figura 7: Evolução da população urbana e rural no mundo 1950-2010.	53
Figura 8: A - Cachorro ao lado de moradores de rua, em uma rua de Mumbai. B - Unidade médica móvel, chegando na favela em Nova Delhi.....	54
Figura 9: A - Trabalhadores colocando uma grande faixa tricolor para esconder uma favela próxima. B - Bandeira Indiana em uma parede na favela de Dharavi	58
Figura 10: A - Menina Afegã refugiada Hira Farouq. B - Crianças refugiadas, assistindo a aula e aprendendo versos do Alcorão.	61
Figura 11: A - Irmãos sobre os escombros de sua casa na favela de New Building. B - Moradores se aglomeram em torno de um caminhão de bombeiros na rua principal da favela New Building.....	63
Figura 12: A - Afegãos refugiados, caminham numa viela lamacenta em uma favela de Islamabad. B - Família paquistanesa reunida ao redor de uma fogueira para se aquecer do frio.	67
Figura 13: Portaria que determina a aplicação das diretrizes e normas do Regulamento Operacional do Programa HBB.	84
Figura 14: Organograma do Programa HBB em Florianópolis	86
Figura 15: A - Moradores da Favela do Pinheirinho prontos a defender sua área de moradia contra policiais. B - Policiais caminhando através de barreira incendiada pelos moradores que resistiam à decisão de uma juíza local devolvendo a posse aos “supostos” donos. C - Morador do Pinheirinho ouvindo liminar federal que temporariamente suspendeu a ação de despejo da área. D - Polícia dispersa manifestantes.....	109
Figura 16: Conjunto habitacional Lage Diamanthisjes nos arredores de Amsterdam.....	112
Figura 17: O conjunto Zaanhof, Amsterdam.....	112
Figura 18: Portal de acesso ao conjunto de casas dos trabalhadores.	113
Figura 19: Het Schip ou The Ship (O Navio) , apelido carinhosamente dado a um dos três blocos que compõe o conjunto.	114
Figura 20: Torre elegante em formato de torpedol.	115
Figura 21: Conjunto P.L. Takstraat..	116

Figura 22: Tuindorp Watergraafsmeer ou Betondorp. A chamada “Vila de Concreto”.....	116
Figura 23: Evolução urbana na área central de Florianópolis.....	135
Figura 24: A - Cais Rita Maria. B - Sobrados, Rua do Comércio..	145
Figura 25: A - Hospital de Caridade, início do século XX.....	153
Figura 26: Antiga casinha de porta e janela do século XIX.	156
Figura 27: Mapa das localidades de Florianópolis no início do século XX...	157
Figura 28: Casinhas de porta e janela com e sem platibanda.	158
Figura 29: A - Sobrados da Rua do Comércio, século XIX. Foto B - Sobrados tomando a Rua do Comércio, século XIX..	159
Figura 30: A - Sobrados, depósitos e armazéns, Cais Liberdade. B - O vapor Anna da empresa Hoepcke, século XX.....	160
Figura 31: A - Trilhos da linha de bonde na Rua do Iguape, início do século XX. B - Trilhos atravessando a Fonte Grande, início de da década de 1920...	162
Figura 32: Cais Liberdade, década de 1920.....	163
Figura 33: A - Lavadeiras, início do século XX. B - Canalização do Córrego São Luis, início do século XX.	167
Figura 34: A - Casas térreas na Rua do Desterro, início da década de 1920. B - Casas térreas com fachadas embelezadas na Rua do Vigário.	168
Figura 35: A - Fonte Grande canalizada. B - Aterro de várzea e canalização de córrego próximo ao Morro do Antão, início do século XX.	168
Figura 36: A - Avenida do Saneamento, 1922. B - Trabalhadores na Ponte do Vinagre, início do século XX... ..	170
Figura 37: Rio da Fonte Grande canalizado, década de 1910.....	171
Figura 38: Morro do Antão entre as décadas de 1920 e 1930.	172
Figura 39: Mapas das localidades de Florianópolis.....	173
Figura 40: A - Casinhas da Toca, início do século XX. B - Casas já demolidas, década de 1970..	174
Figura 41: A - Beco Irmão Joaquim, final da década de 1910. B - Beco Irmão Joaquim com material das casas demolidas, 1919.....	175
Figura 42: A - - Circo no Campo do Manejo em frente à Nova Descoberta, década de 1930. B - Circo no Campo do Manejo. Obra do pintor Hassis.....	176
Figura 43: Casa no Morro da Caixa, construída em 1932.	178
Figura 44: A - Morro da Boa Vista, parte Sul do Maciço, final do século XIX. B - Área central de Florianópolis. Ao fundo, o Hospital de Caridade.	180
Figura 45: Morro do Antão com a base das encostas desmatadas	180
Figura 46: F A - A exclusão social e a indiferença na sociedade. B - Homem deitado em meio a uma grande feira na Praça XV - Rio de Janeiro.....	181
Figura 47: A - Local onde viria a ser a cabeceira da Ponte Hercílio Luz. B - Cemitério Alemão, na cabeceira da atual ponte, década 1920.....	185
Figura 48: A - Trabalhadores na construção da Ponte da Independência. B - Início da construção da ponte Hercílio Luz, na cabeceira insular; no primeiro plano o antigo cemitério da cidade.	186
Figura 49: A - Pilares de concreto para ancoragem em terra da ponte Hercílio Luz. B - Assoalho de madeira sendo colocado.	187

Figura 50: A - O Mocotó, década de 1950. B - A cidade subindo as encostas dos morros.	190
Figura 51: A - Retirada de terra da barreira no Centro para o aterro do Largo 13 de Maio. B - Primeiro aterro da cidade na área da Prainha.....	191
Figura 52: Primeiro aterro junto a Prainha; vê-se a Escola de Comércio e atual Faculdade de Educação.....	191
Figura 53: Mapa de uso do solo da área central de Florianópolis.....	195
Figura 54: Aterro no Largo 13 de Maio.....	198
Figura 55: A - Rua Mauro Ramos, década 1950. B - Vista da rua Mauro Ramos de terra e rua Hercílio Luz, década 1940.	198
Figura 56: Aspectos da evolução urbana de Florianópolis	199
Figura 57: Vista aérea da área central de Florianópolis.....	202
Figura 58: Vista da orla insular central e Praça Fernando Machado	205
Figura 59: Fazenda zootécnica Assis Brasil, onde se situa o atual campus da UFSC, no bairro Trindade.....	207
Figura 60: A - UFSC - Prédio da Faculdade de Filosofia e Letras, década de 1970. B - Biblioteca Universitária e a Trindade.....	209
Figura 61: Desfile da escola de samba Embaixada Copa Lord.....	214
Figura 62: A - Casas no Morro da Caixa, início do século XX. B - Morro da Caixa, final da década de 1920... ..	216
Figura 63: A - Vista parcial da cidade, com a ponte Hercílio Luz ao fundo , 1942. B - Vista aérea da Praça 15 de novembro no centro de Florianópolis em 1960.	221
Figura 64: A - Uma comunidade do morro, década de 1960. B - Nova Descoberta, década de 1970.....	221
Figura 65: Reunião Comissão de Meio Ambiente do FMMC.	235
Figura 66: Desastre Ambiental no Morro da Mariquinha.....	237
Figura 67: Operação Anti-Drogas.. ..	240
Figura 68: Ação dos policiais no MMC.....	243
Figura 69: localização das comunidades do Maciço do Morro da Cruz e escolas estaduais integrantes da comissão de educação do FMMC	247
Figura 70: A - Seminário de capacitação dos professores das escolas do Maciço. B - Comissão de educação, abril de 2007.	250
Figura 71: A - II Mostra Ambiental das escolas integrantes da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. B - Entrega das demandas do Fórum MMC na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.	252
Figura 72: A aprovação das ZEIS junto à SMHSA.	253
Figura 73: A - Cartaz da 6ª Mostra Ambiental das escolas do MMC, 2010. B - Estande da 6ª Mostra Ambiental no hall da Reitoria da UFSC.....	254
Figura 74: A - Fórum no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis sobre as ZEIS. B - Audiência pública, na câmara dos vereadores de Florianópolis, para consulta da aprovação da lei das ZEIS no MMC.	257
Figura 75: Discussão no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis sobre a lei das ZEIS.	259

Figura 76: Mapa com a delimitação das comunidades no MMC gravadas como ZEIS	263
Figura 77: Orçamento geral do PMMC/PAC/Florianópolis.....	266
Figura 78: Área do Parque Urbano do Maciço Do Morro Da Cruz.....	269
Figura 79: A – Placa sobre implantação do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz. B – Detalhe do deck de uma das trilhas educativas.....	269
Figura 80: A – Acesso ao Parque Natural. B –Obras de construção de prédio para a administração do Parque	270
Figura 81: Planta das ocupações existentes no Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz.	271
Figura 82: Abertura de via - a Trans-Caieira.....	273
Figura 83: Vias pavimentadas, Alto da Caeira e Mont Serrat.	273
Figura 84: Habitações em situação de risco estrutural..	274
Figura 85: Obras do PMMC/PAC: Muro de contenção em via.....	275
Figura 86: A – Muros de contenção e ponte de acesso ao Morro do Horácio. B – Calçamento e muro de contenção.	275
Figura 87: A – Primeiras unidades habitacionais executadas com recursos do PAC no Mont Serrat. B – Obras das oito novas unidades.	277
Figura 88: Remoção de unidade habitacional precária para alguns metros de distância, dentro do mesmo lote na Comunidade do Mont Serrat.....	278
Figura 89: Captação de esgoto com ligação a rede à rede coletora	280
Figura 90: Instalação de hidrômetros individualizados.	280
Figura 91: A – Drenagem urbana. B – Ligação do esgoto sanitário à rede coletora	281

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classes Sociais da População Urbana Mundial (em milhões de habitantes).....	50
Quadro 2: Trinta maiores cidades do mundo em janeiro de 2009.....	56
Quadro 3: Trinta e duas maiores cidades do mundo em janeiro de 2012.....	57
Quadro 4: Termo de Referência 2 Licitado pela SMHSA.	92
Quadro 5: Termo de Referência 4 Licitado pela SMHSA.	92
Quadro 6: Termo de Referência 8 Licitado pela SMHSA.	94
Quadro 7: Termo de Referência 9 Licitado pela SMHSA.	95
Quadro 8: Termos de Referências 10 e 13 Licitados pela SMHSA.	96
Quadro 9: Termo de Referência 14 Licitado pela SMHSA.	97
Quadro 10: Termos de Referências 15 e 16 Licitados pela SMHSA	98
Quadro 11: Termos de Referências 18 e 19 Licitados pela SMHSA.	99
Quadro 12: Número de habitações sujeitas a remoções em áreas de risco alto a muito alto.	276
Quadro 13: Habitações sujeitas à remoções por comunidade.	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:- Distribuição dos Assentamentos Precários em Florianópolis.....	34
Gráfico 2: As trinta maiores cidades do mundo em janeiro de 2009.....	55
Gráfico 3: As trinta e duas maiores cidades do mundo em janeiro de 2012.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Orçamento geral do Projeto Maciço do Morro da Cruz/ PAC	265
Tabela 2: Investimentos do PMMC/PAC/Florianópolis	268

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRACO Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ACAM Associação Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó
AIS Áreas de Interesse Social
ANSUR Articulação Nacional do Solo Urbano
APPs Áreas de Proteção Permanente.
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BM Banco Mundial.
BNH Banco Nacional de Habitação
BPESC Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
CADHAB Cadastro Habitacional
CAPs Caixas de Aposentadorias e Pensões
CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CCEA Centro Cultural Escrava Anastácia.
CE/FMMC Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz
CEF/GIDUR Caixa Econômica Federal – Gerência Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano.
CEHAB Companhia de Habitação do Rio de Janeiro
CEPED Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres.
CFH Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CHISAM Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio.
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNUMAD Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.
COBRAPE Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos
CODESCO Cooperativa de Desenvolvimento de Comunidades.
COMCAP Companhia de Melhoramentos da Capital
COPEG Companhia de Desenvolvimento do Estado do Guanabara.
CPT Comissão Pastoral da Terra da CNBB
DEGC Departamento Estadual de Geografia e Cartografia
DERP Documentos de Estratégia de Redução de Pobreza.
DHP Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal
ECV Departamento de Engenharia Civil.
EPTA Expanded Programme of Technical Assistance for Economic Development of Underdevelopment Countries.
FGV Fundação Getúlio Vargas
FMI Fundo Monetário Internacional.

FMMC Fórum do Maciço do Morro da Cruz.
HB Programa Habitar Brasil.
HBB Programa Habitar Brasil/BID.
IAPs Institutos de Previdência
IBAM Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IDH Índice de Desenvolvimento Humano.
IFSC Instituto Federal de Tecnologia de Santa Catarina
IGPlan Inteligência Geográfica Ltda
IPPUR/UFRJ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
LAAm Laboratório de Análises Ambientais
MC Ministério das Cidades
MMC Maciço do Morro da Cruz.
MNRU Movimento Nacional pela Reforma Urbana
OCDE Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico.
OGU Orçamento Geral da União.
ONGs Organizações não Governamentais.
PAC Programa de Aceleração do Crescimento.
PAEs Planos de Ajuste Estrutural.
PEMAS Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
PIB Produto Interno Bruto
PLHIS Plano Local de Habitação de Interesse Social
PM Polícia Militar
PMCMV Programa Minha Casa Minha Vida
PMMC/PAC Projeto Maciço do Morro da Cruz
PMF Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNDU Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PSF Programa Saúde da Família do Ministério da Saúde.
SAGMACS Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SCOPE Scientific Committee on Problems of the Environment.
SEDU Secretaria do Desenvolvimento Urbano
SEPEX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão.
SMHSA Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental.
SOCIESC Sociedade Educacional de Santa Catarina
SUNFED Special United Nations Fund for Economic Development.
TCC Trabalhos de Conclusão de Curso.
TRs Termos de Referência.
UAPs Urbanização de Assentamentos Precários

UAS Urbanização de Assentamentos Subnormais

UEM Unidade Executora Municipal.

UEP Unidade Especial de Planejamento

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNFCCC United Nations Framework Convention on Climate Change

ÚNICA Centro de Educação Superior

ZEIS Zonas Especiais de Interesse Social.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	27
1 INTRODUÇÃO.....	27
1.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM FLORIANÓPOLIS	33
1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	37
1.3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	38
1.4 OBJETIVOS	39
1.4.1 Objetivos Específicos.....	40
1.5 METODOLOGIA	40
CAPÍTULO 2.....	47
2 FUNÇÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS URBANAS E HABITACIONAIS	47
2.1 A “AJUDA INTERNACIONAL” - FMI E O BANCO MUNDIAL	60
2.1.1 Novos Atores nos Processos de Ajuda ao Desenvolvimento Urbano – as ONGs	67
2.1.2 Habitat I e II – As Conferências das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos.....	71
2.2. A ÓTICA DO PLANEJAMENTO URBANO NAS RELAÇÕES ENTRE O BANCO MUNDIAL E A AMÉRICA LATINA	72
2.3 O PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID (HBB).....	77
2.3.1 O modelo dos projetos das agências multilaterais – o surgimento do Desenvolvimento Institucional (DI).....	78
2.3.2 O modelo do Programa Habitar Brasil/BID (HBB).....	82
2.3.3 O Programa Habitar Brasil BID em Florianópolis	87
2.3.3.1 As Dificuldades nas Ações Integradas	103
2.4 DO MOVIMENTO DA REFORMA URBANA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	107
2.4.1 O Movimento Nacional pela Reforma Urbana	121
2.4.2 A Criação do Ministério das Cidades.....	126
CAPÍTULO 3.....	129
3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ, TERRITORIALIZAÇÕES E RETERRITORIALIZAÇÕES.....	129
3.1 O MMC COMO ZONA PERIURBANA CENTRAL	129
3.2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÕES E RETERRITORIALIZAÇÃO NO MMC.....	136

3.2.1 O Morro da Cruz: Não Território.....	139
3.2.2 O Morro da Cruz: Território dos segregados pelas ações Higienistas	144
3.2.2.1 A medicalização da Sociedade.....	148
3.2.2.2 As obras Sanitaristas em Florianópolis.....	155
3.2.3 O Morro da Cruz: Território dos ex-trabalhadores da ponte Hercílio Luz	180
3.2.3.1 Queimada e Morro do Bode ou a subida do Bairro da Prainha.....	187
3.2.3.2 Morro do Mocotó.....	189
3.2.3.3 Morro do Céu.....	192
3.2.4 O Morro da Cruz: Território dos migrantes e ex-agricultores	193
3.2.4.1 O primeiro Plano Diretor de Florianópolis	202
3.2.5 O Morro da Cruz: Território da Solidariedade e da Multiplicidade de Ritos e Culturas	212
3.2.6 O Território do Maciço do Morro da Cruz	223
3.2.6.1 AS COMISSÕES DO FMMC	231
3.2.7 Novos olhares sobre o Maciço: do Território das ZEIS ao Território do PAC-FLORIANÓPOLIS	258
3.2.7.1 O Maciço do Morro da Cruz como Território em disputa: FMMC x Prefeitura Municipal (ZEIS).....	258
3.2.7.2 O Projeto Maciço do Morro da Cruz/ PAC-Florianópolis (PAC-Florianópolis)	265
CAPÍTULO 4.....	283
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
REFERÊNCIAS	293
SÍTIOS PESQUISADOS.....	315
APÊNDICE A - ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A PESQUISA	333
ANEXO A - Descrição: lei nº 6893 de 08 de dezembro de 2005 cria o Parque Urbano do Morro Da Cruz e dá outras providências.....	337
ANEXO B - Portaria nº 50, de 10 de setembro de 1999, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano: Estabelece as diretrizes gerais do programa HBB.....	339
ANEXO C - Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988 Direito a Cidade e a Moradia	347
ANEXO D - Decreto nº 3296/05 atribui competência á Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, para analisar e liberar o fornecimento	

de água potável e energia elétrica às residências unifamiliares
irregularmente construídas..... 349

ANEXO E - Decreto nº 1966/03 altera o artigo 48 do Decreto nº 135/77 a
Prefeita Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, conferidas
pela lei orgânica do município de Florianópolis, resolve:..... 351

ANEXO F - Lei nº 6893/2005 Cria o Parque Urbano do Morro da Cruz e
dá outras providências..... 353

ANEXO G - Lei Complementar nº 207, de 20 de dezembro de 2005.altera
em caráter emergencial o plano diretor do distrito sede no Maciço do
Morro da Cruz e dá outras providências..... 355

ANEXO H - Legislação específica para Áreas de Interesse Social. A
primeira legislação criando normatização específica para Áreas de
Interesse Social foi a Lei Complementar 195/2005, para a AIS Chico
Mendes, determinando limites de ocupação, como mostrado abaixo:... 359

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

A imagem de Florianópolis divulgada pelos grandes meios de comunicação, de uma cidade com excelente qualidade de vida para seus moradores, está baseada nos inúmeros atrativos naturais, entre praias e morros cheios de verde, bem como nos elevados indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que coloca a capital florianopolitana entre as primeiras no Brasil. No entanto, este cenário, divulgado amplamente pela mídia, não revela problemas urbanos de ordem social e ambiental, comuns a outras tantas cidades brasileiras, como o desemprego e a exclusão da população mais empobrecida da cidade formal; a poluição dos corpos d'água; o avanço da urbanização nas áreas de preservação permanente, entre outros tantos.

Na porção central da cidade de Florianópolis, circundado pelos aterros das baías Norte e Sul, ao lado da intensa verticalização e da saturação cada vez maior do sistema viário, encontramos o Maciço do Morro da Cruz (MMC), (Figura 1).

Apesar de sua posição central, pode-se observar nele a presença da chamada “cidade ilegal”, formada por pelo menos dezoito comunidades que já reuniam, em 2006, uma população aproximada de 26.000 pessoas (PMF, 2006a). Esta população, apesar de viver em uma área central do atual aglomerado urbano, é considerada periférica à cidade. É um conjunto de comunidades que por muito tempo constituiu uma Florianópolis invisível, sofrendo pela completa ausência de investimentos públicos e pela falta de reconhecimento de seus direitos cidadãos, sob a alegação de que ocupavam “assentamentos irregulares” (Figura 2).

Com o intuito de enfrentar as dificuldades comuns estas comunidades se reuniram formando, a partir de 1999, o Fórum das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz (FMMC). Como principais reivindicações comuns apresentavam demandas como: destinação adequada do esgoto sanitário e do lixo, regularização fundiária, implementação de infraestrutura e garantia dos direitos sociais. Com estes objetivos em pauta o FMMC elaborou um Plano de Ações, visando atingir as demandas prioritárias que haviam sido assinaladas pelas diferentes comissões - Comissão de Educação, Esporte e Lazer; de Meio Ambiente; de Segurança, Trabalho e Renda.

Uma conquista importante desses movimentos foi a edição da Lei Complementar Municipal 207/2005, que permitiria a classificação de muitas dessas comunidades como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), prevendo ainda inúmeras benfeitorias e a possibilidade da regularização fundiária das áreas ocupadas.

A partir daí, novos agentes assumem os papéis preponderantes no cenário do Maciço: os técnicos da Secretária Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) da Prefeitura Municipal, os da Caixa Econômica Federal, os das diversas empresas de consultoria, contratadas para elaboração dos estudos e projetos, de Desenvolvimento Institucional (DIs) através do projeto Habitar Brasil (BID).

Em 2008, novas perspectivas se apresentaram para o MMC com o anúncio do repasse de R\$54,6 milhões para obras do Programa do Maciço do Morro da Cruz/PAC-Florianópolis¹. Estes recursos, 45,7% provenientes do governo federal, 27,5% do governo estadual e 26,8% da prefeitura, foram destinados principalmente a obras de infraestrutura e à implantação do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz.

1.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM FLORIANÓPOLIS

Em 2008 encontravam-se cadastrados 64 assentamentos precários, segundo dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis

¹ PAC - programa de desenvolvimento econômico e social adotado pelo governo Lula a partir de 2007. O programa foi lançado em 28 de janeiro de 2007. É composto por cinco blocos, sendo o carro chefe as medidas de infraestrutura, incluindo a infraestrutura social (habitação, saneamento e transporte); medidas para estimular crédito e financiamento; melhoria do marco regulatório na área ambiental; desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. In: <<http://www.brasil.gov.br/PAC>> Acesso em: 05 nov. 2011

(PMF) compilado pela empresa de consultoria Cobrape (2008)². Estes assentamentos envolviam uma população aproximada de 65 mil pessoas, representando aproximadamente 16% da população total.

Ainda segundo outros dados levantados pela PMF, a população das áreas destes assentamentos precários, teve um crescimento duas vezes maior que a média da taxa de crescimento municipal, que se manteve em 3,31% a.a de 1991 a 2000. (PMF, 2009)³.

Os assentamentos foram agrupados em sete áreas diferentes do município de acordo com a localização (PMF, 2008):

- Itacorubí (1);
- Interior da Ilha (3);
- Saco Grande (4);
- Norte da Ilha (7);
- Sul da Ilha (12);
- Morro da Cruz (17); e,
- Continente (20).

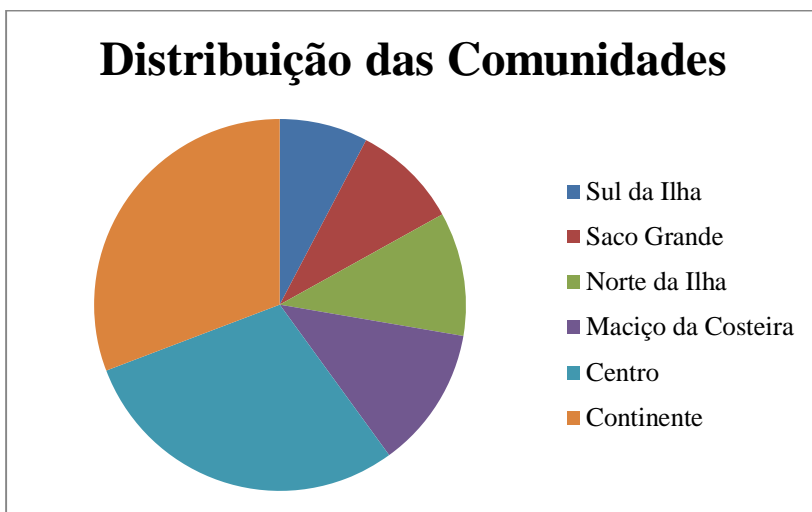
Encontram-se localizados no Continente e no Centro (Maciço do Morro da Cruz) o maior número de assentamentos, 31% e 29% do total das comunidades. Seguidos pelo Maciço da Costeira com 12%, o Norte da Ilha com 11% e por último Saco Grande e o Sul da Ilha com 9% e 8%, respectivamente conforme pode-se verificar na tabela a seguir.

A partir desses dados, pode-se observar que a maior parte das comunidades encontra-se na região do Continente, e logo em seguida têm-se o Maciço do Morro da Cruz. Chama a atenção, ainda, o fato que apenas três localidades concentram cerca de 76,5% das comunidades (49 das 64 comunidades levantadas). Conforme pode-se observar no gráfico, a seguir:

² Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 9 – Estudo para a Hierarquização dos Assentamentos Subnormais. Contrato nº. 0112/smhsa/2006. Produto 4: Caracterização física e ambiental dos assentamentos subnormais. Cobrape, Curitiba, revisão 2, junho de 2008. p. 18-19.

³ Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Plano Municipal de Interesse Social. Contrato nº. 669/FMIS/2008. Produto 2: Inserção Regional e Características do Município. Vertrag, Curitiba, revisão 3, julho de 2009. p. 31-32.

Gráfico 1: Distribuição dos Assentamentos Precários em Florianópolis.



Distribuição dos Assentamentos Precários por Região em Florianópolis. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Plano Municipal de Interesse Social. Produto 2. Vertrag Planejamento Urbano. 2009. Disponível em:

<http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf> Acesso em: 31 out. 2012.

População e Número de Comunidades das Áreas de Interesse Social por Região

AIS	Nº COMUNIDADES	% COMUNIDADES	POPULAÇÃO (2004)	% POPULAÇÃO
CONTINENTE	20	31%	21.017	33,72%
CENTRO	19	29 %	26.048	41,79%
MACIÇO DA COSTEIRA	8	12 %	1.916	3,07%
NORTE DA ILHA	7	11 %	1.738	2,79%
SACO GRANDE	6	9 %	6.405	10,28%
SUL DA ILHA	5	8 %	5.202	8,35%

Fonte: site: http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm – visitado em maio de 2009.

Figura 1: População e número de comunidades das áreas de interesse social por região. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Plano Municipal de Interesse Social. Produto 2. Vertrag Planejamento Urbano. 2009, p.32. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf> Acesso em: 31 out. 2012.

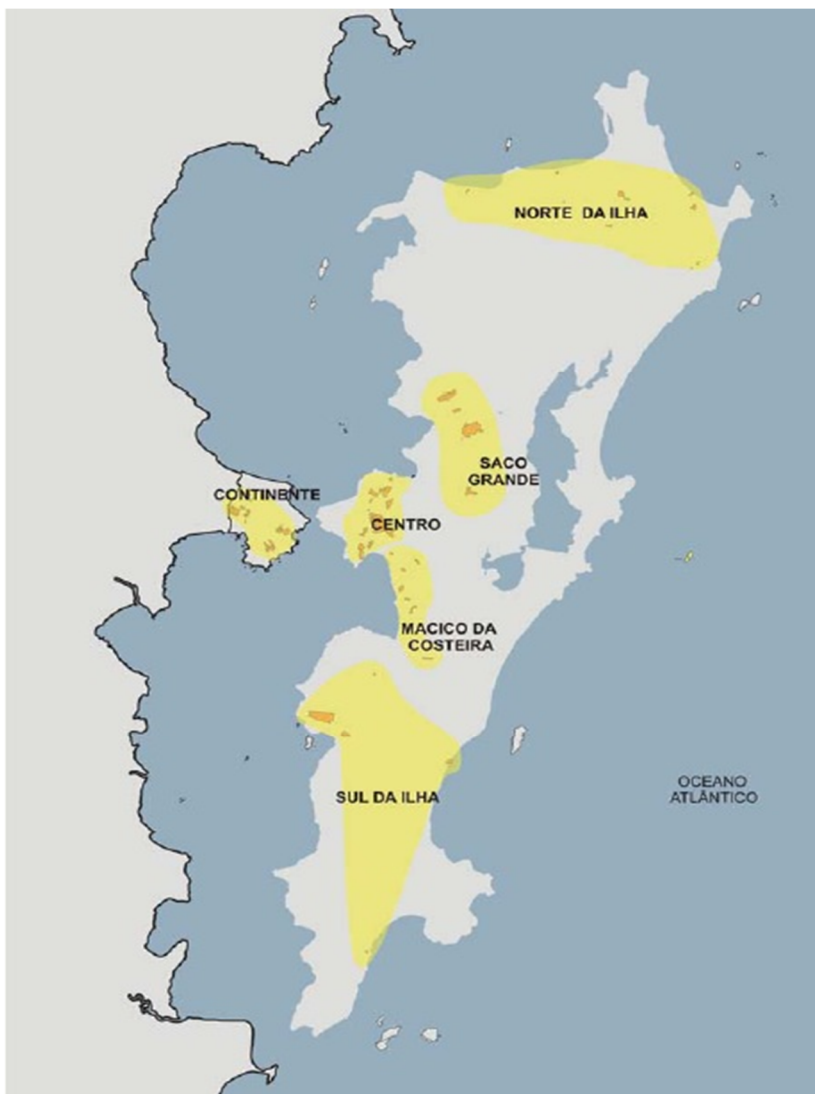


Figura 2: Localização dos Assentamentos Precários (manchas pequenas) e das Áreas de Interesse Social (manchas grandes) em Florianópolis. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Plano Municipal de Interesse Social. Produto 2. Vertrag Planejamento Urbano. 2009, p.31. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf Acesso em: 31 out. 2012.

1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O estudo se justifica pelas alterações que estão ocorrendo, com as obras do PAC, no MMC. Estas alterações são de ordem física – novos arranjos espaciais; de ordem ambiental – controle das ocupações em áreas de APPs; e também de ordem social – desmobilização do movimento social do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

As alterações de ordem social se inserem na discussão que ocorre com a autorização do início das obras do Projeto Maciço do Morro da Cruz/PAC-Florianópolis (PAC-Florianópolis). A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) forma um núcleo gestor para acompanhamento e fiscalização destas obras e passa a dialogar com cada comunidade em separado e não mais com a liderança do FMMC, enfraquecendo o movimento.

As alterações de ordem física se fazem presentes de maneira bem evidente, pois onde havia comunidades isoladas, que apenas se comunicavam umas com as outras através de trilhas e caminhos antigos, agora temos ruas pavimentadas. Então, pode-se perguntar: como será o novo desenho do Maciço com o traçado destas ruas? Estas obras estão trazendo uma nova configuração espacial, uma vez que muitas das comunidades estão sendo interligadas.

Sobre o aspecto ambiental constata-se a consolidação das ocupações de áreas de APP, ambientalmente frágeis e/ou de risco. De acordo com Souza (2005), em quase todas as metrópoles do Terceiro Mundo esse tipo de problema, além de outros considerados também primários (como falta de rede de esgoto), são ao mesmo tempo problemas urbanos e ambientais.

Uma das principais motivações que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa é o fato que, apesar de vários tropeços, a regulamentação dos artigos 182 e 183 sobre política urbana da nova Constituição Brasileira inaugurou um novo olhar sobre a questão urbana brasileira. O processo de regulamentação foi lento e vagaroso, durou mais de 10 anos, mas representa um dos maiores avanços legislativos concretizados. A Lei nº 10257, ou o Estatuto da Cidade como é mais conhecida, é fruto de inúmeras negociações e englobou todos os setores envolvidos na produção do espaço urbano. (BRASIL, 2001)

O Brasil, pós Estatuto das Cidades, apresenta hoje condições para efetivar o uso social da terra e da propriedade. Esta regulamentação foi consolidada em um momento em que a produção da informalidade nos espaços urbanos está presente na quase totalidade das cidades brasileiras - no entanto, este aparato legal hoje consolidado em nível federal e todos

os instrumentos que nele estão disponíveis constituem ferramentas importantes para superação dessas questões. A análise desse processo histórico de planejamento e regulação urbanística evidencia que o urbanismo brasileiro, na sua fase pré Estatuto da Cidade, não teve comprometimento com a realidade concreta das cidades brasileiras, mas apenas com a parte formal da cidade, ou a sua parte legal. (MARICATO, 2000)

Transcorridos sete anos após a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2008, constatava-se uma situação inédita em Florianópolis: a PMF aprovou junto aos governos federal e estadual o projeto PAC-Florianópolis, de 54 milhões de reais para o MMC. Em toda história da cidade nunca tanto recurso havia sido destinado para um conjunto de áreas de assentamento precário. Este projeto se tornou possível devido à criação e disponibilização de recursos do PAC. Os anseios de anos e anos de lutas do movimento social do FMMC seriam contemplados. O projeto trataria da inclusão destas comunidades segregadas no MMC à cidade formal.

O projeto superpôs-se à então recente transformação destas áreas em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pela Lei Complementar Municipal 207/2005. Para uma área ser gravada como ZEIS é necessária a aplicação de várias ações de diferente natureza, como a inserção em Planos Municipais de Habitação Social que levem em conta a dimensão social e ambiental. No plano devem ser previstas ações de geração de emprego e renda, melhoria de infraestrutura, regularização fundiária, instalação de equipamentos urbanos tais como escolas, creches, postos de saúde e etc...

A pergunta que se impõe, então, é sobre a relação entre as obras do PAC e o espírito da lei das ZEIS, no Território do (Fórum) do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis.

1.3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Como já foi dito anteriormente, o MMC vem sendo impactado de diversas maneiras pelas obras do PAC-Florianópolis e pelos possíveis desdobramentos destas ações. Retrocedendo na história encontra-se o movimento social organizado (Fórum do MMC), lutando por melhores condições de vida no Morro da Cruz, desde 1999, e, posteriormente, pela efetiva implantação das ZEIS nesta área. Como desdobramento da atuação do Fórum e com o apoio de projetos de extensão da UFSC, em dezembro de 2005 foi aprovada por unanimidade na Câmara de

Vereadores de Florianópolis, a Lei Complementar 207/2005, que alterou o Plano Diretor do Distrito Sede no MMC, incluindo nas Áreas Especiais as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) nesta região.

No início de 2006 a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental da Prefeitura de Florianópolis enviou para o Ministério das Cidades os projetos de Regularização Fundiária, dos Planos de Urbanização Específica e para as remoções diagnosticadas como necessárias, que vieram a ser contemplados com os recursos do PAC.

A realidade desvela movimentos bastante intrincados do desenrolar destes acontecimentos. As observações mostram, ao invés da implantação das ZEIS segundo o estatuto legal que as criou, um território onde importantes obras de infraestrutura estão sendo desenvolvidas em apenas algumas poucas comunidades existentes e com inúmeros desacertos de execução.

Como fator complicador, paira a dúvida sobre se as obras sociais serão alavancadas, assim como a própria implementação das ZEIS. As ZEIS, com a respectiva regularização fundiária específica, representariam a garantia de inserção deste território à cidade formal, e também a possibilidade dos atuais moradores permanecerem onde estão. Significaria então que o Maciço continuaria sendo da população que hoje reside ali - tanto os “recém chegados” - de 20 ou 25 anos atrás - como aquelas famílias mais tradicionais, que se instalaram nesta área há mais de um século.

1.4 OBJETIVOS

Entre os conceitos que podem contribuir para uma melhor compreensão das inúmeras variáveis envolvidas nesse conjunto de processos, elegemos o de território (territorialização, territorialidades) como elemento balizador de análise.

Assim, o **objetivo geral** do presente estudo consiste em analisar o histórico e a construção das diversas territorialidades constituídas ao longo do tempo no espaço do Maciço do Morro da Cruz, tanto a partir de sua ocupação inicial como área periférica da cidade oficial, passando pela deliberada construção conceitual de um Território do Maciço Central do Morro da Cruz na perspectiva do Pe. Vilson Groh⁴, até as

⁴ Padre Vilson Groh é, ainda hoje, uma das principais lideranças dos movimentos sociais em Florianópolis. Mestre em Educação pela UFSC, recebeu em 2001, o Prêmio Estadual de Direitos Humanos em função do trabalho que desenvolve junto às comunidades da capital. Há

versões atuais, em muitos aspectos, conflitantes, de um “Território das Zeis” e um “Território do PAC-Florianópolis”.

Essa análise não prescinde, por certo, da base teórica representada pelas leituras a respeito do tema da segregação urbana, da cidade informal, da regularização fundiária e da qualidade urbana do ambiente, que foram sendo aprofundadas no desenvolvimento da tese.

1.4.1 Objetivos Específicos

- Análise das políticas urbanas fomentadas por organismos internacionais (BID, FMI e ONU) para ajuda ao desenvolvimento urbano em países em desenvolvimento - entender como estas ações se refletiram localmente em Florianópolis.

- Histórico da ocupação do Morro da Cruz pelos pobres, com a construção das respectivas territorialidades, até a construção do conceito de “Território do Maciço” na perspectiva do Fórum do MMC, visando a união dos esforços dos moradores do conjunto das comunidades, e não, de agentes externos;

- As Territorialidades das Zeis e do PAC-Florianópolis, um processo de reterritorialização desse espaço que se torna urbano e cada vez menos periférico, através das novas vias de circulação e outras obras de infraestrutura.

1.5 METODOLOGIA

“Os métodos não preexistem à pesquisa nem são um fruto recolhido posteriormente pela meditação sobre os êxitos obtidos. Os métodos são a própria pesquisa no seu exercício eficaz.”

Álvaro Vieira Pinto, 1979.

Como todo trabalho científico, este também iniciou com uma revisão Bibliográfica realizada parte através das disciplinas cursadas no

anos participa de várias organizações populares ligadas à cidadania – como o Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Residindo no morro do Mont Serrat (comunidade pertencente ao Maciço), já perdeu a conta das ameaças de morte que recebeu dos traficantes locais. In: Papel Jornal, nº 26, set. 2002. Disponível em: <http://www.sjsc.org.br/antigo/pj_online/pj_26/entrevista.htm>. Acesso em 13 jun., 2009.

doutorado, parte como fruto da formação anterior da autora, e de sua experiência profissional.

Para a coleta de dados mais específicos sobre a área de estudo, foram utilizadas várias outras modalidades: entrevistas – estruturadas ou não, observação participante, questionários, levantamentos, mapeamentos e análises.

Observação Participante é uma expressão utilizada, por exemplo, pela antropóloga Ruth Cardoso quando contesta não só a noção de neutralidade do pesquisador, mas também a ideia de que os dados continuam sendo tratados e analisados “como formas objetivas com existência própria e independente dos atores.” (CARDOSO, 1986, p. 99-100)⁵. Nesse tipo de trabalho, entendemos a posição do pesquisador como muito mais que um companheiro ou um cúmplice, o pesquisador é um grande mediador ou “decifrador”, pois ele faz a ponte entre a análise e a produção da informação. A grande questão é como ele faz essa análise. Parece então ser de vital importância para o leitor que ele seja informado desde onde o pesquisador está falando.

Assim sendo, as “observações participantes” ao longo da pesquisa ocorreram no acompanhamento das reuniões mensais do Fórum do Maciço do Morro da Cruz durante os dois primeiros anos do curso de doutorado (2007 e 2008), das Audiências Públicas realizadas pela Câmara dos Vereadores de Florianópolis e dos vários seminários promovidos e organizados pelo Fórum do MMC. O desenrolar destas reuniões foi nossa principal base de coleta de dados.

Em segundo lugar como fonte de dados, temos as entrevistas⁶. Algumas entrevistas foram realizadas com pessoas “chaves” no intuito de possibilitar o entendimento de aspectos da formação histórica e social do Maciço, do cotidiano e da organização social vivida pelos seus moradores: lideranças comunitárias; lideranças do FMCC; 2 moradores de famílias tradicionais do Maciço, um funcionário jovem do Centro

⁵ Ruth Cardoso coloca que a ideia da observação participante é um avanço nas estruturas de pesquisa, o mergulho no outro e em outras estruturas sociais também é uma condição muito positiva para o conhecimento. No entanto, este conhecimento deveria ser sempre complementado - o estranhamento como forma de compreender o outro - pela observação dos comportamentos e das suas recorrências. No entanto acaba por concluir que a participação dos pesquisadores foi justificada muito mais pela identificação com os objetivos políticos entre pesquisador e pesquisado do que pela sua opção metodológica. Segundo a autora, isto reduziu a pesquisa à denúncia e em muitos casos transformou o pesquisador em porta-voz do grupo. CARDOSO, 1986.

⁶ A lista completa dos entrevistados(as) para esta pesquisa encontra-se no Apendice 1 da tese. Os roteiros foram estruturados de acordo com as características de cada entrevistado.

Cultural Escrava Anastácia (CCEA)⁷, a assistente social e Coordenadora Pedagógica do Centro Social Marista de Mont Serrat e Alto Caieira⁸ e a enfermeira do Programa da Saúde da Família (PSF)⁹ e moradora de família tradicional do Maciço. Entrevistamos, também, 2 docentes da área de planejamento urbano (IPPUR/UFRJ e UFSC).

Outras entrevistas, mais estruturadas, com roteiro pré-estabelecido, foram realizadas com técnicos da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), em dois momentos: O primeiro em maio de 2009, quando as obras do PAC-Florianópolis estavam em plena execução e não era claro qual seria o alcance delas; e um segundo, em maio de 2011, quando já era possível avaliar o alcance das obras, porém ainda não se tinha claro a real efetivação sobre a implementação das ZEIS.

Estas entrevistas focaram prioritariamente: a) as obras do PAC-Florianópolis; b) as consultorias contratadas para estudos e concepção da Política Municipal de Habitação de Florianópolis – os DIs – Desenvolvimento Institucional do Programa Habitar Brasil/BID; c) as estratégias legais para a implementação do instrumento das ZEIS no MMC.

⁷ O CCEA foi fundado em sete de Junho de 1994, na capela Nossa Senhora do Monte Serrat e o seu registro oficial em Cartório data de 25 de Maio de 1998. Nasceu a partir do trabalho de um grupo de mulheres da comunidade, negras em sua maioria, que tinha como preocupação encontrar alternativas para que seus filhos e filhas não ficassem entregues aos apelos do tráfico e da criminalidade. A partir das pequenas ações, focadas na comunidade, a ação da entidade foi-se expandindo às periferias da Grande Florianópolis, visando sempre possibilitar a crianças, adolescentes e jovens, a conquista e o exercício de seus direitos, ampliando suas possibilidades, não apenas de sobrevivência, mas de uma vida digna. In: <http://ccea.org.br/blog/?page_id=1243> Acesso em: 19 out. 2011.

⁸ A Rede Marista é uma organização religiosa e educacional fundada por São Marcelino Champagnat em 1817 e está presente em mais de 75 países. Os 176 religiosos maristas presentes no Brasil levam adiante a Missão legada pelo fundador do Instituto: evangelizar e educar, transformando a realidade por meio do que há de melhor nos corações e nas mentes das pessoas comprometidas com os valores humano-cristãos. In: <<http://maristas.org.br/sobre-a-rede-marista>> Acesso em: 19 out. 2011.

Existem 2 Centros Sociais Maristas no MMC. O primeiro e mais antigo está localizado junto às dependências do Centro Cultural Escrava Anastácia, recebe 300 crianças, entre 6 e 14 anos, em turnos opostos ao da escola. O segundo localizado no Alto Caieira – chama-se Irmão Celso, e tem capacidade para atender mais 230 crianças seguindo o mesmo esquema.

⁹ O Programa Saúde da Família consiste em uma reestruturação do Ministério da Saúde frente ao modelo tradicional da saúde assistencial. Este novo modelo é operacionalizado mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. In: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149, acesso em 19 out. 2011.

Nas entrevistas na Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal (CEF/GIDUR) buscamos mais especificamente esclarecer dúvidas com relação à contratação, execução e resultados obtidos com os Termos de Referência (TRs) do segmento DI (Desenvolvimento Institucional) do Programa Habitar Brasil/BID relacionados à Política da Habitação de Interesse Social elaborada por várias empresas de consultoria – das 4 consultorias contratadas 3 eram de fora do Estado.

Apesar de seu caráter público, as cópias desses TRs não foram disponibilizadas para consulta, possibilitada no entanto aos originais, no próprio recinto da CEF. Essa dificuldade permeou também o próprio rastreamento de todos os levantamentos e estudos realizados pelas empresas contratadas, um complexo de meandros percorridos pelas informações e desinformações dos projetos em andamento e outros que deveriam já estar terminados, mas cuja situação ninguém consegue informar. Situação semelhante também ocorreu na própria SMHSA quando solicitamos o acesso aos TRs da Política Habitacional de Florianópolis. Os Termos de Referência são os documentos onde uma Prefeitura ou Instituição especifica as necessidades de cada ação a ser executada. Após muita insistência nos foi dito que estes documentos faziam parte de um arquivo morto e não estava sendo possível localizá-los. Com relação aos produtos dos editais balizados por estes TRs, alguns estão disponibilizados no site da PMF, outros não. E não estando disponível não seria possível copiá-los, pois ou não teriam sido aprovados na íntegra ou ainda não se teria uma versão final: no total não sabemos quantos foram contratados e nem quais empresas e quais os produtos se esperava que fossem produzidos.

Um estudo com indicadores ambientais urbanos foi tema do nosso estágio sandwich na Universidade de Cantábria, Espanha, sob a supervisão do Prof. Antonio Cendrero Uceda, quando trabalhamos com extensa bibliografia sobre a questão dos indicadores aplicados a diferentes áreas de conhecimento das Ciências da Terra (de geodiversidade, geológicos, de desenvolvimento sustentável). Iniciamos pesquisa no sentido de buscar quais seriam os indicadores mais expressivos para identificar a situação socioambiental e urbana das diferentes comunidades pobres do MMC, e a partir dela compor uma radiografia do momento atual pensando em, através destes indicadores realizar um monitoramento futuro. Como base para o desenvolvimento deste projeto foi usada metodologia elaborada pelo programa SCOPE (Scientific Committee on Problems of the Environment) em colaboração com a Comisión sobre Desarrollo Sostenible del Consejo Economico y

Social de las Naciones Unidas. Este projeto foi solicitado logo após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Na época um dos principais problemas existentes para esta Comissão era a dificuldade em se definir em termos quantitativos o

[...] desarrollo sostenible y, por tanto, de establecer metas claras de cara a la consecución del mismo. Se constata así la necesidad de disponer de indicadores adecuados. Pero para que dichos indicadores sean realmente aplicables, han de ser claros, simples y universales, de forma que sirvan para informar al público y puedan influir en la toma de decisiones” (CENDRERO, 1997, p.7)

Num primeiro momento, examinamos a possibilidade de uso dos levantamentos realizados pelas diversas consultoras para elaboração dos DIs constantes do projeto Habitar/Brasil-Bid (HBB) para elaboração desses indicadores. Isto, no entanto, não foi possível, pelas dificuldades já mencionadas de acesso aos mesmos, e principalmente, pela multiplicidade de critérios e parâmetros utilizados pelas diversas empresas contratadas.

Desta forma, optou-se pelo tratamento analítico dos dados, que foi realizado através do exame dos dados obtidos nas entrevistas, de artigos de jornal, de documentos oficiais, atas de reuniões do Fórum, análise de fotos, mapas, imagens digitais, pesquisas anteriores, dentre outros, visando a construção do histórico das territorializações e reterritorializações do Morro da Cruz.

As fotografias antigas, assim como mapas antigos, antes de ilustração, serviram como fonte de pesquisa também. Foi possível encontrar muitas fotografias que retratam imagens do cotidiano, do Porto de Desterro, da implantação das infra-estruturas urbanas, das obras sanitárias mas sobretudo na tese do amigo e geógrafo André Santos encontrei várias fotografias sobre o processo de demolição de casas da população pobre e do início da ocupação dos Morros.

Os interesses, as buscas de conhecimento, foram baseados nas idéias de Habermas de que estes interesses “existem como condições necessárias para a possibilidade da prática de pesquisa, independentemente de quais métodos específicos sejam utilizados” (BAUER; GASKELL; ALLUN, 2003, p.30). Isto poderia ser traduzido na disposição e interesse da pesquisadora em questionar seus próprios

pressupostos, interpretações e também os resultados, sabendo que a maneira como estes resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores que podem suscitar o “empoderamento” ou a emancipação dos agentes envolvidos neste processo.

CAPÍTULO 2

2 – FUNÇÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS URBANAS E HABITACIONAIS

A partir do início dos anos 80, com a dominância internacional dos princípios do neoliberalismo, os indicadores sociais e econômicos mostram uma concentração de poder e de recursos cada vez maiores. A estrutura de poder que contribuiu em grande medida para o desmonte do Estado Providência ou “welfare state”¹⁰ tem em seu cerne algumas grandes corporações e os seus países sede.

Como provável reflexo, evidencia-se no cenário internacional o amadurecimento de uma consciência da função social das políticas urbanas e habitacionais.

Samir Amin¹¹ mostra a importância das abordagens mais profundas e complexas para se entender o aumento da pauperização nos Países Periféricos. Não se trataria apenas de tomá-las como um fato medido empiricamente através do Produto Interno Bruto - PIB ou do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, mas, na sua ótica, devemos levantar a lógica desse fenômeno e os mecanismos responsáveis pela geração da pobreza traçando um paralelo entre o acelerado processo de desruralização acompanhado pelo rápido processo de suburbanização que acontece em escala global. Amin entende o discurso sobre a origem da pobreza a partir da segunda metade da década de 70 e início de 80, como um discurso apenas superficial e que está na moda :

Um discurso sobre a pobreza e a necessidade de reduzir a sua magnitude, se não mesmo erradicá-la, ficou na moda hoje em dia. É um discurso da caridade, no estilo século XIX, que não procura entender os mecanismos sociais e econômicos que geram a pobreza, embora os meios científicos e tecnológicos para erradicá-la estejam já

10 O estado de bem-estar social ou Estado-providência, é um conceito de governança em que o Estado desempenha um papel fundamental, promovendo a economia e o bem-estar dos seus cidadãos. É baseado nos princípios da igualdade de oportunidades, distribuição justa de recursos e se coloca como responsável por aqueles considerados incapazes e que não têm condições mínimas para manter uma vida digna. O termo geral pode abranger variadas formas de organização econômica e social. .”In: Britannica Online Encyclopedia, <http://en.wikipedia.org/wiki/Welfare_state> Acesso em: 29 nov. 2011. (tradução nossa)

¹¹ Economista egípcio, marxista, diretor do Fórum do Terceiro Mundo, uma associação internacional formada por intelectuais da África, Ásia e América Latina, destinada a fortalecer os esforços intelectuais e os laços entre os países do Terceiro Mundo, com sede em Dakar. In: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17498> Acesso em 20 nov. 2011.

disponíveis. (AMIN, 2003 – tradução nossa, como nas demais citações de artigos ou sítios originais em inglês)

Assim, temos um discurso que não corresponde às ações ou ao comportamento do setor econômico e tampouco do meio social. Vale lembrar também que, raras vezes, as diferentes faces da cidade - uma voltada para a produção e eficiência, e outra com função social (cidade inclusiva) - foram conciliáveis ao longo da história. Desde o declínio do Estado enquanto agente centralizador das ações de planejamento temos duas vias divergentes dentro de uma mesma cidade: uma via que assegura o Direito de todos àquele espaço urbano, que se manifesta através dos movimentos sociais urbanos, mais notadamente na América Latina na luta pelo acesso à terra urbanizada e pela moradia digna – no Brasil pelo movimento da Reforma Urbana – e uma segunda via que prega a integração seletiva na cidade “daqueles que são suscetíveis de incrementar a produtividade, numa busca da máxima eficiência econômica, que são os cidadãos reconhecidos”. (OSMONT, 2002, p.9)

Após a Segunda Guerra, a planificação urbana esteve muito ligada ao planejamento e uso do território (pólos industriais, pólos indutores de crescimento, macrozoneamentos, etc...) mas, sobretudo, havia uma necessidade imperativa de organizar bolsões de mão de obra abundante e mal remunerada para uma economia em crescimento. Os Planos Urbanísticos fundamentaram-se em políticas públicas setoriais, às vezes cuidadosamente elaboradas, tendo como objeto principal a habitação econômica com vocação social. Uma parte significativa da produção de planos urbanos nesta época estava destinada

à produção programada e subvencionada por fundos públicos de dezenas de milhares de habitações populares concentradas às margens das cidades e destinadas a essa mão-de-obra. É a época dos célebres “Grandes Conjuntos”, que se tornaram depois os “Bairros Sensíveis”, quando essa população, acrescida de seus filhos, tornou-se superabundante numa economia de crescimento reduzido. (OSMONT, 2002, p.12)

A reestruturação produtiva do final do século XX proposta pelo princípio norteador do Consenso de Washington¹² (diminuição do

¹²A expressão Consenso de Washington, chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do FMI. Numa conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson

Estado; erosão do conceito de nação e soberania absoluta do mercado interno e externo em relação aos países) também operou mudanças na matriz do planejamento urbano e nas propostas urbanísticas, principalmente naquelas que seriam aplicadas aos países chamados emergentes, mais do que àqueles chamados ricos, uma vez que o *urbanismo de plano* foi objeto freqüente das críticas convergentes dos liberais e dos anti-tecnocratas (MARICATO, 2000, p.114).

Segundo Osmont (2002), houve numerosas tentativas de exportar a matriz dominante do urbanismo de plano para os países em desenvolvimento. Citando o caso da África, em especial Dakar, essa transferência começou desde a época da descolonização em 1945. A autora cita:

No Senegal, por exemplo, os planos de urbanismo apareceram no ritmo dos planos de desenvolvimento econômico e social, desde a metade dos anos cinquenta. Uns e outros serão elaborados a partir do modelo existente na metrópole, e mais frequentemente pelos mesmos urbanistas e especialistas. (OSMONT, 2002, p.12)

Estas mudanças podem ser traduzidas em dados, pois, ao examinarmos a população urbana nos países hoje chamados de “centrais” logo após a 2ª Guerra Mundial, é possível observar uma estrutura de classes populares muito diferente daquela que veio a se configurar nos periféricos, nos dias de hoje. O fenômeno do desenvolvimento urbano informal e, portanto, excludente vem sendo cada vez mais e mais confirmado por dados que revelam a escala gigantesca desta realidade.

Segundo Amin (2003) na época (logo após 2ª Guerra Mundial) a população urbana do terceiro mundo não excedia a metade da população urbana mundial. No entanto, hoje, nos países periféricos é onde vive 2/3 da população urbana mundial. Para o autor a principal transformação social da segunda metade do século XX pode ser entendida na seguinte estatística, Quadro 1:

listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. As medidas do Consenso de Washington, que foram adotadas como imposição nas negociações das dívidas externas dos países latino-americanos e acabaram se tornando o modelo de negociação do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta, são os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs). In: <<http://www.geomundo.com.br/geografia-30145.htm>> Acesso em: 29 nov. 2011.

Quadro 1- Classes Sociais População Urbana Mundial (em milhões de habitantes)

Categoria	Países do Centro	Países da Periferia	Mundo
Classes Médias e Ricas	300	390	690
Classes Populares			
Estabilizados	390	330	720
Precários	270	1.290	1.560
Total Classes Populares	660	1.620	2.280
Total Geral	960	2.010	2.970

Fonte: Porto-Gonçalves, 2010, adaptado de Amin, 2003.

A proporção das classes populares precárias ascende de menos de um quarto para mais da metade da população urbana global, e este fenômeno de pauperização reapareceu numa escala significativa nos próprios centros desenvolvidos. Esta população desestabilizada aumentou em meio século de 250 milhões para mais de 1500 milhões de indivíduos, registrando uma taxa de crescimento que ultrapassa aquela que caracteriza a expansão econômica, o crescimento da população ou o próprio processo de urbanização. (AMIN, 2003)

Assim, quando o crescimento econômico começou a minguar ao final dos anos 70, um dos efeitos foi o questionamento do peso do Estado na produção e gestão das cidades. O fenômeno da exclusão urbana hoje não é só próprio das grandes cidades dos países periféricos - ampliando o olhar, percebemos que este fenômeno também se repete em inúmeras cidades do centro, como os *Banlieues* que é a inversão coloquial de *Lieu Du Ban* (traduzindo, “Lugar do Desterro”).

Assim, quando o planejamento tecnocrático mostra seus limites, os grandes conjuntos de moradias para população mal qualificada e mal remunerada se tornaram os *Banlieues* das cidades francesas ou os *Council State* das cidades inglesas, ou ainda, os *Projects* dos Estados Unidos.

Ao analisar, o processo histórico de planejamento em grande parte dos países periféricos, fica evidente que a regulação urbanística e o urbanismo principalmente a partir do início da década de 70 não teve comprometimento com a realidade das cidades, referindo-se apenas a uma parte delas - a cidade formal, também conhecida como cidade legal.



Figura 3: Foto A - Mulher em frente a uma loja de grãos na favela de Kiberal, em Nairobi a capital do Kenia. Kibera é uma favela grande que carece até de serviços básicos, como saneamento. A maioria dos moradores estão irritados pelo alto preço dos alimentos, comparado ao seu baixo salário, 23 nov. 2011 (Noor Khamis/Reuters). Foto B - Paquistanesa lavando roupas na favela de Lahore. FMI prevê um crescimento de apenas 2,6% em 2011, um dos mais baixos da Ásia, enquanto a inflação está cotada para ficar em cerca de 14% , entre as mais altas do mundo, 8 jan. 2012 (Arif Ali/AFP/Getty Images). Foto C - Mulher Cambojana ao lado de seu bebê na favela para onde moradores foram expulsos do centro de Phnom Penh, 4/01/2012 (Tang Chhin Sothy/AFP/Getty Images) In:

<http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

Conforme Osmont (2002), a ideologia da segurança vem legitimar o abandono e a repressão desses pedaços da cidade qualificados cada vez mais como “espaços de não direito” e, portanto, espaços onde não são passíveis as intervenções urbanas.

O banimento de uma parte importante dos candidatos à cidadinidade (= plena cidadania) em direção às zonas periféricas cada vez mais destinadas à economia subterrânea, designação eufêmica de atividades freqüentemente ligadas ao crime organizado, e lugares de dissidência social, traduz-se pela formação de zonas estigmatizadas. (OSMONT, 2002, p.15)

O atual fenômeno de pauperização não está inteiramente ligado à falta de rendimento suficiente da população pobre para sua sobrevivência. É o fenômeno da modernização da pobreza e tem efeitos devastadores em todas as dimensões da vida social.

Os emigrantes das zonas rurais estavam relativamente bem integrados dentro das classes populares estabilizadas durante a idade de ouro (1945-1975) — tendiam a tornar-se trabalhadores fabris. (.....) Enquanto isso, as mulheres são ainda mais vitimizadas pela precariedade econômica do que os homens, resultando na deterioração das suas condições materiais e sociais. E se os

movimentos feministas sem dúvida conseguiram avanços importantes no âmbito das idéias e do comportamento, as beneficiárias destes ganhos são quase exclusivamente mulheres das classes médias, certamente não aquelas das pauperizadas classes populares. Quanto à democracia, (.....) — e portanto a sua legitimidade — é solapada pela incapacidade de reduzir a degradação das condições de uma fração cada vez maior das classes populares. (.....) A pauperização é um fenômeno inseparável da polarização a uma escala mundial — um resultado inerente da expansão do capitalismo realmente existente, que por esta razão devemos chamar imperialista por natureza. (AMIN, 2003)

A Terra se urbanizou mais rapidamente do que o “Clube de Roma”¹³ havia previsto em 1972, no relatório “Limits of Growth”¹⁴. Scheibe (2010), citando Porto-Gonçalves, comenta que observando dados da ONU, em 2001, 53% da população mundial habitava em áreas rurais, contra 47% em áreas urbanas; contudo em 2008, a população rural e a urbana passaram a equivaler-se.

Estes números contam a velocidade do processo de urbanização que está em curso e revelam, do outro lado, a velocidade com que o mundo vem se des-ruralizando nos últimos 50/60 anos. É mais apropriado falarmos em suburbanização do que em urbanização pois, com tão vultosos fluxos de pessoas afluindo para as cidades, não é possível acreditar que haja a possibilidade de infraestrutura urbana adequada para todos. Além disso, é de se supor também que por se tratar

¹³ Clube de Roma, entidade formada por intelectuais e empresários não ecologistas militantes. A iniciativa surgiu das discussões a respeito do esgotamento de recursos naturais do planeta Terra. Esta entidade produziu os primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental apresentados entre 1972 e 1974. In: <<http://danielbertoli.synthasite.com/resources/textos/texto16.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2012.

¹⁴ Limits of Growth ou “Os Limites do Crescimento”, célebre relatório encomendado pelo Clube de Roma a um grupo de pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology). O relatório explora quatro grandes questões que deveriam ser solucionadas para que se alcançasse a sustentabilidade: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos, e o esgotamento dos recursos naturais. Tornou-se o livro sobre a temática ambiental mais vendido em toda história. In: <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>> e <<http://www.clubofrome.org/eng/home/>> Acesso em: 20 nov. 2011.

de populações empobrecidas a capacidade de compra e de acesso à terra urbana¹⁵ seja bastante limitada. (Figura 7)



Figura 6: Foto A - Moradores de favelas procuram por seus pertences entre os escombros após incêndio em Kolkata, Índia, 23 jan. 2012 (Bikas Das/Associated Press). Foto B –Mulher indiana dorme ao ar livre em uma área favelada em Hyderabad, Índia, 11 jan. 2012. A Índia possui cerca de 93 milhões de habitantes morando em áreas de favelas (Mahesh Kumar A./Associated Press) In: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

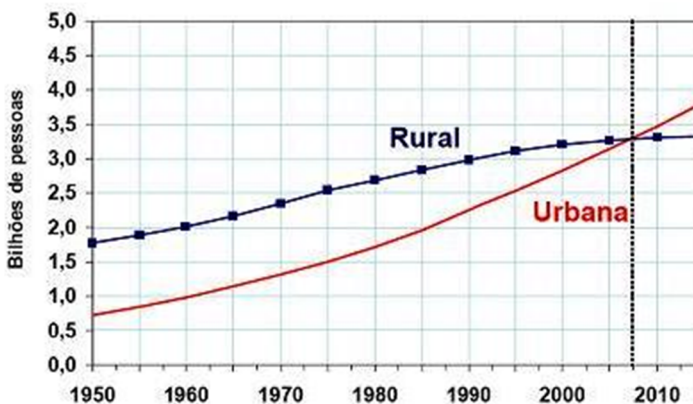


Figura 7: Evolução da população urbana e rural no mundo 1950-2010. Fonte: Porto-Gonçalves, 2010.

¹⁵ Terra urbana é terra urbanizada, isto é, trata-se de um pedaço de superfície ou mesmo de um imóvel servido de água, esgoto, rede de drenagem, pavimentação, iluminação pública, serviços como coleta de lixo e manutenção da infraestrutura citada, sinalização, equipamentos coletivos públicos e privados nas proximidades. É um pedaço de cidade ou uma parte do ambiente construído, como colocam alguns estudiosos. A localização desse pedaço de cidade é fundamental para qualificá-lo e fixar seu preço em comparação com os demais (MARICATO, 2011, In: Desafios do Desenvolvimento, nº69).

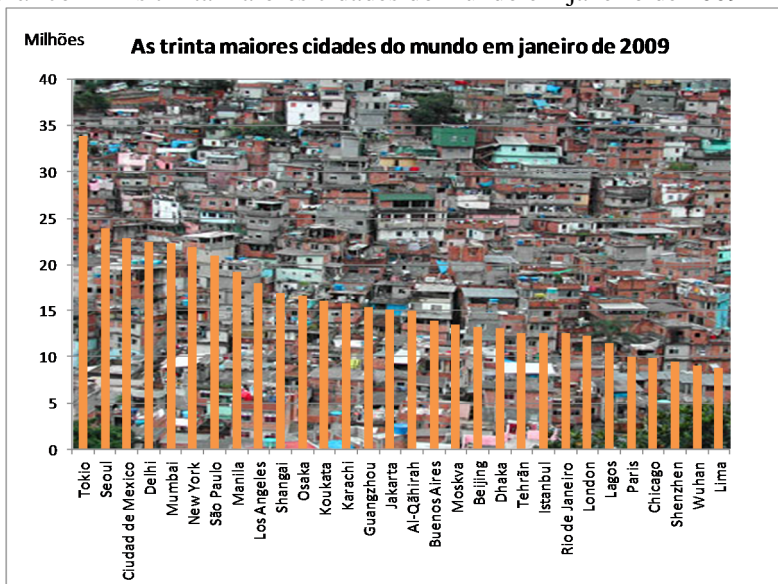


Figura 8: Foto A - Cachorro ao lado de moradores de rua, em uma rua de Mumbai, Índia. 11 jan. 2011. Sessenta por cento dos habitantes de Mumbai vivem em favelas. (Rafiq Maqbool/Associated Press). Foto B - Unidade médica móvel, chegando na favela em Nova Delhi, Índia, para vacinar a população contra o Póliomelite. 15 jan. 2012 (Saurabh Das/Associated Press) In: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

Das trinta e duas cidades listadas abaixo (Quadros 2 e 3), 25 estão em países periféricos e possuem sérios problemas de pobreza e acesso à terra urbanizada. Apenas sete (7) estão situadas em países desenvolvidos – Tóquio, Osaka, Nova York, Los Angeles, Chicago, Londres, Paris, onde as questões da urbanização, mesmo que acelerada, puderam ser melhor equacionadas. Há, ainda, aquelas que, como São Paulo e Cidade do México, mantêm a população em patamares estáveis. São Paulo no início da década de 90 era a quinta maior cidade do mundo, em 2009 estava em 7º lugar com 21 milhões de habitantes e no início de 2012 continuava com 21 milhões de habitantes, mas sua posição no ranking mundial havia descido para o 8º lugar. A cidade do México em 2009 possuía 22,9 milhões de habitantes e em 2012, 23,1 milhões, ou seja, se comparado com outras cidades, apresentou crescimento mínimo. Este não crescimento ou até mesmo o decréscimo populacional nas grandes cidades, no entanto, não revela uma melhora da qualidade de vida¹⁶: ao contrário, camufla uma nova tendência de crescimento das cidades (agora em cidades médias), revelando que a dificuldade de acesso à terra urbanizada não se dá apenas nas grandes concentrações urbanas. No entanto, este não crescimento, por si só, não configura uma tendência de queda da população. A grande cidade não cresce, mas crescem as cidades nas proximidades.

¹⁶ Aqui entendida no sentido de Souza (2005) quando coloca que qualidade de vida é algo muito abrangente: engloba coisas que não podem ser adquiridas pelos indivíduos no mercado, mas que interferem no seu bem-estar tais como beleza cênica, qualidade do ar e liberdade política.

Gráfico 2 - As trinta maiores cidades do mundo em janeiro de 2009



Fonte: Adaptado de “The principal agglomerations in the world”. In: <<http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>> Acesso em: 26 jun. 2009. Fonte Figura: <<http://puranetariumu.wordpress.com/tag/tj/>> Organizado por Tomás, Elaine D. e Lopes, Andréa R.B.

Quadro 2 – Trinta maiores cidades do mundo em janeiro de 2009

Ran k 2009	País	Município	Populaçã o em milhões	Municípios conurbados
1	Japan	Tokio	33,9	Yokohama, Kawasaki, Saitama
2	Korea (South)	Seoul	23,9	Bucheon, Goyang, Incheon, Seongnam, Suweon
3	Mexico	Ciudad de Mexico	22,9	Neahualcoyoty, Escatepec, Naucalpan
4	India	Delhi	22,4	Faridabad, Ghaziabad
5	India	Mumbai	22,3	Bhiwandi, Kalyan, Thane, Ulhasnagar
6	USA	New York	21,9	Newark, Paterson
7	Brazil	São Paulo	21	Guarulhos
8	Philippines	Manila	19,2	Kalcokan, Quezon City
9	USA	Los Angeles	18	Riverside, Anaheim
10	China	Shangai	17	
11	Japan	Osaka	16,7	Kobe
12	India	Koukata	16	Haora
13	Paquistão	Karachi	15,7	
14	China	Guangzhou	15,3	Foshan
15	Indonesia	Jakarta	15,1	Bekasi, Bogor, Depok, Tangerang
16	Egypt	Al-Qāhirah	14,9	Al-Jizah, Hulwan, Shubra al Khaymah
17	Argentina	Buenos Aires	13,9	San Justo, La Plata
18	Russia	Moskva	13,5	
19	China	Beijing	13,2	
20	Bangladesh	Dhaka	13,1	
21	Iran	Tehrān	12,5	Karaj
22	Turkey	Istanbul	12,5	
23	Brasil	Rio de Janeiro	12,5	Nova Iguaçu, São Gonçalo
24	Great Britain	London	12,3	
25	Nigeria	Lagos	11,4	
26	France	Paris	10	
27	USA	Chicago	9,8	
28	China	Shenzhen	9,4	
29	China	Wuhan	9	
30	Peru	Lima	8,8	

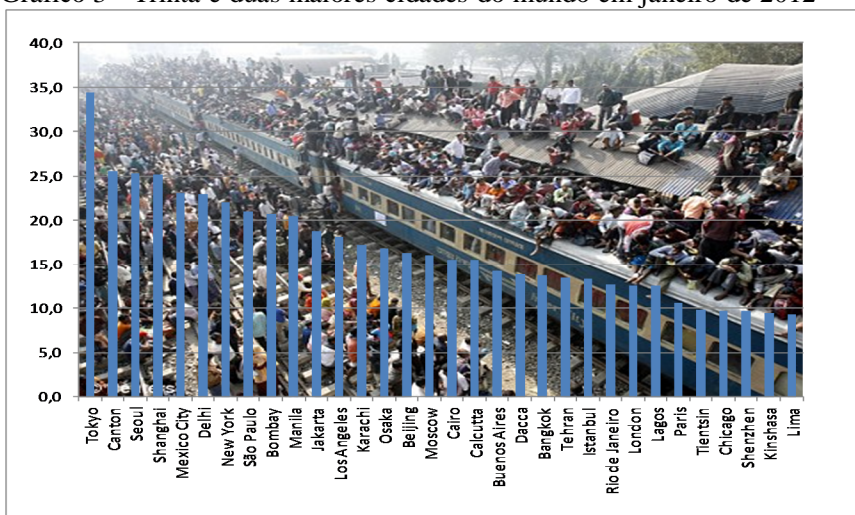
Fonte: Adaptado do “The principal agglomerations in the world”. In: <http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html> Acesso em: 26 jun. 2009. Organizado por Tomás, Elaine D. e Lopes, Andréa R.B.

Quadro 3- Trinta e duas maiores cidades do mundo em janeiro de 2012

Rank 2012	País	Município	População em milhões	Municípios conurbados
1	Japan	Tokyo	34,4	Yokohama, Kawasaki, Saitama
2	China	Guangzhou	25,6	Northern Pearl River Delta, Dongguan, Foshan, Jiangmen, Zhongshan
3	Korea (South)	Seoul	25,3	Bucheon, Goyang, Incheon, Seongnam, Suwon
4	China	Shanghai	25,1	Suzhou
5	Mexico	Mexico City	23,1	Nezahualcóyotl, Ecatepec, Naucalpan
6	India	Delhi	22,9	Faridabad, Ghaziabad, Gurgaon
7	USA	New York	22,0	Newark, Paterson
8	Brazil	São Paulo	21,0	Guarulhos
9	India	Bombay	20,7	Bhiwandi, Kalyan, Thane, Ulhasnagar, Vasai-Virar
10	Philippines	Manila	20,5	Kalookan, Quezon City
11	Indonesia	Jakarta	18,8	Bekasi, Bogor, Depok, Tangerang, Tangerang Selatan
12	USA	Los Angeles	18,1	Riverside, Anaheim
13	Pakistan	Karachi	17,2	
14	Japan	Osaka	16,8	Kobe, Kyoto
15	China	Beijing	16,3	
16	Russia	Moscow	16,1	
17	Egypt	Cairo	15,6	Al-Jizah, Hulwan, Shubra al-Khaymah
17	India	Calcutta	15,6	Haora
19	Argentina	Buenos Aires	14,2	San Justo, La Plata
20	Bangladesh	Dacca	13,9	
21	Thailand	Bangkok	13,7	
22	Iran	Tehran	13,4	Karaj
23	Turkey	Istanbul	13,3	
24	Brazil	Rio de Janeiro	12,7	Nova Iguaçu, São Gonçalo
25	Great Britain	London	12,6	
26	Nigeria	Lagos	12,5	
27	France	Paris	10,6	
28	China	Tientsin	9,8	
29	USA	Chicago	9,8	
29	China	Shenzhen	9,8	
31	Congo (Dem. Rep.)	Kinshasa	9,5	
32	Peru	Lima	9,4	

Fonte: Adaptado do “The principal agglomerations in the world”. In: <<http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>> Acesso em: 24 fev. 2012. Organizado por Tomás, Elaine D. e Lopes, Andréa R.B.

Gráfico 3 - Trinta e duas maiores cidades do mundo em janeiro de 2012



Fonte: Adaptado do “The principal agglomerations in the world”. In: <<http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>. acesso em 24 fev. 2012. Fonte Figura: <<http://www.dailymail.co.uk/debate/article-1289357/If-uncle-Charlie-didnt-need-child-benefit-.html#ixzz1nKL47c5G>> Acesso em: 05 jan. 2012.

Legenda figura acima: O mundo está repleto de seres humanos e estes vêm se multiplicando rapidamente, como demonstrado neste trem abarrotado na Estação do Aeroporto em Dakar.¹⁷



Figura 9: Foto A - Trabalhadores colocando uma grande faixa tricolor para esconder uma favela próxima a um comício eleitoral, 19 jan. 2012 (Altaf Qadri/Associated Press). Foto B - Vista da bandeira Indiana em uma parede na favela de Dharavi, 24 jan. 2012 (Rafiq Maqbool/Associated Press) In: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

¹⁷ The world is rapidly filling up with humans, as demonstrated by this full-to-bursting train at Dhakar Airport Station.

Ao seguirmos comparando os quadros vemos que a China chama a atenção: em 2009 já figurava na lista das cidades mais populosas do mundo com 5 delas – Shangai com 17 milhões, Guangzhou com 15,3 milhões, Beijing com 13,2 milhões, Shenzhen com 9,4 milhões e Wuhan com 9 milhões de habitantes.

Em 2012, apesar de a China continuar na tabela com cinco cidades, evidencia-se um enorme acréscimo populacional. Guangzhou surge como a segunda (2º) cidade mais populosa do mundo, com 25,6 milhões de habitantes, sendo que em 2009 estava na 14ª posição - isto representa um acréscimo de 40,3% , ou de 10 milhões de pessoas em 2 anos, ou seja, 5 milhões de novos habitantes por ano. Shangai salta da décima posição para a 4ª, com 25,1 milhões de habitantes, representando 32,3% de acréscimo. Beijing sobe 4 posições, passa da 19ª posição para a 15ª com aumento de 19,1%. Shenzhen praticamente se mantém e Wuhan deixa a lista, entrando no seu lugar Tientsin, com população em torno de 10 milhões de pessoas.

Jakarta na Indonésia é outra cidade que chama a atenção pelo grande aporte de pessoas neste mesmo período, 4 milhões em 2 anos.

Qual a capacidade das cidades absorverem esses fluxos migratórios tão volumosos? Considerando os dados da ONU, a tendência destes rápidos aumentos populacionais urbanos em tão curto espaço de tempo acaba por ser confirmada. Conforme as porcentagens relacionadas acima, a diferença entre população rural e urbana que em 2001 era de 6%, em questão de 7 anos, ou seja, em 2008 havia se igualado. A ONU informava então que pela primeira vez na história mundial a população urbana estava se tornando maior que a rural, ou seja, o mundo havia se urbanizado.

Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550.(...) A força de trabalho urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John F. Kennedy tomou posse. (Davis, 2006, p. 13-14)

2.1 – A “AJUDA INTERNACIONAL” - FMI E O BANCO MUNDIAL

Antes da Segunda Guerra Mundial, o termo “ajuda”, era empregado apenas entre as sociedades e instituições como a Cruz Vermelha, quando se referiam a donativos estrangeiros, portanto desconhecido dos governos e banqueiros. Durante a guerra o sentido da palavra foi ampliado, sendo usado primeiro pelos Estados Unidos quando se referiam ao fornecimento de equipamentos e materiais à Inglaterra. Em pouco tempo, o termo passou também a representar

[...] as relações de doações, empréstimos e assistência técnica estabelecidas entre países imperialistas e suas ex-colônias e, de maneira geral, entre o chamado mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido (SAMPSON, 1981, p. 101-2).

A ajuda tal como era entendida até então, passou a ser instrumento para:

[...] o exercício de influência política, estratégica, econômica ou cultural ou mesmo para descobrir novos mercados para expansão econômica dos países doadores. [...] Na nova retórica hegemônica do desenvolvimento, os países “fornecedores de ajuda” passaram a ser chamados de “doadores”, e o conjunto das agências nacionais e internacionais “doadoras” passou a ser conhecido como “comunidade de doadores”. Da mesma forma que “ajuda”, o termo “doador” está longe de significar “ceder ou transmitir gratuitamente” (SAMPSON, 1981, p. 101-2).

O termo “ajuda”, conforme descrito por Sampson, não apresentava um sentido humanitário¹⁸ como hoje é entendido, ou

¹⁸ O termo “ajuda humanitária” ou “intervenção humanitária” ganhou relevância apenas recentemente no cenário internacional. É uma consequência da gradativa da valorização dos direitos humanos no decorrer da história, principalmente no último século. Por sua vez, o conceito de direitos humanos surgiu como desdobramento jurídico das correntes humanista e humanitarista da filosofia. O Humanitarismo descende dessa ideia, e refere-se à doutrina que prega o dever da promoção do bem estar humano. Pode-se dizer, a grosso modo, que as intervenções humanitárias nasceram com o humanitarismo. Nasceram com o pressuposto que a proteção da vida deveria tornar-se um pressuposto defendido universalmente e qualquer interferência visando proteger indivíduos em territórios alheios constituía, de certa forma, uma intervenção humanitária. VAZ, 2010. In:

conforme Jean Pictet (1979) aponta, “o que queremos que os homens nos façam, devemos fazer para eles.” Na leitura de Sampson o aspecto humanitário é relegado ao segundo plano, pois a conotação dada ao termo “ajuda” não é mais um ato desinteressado...

Pelo contrário, abrigava interesses políticos, econômicos, sociais e militares ou de segurança significativamente objetivos: manter o poder, expandir as suas economias promovendo o aumento da produtividade econômica dos chamados países subdesenvolvidos, continuar a exploração dos recursos naturais e humanos, difundir valores Ocidentais, combater o comunismo etc. (RIBEIRO FILHO, 2006, p.62).



Figura 10: Foto A - Menina Afegã refugiada Hira Farouq, come pirulito enquanto brinca com outras crianças, 16 jan. 2012 (Muhammed Muheisen/Associated Press). Foto B - Crianças refugiadas, assistindo a aula e aprendendo versos do Alcorão numa favela nos arredores de Islamabad 18/01/12 (Muhammed Muheisen/Associated Press) In: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

O passo mais importante das Nações Unidas para início das operações de “ajuda” se deu em 1950, quando foi criado por sugestão do governo norte-americano o Expanded Programme of Technical Assistance for Economic Development of Underdevelopment Countries (EPTA), cuja principal meta era

[...] combinar e fazer uso das experiências de muitas nações, com diferentes padrões sociais e tradições culturais e em diferentes estágios de desenvolvimento, para facilitar o progresso nos países menos avançados e para ajudá-los a

resolver seus problemas técnicos e econômicos (EPTA apud PONSIOEN, 1968, p. 54)

Mais tarde, em janeiro de 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Special United Nations Fund for Economic Development (SUNFED) e nomeou para Diretor-Executivo Paul Hoffman, ex-administrador do Plano Marshall¹⁹. O objetivo do SUNFED era financiar atividades de “pré-investimento” em países em desenvolvimento, especialmente levantamento de dados e estudos de viabilidade, pesquisa aplicada, e capacitação de mão de obra e educação técnica.

Embora o SUNFED e o EPTA fossem considerados pelos governos dos países-membro dois programas separados, eles operavam em conjunto desde sua criação. Em janeiro de 1966, foram fundidos oficialmente com o nome de United Nations Development Programme – UNDP ou Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O PNUD, ao invés de criar uma burocracia própria para funcionar, passou a operar por intermédio das agências especializadas, inclusive com o Banco Mundial. (RIBEIRO FILHO, 2006, p.70)

De acordo com Davis (2006)²⁰, no início da década de 70 as proposições do Banco Mundial, na época administrado por Robert McNamara²¹, confluíram para a idéia de que a não remoção das áreas

¹⁹ Plano Marshall - O plano foi conhecido em março de 1947, depois de uma declaração do chefe de Estado dos EUA, general George Catlett Marshall. Segundo o plano, uma quantia de 17 bilhões de dólares seria liberada para que os países europeus reerguessem a sua economia. In: <<http://www.brasile Escola.com/historia/g/plano-marshall.htm>> Acesso em: 15 jan. 2012.

²⁰ Urbanista, historiador e ativista político. Mike Davis publicou uma série de trabalhos que se tornaram referências no meio acadêmico; entre nós o mais conhecido deles é o livro *Planeta Favela*, publicado em 2006. Não apenas sua obra, mas também sua trajetória de vida é marcada por experiências instigantes. Atualmente é professor no Departamento de História da Universidade da Califórnia, em Irvine, e editor da *New Left Review*. In: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&tipo=entrevista&edicao=25>> Acesso em: 25 out. 2011.

²¹ McNamara foi secretário de Defesa dos EUA por sete anos, entre 1961 e 1968, nas administrações dos presidentes John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon Johnson (1963-69). É conhecido como um dos mentores da Guerra do Vietnam. Depois de deixar o Pentágono, se tornou presidente do Banco Mundial “e devotou suas energias à crença de que melhorar a vida de comunidades rurais existentes em países em desenvolvimento era um caminho mais promissor à paz do que a construção de armas e exércitos”. (sic) In: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u591195.shtml>> Acesso em: 25 out. 2011.

faveladas passava a ser um negócio mais atrativo, uma vez que as remoções representavam uma solução mais cara. O foco tornou-se, então, a reestruturação das áreas no mesmo lugar.



Figura 11: Foto A - Irmãs Benedicta Macole e Susana Ritope Macole sobre os escombros de sua casa na favela de New Building (Guiné Equatorial). Dezenas de casas foram destruídas devido a um incêndio, 24 jan. 2012 (Rebecca Blackwell/Associated Press). Foto B - Moradores se aglomeram em torno de um caminhão de bombeiros na rua principal da favela New Building, onde um incêndio devastou dezenas de casas. 23 jan. 2012. (Rebecca Blackwell/Associated Press) In: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

É importante mencionar que a maior parte dos governos de países periféricos já no final da década de 70 haviam renunciado à idéia de combater a instalação de favelas ou remediar qualquer tipo de marginalidade urbana. Este aspecto pode ser apontado como devido à falta de políticas urbanas que contemplassem os pobres urbanos. A usurpação ou a tomada de moradias públicas subsidiadas pelo Estado por famílias não tão pobres, o desvio de recursos, os projetos urbanos e habitacionais inadequados aconteceram em todos os países do Terceiro Mundo (América Latina, Ásia e África). O papel minimalista destes Estados,

foi reforçado pela ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) impostos às nações endividadadas no final dos anos 1970 e na década de 1980 exigiram a redução dos programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional. Entretanto, o Estado de bem-estar social do Terceiro Mundo já vinha fenecendo mesmo antes que os PAEs fizessem soar seu dobre fúnebre - já que tantos especialistas que trabalhavam para o "Consenso de Washington" consideraram que o fornecimento de

moradias populares pelo governo era um desastre inevitável (DAVIS, 2006, p.71).

Na contramão desta ideia é possível encontrar algumas cidades com experiências bem sucedidas, onde ocorreu a construção de habitações públicas em larga escala. Entre elas estão Hong Kong e Cingapura. Davis continua colocando que, tirando algumas exceções, o Estado, em especial o pós-colonial, traiu amplamente as promessas originais dirigidas aos pobres urbanos. É consensual entre os urbanistas a idéia de que, nos países periféricos,

[...] moradia pública e com auxílio estatal beneficiou principalmente as classes médias e as elites urbanas que esperavam pagar poucos impostos e receber alto nível de serviços municipais (DAVIS, 2006, p.77).

O FMI e o Banco Mundial²² assumiram papel cada vez mais preponderante na determinação de parâmetros para a política habitacional urbana, impondo suas próprias teorias como ortodoxia mundial da política urbana. Entre 1980 e 1990 o Departamento de Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial cresceu tremendamente, assim como os investimentos, que em 16 anos passaram de 10 milhões de dólares em 1972 para 2 bilhões de dólares em 1988. (DAVIS, 2006, p.80)

A nova 'intelligentsia' do final da década de 70 e início de 80, como mencionado anteriormente, ao invés de pensar em uma reforma estrutural da pobreza urbana, como aquelas realizadas pelas democracias sociais na Europa logo após a 2ª guerra mundial, pregava a união entre o Estado e doadores internacionais através das ONGs com intenção de

²² O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram instituídos na conferência de Bretton Woods, em 1944, com funções diferentes, embora complementares. O FMI foi criado para defender o sistema monetário internacional, o que, na prática, significava ajudar governos a superar problemas em suas balanças de pagamento. O papel do Banco Mundial - seu nome oficial é Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - seria investir em programas que promovessem a reconstrução do pós-guerra. As duas instituições são criticadas por seus critérios e formas de funcionamento. O Fundo é acusado de usar uma receita única para todos os países e o Banco, de não dar a devida atenção a problemas humanos e ambientais em seus projetos. Tanto o Fundo quanto o Banco Mundial negam as acusações, mas ambos estão operando reformas internas para tentar atender as críticas. In: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010000_economia2.shtml> Acesso em: 25 out. 2011.

tornar estas últimas um instrumento, em muitos casos duvidoso, de capacitação dos pobres.

Desvendar esse panorama é uma tarefa complexa, pois é necessário levar em conta o poder de disseminação das idéias de instituições como o FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID²³, Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - OCDE²⁴, entre outras. Ou também de Agências Multilaterais como as organizações da ONU, o PNUD²⁵, a UNESCO²⁶, etc., que têm grande influência sobre intelectuais, centros de estudo e universidades de modo geral.

²³ O BID, Inter-American Development Bank (IDB) em inglês, é uma organização financeira internacional com sede em Washington. Foi criada em 1959 com o propósito de financiar projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial e regional na área da América Latina e Caribe. Desde o início das suas atividades o BID atuava na área de Desenvolvimento Urbano, mas sem a formulação de uma agenda própria. É a partir dos anos 70, que o BID irá adotar e seguir as proposições do Banco Mundial, aplicando-as ora de forma ortodoxa, ora com maior flexibilidade. Por norma, a cada ano o BID deve utilizar mais de 40% de seus recursos em programas que melhorem a equidade social na região. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Interamericano_de_Developimento> Acesso em: 30 nov. 2011.

²⁴ A OCDE é uma organização inter-governamental composta por aproximadamente 30 países que tem como princípio básico a democracia representativa e a economia de livre mercado. Os países membros são considerados países desenvolvidos com um alto Índice de Desenvolvimento Humano. A origem desta organização está em outra: a Organização para a Cooperação Econômica, criada em 1948 para ajudar a administrar o Plano Marshall – plano desenvolvido para reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Também é chamada de "Grupo dos Ricos" porque os países participantes produzem juntos mais da metade de toda a riqueza do mundo. Fundada em 1961 a OCDE constitui um fórum multilateral de discussão, desenvolvimento e reforma de políticas econômicas e sociais tanto internacionais como em nível nacional. A OCDE é uma importante fonte de informação estatística ao recolher e tratar informação, analisar tendências e desenvolver análises prospectivas econômicas e sociais das principais políticas públicas como agricultura, cooperação e desenvolvimento, educação, emprego, ambiente, comércio, ciência, tecnologia, indústria e inovação. In: <http://www.apambiente.pt/Rel_Int/OCDE/Paginas/default.aspx> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_Coopera%C3%A7%C3%A3o_e_Developimento_Econ%C3%B3mico>, acesso em 01 dez. 2011.

²⁵ PNUD – Programa ds Nações Unidas para o Desenvolvimento - é o órgão da Organização das Nações Unidas - ONU que tem por objetivo promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. O PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável, as condições de vida das populações, bem como executa projetos que contribuam para melhorar as condições de vida, nos 166 países onde possui representação. In:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_da_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_o_Developimento> Acesso em 25 out. 2011.

²⁶ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Foi criada em 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Pode-se dizer que uma das suas principais missões é reduzir o analfabetismo no mundo. Para isso a UNESCO financia a formação de professores e cria escolas em regiões de refugiados. Na área de ciência e tecnologia, promove

O Departamento de Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial – a partir de 1972 – e o Departamento de Habitação do mesmo, a partir de 1975, foram os grandes patrocinadores da estratégia da urbanização de favelas "in loco" e de projetos de lotes urbanizados. O intuito era tornar a moradia acessível às famílias de baixa renda sem o pagamento de subsídio. No entanto, o que aconteceu foi que, efetivamente, os mais pobres dentre os pobres ficaram à margem do mercado de empréstimo para construção por conta própria. Esse fato ocorreu em função do endurecimento das normas de recuperação do custo dos empréstimos do Banco Mundial, normas essas que passaram a fazer parte do “repertório neoliberal”. Do mesmo modo que as moradias fornecidas pelo poder público, os projetos executados com dinheiro do Banco Mundial tendiam também a serem "roubados" pelos não tão necessitados ou pela classe média. (DAVIS, 2006, p. 79-81)

Esse repertório neoliberal objetivou o ataque ao Estado Central até então tido como todo poderoso. O Estado Central é entendido como aquele que *Planeja* - que detém as informações, os dados, as estatísticas, enfim, o conhecimento do território. A crítica neoliberal:

infiltrou-se na brecha aberta, apoiando-se no argumento do “viés urbano” para denunciar o custo demasiadamente elevado de um urbanismo subvencionado, favorecendo as cidades em detrimento do campo e impedindo a mobilização da poupança privada, mais capaz, aos olhos dos liberais, de permitir um desenvolvimento urbano dinâmico. (OSMONT, 2002, p.10)

Conforme o olhar de Seabrook (1996) os favelados ao demonstrarem a habilidade,

[....] a sua coragem e a sua capacidade de resolver por conta própria seus próprios problemas foram abrindo caminho para a retirada da intervenção e do apoio do Estado. (SEABROOK, 1996, p.4-5).

Ou seja, os Estados (através dos governos locais principalmente) foram se desincumbindo do papel de provedor de moradias com função

pesquisas para orientar a exploração dos recursos naturais. Outros programas importantes são os de proteção dos patrimônios culturais e naturais além do desenvolvimento dos meios de comunicação. A UNESCO criou o World Heritage Centre para coordenar a preservação e a restauração dos patrimônios históricos da humanidade, com atuação em 112 países.

social e omitiram-se totalmente no gerenciamento e gestão das grandes porções de *não cidade* dentro das cidades nos países periféricos.

E mais ainda, o acesso à terra urbanizada transformou-se numa verdadeira barreira social para mais de um bilhão de latino-americanos, asiáticos e africanos. Visto como a porta de entrada para a moradia permanente, como um local definitivo após muitas peregrinações rurais e urbanas, o acesso à terra ou casa em local urbanizado, possibilita algo como ser cidadão diferenciado, passível de distinção social. No entanto, na maioria das grandes cidades, o acesso à terra urbana acontece através da informalidade urbanística e/ou fundiária. (ABRAMO, 2003).



Figura 12: Foto A - Duas garotas e um garoto, afegãos refugiados, caminham numa viela lamacenta em uma favela de Islamabad, Paquistão, 16 jan. 2012 (Muhammed Muheisen/Associated Press). Foto B - Família paquistanesa reunida ao redor de uma fogueira para se aquecer do frio em Islamabad, Paquistão, 13 jan. 2012 (Muhammed Muheisen/Associated Press) In: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

2.1.1 Novos Atores nos Processos de Ajuda ao Desenvolvimento Urbano – as ONGs

Nova série de medidas advindas do Banco Mundial e do PNUD, nos anos 90, colocaram em pauta o trabalho direto com as ONGs (ou Organizações Não Governamentais) evitando, de forma progressiva, o relacionamento com os governos. Na verdade, pode-se dizer que o surgimento das ONGs reconfigurou as relações de ajuda ao desenvolvimento urbano. (DAVIS, 2006, p.83)

Mas de que resultaram, e como surgiram as grandes ONGs Internacionais? O discurso comum coloca-as em um patamar de atuação onde os governos não conseguem ou conseguiam alcançar, ou seja, seu surgimento estaria relacionado com a falta de eficiência por parte do

poder público no atendimento das necessidades de determinados setores da sociedade.²⁷

As ONGs passam a ter um papel preponderante principalmente a partir da década de 90. A expressão vinha sendo usada pela ONU desde 1950 com o propósito de designar entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público. No entanto, a partir da década de 90 elas se reconfiguram, ampliando suas ações e colocando-se como “instituições privadas que têm uma finalidade pública, sem fins lucrativos. Em geral, as ONGs perseguem benefícios sociais ou ambientais”. (COUTINHO, 2004, p. 57-8)

A partir de 1995 assume a presidência do Banco Mundial o australiano James Wolfensohn²⁸, permanecendo até 2005. Este

Fez das parcerias e da redução da pobreza os novos pontos centrais do seu programa de ação. Solicitou-se aos governos do Terceiro Mundo que envolvessem as ONGs e os grupos de defesa na preparação dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (Derp) que o Banco passa a exigir como prova de que a ajuda realmente atingira o público alvo.” (DAVIS, 2006, p. 84)

Davis conclui que, nos mesmos moldes do antigo sistema de cooptação utilizado por McNamara, Wolfensohn também buscou trazer para os corredores do Banco Mundial os mais altos dirigentes das

²⁷ Herbert de Souza, o Betinho, que tanto se preocupou com direitos humanos, com a sociedade brasileira e com os menos favorecidos, desenvolveu um entendimento bastante distinto: uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política, é uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham. Poderíamos dizer que Betinho era um visionário!

In: http://www.direitolive.com.br/perguntas/1727/O_que_e_uma_ONG_Como_funciona_O_que_e_permitido_e_o_que_e_proibido_fazer.aspx Acesso em: 06 mar. 2012.

²⁸ Banqueiro, Wolfensohn ocupou cargos de grande importância no mercado financeiro, em especial nos EUA, mas paralelamente à carreira de economista bem sucedido desenvolveu também uma longa experiência como filantropo. Assim, quando assumiu a direção do Banco Mundial seu mandato ficou conhecido como a “Decade of Dedication to Poverty Eradication”; suas palavras diziam: “Let us move forward to fight poverty, to establish equity, and assure peace for the next

generation.”. In: <http://www.globalpolicy.org/component/content/article/209/43533.html>; <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/ORGANIZATION/EXTPRESIDENT2007/EXTPASTPRESIDENTS/PRESIDENTEXTERNAL/0,,pagePK:139895~theSitePK:227585,00.html> Acesso em: 30 ago. 2011

grandes ONGs, obtendo sucesso nessa estratégia. Mas, ainda segundo Davis, 2006, mesmo com esta "virada participativa do Banco Mundial" os verdadeiros beneficiários foram as grandes ONGs (ou seria o grande capital?) e não o povo onde os projetos foram implantados. (DAVIS, 2006, p. 84)

Se até a década de 1970 as ONGs estavam associadas aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, a lógica a que elas estarão submetidas será outra, balizada pelas estreitas relações que as grandes ONGs internacionais desenvolvem, em especial, com o Banco Mundial e as agências financiadoras ligadas ao grande capital. A partir de então, irão priorizar trabalhos, sobretudo, em parceria com o Estado e/ou empresas. Como exemplo, pode-se citar as Fundações Ford, Rockefeller, Kellog's, MacArthur, entre outras. Dentro deste perfil desenvolvem trabalhos de cunho "filantrópico - empresarial", proclamam-se "cidadãs", exaltando o fato de atuarem sem fins lucrativos. (COUTINHO, 2004, p. 58)

Parece que, a chegada das ONGs serviu como um colchão de ar que amortizou a inserção/radicalização (dos ativismos de base) ou movimentos sociais urbanos, impedindo o desenvolvimento da capacidade das comunidades em assumir papéis de negociação e tomada de decisões, criando assim, um novo tipo de clientelismo.

Do outro lado, as queixas sobre as dificuldades de gerenciamento dos recursos por parte das ONGs locais são extensas. Em geral suas ações são restringidas, pois precisam buscar fundos para projetos de curto prazo que apresentem resultados concretos. Assim sendo, o "urbanismo de projeto" foi em grande parte promovido por organismos, principalmente multilaterais, de ajuda ao desenvolvimento. E há várias razões para isto: uma das mais importantes é que a principal modalidade de ajuda praticada pelo Banco Mundial é caracterizada pela ajuda-projeto, que se distingue da ajuda-programa praticada por algum tempo por outras instituições de ajuda ao desenvolvimento. No tocante à participação da população dentro da ótica "ajuda-projeto", trata-se daquela participação instrumental, ou seja, a população consultada é apenas aquela que se supõe beneficiária do projeto. Critica-se, nesse caso, os responsáveis pelos projetos de tornarem instrumental a participação e, por isso, de se apoiarem cada vez mais nas ONGs nacionais e internacionais:

Quando o Banco Mundial se tornou o principal ator da ajuda ao desenvolvimento urbano nos anos 70, a abordagem por projeto logo se impôs em

nome de uma maior eficiência econômica. Com efeito, os projetos são, por definição, limitados no tempo e no espaço. Eles visam freqüentemente um setor do funcionamento urbano (os transportes, o habitat, por exemplo) ou uma porção da cidade (o centro, um bairro periférico a reestruturar, uma favela a melhorar). Eles devem, por definição, ser “bancáveis”, senão não serão financiados. Esses critérios podem permitir “maximizar” os resultados obtidos frente aos recursos destinados. (OSMONT, 2002, p.13)

Neste sentido, ações macroestratégicas para reduzir a pobreza urbana, por exemplo, estão ausentes na esmagadora maioria dos casos. Davis, ao reunir a opinião de muitos pesquisadores, desde indianos e paquistaneses passando por pesquisadores da América Latina e inclusive Brasil, chegando até os norte-americanos, afirma que as ONGs desviam e sublimam a raiva política garantindo a não explosão dos mais necessitados. Assim, as “declarações oficiais sobre “capacitação” e “boa governança” evitam questões básicas sobre a dívida e a desigualdade social, por exemplo. (DAVIS, 2006, P. 85-7)

Osmont (2002) e Maricato (2008) concordam com relação ao fato de que muitos dos planos são recebidos como receitas prontas para execução e não dialogam com as realidades locais. Não existe uma ligação entre o local e o nacional e até mesmo com outras realidades fora do país. São estratégias de políticas de desenvolvimento elaboradas a título de ajuda, seguindo os modelos operacionais dos organismos Multilaterais como Banco Mundial ou BID por exemplo.

São ações que visam inscrever-se localmente segundo um modelo global de reformas administrativas, tributárias, que muitas vezes tocam o coração das estruturas locais. (OSMONT, 2002, p.21)

Com relação ao Maciço do Morro da Cruz é importante considerarmos a íntima relação do Padre Vilson Groh com as ONGs que podem, segundo o olhar de Dantas (2012, p. 86), ter conduzido as demandas das comunidades dos morros a um processo de “terceirização”. Essa substituição dos movimentos sociais pelas ONGs poderia ser justificada, em princípio, por estas últimas obterem recursos públicos com maior facilidade, além de credibilidade e adesão das

populações empobrecidas, reduzindo o impacto dos movimentos sociais. Outra questão apontada pelo autor seria que as ONGs também se relacionam de forma diferenciada com o Estado e com o meio empresarial, colocando-se na condição de “parceiras”. Por fim, as relações entre Estado e os movimentos sociais seriam prejudicadas, justamente, pelo fato das ONGs intermediarem tal processo, enfraquecendo a relação direta entre os sujeitos históricos e o aparato estatal (DANTAS, 2012 e VENDRAMINI, 2008)

2.1.2 - Habitat I e II – As Conferências das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos

Diante deste cenário, onde questões básicas como desigualdade social, crescente pobreza em áreas suburbanas e omissão de políticas públicas para acesso à terra urbanizada não são verdadeiramente encaradas, a ONU propõe, em 1996, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos - Habitat II.

Esta conferência acontece vinte anos após o primeiro encontro ocorrido em Vancouver. Em 1976, a primeira Conferência (ou Habitat I) proclamou o direito à moradia, colocando-a em um mesmo patamar como um direito humano equiparável ao direito à Educação, à Saúde, ao Trabalho, à Igualdade da Mulher ou mesmo à Segurança Pessoal. (CIUDADES PARA UN FUTURO MÁS SOSTENIBLE. Documentos. Reunión de los Comités hábitat Europeos. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/rech/a003.htm>> Acesso em 15 nov. 2011.

Apesar de constar das agendas públicas e de ser uma das ações prioritárias elencadas pelos organismos e agências internacionais de proteção dos direitos humanos, essa questão, nos países periféricos, como vimos anteriormente, quase nunca foi alvo de devida atenção dos governos locais.

Maricato (2000) lembra que a Agenda Habitat II, resultante da Conferência da ONU para os Assentamentos Humanos (Istambul, 1996) colocou as cidades em uma situação sem igual. O texto é cheio de reivindicações que tradicionalmente fizeram parte do repertório da esquerda democrática. É repleto de alusões à defesa do direito à cidade e contra a exclusão social. Esta agenda foi não só aprovada por todos os governos participantes da Conferência, mas também foi aprovada por organizações não governamentais.

As ações concretas resultantes destes encontros sempre deixam a desejar e isto não é privilégio apenas da Conferência de Cúpula do

Habitat, mas também de outros encontros planetários tais como o recente COP 17 (Cúpula Climática das Nações Unidas, Durban, África)²⁹ ou a Rio-92, cujos temas (agenda 21, biodiversidade, clima, redução desmatamento) pouco avançaram. A própria Rio+20, conferência que aconteceu no Rio de Janeiro 20 anos após a Rio-92, teve seu temário alterado várias vezes, e finalmente baseou-se no desenvolvimento sustentável - economia verde, como única forma de obter um consenso entre todos os governos participantes.

2.2. –A ÓTICA DO PLANEJAMENTO URBANO NAS RELAÇÕES ENTRE O BANCO MUNDIAL E A AMÉRICA LATINA .

No período do *welfare state* o grande capital convivia com o grande estado (na ótica de Harvey). O enfoque alimentado pelo ensino de planejamento urbano na América Latina atribuía ao Estado – entendido como figura central na função de assegurar o equilíbrio econômico e social – o papel de portador de racionalidade, evitando as disfunções do mercado. (MARICATO, 2000)

A cidade produtiva versus a cidade inclusiva tornaram-se ainda mais antagônicas no final dos anos 70, através do urbanismo de projeto. O que foi que aconteceu neste momento?

Por um lado, as duas diferentes exigências de cidade: a produtiva e a inclusiva, tornavam-se ainda menos conciliáveis com a mundialização de tipo neoliberal que então se desenvolveu e que conhecemos até hoje, que sacrifica sistematicamente a inclusão dos cidadãos desfavorecidos, na busca quase obsessiva da eficácia econômica. Essa concepção liberal preconizou, portanto, de forma incisiva, o projeto urbano como modo privilegiado de intervenção sobre fragmentos do espaço urbano e da população urbana que fazem parte da cidade útil, aquela que promete performances econômicas satisfatórias. (OSMONT, 2002, p. 13)

²⁹ Desde que a UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change) entrou em ação em 1995, a Conferência das Partes (COP) tem se encontrado anualmente para verificar os progressos na relação com as mudanças climáticas. A COP serve como o encontro das Partes do Protocolo de Kyoto, que também adota decisões e resoluções para a implementação de suas provisões. In: <<http://www.cop17-cmp7durban.com/en/about-cop17-cmp7/what-is-cop17-cmp7.html>> Acesso em: 02 dez. 2011.

O predomínio da ideologia liberal é incontestado nos anos 80 e 90; segundo esta visão, a desregulamentação do estado deveria assegurar liberdade às forças do mercado, pois seria dessa liberdade de mercado que adviria o equilíbrio. Assim “de acordo com o ideário neoliberal, seria o fim do intervencionismo, da burocratização, da ineficácia, do autoritarismo das certezas e receitas.” (MARICATO, 2000, p. 129)

O projeto neo-liberal objetivou o ataque ao Estado Central até então tido como todo poderoso. O Estado Central aquele que Planeja, detentor do conhecimento, acabou oferecendo uma brecha aos críticos liberais,

apoiando-se no argumento do “viés urbano” para denunciar o custo demasiadamente elevado de um urbanismo subvencionado, favorecendo as cidades em detrimento do campo e impedindo a mobilização da poupança privada, mais capaz, aos olhos dos liberais, de permitir um desenvolvimento urbano dinâmico. (OSMONT, 2002, p.10)

A rigidez do Estado burocratizado contrapõe-se à flexibilização do Estado neoliberal, ou seja, este último pressupõe

“a flexibilidade na produção, no trabalho, no consumo e, com ela, a quebra do Estado-providência, da organização sindical, do pleno emprego, enfim, da certeza individual e familiar sobre o futuro” (HARVEY, 1992, p. 119)

Neste momento, início da década de 70, o Banco Mundial já agia sob influência das idéias do arquiteto e urbanista inglês John Turner³⁰. Mc Namara foi um dos principais responsáveis pela adoção do ideário deste arquiteto de orientação anarquista³¹. Turner fez uma estranha costura entre as idéias neoliberais e as anarquistas, pois através de sua experiência e encantamento com o espírito criativo dos pobres nas “barriadas” de Lima-Peru, onde trabalhou entre 1957 e 1975, prestou

³⁰ John F.C. Turner trabalhou no Peru por vários períodos e desenvolveu muitas de suas ideias sobre construção auxiliada de casas por mutirão na base de suas experiências peruanas. Suas publicações mais famosas sobre políticas habitacionais, várias delas em coautoria com o antropólogo americano William Mangin, que também trabalhou no Peru nos anos 1950 e 1960, fazem uso extensivo de exemplos peruanos, In: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0197397502000498>> acesso em 29 out. 11.

³¹ Turner foi grande colaborador do jornal anarquista inglês *Freedom*. (DAVIS, 2006, p. 80)

assessoria e buscou soluções para as moradias em assentamentos precários e irregulares. Desenvolveu a idéia de um urbanismo de baixo para cima, ou seja, a partir dos moradores. (ABRAHÃO, 2008, p. 114)

É interessante retomar 3 ideias-chave do pensamento do arquiteto Turner – *acesso, abrigo e propriedade*. O tema do *acesso* estabelece a ponte entre a casa e a cidade ou entre

as disciplinas da habitação e do urbanismo ou, de modo mais apropriado, a indispensável condição de posicionamento da casa dentro da cidade, especialmente quando se trata de casa para população de baixa renda, cuja localização está em geral estreitamente vinculada à geração de renda. (AGUIAR, 2010)

A idéia de *abrigo* está relacionada à vida da habitação produzida de acordo com os hábitos, de acordo com a cultura e com o comportamento das pessoas. Está relacionada também com a produção espontânea da moradia que apresenta uma enorme gama de soluções técnicas e de configurações espaciais que em geral projetos elaborados ou executados por construtoras não conseguem abranger. São habitações com alto valor de uso e baixo custo.

Sobre o princípio da *propriedade*, tema bastante controverso ainda hoje, propôs a legalização das urbanizações como um todo, não definindo necessariamente a propriedade individual.

Propôs, assim, um programa básico com abordagem autoconstrutiva e legalização das urbanizações espontâneas. A alternativa de baixo custo proposta por Turner e a abordagem pragmática atraíram McNamara como possível solução para o enfrentamento da crise urbana. (DAVIS, 2006, p.80)

Quando esteve no Rio de Janeiro, em 1968, Turner proferiu uma frase aos arquitetos do grupo Quadra³² que contempla muito bem as idéias sobre não remoção:

³² O Grupo Quadra Arquitetos Associados Ltda. – era formado por Sílvia Lavênere-Wanderley, Rogério Aroeira Neves, Sueli de Azevedo, Fernando Casério de Almeida e Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

O arquiteto, urbanista e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi um dos principais articuladores do Grupo. Iniciou sua participação no Grupo ainda recém-formado.

Seu compromisso com a cidade compreendia uma práxis transformadora. Descreveu o grupo como de orientação “declaradamente humanista”, através de intervenções que contavam com a participação de moradores. Foi inovador, polêmico e questionador, criou uma inovadora participação através da leitura dos desenhos dos próprios moradores para suas futuras casas no projeto de urbanização da favela Brás de Pina. Foi um dos pensadores urbanos mais ativos

A favela me foi mostrada como um problema e, no entanto, é a solução; os planos de erradicação eram citados como a solução, e são o problema.

(In:

<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6&from_info_index=16&sid=4> Acesso em: 21 out. 2011)

Sua passagem por aqui serviu de inspiração para várias Associações, Cooperativas e pessoas sensíveis ao tema da precariedade dos assentamentos humanos. Por exemplo, serviu de inspiração em 1968, para a Codesco – Cooperativa de Desenvolvimento de Comunidades³³. Os arquitetos e economistas desta Cooperativa ajudavam na elaboração de projetos e no financiamento do material de construção e o Governo do Estado se ocupava de construir a rede de água, esgoto e a iluminação. O processo todo se desenrolou em um inacreditável exemplo de democracia para tempos de ditadura e remoção. (PUGLIESI, 2002)

A Copeg – Companhia de Desenvolvimento do Estado da Guanabara, era uma agente do BNH e a Codesco apareceu como subsidiária desta. Era uma empresa de porte pequeno com apenas 40 funcionários. A Chisam - Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio³⁴ era o órgão federal responsável

durante os anos de chumbo. A experiência bem sucedida da urbanização da Brás de Pina serviu de base para o atual programa **Favela-Bairro** da prefeitura do Rio de Janeiro. In: <http://www.arqbrasil.arq.br/_arqdoc/textos/arqdoc_018.htm>, e

<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infoid=109> e Abrahão, 2008, p. 113. In:

<http://books.google.com.br/books?id=FwPgFNExSL4C&pg=PA113&lpg=PA113&dq=grupo+quadra+arquitetura&source=bl&ots=mrYbXwB-zj&sig=DDWhIfpLHeiYZRL_TICjbRnpDeg&hl=pt-BR&ei=Da2xTriPN4_EgAF9pNykAg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7&sqi=2&ved=0CFkQ6AEwBg#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 02 nov. 2011.

³³ A Cooperativa foi fundada em 1968 com apoio do jornalista Silvio Ferraz, que casualmente descobriu uma verba engavetada para doação do governo americano (USaid - agência norte-americana para desenvolvimento de projetos de infra-estrutura internacionais) especificada para viabilidade de urbanização de favelas. Antes que o prazo expirasse, o jornalista requisitou o dinheiro para criar a Codesco. Através dela, ele viabilizaria um projeto revolucionário e muito participativo: a transformação da antiga favela de Brás de Pina (Zona Norte –Rio de Janeiro) em bairro, nos anos 60. Este órgão fazia a intermediação entre os moradores e o BNH

In: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infoid=109>, acesso em 29 out. 2011.

³⁴ A Chisam foi criada no auge da ditadura militar pelo Governo Federal com o objetivo de em 10 anos erradicar todas as favelas do Rio de Janeiro. Entre 1968 e 1975, cerca de 100 comunidades foram destruídas e mais de 150 mil pessoas removidas. In:

pela política urbana no Grande Rio e todas as companhias estaduais eram suas agentes. No Rio, o papel de desfavelização e remoção era da Cehab – Companhia de Habitação do Rio de Janeiro³⁵.

O caso da antiga favela de Brás de Pina provou que a opção pelo investimento na urbanização é mais barato e dá mais retorno aos cofres públicos do que, por exemplo, a remoção dos moradores de comunidades pobres para conjuntos habitacionais afastados do Centro. Brás de Pina serviria depois como inspiração para outros programas urbanísticos do Estado. In: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6&from_info_index=16&sid=4> Acesso em: 21 out. 11.

Esta experiência ainda evidencia que, apesar da precariedade do meio, o modo criativo como os moradores da favela exercitaram a capacidade de se organizarem espacialmente de modo espontâneo é algo surpreendente. Desde o ponto de vista arquitetônico da acomodação do corpo ao espaço os resultados práticos desse tipo de organização parecem ter desempenho bastante superior àquele dos espaços projetados via institucional, seja por governos seja por organizações não-governamentais, para essas mesmas pessoas: conjuntos, núcleos e cohabs.

Assim como demonstrou Turner, nosso trabalho sustenta que o tema da habitação social ainda permanece como aquela incômoda pedrinha no sapato dos arquitetos. Ainda que estejamos avançando a passos largos nas tecnologias e nos materiais, no que diz respeito à espacialidade – entendida esta como acomodação adequada do(s) corpo(s) ao(s) espaço(s) – ainda temos muito a aprender com os modos de vida nascidos da informalidade. (AGUIAR, 2010)

Hoje é consenso, entre vários autores que, mesmo no caso de não remoção das comunidades, há necessidade de muitos recursos, e que as soluções convencionais introduzidas nem sempre têm resultados satisfatórios. Estes aspectos, contudo, não justificariam a persistente

<http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=21&infoid=8&sid=7> Acesso em: 06 nov. 2011.

³⁵ A Cehab foi criada em 1963 e atua até hoje. Em 1975 com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro incorporou o acervo e o patrimônio da Cohab-RJ. Sua prioridade é até hoje “construir moradias para as classes menos favorecidas”. In: <<http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/>> Acesso em: 30 nov. 2011.

omissão do poder público em se desincumbir dos compromissos históricos com a redução da pobreza e o suprimento do déficit habitacional.³⁶

2.3 – O PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID (HBB)

Como já foi enfatizado anteriormente, principalmente a partir dos anos 80 o Banco Mundial fez do combate à pobreza seu lema principal. Como meio para alcançar a implementação das políticas propostas, emite títulos capazes de captar recursos no mercado financeiro. Esta ação pode ser observada, já na década de 70, quando encontramos McNamara (presidente do BM entre 1968 e 1981) empenhado nos seus contatos em convencer os acionistas do BM a investirem em políticas urbanas e habitacionais nos países em desenvolvimento. Em 1975, faz um marcante discurso ao Board of Governors solicitando enfaticamente recursos para a área:

Historicamente, violência e convulsão civil são mais comuns na cidade do que no campo. Frustrações que se acumulem nos pobres urbanos são rapidamente exploradas por extremistas políticos. Se as cidades não começarem a tratar da pobreza de forma mais construtiva, a pobreza poderá igualmente começar a tratar as cidades de forma mais destrutiva. (Tradução de Pedro Fiori Arantes (McNAMARA, 1981, p. 316).

Houve inúmeros exemplos de exportação da matriz dominante do urbanismo para os países em desenvolvimento. Planos pilotos apareceram no ritmo dos planos de desenvolvimento econômico e social desde a metade dos anos cinquenta em vários países na África, como o caso citado do Senegal e o Brasil não fugiu à regra, com o Programa Habitar Brasil, do BM,. Aqui também tivemos o financiamento e a “ajuda” do BM, e, depois, do BID com o Programa Habitar Brasil/BID, em programas de urbanização ao longo de várias décadas. Ambas as instituições não são neutras e pretendem modelar um determinado uso do recurso público e de organização do Estado.

³⁶ De acordo com Davis (2006) Turner e os técnicos do Banco Mundial romantizaram o custo da moradia favelada.

As duas instituições difundem políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão estatal terceirizada, à mercê de um corpo técnico privado – formado por gerenciadoras de projeto, fundações privadas, ONGs e inúmeros consultores. Seu objetivo é transformar uma parcela dos governos locais nos países em desenvolvimento, especialmente os que administram os territórios que dão suporte aos negócios transnacionais, em estruturas administrativas treinadas para responder aos grandes interesses privados, ao mesmo tempo em que se desembaraçam de qualquer compromisso com a democracia real (ARANTES, 2006, p. 60).

Estas instituições multilaterais trazem nas suas estratégias de ação um repertório de políticas urbanas que apreçoam uma cidade eficiente, voltada para a produção mas, não necessariamente, seguindo as mesmas normas de urbanização utilizadas nos países europeus ou norte-americanos.

Na prática, a defesa da urbanização com baixos padrões significava a não-adoção dos princípios, até então apresentados como universais, da cidade moderna – adotados na reconstrução europeia e também em Brasília, por exemplo – como referência para as políticas e normas de urbanização e habitação no Terceiro Mundo. Com isso, a qualidade do ambiente construído deveria ser nitidamente inferior à dos países centrais e, em consequência, o atendimento aos direitos sociais realizados no urbano seria precarizado (ARANTES, 2006, p. 64).

2.3.1 - O modelo dos projetos das agências multilaterais – o surgimento do Desenvolvimento Institucional (DI)

Para implementação de seus projetos para a área social - educação, saúde, planejamento familiar e desenvolvimento urbano (habitação, urbanização de favelas, saneamento, abastecimento de água) o Banco Mundial desenvolveu um modelo que ficaria conhecido como Projeto de Desenvolvimento Municipal – PDM e que, com algumas variações, passou a ser replicado em todo o mundo, inclusive em

diversos estados brasileiros. Cada projeto deveria ser composto, basicamente, de duas partes: subprograma de infraestrutura e subprograma de desenvolvimento institucional.

Era principalmente através do componente de DI dos PDMs que o BM promovia os chamados “ajustes urbanos” nos municípios, em sintonia com os ajustes estruturais e setoriais de orientação neoliberal [....]. Não foi possível precisar o número de Projetos de Desenvolvimento Municipal financiados pelo BM em todo o mundo, mas uma rápida pesquisa em seu sítio aponta para cerca de mil registros, envolvendo inúmeras cidades. No Brasil, desde a década de 1980, foram financiados 10 projetos para vários estados e estima-se que cerca de 20% dos municípios brasileiros já participaram diretamente deles (RIBEIRO FILHO, 2006, p. 22-36).

Segundo Ribeiro Filho (2006) esses 20% equivalem a algo em torno de 1200 municípios brasileiros. Seria esse o montante estimado de participações diretas em projetos urbanos promovidos pelo BM no Brasil. Segundo este mesmo autor revela-se na literatura nacional e estrangeira uma carência de estudos que indiquem “o avanço da ideologia neoliberal e da cultura da economia de mercado através das contrarreformas conservadoras promovidas nas instituições municipais” (RIBEIRO FILHO, 2006).

As estratégias desenvolvidas pelos DIs foram importantíssimas para que a “engenharia institucional” do BM fosse bem sucedida no âmbito da difusão das ideias. As interrelações estabelecidas entre os agentes (governos, empresas de consultoria, consultores contratados e administrações locais) participantes do projeto não são em geral transparentes, assim como as relações entre os próprios agentes do projeto. No projeto que iremos estudar – Projeto Habitar Brasil/BID, Florianópolis - essas interrelações reiteram esse preceito:

A opção pelo DI devia-se, principalmente, à importância que o BM estava dando a este instrumento e ao papel que passou a exercer em seus projetos urbanos. Desde que começou a operar, no final da década de 1940, o BM utiliza o DI em seus projetos, mas como um elemento secundário em relação aos projetos de

infraestrutura. Quando se iniciaram as operações urbanas, em 1972, o DI continuou a fazer parte de seus projetos urbanos, mas também como um elemento de relativa importância. O interesse maior do BM ainda era pelos projetos de infraestrutura urbana. (RIBEIRO FILHO, 2006, p.19)

Ao referir-se ao papel do BID, Arantes (2006) observa que é a partir dos documentos norteadores do BM – Políticas Urbanas e Habitacionais formulados respectivamente em 1972 e 1975 -, que o BID passa a propor sucessivas agendas para as cidades em desenvolvimento. A partir da década de 70, o BID adota e segue as proposições do BM, aplicando-as ora de maneira ortodoxa ora de maneira mais flexível, no entanto sempre garantindo que ao menos 40% do orçamento fossem empregados em programas que melhorassem a equidade social na região em que atua. O BID acaba por assim dizer incorporando, não só a ideologia do BM, mas também o mesmo modelo de elaboração de Projetos.

O modelo de utilização do DI – Desenvolvimento Institucional - pelo BID seguiu, portanto as mesmas regras utilizadas pelo BM. Para Ribeiro Filho (2006),

[...] eclosão da crise da dívida dos países periféricos foi o sinal para que o BM começasse a realizar ajustes estruturais e setoriais em escala mundial e a considerar o DI como o elemento central de seus projetos de reformas neoliberais . O DI passava a ser considerado a chave para se promoverem as reformas institucionais que se julgavam indispensáveis. Ao mesmo tempo, o BM passou também a condicionar os seus empréstimos para projetos urbanos à participação das prefeituras nas ações de DI. Ou seja, as prefeituras somente teriam os empréstimos aprovados se se comprometessem a participar primeiramente dos projetos de DI. O lema do BM passaria a ser: primeiro as ideias, depois o dinheiro. Primeiramente, através do DI o BM difundiria suas ideias para, posteriormente, conceder o financiamento (RIBEIRO FILHO, 2006, p. 19).

De forma crescente o BM e o BID foram ampliando de maneira incondicional a presença e as dotações orçamentárias dos DIs em todos os setores da economia e também nas reformas do setor público.

Segundo Paul (1990) observou:

Três tendências significativas surgiram nos trabalhos do Banco Mundial nos DIs na década de 1980. Primeiro, a extensão ou a cobertura dos DIs em projetos do BM tornou-se generalizada. Quase 90 por cento dos projetos hoje têm componentes DIs em contraste com 72 por cento em 1978. A sensibilização para as questões relacionadas aos DIs por parte dos funcionários do banco e a exploração destas questões durante a fase de preparação dos projetos têm aumentado de forma constante (PAUL, 1990, p.35).

Kapur e Webb (2000) reforçam essa premissa trazendo alguns números em relação aos empréstimos concedidos:

Noventa e cinco por cento de todas as operações do Banco Mundial têm um componente do setor público envolvido. Em anos recentes os DIs surgiram como componente principal dos empréstimos, média de US\$ 5 bilhões por ano (cerca de um quinto de todos os empréstimos no período 1997-1999). Abrangem praticamente todo o leque das instituições públicas, destacando-se: a reforma administrativa e civil dos serviços das instituições públicas, gerenciamento dos gastos públicos, reformas administrativas, fiscal, legal e judicial, e reforma das empresas públicas. [...] (KAPUR; WEBB, 2000, p. 19)

Em resumo, ou os governos adotavam as “recomendações” das agências ou não recebiam os empréstimos. Primeiro dinheiro para os DIs e depois, de acordo com os resultados atingidos, viria o dinheiro para as obras de intervenção. No entanto no caso do Programa Habitar Brasil/BID – HBB, as liberações ocorreram paralelamente: isto veio a se configurar como uma tendência ao final dos anos 90, quando após

muitos “working papers” estas agências multilaterais se deram conta de que os DIs nem sempre reverberavam da maneira desejada.

A presença prolongada do BM em muitos países periféricos

[...] operando por longos períodos, difundindo suas ideias, conceitos e práticas sobre desenvolvimento, tem feito com que as elites burocráticas dos governos estejam cada vez mais afinadas com os seus procedimentos, práticas e ideias hegemônicas. (RIBEIRO FILHO, 2006, p. 51).

No caso do Programa Habitar Brasil/BID foi possível identificar vários profissionais que ora atuaram como técnicos do BID e ora como consultores contratados pelo próprio Banco e, em algumas outras situações ainda, esses mesmos profissionais eram ou são professores em instituições de ensino superior e/ou estão vinculados a laboratórios de pesquisa. Assim através da rede de relacionamentos e através de alguns nomes de profissionais pode-se identificar o caminho que as ideias fazem.

2.3.2 – O modelo do Programa Habitar Brasil/BID (HBB)

O Programa Habitar-Brasil/BID ou simplesmente HBB, foi inicialmente um programa piloto, criado em 1999 e ainda hoje em vigor, dentro da perspectiva institucional de atendimento à população mais carente - em especial aquela que ganha até 3 salários mínimos. Foi lançado dentro da administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso e foi tomado pelo seu caráter inovador como uma das possibilidades

[...] para solução da carência de condições adequadas de moradia e infraestrutura nas favelas brasileiras, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, atual Ministério das Cidades, que o implantou em trinta cidades, mediante um acordo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (CARDOSO, 2010, p.88).

O programa HBB tem, portanto, como órgão gestor o Ministério das Cidades (MC) e a Caixa Econômica Federal (CEF) continua sendo o

agente financeiro, técnico e operacional e também o responsável pela implementação do programa. Os recursos foram previstos no contrato de empréstimo 1126 OC/BR, firmado entre a União Federal e o BID em 1999. O total destinado à aplicação do programa foi de U\$ 417 milhões sendo que deste montante U\$390 milhões estão sendo gerenciados pela CEF. Destes, U\$ 58 milhões foram destinados ao Desenvolvimento Institucional e os restantes 332 milhões de dólares compõe o sub-programa de Urbanização de Assentamentos Sub-normais. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. In: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/index.asp> Acesso em: 15 mai. 2011.

O acordo de empréstimo foi firmado em setembro de 1999, momento em que foi criada a normatização necessária para gerar o orçamento disponível. Em um primeiro momento trinta (30) cidades foram escolhidas para a implantação do programa. O Programa foi expandido para outros municípios sendo que em 2005, ao encerramento das inscrições, havia 119 municípios inscritos. Em muitos casos os projetos e as ações contratadas prosseguem em implementação – esta é a situação em que Florianópolis se encontra (BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Programas e Ações, Habitar Brasil/ BID – HBB. In: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=507:hbb&catid=94&Itemid=126> Acesso em: 15 mai. 2011.

A liberação dos recursos foi garantida ano a ano:

[...] em dezembro de 2004 junto ao BID. Com o acordo, o dinheiro ingressa anualmente no Orçamento Geral da União. Hoje, existe programação orçamentária para até 2010 (BRASIL, Ministério das Cidades, Habitar Brasil BID/IDB, [200-], p.7).

O Programa HBB tem critérios que foram estabelecidos em âmbito nacional (Figura 13) Isto significa que, independentemente da comunidade, região, situação social, os critérios devem ser adaptados de acordo com a realidade sem infringir seus princípios básicos (KORC, 2005, p. 29).

SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PORTARIA Nº 67, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1999

Determina a aplicação das diretrizes e normas do Regulamento Operacional do Programa Habitar Brasil/BID

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Determinar, de acordo com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1.126/OC-BR, firmado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que, na execução do Programa Habitar Brasil/BID, devem ser cumpridas as diretrizes e normas do respectivo Regulamento Operacional, aprovado pelos contratantes.

Parágrafo único. O Regulamento Operacional de que trata esta Portaria encontra-se disponível na INTERNET, no site www.planalto.gov.br/sedu/sedu.htm.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OVÍDIO DE ANGELIS

Figura 13: Portaria que determina a aplicação das diretrizes e normas do Regulamento Operacional do Programa HBB. Fonte: Diário Oficial da União, 16/09/1999, p.38. In: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1406621/dou-secao-1-16-09-1999-pg-32/pdfView>> Acesso em: 15 jan. 2012.

O objetivo geral do programa, além da capacitação dos gestores e técnicos estaduais e municipais já descritos em item anterior, foi a promoção de intervenções em assentamentos precários localizados em regiões metropolitanas, capitais de estado e aglomerações urbanas (com mais de 20 mil habitantes).

A política elaborada pelo Ministério das Cidades através do Programa HBB assegurou recursos para dois subprogramas: o primeiro, sobre o qual discorreremos anteriormente, é o desenvolvimento institucional capacitando administrações públicas, porém dentro do modelo preconizado pelas grandes agências financiadoras multilaterais – **SubPrograma de Desenvolvimento Institucional de Municípios (DI)**; o segundo é o desenvolvimento de projetos integrados de urbanização voltados para população com renda de zero a três salários mínimos - **SubPrograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS)**.

O objetivo proposto em cada um dos dois subprogramas consiste em:

- **Desenvolvimento Institucional de Municípios (DI)**: criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional dos municípios para atuarem na

[...] melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, por meio de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais que permitam a regularização dos assentamentos subnormais, e da capacitação técnica das equipes da prefeitura que atuam no setor. Visa, ainda, propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo e implantar estratégias de controle e desestímulo à ocupação irregular de áreas (BRASIL, Caixa Economica Federal. In: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/index.asp> Acesso em: 15 mai. 2011.

Os DIs geram vários “Termos de Referência - TRs”. É através destes TRs que as empresas de consultoria ou os especialistas para ministrar capacitações são contratados. Cada TR pode gerar um ou mais produtos. Em geral estes produtos vão sendo executados pouco a pouco (e alguns, como no caso de Florianópolis, ainda estão inconclusos).

- **Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS)**: este subprograma tem como objetivo a implantação de forma coordenada de projetos de urbanização de assentamentos precários que englobariam não só a implantação de infra-estrutura urbana e recuperação ambiental mas também a regularização fundiária. Este sub-programa deveria assegurar a participação e mobilização da comunidade na concepção e implantação dos projetos. No caso de Florianópolis, este arranjo pode ser visualizado na Figura 14:

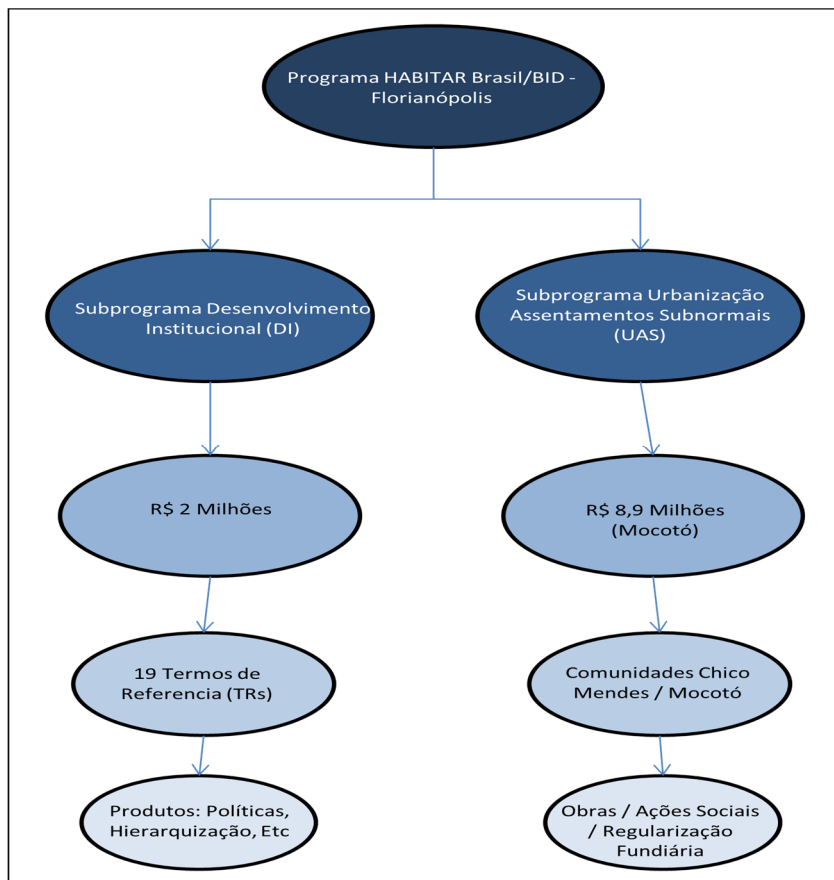


Figura 14: Organograma de funcionamento do Programa HBB em Florianópolis. Organizado por: Tomás, Elaine D. e Henning, Luciano A.

No entender de Cardoso (2010, p.89), a intervenção em áreas irregulares consideradas prioritárias para o município deveria compreender projetos integrados cujas ações contemplassem soluções para os problemas da comunidade escolhida sob todos os aspectos, sejam eles sociais, físicos, ambientais ou jurídicos.

Para o MC, seria a integração nos projetos de urbanização: as obras de engenharia deveriam ocorrer paralelamente às ações de trabalho social para atender as necessidades da população. Concluídas as obras, as áreas carentes deveriam estar aptas social e fisicamente para se

transformar em novos bairros da cidade. (BRASIL. Ministério das Cidades, Habitar Brasil BID/IDB, [200-], p.7).

Algumas das ações integradas ocorreram de forma parcial em poucos municípios, mas não em sua totalidade.

Alguns tiveram avanços institucionais com a criação de secretarias próprias, equipamentos e estudos técnicos que estão sendo utilizados até hoje, mas a maioria não tem utilizado os investimentos efetuados na capacitação institucional ofertada (CARDOSO, 2010, p. 245).

De acordo com Cardoso (2010) em Santa Catarina nove projetos de regularização fundiária foram contemplados pelo Programa Habitar Brasil BID: Biguaçu, Criciúma, Florianópolis (Chico Mendes e Mocotó), Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Palhoça e São José.

Como inicialmente o Programa HBB havia sido previsto somente para trinta grandes municípios e depois foi estendido para um número maior, esta decisão acabou por sobrecarregar a equipe do Ministério das Cidades dedicada ao programa. Isso teve impacto direto no andamento da execução dos programas, pois a maioria das decisões dependia de autorização daquela equipe que era pequena e insuficiente (CARDOSO, 2010, p. 244).

No entanto, apesar dessas considerações, não podemos negar

[...] que o Programa HBB trouxe consigo o sonho de uma cidade ideal, e havia um padrão a ser perseguido: instalações adequadas, equipe técnica municipal capacitada, Prefeitura equipada, políticas e programas integrados, planejamento e gestão, regulação urbanística e obras demandadas pela população de baixa renda (CARDOSO, 2010, p. 245).

2.3.3 - O Programa Habitar Brasil BID em Florianópolis

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, trouxe a possibilidade de uma nova postura institucional para se enfrentar as questões relacionadas ao desenvolvimento urbano. A ênfase na Constituição de 1988 (art. 182 e 183) sobre a função social da propriedade foi o ponto de partida para o enfrentamento destas questões.

A atual Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) de Florianópolis é fruto do desmembramento da antiga Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Essa separação ocorreu no primeiro trimestre de 2005, fruto também dos critérios de adequação ao Programa HBB.

As atribuições da SMHSA hoje compreendem:

- Gerenciar a política habitacional do Município, no sentido de atender as demandas habitacionais da população moradora nos assentamentos precários do município, entendendo essa demanda como o acesso à moradia, à infraestrutura urbana e de saneamento básico, os equipamentos urbanos tais como creche, posto de saúde, centros comunitários, áreas de lazer, centros de atividades econômicas, além de outros e à regularização fundiária;
- Gerenciar a política de saneamento ambiental do município (KORC, 2005, P.15).

Segundo informa Cardoso (2011), em entrevista realizada pela autora, Florianópolis passou a integrar o quadro dos 30 grandes municípios participantes do programa HBB por insistência da Prefeita Ângela Amin, já que, a princípio, Florianópolis não estaria contemplada na lista dos municípios a participar do programa piloto inicial.

No caso de Florianópolis, os dois subprogramas começaram a ser implantados concomitantemente, e desta forma, fôí necessário escolher imeditamente as comundiades que seriam “beneficiadas” pelo subprograma UAS.

Ainda segundo as palavras de Beatriz K. Cardoso (funcionária da CEF na Gerência de Desenvolvimento Urbano - GIDUR)

[...] a primeira comunidade que ela (a Prefeita) quis beneficiar foi a Chico Mendes, pois já havia o entendimento de que aquela era uma das áreas prioritárias. Depois ela quis beneficiar a comunidade do Mocotó porque era a mais antiga da cidade - na verdade, o programa Habitar Brasil BID previa que houvesse uma hierarquização. [...] A prefeitura tinha que fazer uma classificação e descobrir qual era a mais prioritária. Como estes projetos eram projetos pilotos, não houve esta hierarquização, a decisão foi do gestor público

mesmo, e então foi decidido: a Chico Mendes, e o Mocotó pela razão histórica. (CARDOSO, 2011³⁷).

O subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais, contemplou, portanto, mais especificamente a comunidade do Chico Mendes, que já havia sido contemplada por outro programa que o antecedeu, com características muito semelhantes, o Programa Habitar Brasil (HB)³⁸, e o Morro do Mocotó.

No Chico Mendes, o HB beneficiou algumas famílias em situação de risco extremo, com casas e obras de esgotamento sanitário. O projeto foi executado pela Prefeitura e “diferentemente do Programa Habitar Brasil BID, não previa a titulação, apenas obras físicas de infraestrutura e habitação” (Cardoso, 2010, p. 161).

Duas razões levaram o Mocotó a ser uma das áreas escolhidas, uma delas era cultural e a outra técnica. A razão cultural se baseava no fato da área ser uma das favelas mais antigas de Florianópolis, originada na construção da ponte Hercílio Luz, segundo a prefeita, sendo o número de migrantes bastante reduzido e identificando-se, portanto, com a história da Cidade. A razão técnica se baseava no fato de que esta área já havia sido objeto de um início de regularização fundiária pela COHAB que havia ficado inacabado. A grande vantagem do Mocotó era então, o fato da área já possuir alguns documentos fundiários exigidos pelo Programa Habitar Brasil. A poligonal do projeto, inclusive, foi traçada em função da documentação exigida e que já estava disponível. No início das conversações o Morro do Mocotó havia sido selecionado juntamente com o Morro da Queimada e o Morro do Bode. No entanto nestas outras duas Comunidades foi difícil comprovar a origem das terras, o levantamento seria muito moroso e o Programa Habitar Brasil BID impunha prazos exíguos. A prefeitura de Florianópolis poderia ter recebido mais recursos na época, no entanto, como encontrou essa limitação fundiária para a seleção de áreas, os recursos também foram restritos. (Entrevista Beatriz.K. Cardoso em maio 2011).

³⁷ Entrevista Beatriz K. Cardoso em maio 2011.

³⁸ O Programa Habitar Brasil (HB) foi constituído por obras de urbanização de favelas e de áreas destinadas a assentamento de famílias com renda mensal de até três salários mínimos que antes moravam em locais de risco ou insalubres. O programa desenvolveu ações integradas de habitação, saneamento e de desenvolvimento comunitário. In: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/2acao3.htm> Acesso em: 13 jan. 2012.

A previsão de investimento para o Mocotó era de R\$ 8,9 milhões³⁹. O projeto visava atender às 378 famílias que, na época, residiam no local. Previa também ações nas áreas de habitação (algumas remoções – 38 casas), sistema viário, rede de drenagem, pavimentação, construção de creche e centro de saúde, contenção de encostas, esgoto sanitário e equipamentos comunitários. Guardadas as devidas proporções de investimento, pode-se afirmar que este projeto constituiu uma espécie de protótipo para o que viria a constituir, depois, o Projeto Maciço do Morro da Cruz/PAC-Florianópolis, exceto pela pretensão, neste, de que se chegue à regularização Fundiária.

O sub-programa de Desenvolvimento Institucional do Programa Habitar Brasil/BID (HBB) em Florianópolis abrangeu inicialmente todos os 62 assentamentos precários até 2001 reconhecidos no município.

O subprograma DI do HBB, elaborado para Florianópolis previa o desenvolvimento de pelo menos 19 “Termos de Referência - TRs”, entre os quais a capacitação dos técnicos da prefeitura em formações bem específicas, como por exemplo, o MBA em Gestão Urbana, Habitacional e do Desenvolvimento Social que ocorreu em 2005 na UNICA⁴⁰; os demais TRs referiam-se a providências de caráter administrativo, como a Reformulação e Regulamentação do Fundo Municipal de Integração Social (FMIS) e do Conselho do FMIS e outras.

A lista parcial dos TRs localizados e os produtos que compõe cada um deles é apresentada a seguir. Como o acesso direto aos contratos foi negado pela CEF, a listagem que se apresenta está incompleta.⁴¹

³⁹ Ângela Amim inicia segundo mandato na Capital. In: <<http://www1.an.com.br/ancapital/2001/jan/01/1ger.htm>> Acesso em: 23 mai. 2011.

⁴⁰ Única - Centro de Educação Superior, criado em 1998 e desde 2007 é mantido oficialmente pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC). A instituição é credenciada junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 2006. In: <<http://www.sociesc.org.br/pt/unica/conteudo.php?id=7550&lng=2&mnu=8593&top=0>> Acesso em: 22 jan. 2012.

⁴¹ Os Termos de Referência elaborados pela SMHSA, os contratos, os produtos desenvolvidos pelas consultoras e também o plano de ação do Programa Habitar Brasil/BID estão arquivados na CEF, uma vez que são objeto de aprovação e servem de parâmetro para as auditorias pela CEF/GIDUR, após a execução dos trabalhos pelas consultoras. O acesso a esse material foi apenas parcialmente franqueado à pesquisadora, sem a possibilidade de qualquer tipo de cópia. Isto ocorreu sob a alegação de que o “material pertence à Prefeitura Municipal de Florianópolis e tem a SMHSA como “guardiã”. Para que se tivesse acesso a todo material lá depositado foi exigida uma carta da SMHSA, que não obtivemos, autorizando o acesso ao material e também aos contratos. A ideia ao acessar os contratos era a de que seria uma oportunidade para aprofundar o entendimento de sob quais condições esses termos foram cupridos; apurar datas

Nas tabelas 4 a 11, a seguir, são apresentadas as informações, que foi possível coletar, sobre onze desses TRs: número do contrato, quem gerenciou o mesmo, ano da contratação da TR; assunto da TR; número do produto (1, 2, 3, 4 ou 5); tema ou assunto do mesmo; número da revisão; data da entrega; se estava ou não disponível on line (em janeiro de 2012); o nome da empresa e a origem da mesma.

de contratação e entrega destes mesmos produtos; ver quais deles ainda estariam em aberto; quais tiveram que ser refeitos, e quantas vezes, até se adequarem às normas do Regulamento Operacional Programa HBB, etc, o que teria permitido uma análise mais acurada do processo.

Quadro 4 - Termo de Referência 2 Licitado pela SMHSA.

TR's	Número do contrato	Assunto da TR	Produtos	Assunto do produto	Número da revisão	Data de entrega	Disponibilidade online	Nome empresa	Origem
TR2	Contrato nº 0142 / SMHSA / 2006	Reformulação e Regulamentação do Fundo Municipal de Integração Social (FMIS) e do Conselho do FMIS	Produto 1	Análise Do Atual Fundo Municipal de Integração Social – FMIS	0	Junho de 2006	Sim	COBRAPE	Curitiba
			Produto 2	Avaliação do Fundo Municipal de Integração Social – FMIS	1	Junho de 2006	Sim		
			Produto 3	Proposta preliminar de composição do novo conselho	2	Novembro de 2006	Sim		
			Produto 4	Levantamento das fontes de recursos	1	Novembro de 2006	Sim		
			Produto 5	Composição, estrutura básica e atribuições do novo conselho e respectivos órgãos de assessoramento.	1	Novembro de 2006	Sim		
			Produto 6	Relatório Avaliativo e Descritivo de pelo Menos Três Fundos Existentes e que Tenham os Mesmos Objetivos do FMHIS	0	Novembro de 2006	Sim		

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 2 – Reformulação e Regulamentação do Fundo Municipal de Integração Social (FMIS) e do Conselho do FMIS (contrato nº. 0142/smhsa/2006). Organizado por Tomas, Elaine D. e Castro, Thiago H.

Quadro 5 - Termo de Referência 4 Licitado pela SMHSA.

TR's	TR 4			TR's
Número do contrato	Contrato nº 0143/SMHSA/2006			Número do contrato
Assunto da TR	Revisão e Edição da Política Habitacional do Município			Assunto da TR
Produtos	Produto 3	Produto 2	Produto 1	Produtos
Assunto do produto	Elaboração do Documento Base para Realização do Seminário Externo Política Habitacional do Município de Florianópolis	Realização do Seminário Interno e Elaboração do Documento de Sistematização do Evento.	Elaboração de Documento Base para Realização do Seminário Interno Política Habitacional do Município de Florianópolis.	Assunto do produto
Número da revisão	2	1	2	Número da revisão
Data de entrega	janeiro de 2007	janeiro de 2007	outubro de 2006	Data de entrega
Disponibilidade online	sim	sim	sim	Disponibilidade online
Nome empresa	COBRAPE			Nome empresa
Origem	Curitiba			Origem

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 4 – Revisão e Edição da Política Habitacional do Município (contrato nº. 0143/smhsa/2006) Organizado por Tomas, Elaine D. e Castro, Thiago H.

Quadro 6 - Termo de Referência 8 Licitado pela SMHSA.

TR 8	TR's
Contrato N° 511/SMHSA/2005	Número do contrato
Programa de Fiscalização e Controle das Ocupações	Assunto da TR
Produto 3	Produtos
Diagnóstico e Definição de Indicativos de Encaminhamento do Trabalho	Assunto do produto
1	Número da revisão
novembro de 2007	Data de entrega
sim	Disponibilidade online
IGPlan – Inteligência Geográfica	Nome da empresa
Curitiba	Origem

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 8 – Revisão Programa de Fiscalização e Controle das Ocupações (contrato n°. 511/smhsa/2005) Organizado por Tomas, Elaine D. e Castro, Thiago H.

Quadro 7 - Termo de Referência 9 Licitado pela SMHSA.

TR's	Número do contrato	Assunto do TR	Produtos	Assunto do produto	Número da revisão	Data de entrega	Disponibilidade online	Nome da empresa	Origem
TR 9	Contrato Nº 0112/SMHSA/2006	Estudo para a Hierarquização dos Assentamentos Subnormais.	Produto 1 A	Definição das Áreas e da Metodologia para os Serviços de Campo	?	s/ data	não	Cobrape	Curitiba
			Produto 1 B	Mapa de Delimitação da Poligonal	?	s/ data	não		
			Produto 2	Estudo para a Determinação do Grau de Risco dos Assentamentos Subnormais	1	janeiro de 2007	não		
			Produto 3	Estudos para a Determinação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Assentamentos Subnormais. Anexo A: Dados Brutos Pesquisa IDH. Anexo B: Mapas IDH Posicionamento dos Assentamentos Subnormais	2	junho de 2008	não		
			Produto 4	Caracterização Física e Ambiental dos Assentamentos Subnormais	2	junho de 2008	não		
			Produto 5	Estudos para Determinação da Metodologia para a Aplicação dos Critérios e Procedimentos que Orientarão a Definição dos Assentamentos Subnormais a Serem Objeto de Intervenção Prioritária	2	julho de 2008	não		

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 9 – Estudo para a Hierarquização dos Assentamentos Subnormais (contrato nº. 0112/smhsa/2006). Organizado por Tomas, Elaine D. e Castro, Thiago H.

Quadro 9 - Termo de Referência 14 Licitado pela SMHSA.

TR's	Número do contrato	Assunto da TR	Produtos	Assunto do produto	Número da revisão	Data de entrega	Disponibilidade online	Nome da empresa	Origem
TR 14	Contrato Nº 0144/SMHSA/2006	Monitoramento das Ações da Política Habitacional de Florianópolis	Produto 1	Relatório Técnico Avaliação De Sistemas Alternativos De Monitoramento De Planos, Programas E Projetos. Sistemática que Melhor se Adepte às Condições Técnicas e Administrativas do Município de Florianópolis	2	Abril de 2007	Não	IGPlan – Inteligência Geográfica	Curitiba
			Produto 2	Processo De Monitoramento e Avaliação Gerencial	2	Julho de 2007	Não		
			Produto 3	Sistemática de Avaliação de Impacto de Planos, Programas e Projetos.	1	Outubro de 2007	Não		
			Produto 4	Relatório Final e Manuais de Implantação e Operação das Rotinas Referentes aos Produtos 2 e 3	Final	Novembro de 2007	Não		

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 14 – Monitoramento das Ações da Política Habitacional de Florianópolis (contrato nº. 0144/smhsa/2006), organizado por Tomas, Elaine D. e Castro, Thiago H.

Quadro 10 - Termos de Referências 15 e 16 Licitados pela SMHSA

TR's		TR's	
Número do contrato		Contrato nº 0145/SMHSA/2006	
Assunto da TR		Parcelamento do Solo Urbano	
Produtos		Produto 1	
Assunto do produto		Diagnóstico Sobre os Critérios Existentes de Aprovação de Loteamentos para Habitações de Interesse Social	
Número da revisão		2	
Data de entrega		Novembro de 2006	
Disponibilidade online		Não	
Nome da empresa		COBRAPE	
Origem		Curitiba	
TR16		Contrato nº 0146/SMHSA/2006	
		Implementação de Programa de Regularização Fundiária, Urbanística e Edilícia em Terrenos Públicos e Privados	
		Produto 1	
		Análise das Ações de Regularização Fundiária	
		2	
		Julho de 2006	
		Não	
		COBRAPE	
		Curitiba	

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 15 – Parcelamento do Solo Urbano (contrato nº. 0145/smhsa/2006) e TR 16 – Implementação de Programa de Regularização Fundiária, Urbanística e Edilícia em Terrenos Públicos e Privados (contrato nº. 0146/smhsa/2006), Organizado por Tomas, Elaine D. e Castro, Thiago H.

Quadro 11 - Termos de Referências 18 e 19 Licitados pela SMHSA.

TR's	Número do contrato	Assunto da TR	Produtos	Assunto do produto	Número da revisão	Data de entrega	Disponibilidade e online	Nome da empresa	Origem
TR118	Contrato nº 0243/SMHSA/2006	Revisão do Código de Obras	Produto 1	Definição da Metodologia e Critérios Para a Realização dos Trabalhos	1	Junho de 2006	Sim	COBRAPE	Curitiba
			Produto 2	Levantamento de Informações e Análise de Modelos Existentes como Subsídios à Revisão do Código de Obras de Florianópolis	5	Julho de 2007	Sim		
	Contrato nº 0114/SMHSA/2006	Definição de Categorias de Zonas Destinadas à Habitações de Interesse Social – ZEIS	Produto 1	Diagnóstico do Processo de Ocupações irregulares/Parcial A: Relatório Complementando Fotos e Mapas Evidenciando a Situação Atual	1	Junho de 2006	Sim		
			Produto 2	Apresentação feita pelo GT (ZEIS)	1	Agosto de 2009	Não		
TR119	Contrato nº 0114/SMHSA/2006	Definição de Categorias de Zonas Destinadas à Habitações de Interesse Social – ZEIS	Produto 3	Estudo para a determinação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Assentamentos Subnormais	2	Junho de 2008	Não	COBRAPE	Curitiba
			Produto 4	Caracterização Física e Ambiental dos Assentamentos Subnormais	2	Junho de 2008	Não		

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 18 - Revisão do Código de Obras (contrato nº. 0243/smhSA/2006) e TR 19 - Definição de Categorias de Zonas Destinadas à Habitações de Interesse Social (contrato nº 0144/smhSA/2006) Organizado por Tomas, Elaine D. e Castro, Thiago H.

É a partir de 2006 que os contratos com as empresas de consultoria são efetivados. A Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE)⁴², empresa com sede em São Paulo, venceu a concorrência para executar grande parte dos serviços, planos, levantamentos, e análises previstos nos TRs. Desses 11 TRs, a COBRAPE atendeu 8. A empresa de Consultoria Inteligência Geográfica Ltda. (IGPlan)⁴³ de Curitiba atendeu outros 2 TRs, e não foi possível identificar a empresa responsável pelo TR do Georreferenciamento Municipal das Áreas de Interesse Social (AIS).

Em 2008, quando ocorre a contratação do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)⁴⁴, já desvinculado do Programa HBB, mas ligado ao Orçamento Geral da União, a VERTRAG⁴⁵, empresa também de Curitiba, vence a licitação.

Ainda em 2008, houve a contratação da Iguatemi – Consultoria e Serviços em Engenharia, empresa de Florianópolis, para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural do Morro da Cruz (PANAMC)⁴⁶. Evidencia-se assim, uma mudança no perfil das empresas de consultoria contratadas como prestadoras de serviço para a SMHSA: ao longo do Programa HBB foi notória a presença de grandes escritórios alheios à realidade da cidade. Um dos motivos destas contratações talvez tenha sido o alto nível de exigências requerido pelo BID e endossado nos Procedimentos Operacionais da CEF. Em um segundo momento acontece uma flexibilização destas exigências e uma mudança na origem dos recursos, que como foi dito, se vinculam então ao Orçamento Geral da União. Estas duas condicionantes teriam tornado possível a participação de empresas menores e locais nos processos de licitação. Outro fator que pode ter influenciado estas contratações seria o fato de que em 2008 já havia diponibilidade de técnicos locais com conhecimento suficiente para realizar intervenções integradas (projeto

⁴² COBRAPE – empresa de consultoria estabelecida há 20 anos no mercado. Está presente em todo território nacional. Possui mais de 250 projetos executados e um corpo fixo de cerca de 300 profissionais. In: <<http://www.cobrape.com.br/empresa.php>> Acesso em: 01 fev 2012.

⁴³ IGPlan, constituída em julho de 2001, é uma empresa de Consultoria, Desenvolvimento de Sistemas de Gestão e prestação de serviços com atuação orientada à geração, gestão e aplicação de dados e informações de âmbito social, econômico e ambiental. In: <http://www.igplan.com.br/?page_id=6> Acesso em: 01 fev. 2012.

⁴⁴ Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS - CONTRATO 669/FMIS/2008. Início execução Jan. 2009.

⁴⁵ VERTRAG – Planejamento Urbano. Empresa de consultoria especializada na elaboração, implantação e acompanhamento de projetos e atividades de desenvolvimento urbano e territorial. In: <<http://www.vertrag.com.br/>> Acesso em: 02 fev. 2012.

⁴⁶ Plano de Manejo do Parque do Morro da Cruz – PANAMC - CONTRATO 286/FMIS/2008. Início execução Mai. 2009.

físico, ações sociais e jurídico-administrativas ou de regularização) em assentamentos precários ou em outras palavras, técnicos, tanto na instância pública quanto na privada, capazes de executar a Regularização Fundiária Plena⁴⁷.

Um dos trabalhos mais importantes de DI desenvolvido foi a Hierarquização das Áreas de Assentamentos Subnormais, parte do TR 9. A empresa contratada para desenvolver a ação foi a COBRAPE, no entanto não há informações sobre quanto tempo esta demorou em ser desenvolvida, nem os prazos previstos para tanto.

Além do elevado grau de burocratização do Programa HBB, havia também a questão da inexperiência de atuação dos técnicos em um projeto que pretendia desenvolver ações físicas e sociais concomitantemente.

“Isto provocou muitos atrasos, tanto é que muito desses contratos têm 11 anos e não acabaram ainda, estão em andamento – ou, pelo menos, algumas das ações destes contratos ainda estão” (Entrevista Beatriz.K. Cardoso em junho 2011).

Ainda segundo entrevista à Cardoso (2011), seguindo a lógica do programa, o que os técnicos esperavam – CEF/GIDUR e SMHSA - era primeiro a liberação da verba para o DI, e depois, o dinheiro para as obras (Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS), que seria como um prêmio. No entanto, em nenhum município o prefeito apoiava a ideia de desenvolvimento dos DIs, pois “não é obra e, portanto não aparece”. Ainda segundo nossa entrevistada,

o que se ouvia na época era que o DI viria para estruturar a Secretaria de Habitação do Município, preparar os técnicos para trabalhar institucionalmente com população de baixa renda. Talvez o principal objetivo do DI fosse esse: equipar e capacitar a Secretaria de Habitação e, alterar a legislação se fosse necessário (código de obras, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, Plano Diretor – transformá-lo em

⁴⁷ Regularização Fundiária Plena: trata-se da regularização urbanística/ambiental/administrativa e patrimonial de áreas irregulares das cidades. A estratégia do Programa consiste em que cada associação comunitária, cada prefeitura, cada governo estadual, cada juiz, cada promotor, cada oficial de registro possua os meios técnicos e os instrumentos necessários para viabilizar essa missão (ROLNICK, 2007, p. 10).

participativo, etc..). (Entrevista Beatriz.K. Cardoso em junho 2011).

Em outras palavras, era tornar viável e exequível a Política Municipal voltada para a Habitação de Interesse Social. Efetuada a capacitação dos técnicos, a prefeitura receberia recursos para um subprograma de “Urbanização de Assentamento Subnormal” (UAS) para aplicar o conhecimento adquirido.. Em Florianópolis o que aconteceu de fato foi que os recursos chegaram juntos. A PMF recebeu o recurso para o DI - 2 milhões de reais, que na época, em 2001, era bastante expressivo - e recebeu junto o recurso para a UAS Chico Mendes e, um pouco mais tarde, veio o recurso para a UAS do Morro do Mocotó.

Ainda na perspectiva da nossa entrevistada, o grande ganho desta injeção de dinheiro na estrutura e capacitação da Secretaria de Habitação seria a tomada de consciência de que aquela nova estrutura era necessária para se instrumentalizar e aplicar os institutos, regras ou proposições do Estatuto da Cidade. Foi desenvolvida entre os técnicos uma nova cultura para estruturação da Política Municipal Urbana (através da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade) e também para aplicar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social (HIS). Pode-se dizer que os técnicos que trabalham na SMHSA, hoje têm um novo patamar de entendimento das Políticas Urbanas que estão sendo elaboradas pelo MC, assim como décadas atrás, em 1954, os técnicos que participaram da experiência do Padre Lebre⁴⁸ em São Paulo formaram uma nova geração de urbanistas e planejadores voltados para

Os problemas urbanos e não só para embelezamento de setores da cidade voltados para

⁴⁸ O Padre Louis-Joseph Lebre, ligado ao movimento Economia e Humanismo – cujo objetivo inicial era fomentar a pesquisa sobre o desenvolvimento harmônico - realizou um profundo estudo sobre a estruturação da cidade de São Paulo. Este estudo demonstrava um esforço enorme baseado em levantamento de dados como renda, qualidade das habitações, falta de equipamentos na estrutura de funcionamento de um dos principais centros industriais do país. O estudo culminou com a formação da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS). Alguns de seus colaboradores, como Celso Lamparelli, Antonio Claudio Moreira, Mario Laranjeira de Mendonça, Flávio Villça, Luiz Carlos Costa, entre outros, passariam a atuar nos quadros da docência acadêmica junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. A metodologia utilizada pela SAGMACS pôde ser aperfeiçoada, abrindo campo para a pesquisa urbana e regional e a introdução das demandas sociais dos habitantes junto aos trabalhos de urbanismo desenvolvidos a partir da década de 1960. In: <<http://web3.ufes.br/xishcu/cd-anais/trabalhos/183.pdf>> e <<http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/megaeventos-x-microguerras/>> Acesso em: 14 fev. 2012.

as elites, mas para pensar a cidade a partir das carências urbanas e não numa visão tecnocrática e idealista numa sociedade marcada por divisão socioespacial profunda (QUINTO JR, 2006, p.6).

Apesar deste ganho institucional e conceitual da SMHSA, pesquisando as páginas web do MC e da própria PMF, não foi possível encontrar o relato de experiências sobre os DIs e nem tampouco os relatos de pós-ocupação das UAS Chico Mendes e Morro do Mocotó.

No livro “Experiências em HIS” do MC de 2007 (p. 116-8), encontramos o relato de apenas 4 experiências em Santa Catarina com os seguintes projetos: Florianópolis (Comunidade do Chico Mendes – mas apenas descrição do projeto inicial), Caçador, Chapecó e Guarapiranga. Destes projetos, só o da Comunidade Chico Mendes foi realizado com recursos do HBB. Não há nenhuma menção ao projeto do Morro do Mocotó, que ao que parece foi realmente um programa truncado. Podemos elencar alguns aspectos que deixaram a desejar: o trabalho social insatisfatório; sérios problemas para identificação dos diferentes proprietários das áreas para proceder ao processo de regularização fundiária (área da União, do município ou particular); as ações de geração de trabalho e renda que não alcançaram êxito..

A Comunidade do Morro do Mocotó, segundo Cardoso (2010) não figurava entre os projetos cujo estágio de execução estivessem entre os mais adiantados. Presumia, aquela autora, que outros dentre os nove projetos selecionados pelo Programa HBB para Santa Catarina também não estivessem em estágios adiantados de execução ou mesmo acabaram se tornando experiências inconclusas.

2.3.3.1 As Dificuldades nas Ações Integradas

A previsão de conclusão dos dois subprogramas, das DIs e das UAS em Florianópolis, era para março de 2008, no entanto algumas atividades se estendem até 2012:

Contribuiu também para o atraso nas obras o fato de que, ainda na fase de aprovação da proposta urbanística, houve dificuldades na apresentação dos projetos, pois as empresas privadas não tinham experiência em intervenções em favelas, e foi difícil atender às exigências da CEF e SEDU. Tais dificuldades refletiram-se na execução das

obras, que algumas vezes tiveram de ter seus projetos revistos (CARDOSO, 2010, p. 177).

Com relação ao Programa HBB em geral, as razões para o atraso foram de várias ordens:

incapacidade institucional dos municípios caracterizada pela deficiência e in experiência das equipes técnicas; áreas de difícil regularização dominial; burocracia excessiva do programa; descontinuidade administrativa; indefinição de papéis dos técnicos da CEF e SEDU; interrupção na liberação de recursos por parte da União e a falta de cadastros adequados e atualizados tanto socioeconômicos como físicos e dominiais. (CARDOSO, 2010, p. 245-6).

Com relação ao desenvolvimento dos trabalhos sociais, ainda segundo Cardoso (2010), as dificuldades encontradas refletiram diretamente na execução das ações jurídico-administrativas. O depoimento da advogada da CEF, Josciane Locateli de Souza⁴⁹, que analisou e acompanhou os projetos, caracteriza bem como foi o andamento desse aspecto do projeto integrado. A advogada elenca várias dificuldades enfrentadas na operacionalização do projeto de regularização fundiária, em especial na comunidade do Chico Mendes:

i) falta de estrutura da equipe social e de consultoria especializada; ii) inexistência de um banco de dados confiável e atualizado, contendo o cadastro dos ocupantes da área, que propiciasse o acompanhamento da movimentação dessas famílias; iii) dificuldades para obtenção dos documentos pessoais; iv) não realização das ações de geração de renda para os titulares de Contratos de Permissão Não Remunerada de Uso; v) grande rotatividade dos ocupantes das unidades habitacionais e vi) onda crescente de violência existente, obrigando algumas famílias a abandonarem as casas por medo de ameaças, e por correrem risco de vida (CARDOSO, 2005, p. 40).

⁴⁹ Depoimento colhido por Beatriz K. Cardoso para o MBA em Gestão Urbana, Habitacional e do Desenvolvimento Social desenvolvido em 2005 na UNICA.

Ainda com relação à execução do projeto social, uma das maiores dificuldades iniciais foi a contratação de uma empresa terceirizada: isso custou a acontecer,

principalmente pelo fato de não haver no mercado empresa especializada e com técnicos com a capacitação exigida para o porte do projeto. As ações previstas acabaram sendo executadas pelos técnicos municipais, que tinham dificuldades de pessoal e não conseguiam realizar todas as tarefas exigidas (CARDOSO, 2010, p. 179).

De maneira geral observa-se que tanto na Comunidade do Chico Mendes como na do Morro do Mocotó houve maior priorização, nas UAS, das obras de urbanização em detrimento das ações de caráter social e jurídicas.

As ações visando à titulação, ainda precárias e sem efetividade, estão sendo implementadas nos municípios a passos lentos e somente porque constituem numa exigência do Programa Habitar Brasil BID, que obriga a titulação para os projetos integrados. Se assim não fosse, é possível afirmar que as ações jurídicas talvez nem fossem iniciadas pelas prefeituras, que encerrariam sua atuação nas obras físicas. Essa constatação não é uma novidade, já que repete um padrão verificado na maioria das experiências brasileiras de urbanização de favelas, nas quais as obras são priorizadas em detrimento das ações visando à titulação. O que se esperava é que o resultado nestas experiências fosse mais efetivo por ser uma exigência do Programa, que vincula a prestação de contas pelo recebimento dos recursos ao título definitivo da terra. (CARDOSO, 2010, p.253 e 254)

O resultado é esse descompasso de ações, que como foi dito acima não é novidade nas experiências brasileiras e pode ser observado nos dois projetos em questão. No caso do Chico Mendes os benefícios reportados são mais visíveis, como “a redução da violência, melhoria em termos ambientais, saúde, melhoria das casas, da inserção na cidade pois

hoje passa carro lá dentro...”⁵⁰ - a comunidade foi conectada à malha viária dos bairros lindeiros. Porém o objetivo primordial, que era chegar à segurança da posse, não aconteceu em nenhum dos dois casos. Hoje os moradores têm um contrato que os amarra à prefeitura, do qual consta que se eles não pagarem, perdem o imóvel.....no entanto, “é lógico que a prefeitura não vai tomar a decisão drástica de tirar ninguém, a gente sabe disso....”⁵¹, ou seja, em relação às ações jurídico-administrativas os avanços foram mínimos. Os moradores destas áreas continuam em situação de precariedade jurídica. Para alguns a segurança neste sentido até piorou, pois “não moram mais no que é deles”⁵².

Para a prefeitura dar continuidade às ações jurídico-administrativas é necessário um novo cadastro socioeconômico, pois já não se sabe mais quem são os moradores. Hoje existem muitas situações diferentes daquela original, assim não se sabe dizer por exemplo, quem é inquilino, quem é ocupante ou quem é beneficiário do início do Programa. A Prefeitura terá que refazer todo esse cadastramento mais uma vez, pois será necessário verificar se todas as famílias podem ser beneficiárias ou não. É necessário fazer um novo levantamento da área, novo diagnóstico socioeconômico, identificar qual instrumento do direito será passível de ser aplicado, discutir a aplicação desse instrumento com a comunidade e por fim iniciar a execução dos diferentes passos. Esse processo é bastante complexo mas poderia ter sido executado ao longo destes 11 anos.

Respondendo à questão levantada ao final do tópico anterior, a respeito das ações desenvolvidas nos dois projetos, se os mesmos seriam suficientes para transformá-los em bairros legais, integrados ao restante da cidade: poderia ser dito que sim, houve uma integração destas áreas à cidade, porém esta integração ocorreu apenas em alguns aspectos. Os aspectos urbanístico e físico (construção das casas) com certeza foram os mais evidenciados, em detrimento dos aspectos sociais e jurídico administrativos.

No entanto, no meio de todos estes aspectos que não atingiram o objetivo final surge uma contradição levantada também por Cardoso (2011), quando coloca que, na Comunidade Chico Mendes, os moradores possuíam o direito de permanecer na área e receber a titulação sem precisar pagar nada por ela⁵³. Essa possibilidade era real,

⁵⁰ Entrevista Beatriz K. Cardoso em maio 2011.

⁵¹ Entrevista Beatriz K. Cardoso em maio 2011.

⁵² Entrevista Beatriz K. Cardoso em maio 2011.

⁵³ As famílias assinaram contratos de empréstimo pelos benefícios recebidos e/ou casas e sentem-se inseguras diante do compromisso financeiro assumido, que mantém o direito de

pois a área era pública, estava no nome do município e os moradores residiam há mais de cinco anos (em 2001), então por lei tinham o direito de permanecer e receber um título. Os técnicos da prefeitura, muito provavelmente por desconhecimento e também inexperiência, aplicaram na área os procedimentos sugeridos pelo BID, o que acabou não dando a segurança da posse aos membros da comunidade. Esta situação se instaurou, pois os municípios seguiram à risca as orientações do BID

e impuseram a cobrança pelos benefícios concedidos, com previsão da concessão da propriedade definitiva somente após o prazo previsto para pagamento, embora não se observe estrutura institucional adequada para efetivar essa cobrança e tampouco o resultado esperado, que seria o retorno para os Fundos de Habitação. Essa premissa de retorno (dos benefícios), imposta pelo banco multilateral, trouxe uma situação paradoxal de insegurança na posse para as famílias, que tinham direito à terra para fins de moradia mas assumiram uma dívida que lhes preocupa e deixa inseguros. (CARDOSO, 2010, p. 255)

Através da Lei Federal nº 11.977/2009⁵⁴ é, também, possível proceder à legitimação da posse através da demarcação urbanística. Mesmo assim, para a regularização fundiária se tornar realidade ainda será necessária a elaboração de oito etapas. Cada etapa destas tem entre três e quatro ações, entre elas está a confecção de novo cadastramento socioeconômico dos moradores de cada edificação através da contratação de empresa especializada. Esta e outras ações necessárias, contudo, necessitam de recursos, que provavelmente não estão mais disponíveis para este fim, criando-se assim mais um impasse!

2.4 – DO MOVIMENTO DA REFORMA URBANA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

morar sob tutela da municipalidade. Os instrumentos de titulação possuem cláusulas punitivas que estabelecem a desocupação em caso de inadimplência (CARDOSO, 2010, p.254).

⁵⁴ Lei nº11.977. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Capítulo III – Da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. Esta lei vem dar suporte à implementação da Política Nacional de Regularização Fundiária, instituída em 2003. In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm> Acesso em: 03 fev. 2012.

O Brasil enquanto Estado democrático de Direito com forte viés social passou a existir, segundo Fauth (2008, p.21), principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. As políticas sociais e demandas públicas ganharam ênfase neste período. Para o Direito isto significou uma importante mudança de paradigma, pois a partir de então, inspirada em ideais de justiça social e no reconhecimento de novos direitos coletivos, evidencia-se a necessidade de revisão de alguns institutos, dentre eles, o da propriedade privada, que passa a ter uma função social. Alcançou-se, na Constituição Cidadã, o entendimento de que o coletivo/social se sobrepõe ao particular/individual.

Com efeito, a partir da década de 80 é possível observar algumas tentativas de avanço na política urbana brasileira. Em 1983, com a apresentação do projeto de instituição da Lei de Desenvolvimento Urbano (PL 775/1983) na Câmara Federal, seriam criados instrumentos de política fundiária urbana que capacitariam o poder público a controlar a valorização especulativa da terra e também a obtenção de áreas urbanas para habitação social. No entanto, em 1995 este projeto foi arquivado, por solicitação do próprio Poder Executivo - “pela pressão dos lobbies do capital imobiliário e fundiário. Somente com a elaboração da nova Constituição entre 1987 e 1988 é que a questão urbana ganha destaque e assume um papel importante no cenário político brasileiro” (QUINTO JR., 2006, p.9).

Historicamente, também de acordo com Quinto Jr., foi apenas nos anos 30, período de rápida industrialização, de grande afluxo de imigrantes e de migrantes para as cidades brasileiras, que a necessidade de uma Política Habitacional gestada pelo Estado surgiu com grande força. Parte dos recursos dos Institutos de Previdência (IAPs) seriam destinados para a produção de Habitação Social, porém, o objetivo da aplicação destes recursos visaria mais o crescimento da margem de lucro destes Institutos do que destinar realmente recursos para a Habitação Social. Em 1945, surge a proposição de criação de uma Caixa Nacional de Habitação, iniciativa que esbarraria na completa desarticulação entre governo federal e administrações municipais. Principalmente porque “as legislações municipais não possuíam instrumentos capazes de formar Bancos de Terras, o que encarecia em muito as tentativas de implantar uma política habitacional efetiva” (QUINTO JR., 2002, p.5).

No nosso entender, é nesta incapacidade de criação de um Banco Público de Terras⁵⁵ e de instrumentos de direito urbanístico, como o

⁵⁵ Banco Público de Terras: Conceito aplicado no início do século XX em muitas cidades europeias com administrações de orientação socialista. Tinha como objetivo criar reservas de terras no

direito de preempção, onde a preferência de aquisição é do Estado, é que se encontra uma das grandes mazelas das quais sofremos, até alguns anos atrás. Somente com os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, e principalmente com o estabelecimento da função social da propriedade⁵⁶, é que iniciamos um tímido processo de amenização dessas mazelas.



Figura 15:

Foto A - Moradores da Favela do Pinheirinho prontos a defender sua área de moradia contra policiais que aguardavam a chegada da ordem judicial para expulsá-los de suas casas, São José dos Campos, São Paulo. Muitas das 1500 famílias vinham ocupando aquele pedaço de terra nos últimos 8 anos, estavam à espera da decisão judicial (local) que iria despejá-los reintegrando a posse aos antigos proprietários, 13 jan. 2012 (Marcelo Alves/Reuters).

perímetro urbano, destinadas ao assentamento de famílias provenientes de áreas rurais ou caracterizadas como áreas de risco. A primeira vez que se tem notícia da aplicação deste conceito foi em Frankfurt através do Prefeito Franz Adikes, em 1893. Desenvolveu projeto de controle sobre a expansão urbana e dentre os princípios estavam instrumentos como o direito de preferência, expropriação de terras e a formação de banco de terras municipais onde o município poderia realizar a política habitacional. Desde o início do boom de crescimento das cidades alemãs, os urbanistas e administradores perceberam que a questão habitacional não era simplesmente um problema de ordem tipológica, mas um problema ligado ao processo de especulação imobiliária, que procurava aproveitar ao máximo as rendas criadas a partir da incorporação de novos terrenos em função da expansão do perímetro urbano (QUINTO JR., 2002, p. 74).

⁵⁶ Mesmo assim, onze anos após a implantação do Estatuto da Cidade assistimos a situações lamentáveis como a ocorrida em 22/01/2012, em São José dos Campos (SP) na Comunidade do Pinheirinho. Foram removidas forçosamente 1.600 famílias, algo em torno de 6.000 pessoas que habitavam há 8 anos uma área pertencente à massa falida de Naji Nahas.

Foto B - Policiais caminhando através de barreira incendiada pelos moradores que resistiam à decisão de uma juíza local devolvendo a posse aos “supostos” donos, 13 jan. 2012 (Roosevelt Cassio/Reuters).

Foto C - Morador do Pinheirinho ouve com atenção enquanto toma conhecimento da liminar federal que temporariamente suspendeu a ação de despejo da área, 13 jan. 2012 (Roosevelt Cassio/Reuters).

Foto D - Polícia dispersa manifestantes contra o despejo dos moradores do Pinheirinho em São Paulo capital, 25 jan. 2012 (Nelson Antoine/Associated Press) In: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

Pode-se afirmar que a falta de vontade política também foi outro fator importante, pois as administrações, no início do século XX, em cidades importantes como São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente, estavam em mãos de pessoas que representavam a oligarquia, como Antônio Prado⁵⁷ e Pereira Passos⁵⁸. O interesse desses políticos era essencialmente o de *limpeza* do centro urbano através de uma higiene social, preparando-o para a expansão do capital imobiliário e afastando os pobres desse espaço – movimento que ocorreu também em Florianópolis na mesma época, como veremos adiante. Não se tratava de um projeto social de realocação, mas sim de “higienização social” do centro. Conquanto que os pobres fossem para a periferia – mesmo sem algum tipo de infraestrutura - seria o suficiente. A proposta da criação de um Banco de Terras onde o Estado teria a preferência na aquisição destas com finalidade social não fazia parte deste projeto de cidade.

Por outro lado, a Europa, nesta mesma época, primeiros anos do século XX, em especial nas grandes cidades da Alemanha e da Inglaterra, estava repleta de enormes contingentes de trabalhadores urbanos que lutavam por moradia digna e aluguéis baratos. A habitação social foi uma das formas encontradas para gerenciar os conflitos

⁵⁷ Antonio da Silva Prado, filho de membros da aristocracia cafeeira, era formado em direito pela atual Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da USP, com posterior especialização em Paris. Foi prefeito de São Paulo por 12 anos consecutivos, entre 1899 e 1911. Empreendeu grande reforma urbanística da área central de São Paulo, nos moldes do Plano Haussmann, afastando os pobres que viviam nesta área para os subúrbios. In: TOMÁS, 1987, p.28 e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_da_Silva_Prado> Acesso em: 13 fev. 2012.

⁵⁸ Francisco Pereira Passos, filho de barões, era formado em engenharia civil. Passou vários períodos da sua vida adulta em Paris e foi fortemente influenciado pelas reformas urbanas propostas pelo Plano Haussmann. Como Prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, promoveu uma grande reforma urbanística e sanitária. Cerca de 1600 prédios residenciais foram demolidos. As habitações populares construídas foram insuficientes para abrigar parte considerável da imensa população atingida pela remodelação urbana. Nesta época, boa parte do centro ainda era ocupada pelos pobres; esta remodelação promoveu, é claro, uma rápida valorização do solo na área central. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Pereira_Passos> Acesso em: 13 fev. 2012.

urbanos resultantes do rápido crescimento destas cidades industriais. Neste momento, assim, estavam sendo desenvolvidas políticas sociais de caráter redistributivo, coincidindo com administrações locais de orientação socialista em muitas das cidades industriais europeias.

É neste contexto que nasce em Amsterdam, na Holanda, imbuída de ideais socialistas, a “Amsterdam School”. No início do século 20, Amsterdam possuía um clima político e uma vida cultural excepcionalmente férteis. Através de formas únicas e interessantes o movimento arquitetônico iria alterar drasticamente a aparência da cidade. A Escola de Amsterdam foi um estilo de Arquitetura reconhecido a partir de 1910 até mais ou menos 1930. Formou parte do Movimento Internacional Expressionista de Arquitetura, que por sua vez estava relacionado ao Expressionismo Alemão, cujo movimento empregava o uso de tijolos nos prédios muitas vezes com função autoportante.

Alguns dos arquitetos que haviam trabalhado em um mesmo atelier, de crenças e temperamento artístico semelhantes, produziram vários projetos e obras que foram rotulados como “A Escola de Amsterdam.” O grupo deixou uma marca estética extraordinária na cidade que ainda é fortemente visível. Este estilo arquitetônico foi na maioria das vezes empregado em projetos de habitação social (working-class housing estates), instituições e escolas⁵⁹.

As figuras nº 16, 17 e 18 abaixo ilustram alguns desses conjuntos habitacionais de cunho social e/ou construídos para operários em Amsterdam e nos seus arredores, durante as primeiras décadas do século XX.

⁵⁹ Os três líderes da escola de Amsterdam - Michel de Klerk (foi o mais conhecido e quem elaborou alguns dos principais conceitos da escola), Johan van der Mey e Piet Kramer – prestaram serviço para um mesmo arquiteto chamado Cuypers, até mais ou menos 1910. Ao se irem desligando do atelier passaram a empreender esforços na formação do movimento. Estes 3 arquitetos foram responsáveis pelos projetos dos edifícios, quase todos institucionais, enquanto um quarto arquiteto, Hendrik Berlage, seria o grande responsável pelos novos traçados urbanos. Em 1905 Amsterdam foi a primeira cidade a estabelecer um código de obras e Johan van der Mey seria contratado pela prefeitura como “consultor estético” para criar uma visão e uma unidade artística no entorno dos prédios. In: <<http://rogershepherd.com/WIW/solution3/deKlerk.html>> Acesso em: 12 mar. 2012.



Figura 16: Conjunto habitacional Lage Diamanthuisjes construído para trabalhadores em 1891, com 82 unidades habitacionais. Arquiteto: A. L. van Gendt. Este conjunto situa-se ao lado da lapidação de diamantes, construída posteriormente em 1907. Na época situava-se nos arredores de Amsterdam. In: <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/140> Acesso em: 09 mar. 2012. (Fotos: Tomás, 2011)



Figura 17: O conjunto Zaanhof é um exemplo de habitação social construído de maneira inovadora. O projeto ocupa um quarteirão inteiro e é aberto para o interior (possui um belo pátio bem arborizado), abrindo mão dos tradicionais blocos longos. O grande pátio interno dá ao projeto ênfase ao caráter rural. Arquiteto: H. J. M. Walenkamp. Ano: 1916-1919. Cliente: Prefeitura de Amsterdam. (Fotos: Tomás, 2011).



Figura 18: Um dos portais de acesso ao conjunto de casas dos trabalhadores com dizeres inspirados na política social do início do século XX. In: <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/186> Acesso em: 09 mar. 2012. (Foto: Tomás, 2011).

O texto, em holandês arcaico, coloca o seguinte:

Agregadas aos trajes estão a honra pessoal, sua dignidade e graça. A casa bem construída representa a indumentária de vida enaltecendo a política do conselho municipal e seus feitos. Totalmente vestida com traje festivo, com júbilo e esplendor.⁶⁰

⁶⁰ Em inglês: Attached to the garments are peoples honour, it's dignity and Grace. The wellbuilt house is live's garment praise the policy of the city council what she did here. Fully clothed in festive attire, with gaiety and splendour.



Figura 19: Het Schip ou The Ship (O Navio) , apelido carinhosamente dado a um dos três blocos que compõe o conjunto. Foi construído em 1919 pelo conhecido arquiteto Michel de Klerk, possui um desenho inovador e formas individualizadas que oferecem conteúdo à identidade coletiva. O conjunto possui além das 102 casas, uma escola, um posto do correio (hoje museu Michel de Klerk) e uma sede comunitária. (Fotos: Tomás, 2011).



Figura 20: Torre elegante em formato de torpedo. É o grande destaque do conjunto e ainda hoje marca presença na cidade. Antigamente o local era uma região portuária e como toda área com estas características era provida de casas executadas com baixa qualidade material. A ideia deste projeto, como em outros, era a de trazer dignidade aos trabalhadores. In: <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/175> Acesso em: 12 mar. 2012. (Foto: Tomás, 2011).



Figura 21: O nome deste conjunto é P.L. Takstraat, em homenagem a Peter Louis Takbuur, diretor da Associação de Habitação Social The Dawn, sem fins lucrativos. Foi construído em 1919 e 1921. Os autores do projeto são dois importantes arquitetos da Escola de Amsterdam – Michel Klerk e Piet Kramer. Com o seu design espaçoso, fachadas dinâmicas e rico em esculturas, o complexo residencial tem no trabalhador um monumento à emancipação do movimento operário. In: <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/141> e <<http://archrecord.construction.com/>> Acesso em: 12 mar. 2012. (Fotos: Tomás, 2011).



Figura 22: Tuindorp Watergraafsmeer ou Betondorp. Entre 1923 e 1928 foi construída, ainda longe de Amsterdam, a assim chamada “Vila de Concreto”. O nome se deve às 900 casas construídas experimentalmente em 10 diferentes sistemas de concreto. Outras 1000 casas foram construídas em tijolo em um estilo tradicional. O projeto foi assinado por: Dick Greiner e mais oito arquitetos. A urbanização foi planejada com pequenos quarteirões, ruas curvas e muito verde. Fazem parte dos equipamentos locais uma biblioteca, um centro comunitário e pequenas lojas que contribuíram para um ambiente ideal suprimindo as necessidades básicas em pequena escala dos trabalhadores e funcionários. Algumas celebridades nasceram e cresceram neste conjunto, e entre elas, talvez o mais conhecido seja o jogador de futebol Johan Cruyff. In: <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/202> Acesso em: 12 mar. 2012. (Fotos: Tomás, 2011).

O Brasil dos anos 1930 e 40 tinha, no seio das organizações do movimento operário, uma orientação anarquista, e por princípio isto implicava em não investir em reivindicações reformistas. No entanto na Europa, muitas das organizações operárias possuíam orientação

francamente socialista e a Reforma Urbana representava uma plataforma política muito importante,

[...] prova disto foi como a questão da habitação social seria rapidamente incorporada pelas administrações locais alemãs como forma de responder às lutas operárias e ao movimento sindical. Podemos citar também o caso holandês onde o Partido Socialista foi o impulsor da legislação de habitação de interesse social em 1901. Assim, é necessário [...] apontar os movimentos dos socialistas organizados em partidos e sindicatos e não os socialistas utópicos do início do século XIX como um dos construtores da cidade moderna (QUINTO JR, 2006, p.6).

A história da produção da habitação operária entre as décadas de 30 e 50 é bastante rica e foi fartamente detalhada por Nabil Bonduki em seu livro *Origens da Habitação Social* (2004), mas o mais significativo é que ao tomar contato com este estudo foi possível relacionar diferentes processos de provisão habitacional que aparentemente não tiveram nada a ver um com outro, a não ser um único fato: o reconhecimento de que este tipo de provisão era responsabilidade do Estado e que sua adequação deveria ser gerenciada por ele. Temos diferentes medidas tomadas no mesmo período como: o Decreto-lei 58⁶¹ (1937); a Lei do Inquilinato⁶² (1942) e a criação de órgãos federais e regionais – como as

⁶¹ Decreto-Lei N° 58, 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. O objetivo jurídico primeiro desse decreto era a regulamentação da venda de terrenos a prazo. Como segundo objetivo tinha-se o fato de esta ser a primeira lei brasileira a tratar de regulamentar a questão do parcelamento do solo para fins urbanos. Este instituto seria alterado pelo Decreto 3.079/38, Decreto Lei 1.068/39, Decreto Lei 271/67 e finalmente pela Lei 6.766/79, atual Lei de Parcelamento de Solo Urbano. Para fins de parcelamento de solo rural, esse decreto continua em vigor. In: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparcels_24.pdf> e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm> Acesso em: 13 fev. 2012.

⁶² Durante o Estado Novo (1937-1945), foi instituída a Lei do Inquilinato (1942), lei que tinha como objetivo básico desestimular o mercado rentista por meio do congelamento dos aluguéis. Embora vista na época como uma medida eficaz para forçar a baixa dos valores das locações, a Lei do Inquilinato, segundo interpretação de Bonduki (2004), acabou provocando, ao contrário, uma forte crise no setor habitacional. Com a falta de imóveis para alugar (porque ninguém mais os construía para a obtenção de renda) e com o Estado, nas décadas seguintes, mostrando-se incapaz de buscar uma solução realmente válida para a questão da moradia popular, só restou à população mais pobre tentar

Carteiras Prediais dos IAPs⁶³ (1938), a Fundação da Casa Popular⁶⁴ (1946) e o Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (DHP)⁶⁵ – no entanto, nada indica que estas ações foram tomadas dentro de um contexto de elaboração de uma política habitacional planejada ou

solucionar o problema por si mesma, por meio da autoconstrução, nas periferias até então pouco ocupadas das grandes cidades [...]. In: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-estudos.htm>> Acesso em: 13 fev. 2012.

⁶³ A Previdência Social deu os primeiros passos em 1923 criando as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), organizadas por empresas e sob-regulação do Estado. As CAPs eram estruturalmente frágeis, pois possuíam um número pequeno de contribuintes e seguiam hipóteses demográficas de parâmetros duvidosos. Em 1930, o Presidente da República Getúlio Vargas promoveu uma reestruturação e acabou por substituí-las por Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Os IAPs eram autarquias em nível nacional centralizadas no governo federal; dessa forma, a filiação passava a se dar por categorias profissionais em todo o território nacional, diferente do modelo das CAPs, que se organizavam por empresas. Os IAPs abrangiam os setores mais organizados da classe trabalhadora, existindo sete categorias de IAPs (Marítimos, Industriários, Transportadores de Carga, Bancários, Comerciais, Estiva e Servidores do Estado). In: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/previd/iaps/apresent.htm>> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Previ%C3%A7%C3%A3o_Social> Acesso em: 13 fev. 2012.

⁶⁴ Fundação Casa Popular foi o primeiro órgão federal brasileiro criado na área de moradia com a finalidade de centralizar a política de habitação. Vale ressaltar o fracasso das políticas desenvolvidas por essa instituição uma vez que não conseguia dar conta das demandas da população de baixa renda no país. In: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-26.htm>> Acesso em: 13 fev. 2012.

⁶⁵ Decreto-Lei nº 9.124, de 4 de abril de 1946. Transformou o Departamento de Construções Proletárias da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal em Departamento de Habitação Popular (DPH). O Departamento foi dirigido durante 13 anos pela Engenheira e Urbanista Carmem Portinho, desde sua criação em 1945 até 1958. Carmem foi pioneira na Habitação Social do Brasil. Sob sua direção o DHP executou vários projetos habitacionais associando-se a arquitetos que possuíam forte vínculo com a Arquitetura Moderna como Affonso Eduardo Reidy (1909 - 1964) – autor do projeto do Conjunto Residencial “Pedregulho”- que representa um marco internacional da Arquitetura Moderna Brasileira, tendo sido elogiado por Courbusier em 1962 em visita ao Brasil. Outros projetos similares ao Pedregulho são executados no período em diferentes estados brasileiros, por exemplo: o Conjunto do Residencial do Realengo, de Carlos Frederico Ferreira (1906 - 1996), implantado entre 1939 e 1943, e considerado o primeiro bloco habitacional moderno; o projeto para a Vila Guiomar, em Santo André, 1949, também de Carlos Ferreira; o Conjunto Residencial Passo d’Areia, Porto Alegre, 1946, de Marcos Kruter e Edmundo Gardolinski; o Conjunto Habitacional da Gávea, 1954, de Reidy, e o Conjunto Residencial de Vila Isabel, 1955, de Francisco Bolonha. Esta série de projetos elaborados no período de 1930-50 abordavam o problema da habitação social de forma criativa e inovadora incorporando princípios da arquitetura e do urbanismo modernos (BONDUKI, 2004, p. 133-34).

Lamentavelmente, os poucos recursos reservados para a demanda social em habitação vieram a ressaltar o equívoco cometido pelo Departamento de Habitação Popular ao considerar o modo de viver e de morar dos operários, inseridos na economia informal, e dos funcionários municipais, inseridos na economia formal e, “preferencialmente beneficiários do empreendimento”, iguais. A determinação das funções da vida cotidiana (habitação mínima articulada com jardim de infância, escolas maternal e primária, capela, ambulatório, mercado, campo para prática de desportos e auditório ao ar livre), soluções formais recomendadas ao lado dos pilotis e da aplicação da tecnologia do concreto armado, revelam muita mais a forte

[...] algo como uma política habitacional para o país. Tudo indica que foram estabelecidas com suas lógicas próprias, com objetivos específicos e a partir de diversas perspectivas ideológicas, econômicas ou sociais presentes no período do nacional-desenvolvimentismo (BONDUKI, 2004, p. 13-14)

A cidade brasileira na década de 40 e 50 não conseguiria transformar as reivindicações operárias, mesmo pela pressão através de greves – como a greve geral em 1956 –, em uma política voltada para a produção da habitação operária. A atuação do governo federal naquele momento ocorre através da ampliação de recursos das caixas de previdência para a produção de conjuntos habitacionais para profissionais vinculados aos respectivos Institutos, tais como bancários, industriários, comerciários, servidores públicos, etc.... Esta ação continha um caráter

[...] pontual e seletivo e não uma ação de maior impacto quanto ao volume de demanda nos estados e municípios, que fica enfraquecida. Neste momento a implantação de uma lei federal de desenvolvimento urbano teria sido importantíssima para instrumentalizar os municípios que estavam crescendo a altas taxas (...), porém a concepção de gestão municipal privilegiava a construção da cidade como lógica do locus do capital especulativo (QUINTO JR, 2006, p.5).

Para o mesmo autor o Governo Federal, após a Segunda Guerra Mundial, já possuía uma política de diretrizes do desenvolvimento urbano, no entanto não tinha como colocá-la em prática, uma vez que existia um descompasso entre os três eixos necessários para se efetivar a gestão e produção da cidade como um mecanismo de regulação social através do Plano Diretor, por exemplo. Quinto Jr. refere-se a esse período da seguinte forma: “a política urbana daquele período enquanto

relação destes arquitetos com as premissas modernas de Le Corbusier e dos Congressos Internacionais de Arquitetos Modernos (CIAM), do que coerência com os moradores do lugar. In: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/04_revistas/04rev_1950.htm> <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9124-4-abril-1946-417145-publicacaooriginal-1-pe.html>> e <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=4442> Acesso em: 13/ fev. 2012

uma política pública era totalmente desarticulada e descombinada e despolitizada” (QUINTO JR., 2006, p.7).

Os três eixos referidos seriam: recursos financeiros, instrumentos políticos e legislação urbana. Ao longo da nossa história urbana sempre tivemos presentes um ou dois destes elementos, mas nunca os três. Somente agora, após a criação do Ministério das Cidades, e mais ainda depois da criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, é que podemos falar da presença destes três eixos.

A partir de meados da década de 50, entra um período onde os planos assumem um caráter burocrático e ideológico. Estes eram construídos a partir de um ideal organizacional das cidades sem ter em consideração questões marcantes, como a especulação imobiliária ou mesmo o grande direcionamento do orçamento público para as obras (em especial as viárias), em detrimento das questões sociais. Uma grande quantidade de Planos Diretores foi elaborada durante a década de 60 e 70. Villaça (1999, apud MARICATO, 2000) compartilha deste ponto de vista ao afirmar que

Escritórios técnicos de consultoria e planejamento se multiplicaram. Álibi ou convicção positivista, o planejamento foi tomado como solução para o ‘caos urbano’ e o ‘crescimento descontrolado’. A maior parte desses planos foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local. A população não foi ouvida e, frequentemente, nem os técnicos municipais (MARICATO, 2000, p.139-140 - parafraseando VILLAÇA, 1999).

O Estado brasileiro não foi capaz de fazer do Plano Diretor um instrumento de gestão e de produção da cidade que pudesse funcionar como um mecanismo de regulação social. A cidade produtiva e a cidade com função social ou inclusiva na gestão pública brasileira, como já foi citado neste capítulo, salvo algumas raras exceções, sempre foram excludentes. Ainda de acordo com Maricato (2000), nesse processo de planejamento segregacionista, onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias políticas, temos a consolidação de um Plano Diretor desvinculado da gestão urbana.

Na década de 60, apesar da pequena visibilidade do movimento da reforma urbana de então, o núcleo da ideia já estava presente com um amplo ideário sobre justiça social no espaço urbano. Em um encontro específico, em 1963, no Governo do Presidente João Goulart, políticos,

técnicos e intelectuais se reuniram para discutir a “reciclagem ideológica da expressão” (SOUZA, 2008, p. 156-7).

Em 1964, logo após o golpe militar, é criado o Sistema Federal de Habitação (SFH), que tinha o Banco Nacional de Habitação (BHN) como gestor dos recursos. Com a rápida urbanização do país, que em trinta anos passa de um terço para dois terços de população urbana, ocorre mais uma vez a inadequação do programa à realidade. Esse fato favorece “O crescimento dos problemas e dos conflitos urbanos (que) foram gerando um caldo cultural favorável que vai se formando dando uma maior visibilidade à bandeira da reforma urbana” (SOUZA, 2008, p. 157).

O problema inesperado foi a repressão desencadeada pelo golpe militar, após 1964, que limitou muitíssimo a margem de manobra para reivindicações dos movimentos sociais e populares “levando o nascente movimento a ‘hibernar’ por cerca de duas décadas” (SOUZA, 2008, p. 157).

O debate sobre a questão urbana vinha sendo travado também em outros países da América Latina, com a construção de dois possíveis cenários para a Reforma Urbana. O primeiro propunha um “mercado socializado” onde o proprietário da terra seria o Estado, e o segundo, “um mercado dirigido” onde a propriedade privada seria respeitada, mas restringida. É necessário salientar este fato, pois acreditamos ser importante estender nosso olhar para acontecimentos nos países vizinhos. No entanto, foi no Brasil que o movimento pela Reforma Urbana adquiriu maior visibilidade (SOUZA, 2008, p.156).

2.4.1 - O Movimento Nacional pela Reforma Urbana

Até a metade dos anos 80 o movimento não teve, realmente, muita repercussão. A abertura política e a perspectiva de elaboração de uma nova Constituição serviram de base para a recomposição do movimento. Naquele momento a questão da moradia continuava sendo primordial, mas novas questões haviam sido incorporadas, engrossando a mobilização em prol da Reforma Urbana. Com o fortalecimento do movimento, acabou por ser criado o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU).

O Fórum Nacional pela Reforma Urbana é uma articulação de entidades da sociedade civil que lutam por transformações nas cidades brasileiras, para tornar efetivo o direito à cidade. É um espaço de iniciativas no sentido da democratização do acesso aos direitos sociais

básicos dos moradores das cidades. O Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis)⁶⁶ faz parte do fórum, com várias outras entidades, e atualmente (2012) integra a coordenação do FNUR. (Instituto Pólis, <<http://200.169.104.5/?/institucional/redes-nacionais>> Acesso em: 15 mar. 2012).

De acordo com Maricato (2001)⁶⁷, o Movimento do Fórum Nacional de Reforma Urbana foi um dos responsáveis pela inserção na nova Constituição de algumas conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade. Segundo esta autora, a entidade foi criada por alguns setores progressistas da sociedade como a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); pelas lideranças de movimentos urbanos; por técnicos que prestavam assessoria aos movimentos sociais urbanos, incluindo setores populares, profissionais, acadêmicos, parlamentares, empresários; e alguns governos locais.

Esse aglomerado de entidades e movimentos sociais:

[...] lograram uma condição rara no Brasil se comparado a outros países do mundo: uma certa unidade em torno do ideário da Reforma Urbana, o qual poderíamos sintetizar em direito à cidade e à cidadania para todos, em especial os excluídos territorialmente. (MARICATO, 2007, p. 4)

Ainda de acordo com esta autora o MNRU contabiliza expressivos ganhos ao longo dos últimos 20 anos, além dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988⁶⁸. A relação de lutas bem sucedidas a seguir revela, de acordo com Maricato, a força de organização e de unidade do Movimento pela Reforma Urbana:

O Estatuto da Cidade em 2000, a MP 2220 em 2001, a criação do Ministério das Cidades em

⁶⁶ O Instituto Pólis é uma Organização-Não-Governamental (ONG) de atuação nacional, com participação em redes internacionais e locais. Foi fundado em 1987 e como definidores de identidade do Instituto, estão a cidade, a atuação em políticas públicas e o desenvolvimento local. A cidadania, como conquista democrática, é o eixo articulador da intervenção dirigida à construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas. In: <<http://200.169.104.5/?/institucional>> Acesso em: 15 mar. 2012.

⁶⁷ Ermínia Maricato participou da criação da Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) que deu origem ao MNRU. A primeira reunião com o objetivo de criar a Ansur, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1979, sob iniciativa da Comissão Pastoral da Terra da CNBB. (MARICATO, 2000)

⁶⁸ Ver anexo B: Artigos 182 e 183 e conjunto de dispositivos legais que ao serem regulamentados em 2001 passaram a ser chamados “Estatuto da Cidade”.

2003, as conferências nacionais das Cidades em 2003, 2005 e 2007, um Programa Nacional de Regularização Fundiária, inédito em nível federal, em 2003, o Conselho Nacional das Cidades em 2004, a lei federal que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental em 2005, a Lei Federal dos Consórcios Públicos em 2005, a Lei Federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005, a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social em 2006, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, um PL que visa instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, e o PAC da habitação e do saneamento, em 2007. (MARICATO, 2007, p. 5)

E pode-se acrescentar ainda a esta lista a Lei nº 11.977 de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e, finalmente, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas através de procedimentos como a demarcação urbana, que tornaram os processos de regularização mais simples e mais ágeis. De acordo com Maricato (2007), “boa parte dessas conquistas foi impulsionada pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho das Cidades a partir de 2003”⁶⁹. Estas mesmas instituições foram, elas mesmas, conquistas sociais, no entanto, apesar de ocuparem o lugar central nos ganhos do MNRU, é necessário reconhecer que talvez tenham “um acento demasiadamente ‘juridicista’ e institucional” (MARICATO, 2007, In: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3774 Acesso em: Acesso em 20 fev. 2012).

Souza (2008, p. 164-165) faz crítica contundente a esta tônica juridicista. No seu entender a transferência de competências, saberes e responsabilidades para os Planos Diretores municipais e o truncamento de alguns debates importantes – como a discussão mais aprofundada sobre a “função social da propriedade” – acabou levando o MNRU a um rotundo fracasso. De acordo com o autor isso resultou em um esvaziamento da “amarração da reforma urbana em nível nacional” e em certa indiferença do movimento a “respeito da dinâmica e da crise” dos movimentos sociais urbanos. Assim, ainda segundo Souza, como garantia de implementação de alguns institutos aprovados pelos artigos

⁶⁹ In:http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3774. Acesso em 20 fev. 2012.

182 e 183 da Constituição de 1988, o movimento empregou a estratégia de utilização de certo tecnocratismo para garantir a sua legalização, como o solo criado, por exemplo. A este momento de atuação do MNRU o autor se refere como “tecnocratismo de esquerda”. Souza discorreu fartamente sobre este tema em artigo de 1998 e retoma a discussão em 2002 com o livro “Mudar a Cidade”. É interessante observar que Maricato (2003) apresenta críticas no mesmo sentido.

Ainda sobre o exagerado tom “juridicista” do Estatuto da Cidade, Souza segue colocando o seguinte:

A importância de planos e garantias formais foi exagerada em detrimento de análise social mais ampla. A participação popular, que deveria ser vista como o fator chave para a democratização do planejamento e da gestão, foi secundarizada, como se nota ao comparar a pouquíssima atenção dispensada aos conselhos de desenvolvimento urbano se comparados ao detalhamento técnico de instrumentos como o “solo criado”, tanto nas discussões acadêmicas quanto no seu emprego e explanação nos planos diretores progressistas (SOUZA, 2008, p. 161).

Já em 1998, para Souza, o “tecnocratismo de esquerda” instalou-se e cresceu, como já comentado, na perspectiva do plano diretor como instrumento de reforma urbana, estratégia que surgiu no vácuo criado pelo enfraquecimento do MNRU, quando uma proposta de emenda popular na Constituinte foi desmantelada, obrigando os grupos pró reforma urbana a se reposicionarem. Estes grupos contra-atacaram passando a atribuir grande peso às leis e aos planos diretores progressistas, superestimando a força dos movimentos sociais e jogando grande otimismo “na possibilidade de estabelecimento de novos ‘pactos territoriais’”. Os planos diretores tratados aqui referem-se àqueles elaborados já sob as diretrizes da reforma urbana no momento em que o ideário do MNRU passava por uma reconversão de valores. O movimento foi assim metamorfoseando-se e alguns integrantes passaram então a praticar um “planejamento politizado” (SOUZA, 1998, p. 21).

Seguindo em sua crítica, Souza (1998), insiste na preocupação quanto ao perigo de se superestimar o poder do plano e do planejamento e de se subestimar o caráter decisivo da prática política, equívoco contra o qual muitos continuariam a não estar atentos. Também destaca a

desconfiança de que alguns integrantes do movimento, no seu íntimo, inclinaram-se a acreditar que o planejamento e o plano poderiam compensar a falta de mobilização da sociedade civil (SOUZA, 1998, p.21-22).

O “planejamento politizado” é entendido como uma espécie de equivalente brasileiro, segundo Souza (1998 e 2002), de vertentes críticas daquilo que em países de língua inglesa é caracterizado pelas expressões *radical planning* e *insurgent planning*. Outra crítica ao “tecnocratismo de esquerda” é tecida por Fiori (2011),⁷⁰ quando sugere que não é de estranhar que neste início do século XXI,

quando o desenvolvimentismo e a escola campineira⁷¹ voltaram a ocupar um lugar de destaque no debate nacional, a sensação que fica da sua leitura, é que o “desenvolvimentismo de esquerda” estreitou tanto o seu “horizonte utópico”, que acabou se transformando numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social. Como se a esquerda tivesse aprendido a navegar, mas ao mesmo tempo tivesse perdido a sua própria bússola (FIORI, 2011).

Como mencionado anteriormente, o pensamento de Maricato (2001) e de Souza (1998, 2002) confluem, neste ponto de vista, quando se coloca que o MNRU cometeu um equívoco ao concentrar esforços na formulação de propostas formais legislativas, como se a principal causa da exclusão social fosse a ausência de leis para controlar o mercado ou como se “grande parte da população ao continuar distante do mercado de terras e sem alternativas de acesso assim o fizesse por falta apenas de uma legislação adequada” (Maricato, 2000, p.143).

70 Professor de Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi aluno de alguns dos principais autores da economia política estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Colabora regularmente com várias revistas e jornais brasileiros e já publicou doze livros, dois deles premiados com o Jabuti: “Poder e dinheiro” (1º lugar em 1998); e “Polarização mundial e crescimento” (2º lugar em 2002). In: <http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/politica/jlfiori/perfil.htm> Acesso em 06/03/12.

⁷¹ Grupo composto na Universidade de Campinas, no final dos anos 60, que através da formação de um centro de estudos econômicos foi capaz de renovar as ideias e as interpretações clássicas – marxistas e nacionalistas — do desenvolvimento capitalista brasileiro. In: <www.outraspalavras.net/2012/03/02/o-desenvolvimentismo-de-esquerda/> Acesso em: 06 mar. 12.

Com todos os acertos e desacertos, o FNRU continua vivo e ativo, e realizou em março (2012) mais um encontro. O tema eleito foi “O desenvolvimento Urbano com Igualdade Social”. Estava prevista a reunião de mais de 300 lideranças de movimentos sociais, ONG’s, entidades profissionais e acadêmicas e sindicatos, de cerca de 20 estados brasileiros. O encontro discutiu os seguintes temas: “as estratégias para um novo modelo de desenvolvimento em nossas cidades” e “a força das mobilizações sociais na luta pelo direito à cidade”. Para tanto, contou com a presença da Relatora das Nações Unidas pelo Direito à Moradia, Raquel Rolnik⁷², e do Relator Nacional Orlando dos Santos Júnior⁷³, debatendo com os movimentos populares. In: <<http://200.169.104.5/?/noticias/reforma-urbana/urbanismo/fnru-realiza-encontro-nacional-de-reforma-urbana>> Acesso em: 15 mar. 2012.

2.4.2 A Criação do Ministério das Cidades

As cidades latino-americanas não querem parecer-se com Amsterdam ou Florença, mas com Los Angeles, e estão conseguindo converter-se na horrorosa caricatura daquela vertigem.

Eduardo Galeano⁷⁴

Desde o regime militar, após o esforço planejador da gestão Geisel (centralizadora e autoritária), o governo federal deixou de colocar atenção na definição e implementação de uma política urbana para o país. Esse processo culminou com a extinção do BNH - Banco Nacional da Habitação, em 1986, porém desde 1983 já não havia política nacional de habitação. A partir de então, o governo federal toma um rumo

⁷² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo em 1978, concluiu seu mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade em 1981 e doutorado na Graduate School Of Arts And Science History Department - New York University em 1995. Desde 1979 é professora universitária, sendo atualmente professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. É autora de livros e artigos sobre a questão urbana e Relatora Internacional do Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

⁷³ Com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense em 1988, concluiu seu mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1994 e doutorado na mesma área e local no ano de 2000. Atualmente é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da UFRJ e pesquisador da Rede Observatório das Metrópoles.

⁷⁴ “Anjo Exterminador” trecho artigo publicado no blog Coletivo Outras Palavras. In: Ponto de Cultura – Escola Livre de Comunicação Compartilhada. 02 mar. 2012. Disponível em: <<http://rede.outrapalavras.net/pontodecultura/2012/03/02/anjo-exterminador/>> Acesso em: 20 ago. 2012.

errático na condução das políticas de habitação e saneamento, criando e extinguindo Ministérios e Secretarias até janeiro de 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades (MARICATO, 2005(a) e QUINTO JR, 2006).

A ideia de se fazer algum tipo de justiça urbana fazia parte de uma agenda materializada na prática por várias prefeituras entre os anos 1980 e 1990. Muitos integrantes do MNRU se tornaram prefeitos e deputados, formando uma consistente comissão no Congresso Nacional. A criação do Ministério das Cidades, no primeiro ano do governo Lula, deveria ter sido a coroação desse movimento. Dada a prática inovadora, através das Conferências das Cidades e pela natureza de ter sido uma conquista social, o MC foi muito admirado no exterior. O mesmo aconteceu com o Estatuto da Cidade, que também foi objeto de admiração.

Durante os 30 primeiros meses o MC foi conduzido por Olívio Dutra, com grande apoio de todas as parcelas envolvidas com a construção de uma agenda nacional para as políticas urbanas. A equipe formada nesse primeiro momento reuniu profissionais com experiência administrativa anterior relacionada às políticas públicas, militância política dos movimentos sociais e profissionais com conhecimento técnico e acadêmico. A oportunidade de experienciar a correta compreensão da relação entre propostas técnicas formuladas por especialistas e a construção de propostas pactuadas socialmente contaminou os funcionários, que se envolveram fortemente no trabalho. Testemunho disto foi possível observar durante a despedida do ministro Olívio Dutra, quando os funcionários públicos lotados no MC manifestaram, “vivemos a dignificação do nosso trabalho como nunca havia acontecido anteriormente” (MARICATO, 2005(b), p.3).

As Conferências das Cidades oportunizaram a prática de iniciativas similares ao orçamento participativo de Porto Alegre e do Governo do RS. Certamente essas práticas contribuíram para que um encontro que envolveu a participação de 2.800 delegados desse bons resultados. O sucesso da primeira Conferência das Cidades, realizada em 2003, deve muito ao movimento social ascendente e ao fato de que o governo Lula estava ocupando um vazio institucional inexplicável para um país maciçamente urbanizado e que apresentou nos últimos 50 anos uma das maiores taxas de urbanização do mundo. (MARICATO, 2005).

Os princípios e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) resultantes da I Conferência Nacional das Cidades foram discutidos em um processo que envolveu

mais de 3.400 municípios, 26 Conferências Estaduais das Cidades promovidas pelos governos dos estados, e culminou em uma reunião com 2.800 delegados eleitos em outubro de 2003. Lá foi eleito o Conselho das Cidades, com 71 membros representantes de lideranças sociais, profissionais, pesquisadores, empresários, ONGs, vereadores e demais níveis do poder executivo além do governo federal (MARICATO, 2005).

É importante colocar que a Profa. Ermínia Maricato⁷⁵ formulou a proposta de criação do MC e foi também nomeada como Secretária Executiva do Ministério das Cidades desde a sua criação até 2005, quando se afastou. Souza relativiza os ganhos destacados por Maricato quando coloca que o “planejamento politizado” pelo qual optou o MNRU não foi capaz de envolver o movimento social e fazer dele o pivô de mudanças. No entanto, parece que mesmo com todas as dificuldades o planejamento e a gestão urbana pós MC atingiram um patamar inédito, oferecendo avanço significativo para ideias mais elaboradas (de planejamento e gestão), rompendo com a caminhada atual, segundo Maricato, rumo ao abismo (MARINGONI, 2011).

Após deixar o MC, a profa. Erminia Maricato assumiu um patamar crítico das atividades do ministério, propondo construir uma correlação de forças diferente, uma vez mais a partir da sociedade civil.

⁷⁵ Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), há quatro décadas se dedica ao estudo dos rumos das nossas políticas urbanas. Ermínia foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades, entre 2002 e 2005. Lá foi coordenadora técnica da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Trazia na bagagem a experiência de ter comandado a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo, entre 1989 e 2002, no governo Luíza Erundina. Foi também autora de todas as propostas para a área urbana das candidaturas de Lula à presidência, entre 1989 e 2002. Mais recentemente, exerceu o cargo de conselheira do Habitat, programa das Nações Unidas para assentamentos humanos. In: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 29 fev. 2012.

CAPÍTULO 3

3 – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ, TERRITORIALIZAÇÕES E RETERRITORIALIZAÇÕES

O Maciço do Morro da Cruz (MMC) está localizado na porção central do distrito sede de Florianópolis, SC. O setor norte, chamado Morro da Cruz, é mais elevado, atingindo 283m de altitude, e em seu topo se estabeleceram as principais emissoras de televisão e o mirante turístico; no setor sul, mais rebaixado, a altitude máxima é de 188m. A área pertence à unidade geomorfológica Serras do Leste Catarinense, caracterizada pelos modelados de dissecação em outeiro e em montanha, com vertentes de alta declividade separadas por cristas (HERRMANN e ROSA, 1991).

3.1 - O MMC COMO ZONA PERIURBANA CENTRAL

Entenda-se aqui a expressão “zona periurbana central” como aquela que, fisicamente, se encontra na área central da cidade, mas ao mesmo tempo não pertence à dinâmica desse centro⁷⁶ ou dessa centralidade. É como se fosse uma porção invisível⁷⁷ da região central.

⁷⁶ Na concepção de Flávio Villaça (2012, p. 102) os espaços tornam-se “centro da cidade” quando são “constituídos pela aglomeração das instituições de interesse coletivo”, assim sendo é possível entender “o centro como uma aglomeração de estruturas que abrigam as instituições fundamentais de interesse coletivo – ligado à organização, à vida econômica, à vida religiosa - de uma sociedade, logo à classe dirigente/dominante dessa sociedade. (...) envolve também deslocamentos sistemáticos para os mesmos locais e ao mesmo tempo”

⁷⁷ O conceito de invisibilidade social tem sido aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge tão somente aqueles que estão à margem da sociedade. De fato, essas seriam as maiores vítimas da invisibilidade. Juliana Prado, professora da PUC-RJ, vai um pouco mais longe e estabelece uma relação direta entre o indivíduo que é socialmente invisível e sua identidade social. Coloca da seguinte maneira: “Dessa forma, podemos definir a Invisibilidade Social como sintoma de uma crise de identidade nas relações entre os indivíduos das sociedades contemporâneas, considerando-se os efeitos da estruturação socioeconômica advinda do Neoliberalismo, que tem como protagonista a ‘Cultura do Consumo’, na qual ‘você é o que você consome’. Tomando o aspecto socioeconômico como bússola para a defesa de uma teoria que justifique o fenômeno da Invisibilidade Social nos tempos atuais, surge a questão: Seria o “consumismo” um dos fatores determinantes da invisibilidade humana, por estabelecer padrões de consumo que ofuscam as individualidades de cada um? (...) Será que o único meio de se construir uma identidade é através de consumo de bens materiais? (...) Assim, pode-se extrair que, quem não possui condições financeiras para pertencer a estes grupos de consumo de bens materiais, não é percebido pelos membros destes grupos, tornando-se, em consequência, um ser invisível mercadologicamente; e que, para ser reconhecido, terá que se enquadrar no modelo imposto pelo formato de consumo do grupo ou, pior ainda, no formato de consumo imposto pela

Entre tantos lugares onde vive gente pobre em Florianópolis, o MMC é o de maior concentração de pessoas. A suntuosa orla marítima da cidade se contrapõe produzindo tensos contrastes entre as ruelas, barracos e casas que encontramos ao subir o morro em qualquer uma das Comunidades do MMC – em alguns casos, e principalmente entre os próprios moradores, podemos identificar até 23 nomes de localidades entre as urbanizações existentes – situação que se deve a algumas pequenas comunidades que ao crescerem se aproximaram e acabaram por “integrar-se” a outras nas adjacências. Estas distintas territorialidades entre as comunidades produzem conflitos que delimitam algumas das tênues fronteiras do MMC.

Através do histórico dessas diferentes territorialidades, este capítulo se propõe a revelar como se deu a construção do conceito de “Maciço do Morro da Cruz” enquanto reunião de comunidades que demandavam melhorias como um conjunto e não mais através de reivindicações isoladas, uma vez que quase todas as comunidades se localizam em diferentes vertentes, por muito tempo sem comunicação transversal uma com a outra⁷⁸. O único caminho de ligação entre comunidades era o caminho que ligava o Morro do Antão à “Santíssima Trindade de Trás dos Montes”⁷⁹. Este “caminho”, até então só era possível ser feito a pé; há aproximadamente dois anos, com as obras do PAC, este “caminho” se transformou em rua por onde ônibus e inúmeros taxis transitam ligando o centro à Trindade diretamente, sem precisar dar a volta ao Maciço do Morro da Cruz.

Alguns autores concedem ao território um papel simplesmente de substrato físico onde relações sociais e históricas se realizam e outros colocam este mesmo substrato como mediador e como componente determinante das relações sociais. É desde este ponto de vista que desejamos trabalhar, valorizando o papel da espacialidade na construção destas mediações sociais (HAESBAERT, 2007).

Nesta direção, o presente capítulo pretende trazer à luz diversos momentos históricos (tempo) através de exemplos em diferentes escalas (espaço) demonstrando como a dimensão relacional nesse processo pode

sociedade. In: PORTO, Juliana. **Invisibilidade Social e a Cultura do Consumo**. Disponível em: <http://www.dad.puc-rio.br/dad07/arquivos_downloads/43.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

⁷⁸ Nos assentamentos do MMC, a ocupação das encostas se deu de baixo para cima, transversalmente às curvas de nível, com acessos muito íngremes e praticamente sem vias de comunicação direta entre as comunidades (PIMENTA e PIMENTA, 2002).

⁷⁹ “A Comunidade do Monte Serrat, na vertente Oeste do Antão, foi sendo formada ao longo do antigo caminho que ligava Desterro à Santíssima Trindade de Trás dos Montes.” In: SANTOS (2009, p. 586).

ser objeto de disputa ao mesmo tempo em que se coloca como um referencial importante na análise de processos sociais em curso.

A localização do MMC, na porção central da ilha, exerceu forte pressão na ocupação da área apesar das restrições de caráter legal (ambiental e urbanística). Encostas íngremes e áreas de nascentes onde a vegetação encontra-se ainda preservada ou em estado de regeneração (sucessão natural ecológica), foram cada vez mais ocupadas, tanto pelos loteamentos “regulares” como pela população excluída do processo da constituição da cidade legal. Algumas áreas ocupadas da encosta, anteriormente recobertas pela vegetação, expõem agora campos de blocos de matacões que podem vir a se desestabilizar com a gradativa retirada dos materiais mais finos pelos processos erosivos. (SCHEIBE, 2002).

Diante do contexto, de ocupação de áreas geomorfologicamente frágeis, os problemas da população não podem ser reduzidos apenas aos aspectos naturais, mas sim ambientais, pois o ambiente deve ser considerado como algo não passível de redução ao meio natural, mas que engloba também o meio socialmente construído.

Problemas como a falta de saneamento básico nos espaços urbanos pobres e segregados são, indiscutivelmente, problemas urbanos primários e, ao mesmo tempo, problemas ambientais. Aliás, em metrópoles do Terceiro Mundo, esse tipo de problema ambiental, diretamente vinculado a esses subprodutos da urbanização capitalista periférica, que são a pobreza e a segregação em larga escala, é um dos mais importantes. (SOUZA, 2005).

Segundo Davis (2006) periferia também é um conceito imperfeito ou insuficiente para compreendermos a realidade das populações empobrecidas. Para o autor o termo “periferia” quando referido as cidades de crescimento desordenado e meteórico do Terceiro Mundo “é um termo extremamente relativo e específico de um momento: a orla urbana de hoje, vizinha de campos, florestas ou desertos, pode amanhã tornar-se parte de um denso núcleo metropolitano.” (DAVIS, 2006, p. 47).

Pode-se dizer que, ainda de acordo com Souza (2005), os problemas ambientais são todos aqueles que, por uma razão ou outra, interferem negativamente na qualidade de vida dos indivíduos no contexto da sua interação com o espaço, seja ele natural ou social.

Neste sentido, entendemos que a principal tarefa do pesquisador – e, levando-se em conta o que nos ensina a História do Tempo Presente – “não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade

para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou” (HOBSBAWN, 2009, p.15).

As origens da ocupação do MMC são controversas. Segundo Pimenta e Pimenta (2005) as primeiras ocupações foram realizadas por escravos recém-libertos, seguidas da população pobre expulsa da área central pelos projetos de renovação urbana sanitária. Para esses autores a ocupação mais antiga do Morro é o Mont Serrat. Observam ainda, que a intensificação da ocupação se deu no início do século XX, quando centenas de famílias foram retiradas das áreas adjacentes ao córrego da Bulha – atual Avenida Hercílio Luz, e tiveram que buscar uma alternativa de moradia nos morros próximos da área central. Já Cardoso (2004) observa que Florianópolis, como cidade portuária, possuía um ir e vir muito grande de pessoas, marinheiros e viajantes, e que muitos deles foram buscar refúgio no Morro. Santos (2009) afirma que:

Os morros a Leste do antigo perímetro de Desterro começaram a ser ocupados no século XIX, já durante a década de 1850, por libertos e escravos fugidos. (...) Durante aquele século, os Morros já eram ocupados por soldados dos batalhões estacionados na cidade e por homens pobres, para construir um rancho, uma casa de estuque ou madeira e para iniciar uma roça. (SANTOS, 2009, p. 224 e 588).

Na outra vertente do morro, em contrapartida, encontra-se a ocupação mais recente: a comunidade do Alto da Caieira, que se constituiu a partir da década de 1970, e que enfrentou, até pouco tempo atrás, dificuldades típicas das fases iniciais de ocupação, tais como aquelas relacionadas com a precariedade do fornecimento de energia elétrica e do abastecimento de água. Esta comunidade sofreu fortes penúrias, pois por muitos anos o fornecimento de água foi feito de maneira insuficiente através de “gatos” nos canos de abastecimento das TVs estabelecidas, também de forma irregular, no topo do Morro da Cruz.

Promovida pela administração da prefeita Ângela Amim (1997-2004) foi instituída uma lei, segundo a qual, novas ligações de água e luz em áreas não regulares não seriam permitidas (Decreto nº 1966 de 8 agosto de 2003). Esta proibição previa que esses serviços não poderiam ser disponibilizados pelas respectivas concessionárias para edificações sem alvará de construção, escritura pública ou dentro de APP. O

objetivo da medida era conter as ocupações irregulares, especialmente em áreas de preservação permanente. Mas a medida gerou enormes transtornos não só àqueles que moravam precariamente, mas acabou por atingir também a classe média e médio-alta que, tendo construído em locais irregulares, ao desejarem obter as ligações de água e luz depois de terminada a obra, não o conseguiam. Essa situação provocou uma avalanche de reclamações entre os moradores. O argumento utilizado pelos representantes das comunidades florianopolitanas contrários à proibição estava baseado no fato de que a maior parte da cidade é constituída por terrenos de posse. (AN capital, 25 out. 2002).

Esse decreto vigorou até março de 2005, quando o novo prefeito que então assumia (Dário Berger - 2005–2012), adotou como uma das primeiras providências a flexibilização desta medida através do Decreto nº 3296/05 de 15 de março de 2005, com base nas seguintes considerações:

“[...] que a água potável e a energia elétrica são bens indispensáveis à qualidade de vida da família, na era moderna, o primeiro, inclusive, essencial à vida; Considerando que situações já consolidadas ultrapassam ao mero interesse individual do cidadão, adentrando ao palco do interesse coletivo; Considerando a competência constitucional que consagra ao Município a autonomia para resolver seus problemas locais [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, decreto nº 3296/05, 2005).

O Plano Diretor de Florianópolis (PAIVA *et al.*, 1952), elaborado por 3 arquitetos modernistas em 1952 e consolidado em 1955, não estabelecia nenhuma restrição sobre ocupação em áreas verdes ou que se supusessem em área de proteção ou acima de determinada cota. O próprio MMC sequer é mencionado neste plano, e tampouco o Hospital de Caridade – presente na cidade desde 1789 - e as ocupações no morro são vistas como sinal de atraso.

No entanto, no Plano Diretor de 1976, as áreas verdes acima da cota 100m são classificadas como *non aedificandi*, em consonância com o Código Florestal (*Lei nº 4.771*, de 15 de setembro de 1965, art.2º)⁸⁰. Apesar dessa norma, uma intensa alteração da paisagem natural do

⁸⁰ Posteriormente este artigo foi alterado pela lei nº 7.803 de 18 jul. 1989.

MMC vem ocorrendo nas últimas décadas: segundo Pellerin (2010), de 1966 a 2008 a superfície urbanizada na área central de Florianópolis mais do que dobrou, passando de 594 ha a 1278 ha, com a correspondente supressão da vegetação, conforme mostra a Figura 23.

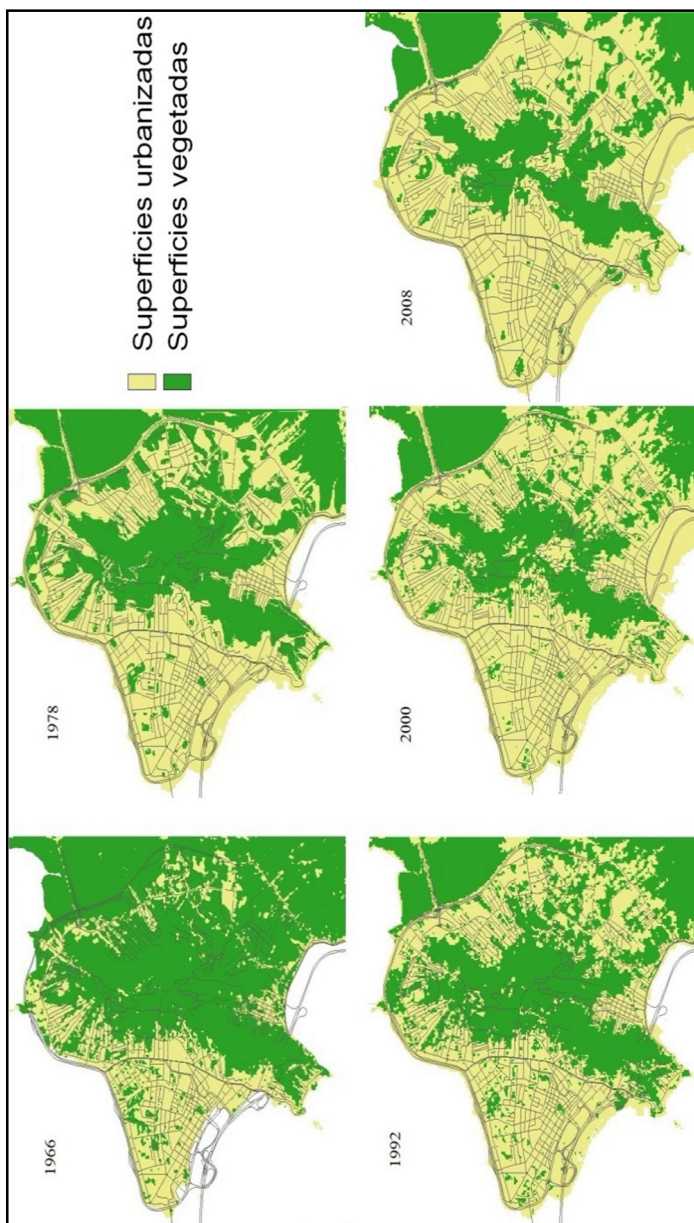


Figura 23: Evolução urbana na área central de Florianópolis, período de 1966 a 2008. (PELLERIN, 2010)

3.2 – TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÕES E RETERRITORIALIZAÇÃO NO MMC

Trata-se aqui de utilizar um conceito entre outros que poderíamos ter escolhido dentre os possíveis caminhos, explorar as diferentes territorialidades do Maciço.

Ao longo da história, fazem-se presentes bifurcações, que representam momentos históricos em que determinadas opções podem ser feitas em detrimento de outras. Segundo Michel Serres:

“a história da ciência corre e flutua sobre uma rede múltipla e complexa de caminhos que se cavalgam e se entrecruzam em nós, cumes ou encruzilhadas, comutadores onde se bifurcam duas ou várias vias. (...) produzindo tempos diferentes, muitas vezes imprevisíveis no seu avanço; o que permanece relativamente invariável na sua história fulgurante e perturbada são os lugares de convergência e de bifurcação onde se colocam os problemas e se tomam ou não as decisões.” (SERRES, 1996, p. 12 e 13).

Ressalte-se, inicialmente, a importância de geógrafos como Frederic Ratzel e Elisée Reclus, que já faziam uso do conceito de território desde o final do séc. XIX. Ratzel elaborou o estudo do espaço e do papel desempenhado pelo Estado no controle do território em seu trabalho mais conhecido, *Geografia Política*, de 1898. Reclus (1906), por sua vez, procurou estabelecer a relação entre as classes sociais e o espaço ocupado também sujeito à dominação (GUADAGNIN e SCHEIBE, 2005).

A ênfase no debate sobre o território enquanto espaço onde se desenrolam redes de relações sociais em torno de interesses que se superpõem e às vezes conflitam, ou seja, território enquanto lugar de disputa e de exercício de poder, pode ser encontrada em vários autores como Raffestin (2011); Andrade (1995); Souza (1997, 2005, 2007); Fischer (1993); Haesbaert (2007); Sack (1986).

Destaca-se a importância da mediação do território enquanto elemento chave na disputa de processos políticos, sociais e econômicos. Raffestin (2011) coloca o território enquanto espaço mediado pelas relações de poder. Podemos dizer que na sua obra prevalece o caráter político do território. Ao dar esse caráter político ele desenvolve o caráter relacional com o poder.

Na mesma linha de pensamento, Andrade (1995) coloca que ao território está associada a ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Já no entender de Souza (2007, p 78) “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”; um poder que não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação, aceitando, portanto, novas variantes à definição de território. Para o autor o território se manifesta na sociedade em constante movimento, que disputa o espaço não só como recurso, mas também como suporte temporal. Esta definição – território enquanto espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder - possibilita o entendimento do território enquanto uma área de disputa e de domínio de um determinado grupo sobre outro. Este conceito assim concebido não escamoteia os conflitos e a contradição social existentes na questão de “quem domina ou influencia quem nesse espaço”. (SOUZA, 2007, p.79).

Para Porto-Gonçalves (2009), em Enrique Leff (2009) a ideia de território perpassa pela teoria da complexidade ambiental, onde abstratamente o autor faz inúmeras conexões nos levando a crer que tudo está ligado com tudo, “mas silencia as relações sociais e de poder que estão em disputa concreta pelos territórios” (p.88) Em recente comunicação verbal, contudo, Leff enfatizou que a ideia de disputa é intrínseca à ideia de território.

Muitos são os artigos, pesquisas e debates que têm guiado as discussões sobre o território neste início de novo século. Para muitos, o território se coloca para além do sentido restrito enquanto espaço geográfico, mas, sobretudo como uma dimensão relacional presente nesses processos (NAKANO *et al.*, 2008).

Assim, ainda neste capítulo apresentaremos ensaios sobre opções que fizemos por determinados caminhos, tendo em mente que, enquanto pesquisadores, optamos por privilegiar momentos ou aspectos da história do Maciço do Morro da Cruz, ao analisar as ações dos agentes locais – a elite florianopolitana, os (quase sempre ausentes) poderes públicos e, principalmente, os pobres que o ocuparam.

Propomos, portanto, neste capítulo, abordar distintas territorialidades ao evidenciar os diferentes períodos históricos pelos

quais o MMC passou, considerando os diversos significados e relações ensinados pelos agentes envolvidos, internos ou externos:

3.2.1 – O Morro da Cruz: Não Território;

3.2.2 – O Morro da Cruz: Território dos segregados pelas ações Higienistas;

3.2.3 – O Morro da Cruz: Território dos ex-trabalhadores da ponte Hercílio Luz;

3.2.4 – O Morro da Cruz: Território dos migrantes e ex-agricultores;

3.2.5– O Morro da Cruz: Território da Solidariedade e da Multiplicidade de Ritos e Culturas;

3.2.6 - O Território do Maciço do Morro da Cruz;

3.2.7 - Novos olhares sobre o Maciço: do Território das ZEIS ao Território do PAC-FLORIANÓPOLIS.

A ocupação inicial do Morro da Cruz ocorreu de maneira distinta em pelo menos três etapas. A primeira delas, a partir da metade do séc. XVIII, quando pessoas das mais variadas origens vão habitar as encostas do Morro da Cruz. No entanto, aqueles que procuram esta região são aqueles que de uma maneira ou outra, estão à margem do contexto social da época. Entre eles estão os negros alforriados, escravos fugidos, marinheiros, soldados pobres e açorianos pois foi também refúgio destes durante as invasões espanholas. Todos por algum motivo se exilavam voluntariamente e se refugiavam nas suas encostas e matas. Este primeiro período se estendeu praticamente por quase todo século XIX e foi um período de lenta ocupação, onde muitos procuravam as imediações do caminho que atravessava o morro como local de refúgio. A segunda fase ocorreu, de maneira expressiva, a partir da década de 1910, decorrente das mudanças sanitárias que expulsaram os pobres do perímetro urbano. Ocorre quando a limpeza higienista e o embelezamento da cidade enquanto ideário moderno a ser perseguido é cultivado, e os pobres são expulsos da área central, pois o discurso não os abrange. A eles estavam destinadas as áreas alagadiças, encostas dos morros ou os cortiços.

A terceira etapa está caracterizada pelo êxodo rural, ocorrido inicialmente entre os anos 40 e 50 do século passado, produzindo vários fluxos de migrantes para a capital. Principalmente na comunidade de Mont Serrat, a migração da população negra empobrecida de Biguaçu e Antônio Carlos, como veremos adiante, foi significativa. Muitos deixavam suas terras aos cuidados dos anciãos da família ou as perdiam

com empréstimos impagáveis. Esta população buscava trabalho principalmente na construção civil, durante o período de expansão dessa atividade em Florianópolis, principalmente na década de 1960.

Essa população migrante chegava à capital sem opção de terra barata para morar passando, a partir de então, a procurar os morros. Um segundo fluxo migratório importante ocorreu um pouco mais tarde, já nos anos 80. O Morro da Cruz seria um dos escassos lugares onde uma família pobre poderia encontrar uma área, ocupar um terreno, comprar uma “posse”, ou alugar uma casa muito próxima ao centro de Florianópolis.

3.2.1 – O Morro da Cruz: Não Território

*Não basta acabar com a escravidão.
É preciso destruir sua obra.
Joaquim Nabuco⁸¹*

Antes de tudo, é preciso levar em consideração a precaução que o pesquisador deve ter quando se depara com uma vasta documentação como a que envolve o assunto - qual seja a história da urbanização de Florianópolis. Essa precaução se faz necessária, sobretudo, quando se verificam diversas interpretações acerca de um mesmo tema, variando conforme a fonte pesquisada. Nesse sentido, procuramos apontar essa diversidade de enfoques sempre que ela nos pareça digna de nota, até para que fique clara a própria falta de um eventual consenso em torno da questão.

As considerações a seguir foram, principalmente, baseadas em Cardoso (2004) e Santos (2009). Ambos realizaram amplo levantamento pesquisando fontes primárias em acervos de memória, arquivos públicos e particulares e em instituições de pesquisa⁸². Ambos realizaram um

⁸¹ Trecho do livro – *O Abolicionismo*: "Senhores, a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honras aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões - a da emancipação dos escravos e a democratização do solo. Acabar com a escravidão não nos basta, é preciso destruir a obra da escravidão" In: NABUCO, 1883, p. 256.

⁸² Os autores foram escolhidos por acreditarmos que tanto um como outro nos trazem informações distintas daquelas que a historiografia hegemônica local costuma fazer uso: a ideia de Florianópolis oitocentista como lugar pacato, ocupado principalmente por população de origem açoriana, ou seja, predominantemente branca e com pequena presença de mão de obra escrava.

Segundo atesta Cardoso (2004, p.3) na sua conclusão, existe uma vertente da História Social de Florianópolis e por que não dizer de Santa Catarina também, que, minimiza a importância da

longo esforço de localização e coleta de documentos, como processos criminais e de liberdade, alforrias, censos, relatórios de chefes de governo e de polícia, inventários, ofícios da Câmara de Desterro, registros paroquiais, e uma extensa compilação de dados nos arquivos da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, entre outros. Em todos esses lugares os autores procuraram rastros, sinais, marcas da passagem de uma população segregada, excluída, “à margem” – entre eles escravos, negros e mestiços libertos - que vagava pela cidade, pelo porto, passava pelo Hospital de Caridade⁸³ e alguns acabavam por se fixar nas proximidades.

Os espaços ocupados pelas populações pobres, muitos deles açorianos, eram roças como na Serrinha, onde era cultivado o café e a mandioca. Desde o início do século XX o caráter restritivo imposto pelas legislações ambientais foi um dos motivos pelo qual houve uma queda significativa na produção agrícola favorecendo (momentaneamente) a retomada da vegetação.

De acordo com pesquisa realizada por Santos (2009, p. 574) o primeiro registro de moradia de que se tem notícia no MC seria o de D. Joana de Gusmão (1689 – 1779) no século XVIII. Beata nascida em Santos, ergueu um rancho como moradia e posteriormente construiu uma pequena capela denominada “Menino Deus” no Morro do Mocotó, que lá por aqueles dias era conhecido como Morro da Boa Vista. A Capela do Menino Deus existe até hoje junto ao Hospital de Caridade. D. Joana era muito querida pelo povo e saiu várias vezes em peregrinação pedindo esmolas, arrecadando fundos para a construção da capela, levava junto consigo a imagem do Menino Deus. Na época da

escravidão africana, coisifica cativos e libertos, e tem contribuído para a invisibilidade das experiências africanas.

Podemos citar ainda o entendimento de Piazza (1975) quando se posiciona em relação à escravidão, ao colocar que esta fora bloqueada pela emergência, no século XIX, de uma sociedade agrícola baseada em núcleos familiares de trabalhadores livres, inspiradora de uma repulsa ao cativeiro e de um movimento abolicionista intenso que resultara na ausência de um núcleo expressivo de população negra em Santa Catarina. Ver/In: **O Escravo numa Economia Minifundiária**. Florianópolis: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária. 1975, (CARDOSO, 2004, p.59).

⁸³ O Imperial Hospital de Caridade inaugurado em 01 de janeiro de 1789, hoje é mantido pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. Sua administração é realizada pela Mesa Administrativa da Irmandade que é eleita por votação direta, com mandato bianual. O atual Provedor comanda a equipe Gerencial do Hospital e seus mais de 800 colaboradores. A Missão do Imperial Hospital de Caridade é: “Prestar serviços de Saúde de Qualidade, com profissionais qualificados e éticos, através da busca de novas tecnologias valorizando o cliente e respeitando o **meio ambiente**”. In: <<http://198.106.92.3/hospital/index.html>> Acesso em: 30 mai. 2012.

invasão espanhola, em 1777, muita gente se teria refugiado nesta Capela, sob a proteção da beata.

O Hospital de Caridade, ao que tudo indica, foi desde o século XVIII, a principal instituição filantrópica da cidade. Fundado em 1789, pelo trabalho do frei franciscano Irmão Joaquim, a casa de caridade tinha como propósito cuidar dos pobres enfermos. O Hospital foi um local predominantemente

[...] de amparo aos pobres durante todo o século XIX. Atendia os degradados, prostitutas, doentes, velhos, marinheiros e escravos abandonados. Recebia crianças abandonadas – enjeitados – e mantinha uma estrutura de criação e educação com mestres de ofício para meninos e escola para meninas internas. Muitos escravos doentes, libertados por seus senhores, entregavam-se ao Hospital, que os acolhia no restante da vida. A irmandade do Senhor dos Passos, que mantinha o Hospital, acolhia os mais pobres com esmolas, remédios e enterramentos (SANTOS, 2009, p.115).

Durante o período de expansão e domínio português do litoral, das disputas com espanhóis e das revoltas internas, a importância militar fez de Desterro,

[...] além de uma cidade de marítimos, uma cidade de soldados dos regimentos de tropas estacionadas e em trânsito. Entre toda essa gente comum, pobre, abandonados, muitos inválidos, havia os que se dedicavam às mais diferentes artes de viver e de ganhar a vida (SANTOS, 2009, p. 113-114).

Florianópolis ou Desterro⁸⁴, assim como era chamada na época, crescia mestiça, no sec. XIX. Crescia pela mescla de pessoas das mais

⁸⁴ Inicialmente chamada de Freguesia N. Sra. do Desterro, depois simplesmente Desterro. Em tempos coloniais geralmente as freguesias tomavam o nome da Igreja local. José Dias Velho em sua carta de 6 de agosto de 1682 se refere a Desterro como Ilha de Santa Catarina, uma vez que por estas épocas Desterro não passava de um povoado. Nos povoados pioneiros as freguesias eram usualmente criadas imediatamente após a primeira construção do templo, uma vez que uma freguesia representava um segundo estágio, um núcleo populacional capaz de alguma organização. A primeira vez que a expressão Freguesia é usada quando referida à Ilha de Santa Catarina é em 1714. In: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0362.htm>> Acesso em: 02 abr. 2012.

diferentes origens. Era uma cidade portuária e, logo após a Independência do Brasil, a corte surgia como um Estado forte, com o desígnio de tornar o país, uma nação civilizada nos trópicos. Determinadas regiões produtivas do Brasil, entre elas Santa Catarina, já no período em que a corte portuguesa se encontrava instalada no Rio de Janeiro, tornaram-se especializadas no abastecimento desta corte. A atividade – produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade – estava ligada “à estrutura mercantil vinculada ao comércio atlântico”⁸⁵ (CARDOSO, 2004, p. 28).

Estas pistas sugerem uma imagem de Desterro e de seu porto, muito distinta daquela construída pela interpretação preponderante na historiografia de Santa Catarina.⁸⁶ A elite mercantil florianopolitana fez fortuna através do controle da farinha e dos negócios vinculados ao mercado de abastecimento interno da Corte do Rio (CARDOSO, 2004, p. 32).

Desterro enquanto cidade portuária era apenas mais uma entre os inúmeros portos do país, mais um ponto de ligação do principal meio de transporte e comunicação da época – a navegação. Através desta as pessoas e as doenças de diferentes partes do mundo se conectavam. (SANTOS, 2009, p. 113).

Ainda no contexto de caracterização de Desterro como cidade portuária aberta ao ir e vir da diversidade de povos encontramos mais uma descrição do incessante movimento de busca de algum tipo de remediação junto ao Hospital de Caridade:

Entre estrangeiros migrantes e marinheiros e homens livres e libertos de outras províncias e de outras localidades de Santa Catarina e do interior da Ilha, quase metade dos atendidos no Hospital de Caridade (46,4%) eram de pessoas de fora da cidade. Parte da população pobre da época era de

⁸⁵ Para se ter uma ideia da força dessa produção segundo os dados levantados por Cardoso (2004, p. 30) em relatório do Governador João Alberto de Miranda Ribeiro indicam para o ano de 1797, a existência de 350 engenhos de farinha ao longo da Ilha de Santa Catarina como um todo.

⁸⁶ Existe uma obra clássica, fundadora da tradição açorianista, produzida, em 1938, para o Primeiro Congresso de História de Santa Catarina por Oswaldo R. Cabral que se dedicou especialmente em explicar a importância dos portugueses da Ilha dos Açores ou melhor dito dos açorianos, para a consolidação da cultura luso-brasileira, no Brasil. Este congresso comemorava o Bicentenário da Colonização Açoriana. Ver/In: **Os açorianos**. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1950. In: <http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/320/1/Elio_Serpa_p481-507.pdf> Acesso em: 05 abr. 2012.

migrantes. Muitos sem sobrenome, degradados de navios, fugitivos e homens livres que vagavam pelo império em busca da sobrevivência ou da subsistência, numa sociedade que poucas possibilidades oferecia, organizada para os senhores com seus escravos (SANTOS, 2009, p. 120).

Desterro viveu, conforme apontado anteriormente, uma fase de expressivo crescimento das atividades econômicas, como lembra Fernando Henrique Cardoso, em capítulo denominado “Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas de ampliação” contido no reconhecido livro que praticamente lançou a pesquisa em Ciências Sociais no Brasil “Cor e mobilidade social em Florianópolis”⁸⁷. Desterro havia assistido a ampliação do número de cativos africanos, particularmente na agricultura⁸⁸.

O afastamento no tempo se faz importante para estabelecer um novo entendimento na perspectiva das relações de dependência entre os pobres de Desterro, principalmente os africanos e luso-brasileiros, que segundo Cardoso (2004), foi tema

(...) central no estilo de vida e na forma de organização das hierarquias sociais na sociedade desterrense. Logo, o centro deixou de ter certo viés dicotômico, para abarcar (...), as complexas relações que instituíam aquele mundo oitocentista (CARDOSO, 2004, p. 20).

⁸⁷ Em dezembro de 1959, Florestan Fernandes concluiu o prefácio do livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. A pesquisa, patrocinada por duas agências governamentais (INEP/CAPES), contou com o apoio de Anísio Teixeira e Charles Wagley. Ela era o desdobramento do Projeto Unesco para o sul do país, que até aquela altura ainda não havia sido contemplado. A coleta do material empírico foi realizada em 1955 e o trabalho concluído em 1957 (Cardoso e Ianni, 1960, pp. xxxix-xi). O estudo é o exemplo mais bem acabado da influência do Projeto Unesco no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. A investigação representava o primeiro resultado de maior vulto da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a coordenação de Florestan Fernandes. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300009&script=sci_arttext>. Acesso em 27 mar. 2012.

⁸⁸ Em 1810, a então Vila do Desterro alcançara a maior porcentagem de população cativa em relação à livre. Entre os 5.250 habitantes, existiam 1.869 cativos. Estes últimos, associados aos 177 libertos ou livres de origem africana, perfaziam um total de 35,5% (CARDOSO, 2004, p. 30 apud PIAZZA, 1975, p. 37-39).

Para os morros, então, acudiam aqueles que não mais estivessem aptos ao modo mercantilista de produção vigente - negros escravos fugidos, libertos ou escravos doentes e abandonados à sua própria sorte pelos donos, mestiços, soldados pobres de regimentos estacionados ou em circulação - em prontidão à espera de alguma ameaça ou conflito-, enfim todos aqueles que se sentiam impelidos a se afastar do convívio social da Freguesia de Desterro encontravam nos morros - um (não) território até então - seu refúgio.

3.2.2 – O Morro da Cruz: Território dos segregados pelas ações Higienistas

A sociedade brasileira teve sempre a discriminação como um dos seus pilares. A escravidão, que desqualificava, ao mesmo tempo, os negros e o trabalho – atividade de uma raça considerada inferior – foi constitutiva do Brasil, como economia, como estratificação social e como ideologia.
Emir Sader⁸⁹

Do porto de Desterro partiam e chegavam embarcações nacionais e estrangeiras em rotas desde a Foz do Rio da Prata à costa atlântica da América do Norte e rotas com a Europa ou, de lá, com destino à margem oeste do continente americano, via Estreito de Magalhães. Segundo Santos (2009, p. 249) isso levaria a crer que o processo de formação do capital comercial em Desterro foi complexo e teria incluído o roubo, o contrabando, a sonegação e o uso da mão de obra de escravos marinheiros.

Com a intensificação das atividades portuárias a partir de meados do século XIX e a emergência de uma classe de mercadores, armadores e outros negociantes, estes constituíram de certa forma, a nova classe que pleiteava o espaço político da velha elite de origem burocrática e

⁸⁹ Emir Sader - Sociólogo e cientista político, mestre em filosofia política e doutor em ciência política pela USP - Universidade de São Paulo. Pensador de orientação marxista é colaborador em publicações nacionais e estrangeiras. Membro do conselho editorial do periódico inglês *New Left Review*. Presidiu a **Associação Latino-Americana de Sociologia** (ALAS, 1997-1999). É também um dos organizadores do Fórum Social Mundial.

O Dedo do Lula. Blog do Emir. In: **Carta Maior**. Publicado em 02/06/2012. In: <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=999> Acesso em: 12 jun. 2012.

militar. “Eram os portadores dos novos ventos civilizadores que partiam do Atlântico Norte” (CARDOSO, 2004, p. 25).

Aos poucos, o comércio ia lentamente ganhando importância e estava intimamente ligado não só ao porto, mas também ao redor dele onde novas casas de comércio se instalavam. O poder econômico adquirido pelos comerciantes provinha da navegação, aos poucos este poder se metamorfoseia em poder político. E, enquanto este processo ocorre, os pobres vão aos poucos mudando-se para “áreas específicas da cidade” o espaço da cidade não é mais um espaço indiferenciado (SANTOS, 2009, p. 267).

Ainda segundo Santos (2009) o comércio desenvolvido durante o século XIX acabou por ressaltar e marcar a pobreza, pois:

[...] enquanto alguns enriqueciam, a escravidão dos negros e a impossibilidade de trabalho e de terra aos livres mestiços e libertos significava uma nova pobreza. Uma crescente população mestiça que passaria a viver em áreas específicas da cidade e um comércio tomando áreas próximas ao mar e ao porto separando os mais pobres, realçando uma pobreza que durante o século XIX passaria a ser cada vez mais espacial e visível na cidade (SANTOS, 2009, p. 232).



Figura 24: Foto A - Cais Rita Maria, utilizado pela empresa de navegação Hoepcke no início do século XX., Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Sobrados, Rua do Comércio, esquina com a Rua do Livramento, final do século XIX. Vista do Trapiche do Cais do Porto, à esquerda casinhas de porta e janela remanescentes. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 302; 307).

Conforme Cardoso (2004, p. 22), com o aquecimento do comércio, a década seguinte (1880 a 1890) seria a que melhor manifesta

os arranjos institucionais e as estratégias por parte das elites mercantilistas para o reordenamento do viver urbano florianopolitano.

Assim Florianópolis enquanto entreposto da navegação possibilitou o crescimento da classe comerciante, cujos interesses propiciaram uma série de mudanças nas relações sociais da cidade. Mudanças essas que iriam se refletir em diferentes formas de disputa de um mesmo território

O comércio passaria não só a produzir interferências nos costumes, “mas também a gerar mudanças no cotidiano do trabalho, no poder político e na organização cidadina, na arquitetura e na localização dos grupos dos comerciantes e dos pobres” (SANTOS, 2009, p. 268).

Neste contexto, interessa-nos perceber em que medida as práticas, hábitos e comportamentos dessa população segregada faziam parte de uma crescente preocupação da elite florianopolitana, constituindo-se em um dos pilares de animosidade em relação à conformação urbana de Desterro no séc. XIX (CARDOSO, 2004) e também qual a retórica que esta mesma elite utilizaria na formulação dos princípios higienistas/sanitaristas⁹⁰ para Florianópolis, e que viriam a provocar grandes modificações na cidade – demolição massiva de habitações, canalização do rio da Bulha, construção de inúmeros edifícios públicos como o Instituto Politécnico e a Escola Normal onde antes existiam cortiços, etc., contribuindo significativamente para as tensões do final do século XIX.

Inicia-se assim, a segunda fase de ocupação do Morro da Cruz ocorrida com a “limpeza” do centro. Neste estágio da evolução urbana da Freguesia de Desterro, o que estava em curso era a reconfiguração de todo um conjunto de relações e hierarquias sociais através, como já foi dito anteriormente, da expansão e consequente fortalecimento do comércio. Podemos afirmar que o drama identitário da elite

⁹⁰ Higienismo – Doutrina ou conjunto de normas e posturas reveladoras da estratégia de normatização da vida social (brasileira). No Brasil, foi empreendida por uma fração da intelectualidade diretamente ligada à Europa com a perspectiva de operacionalizar mudanças de hábitos na sociedade de então. Estas estratégias tinham como objetivo desenvolver um saber e um controle político sobre o espaço. In: TOMÁS, 1996, p. 58-59.

As teorias higienistas tiveram grande influência sobre o urbanismo numa época em que as cidades se industrializavam; muitos arquitetos, urbanistas e governantes, como Rambuteau e o barão Hausmann em Paris, aderiram às estas teses. Tratava-se, sobretudo de abrir as cidades intra muros.

Sanitarismo: conjunto de técnicas nos quais os princípios higienistas são aplicados. Alguns desdobramentos destas posturas são: a vigilância sanitária e o código de obras e posturas. O engenheiro e o médico sanitaria são os grandes avalistas técnicos das iniciativas municipais no tocante a reordenação dos espaços centrais de muitas cidades brasileiras. In: ANDRADE, Carlos Roberto M.; “**A Peste e o Plano**. O Urbanismo Sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito”, dissertação de mestrado, vol.I, FAU/ USP, 1992.

florianopolitana residia na questão, proposta por Muniz Sodré (2012)⁹¹, da clara identificação de quem formaria o povo. A qual lugar pertencem os africanos, afrodescendentes e principalmente os pobres nesta nova sociedade em gestação? A partir destas questões a ideia é vislumbrar, neste capítulo, a reconfiguração urbana através das inúmeras ações, a partir das quais, africanos, afrodescendentes e pobres foram obrigados a adequar seu modo de vida ao território que lhes restou ou que lhes foi atribuído por exclusão: o Morro da Cruz. Diferente do poeta Cruz e Sousa⁹², os sonhos dos nossos personagens de origem africana eram mais simples, mas não menos significativos. Desejavam reunir a família, ter uma casa, um pedacinho de terra, uma banca de quitanda, ter um ofício, ou seja, sobreviver com condições materiais de existência minimamente aceitáveis. (CARDOSO, 2004, p.278).

Seguindo o tema da reconfiguração urbana: o que estava em jogo era a reestruturação do modo de vida cidadão por onde a população, principalmente aquela de origem africana, aprendera a transitar nos tempos de colônia. Com a abolição da escravatura, em maio de 1888, e a entrada da imigração europeia, o lugar e o espaço que esta população viria ocupar na sociedade não haviam sido cunhados - e talvez não tenha sido até hoje, em – 2012 -, uma vez que, não se tinha nenhuma proposta alternativa para esta população para além da segregação e da manutenção das relações de dependência já existentes.

A República e seus porta-vozes não tinham parâmetros para lidar com estes grupos populares e, na dúvida, tornaram-se todos inimigos, incontrolláveis desenraizados sociais (CARDOSO, 2004, p. 22-23).

⁹¹ Segundo o Prof. Muniz Sodré, em entrevista para o programa Roda Viva da tv Cultura, em junho de 2012, a construção da identidade do povo brasileiro é uma questão antiga: “(...) o império nos deu estado e nação, mas não nos deu povo. O povo ficou como esse grande enigma pro território. Porque o que é o povo brasileiro? o que é o povo nacional? Essa talvez tenha sido a grande questão que os pensadores, os intelectuais do modernismo tentaram resolver. Os ensaístas como Gilberto Freire, como [outros] explicadores gerais do Brasil, até o cinema novo [tentaram] construir essa esfinge. No fundo o personagem do grande Glauber Rocha, tentou isso também. O que é isso? que enigma é esse? que esfinge é essa do povo nacional? Isso se pensou fortemente, durante o regime de Vargas, porque se tratava de construir um povo nacional pra industrializar o país (...). In: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/muniz-sodre-3>> Acesso em: 30 jun. 2012.

⁹² Um dos precursores do movimento simbolista no Brasil, Cruz e Sousa era natural de Florianópolis. Filho de negros alforriados aprendeu francês, latim e grego, com a esposa do ex-senhor de seus pais, foi também discípulo do alemão Fritz Müller, com quem aprendeu matemática e ciências naturais. Dirigiu o jornal Tribuna Popular, no qual combateu a escravidão e o preconceito racial. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cruz_e_Sousa> Acesso em: 02 abr. 2012.

Os confrontos nos parecem ser menos entre as medidas higienistas que ganharam poder de polícia e os pobres e mais entre estilos de vida e visões de mundo. Estamos de acordo com o que afirma Cardoso (2004, p. 35) em relação às transformações ocorridas, uma vez que, ao que parece,

a presença africana cativa ou liberta, estava no centro das relações sociais que estabeleciam os contornos de uma configuração urbana e instituíam os papéis sociais, a distribuição de prestígio e poder e a própria percepção de civilidade. (CARDOSO, 2004, p. 35)

Conforme Franco (1983) coloca, entre as camadas senhoriais mais atrasadas — os "cidadãos prestantes", para Florestan Fernandes — e os estratos sociais intermediários dos "homens livres" — que não eram nem escravos nem senhores — os códigos sociais de comportamento estavam referidos apenas à violenta moralidade cotidiana daquelas populações. Somente quando em contato com o universo dos senhores rurais, em geral por meio de relações de dependência moral, é que os homens livres se submetiam aos códigos universais de comportamento e, por conseguinte, à tutela do Estado.

3.2.2.1 - A medicalização da Sociedade

O movimento, desses grupos populares em si, se explica pelos arranjos sociais locais que compreenderam a dicotomização do espaço urbano, entre ricos e pobres em um primeiro momento e logo depois, no início do século XX, acabando por expulsá-los definitivamente para o Morro da Cruz. Esses arranjos sociais acabaram por originar uma série de normas jurídicas e efeitos legais oriundos do sanitarismo urbano (SANTOS, 2009, p. 12).

O sanitarismo tinha como estratégia o incremento de normas e regras para obtenção do controle sobre o espaço, necessário em uma cidade em crescimento e, que aos poucos, se aburguesava. O controle era necessário, pois focos de doenças surgiam aqui e acolá, e precisavam ser conhecidos e reconhecidos. Neste momento a falta de saúde passa a ser identificada com a pobreza e a pobreza, sinônimo de falta de higiene. O conflito está posto: todos aqueles que se comportassem ou vivessem de maneira diferente daquela ditada pela elite - tornaram-se, todos, inimigos.

Quando buscamos o fio condutor da relação saúde-sociedade, é a câmara municipal que aparece como elo. As câmaras deveriam intervir para evitar a sujeira, a podridão e, conseqüentemente, as doenças. Ocorre que a câmara terminava por não cumprir essa função; ela não executava ações de controle contínuo da cidade. E a execução das posturas tinha caráter fragmentário. No caso da sujeira, ela só atuava em casos de denúncia. Quanto aos portos - a porta de entrada das cidades, inclusive de Desterro - o mesmo acontecia. Nem mesmo a inspeção dos navios teria controle contínuo (TOMÁS, 1996).

No entender de Cabral (1971, p. 225 e 226) a Câmara de Desterro omitia-se do rigor das exigências das posturas urbanas a fim de possibilitar que “os pobres também tivessem o seu teto.” Digamos que este é um pretexto muito pouco consistente. No entanto à medida que a relação saúde - sociedade ganha importância esta situação irá mudar completamente.

A relação - saúde-sociedade - ganha importância com a chegada da corte no Brasil, em 1808. Com ela, práticas que viriam a se configurar como de medicina social ganharam importância. Na fase entre a chegada da corte e a independência, período de transição da medicina colonial (fiscatura) para a medicina centrada na saúde da sociedade, a atuação da esfera do governo se amplia (TOMÁS, 1996).

O vice-reinado assume o controle pela condição da saúde da população, principalmente na sede da corte - Rio de Janeiro - e pede aos médicos que elaborem uma série de princípios e de diretrizes de caráter urbanístico. Tais medidas como a nivelção do chão da cidade (para impedir a estagnação das águas), a demarcação de ruas e lugares de construção, o aterro de pântanos e a destruição de morros (para facilitar a circulação de ar) foram elaboradas por médicos e executadas pelo Marquês de Lavradio⁹³. Tudo porque a cidade teria uma “má situação geográfica, além de edifícios mal construídos”.⁹⁴ (MARREIROS, apud MACHADO, 1978, p. 145)

O clima passa a ser, unanimemente, apontado como a maior causa para a insalubridade. Acreditava-se que ele influa perniciosamente sobre o indivíduo, “pois os corpos padecem por

⁹³ Foi o 11º vice-rei do Brasil. Nomeado em 1769, assumiu o governo como 2º vice-rei após a transferência da sede da coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, durando o seu governo 10 anos.

⁹⁴ “Resposta do Doutor Joaquim Marreiros a Proposta da Câmara Municipal Sobre as Doenças do Rio de Janeiro”, 1798 in *O Patriota*, vol. 1813, n.º 1.

transpirações repercutidas”. (MARREIROS, apud MACHADO, 1978, p. 144)

As velhas casas de porta e janela espalhadas por toda cidade deveriam ter a aparência modificada e a população pobre com seu modo de vida baseado na subsistência precisava ser mudada e/ou confinada. Os conflitos gerados a partir da cidade que existia e os desejos de ordem, sanidade urbana e controle social vão gerar leis que aceleraram e obrigaram às mudanças de hábitos, costumes e características da cidade de então, atendendo ao gosto, ao desejo e às expectativas da nova classe emergente. Entre essas leis, temos em Florianópolis um grande conjunto, o código de posturas de 1845.

As primeiras preocupações sanitárias em Desterro são da época deste código de postura - 1845. Abaixo estão listadas algumas das preocupações que o código pretendia normatizar:

Conflitos pela passagem de esgotos e águas estagnadas, valas abertas, nos quintais que corriam para as ruas ou córregos. Preocupação com a manutenção das fontes de água e destinação dos locais de despejos nas praias [...] (SANTOS, 2009, p. 474)

O Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro, a lei 222 de 10 de maio de 1845, continha 131 artigos divididos em treze capítulos.⁹⁵ O código tinha como objetivo imprimir mudanças no contexto social através dos novos costumes de higiene e princípios médicos para o indivíduo e a cidade. Estabelecia marcos jurídico e legal que iriam impor o controle e a ordem social do cotidiano urbano (SANTOS, 2009).

É apenas com a consolidação dos princípios higienistas, na segunda metade do séc. XIX que é inaugurado um grande ciclo de transformações no país, transformações essas que viriam acompanhadas de intensas mudanças na ordem política e econômica. É quando acontece a verdadeira penetração da medicina na sociedade. E é também quando a medicina passa a se apresentar como base científica, “indispensável ao exercício de poder do Estado”. (MACHADO, 1978, p. 155 apud TOMÁS, 1996, p. 27).

Um novo tipo de indivíduo e de população, necessário a relações capitalistas incipientes, estava sendo gerado por novos costumes que se

⁹⁵ Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, páginas 208 a 242. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina In SANTOS, 2009, p. 317.

instalavam. Assim sendo faz-se curioso observar que a medicina - cujo foco agora estava centrado na saúde da sociedade - chegava ao Brasil, antes mesmo das grandes transformações que viriam com a industrialização. O território e a população deveriam ser examinados, conhecidos, observados.

É o início da construção de um saber que analisa o território e os homens e que tinha como objetivo o desenvolvimento de um controle político sobre o espaço. Era preciso ordenar e homogeneizar os habitantes.

Há inúmeras referências a uma crescente intolerância contra os que trabalhavam nas ruas nos serviços braçais, contra os pobres, os negros, mestiços, degradados, enjeitados, doentes, vadios, ciganos, prostitutas e mendigos.

Todos os que não se encaixavam na “civilização adiantada” da classe “branca” dos burgueses, comerciantes, políticos, das “forças vivas”, dos “homens bons” da sociedade. Assim como os revolucionários, socialistas, comunistas, anarquistas eram sinônimo de problema e alvo das repressões positivistas e dos adeptos da recente república, os pobres e tudo que envolvia a pobreza na cidade, passou a ser considerado “problema”, o atraso, a sujeira, a doença para o “progresso, a modernidade e a ordem”. As críticas aos bairros pobres feitas pelos jornais, às posturas e leis do governo e os desejos sanitaristas, revelavam o anseio de apagar a herança material da época colonial e imperial. Expressavam a intolerância à convivência próxima à pobreza e o desejo de construir uma cidade “moderna”, para poucos bons, com os pobres expulsos. [...] (SANTOS, 2009, p. 309).

No século XIX, o mundo científico atribuía às ciências humanas as mesmas leis das ciências naturais, assim sendo o funcionamento da cidade era comparado ao funcionamento de um organismo vivo. Segundo Andrade (1992, p. 25), os chamados organicistas faziam uma relação entre o funcionamento das cidades e os sistemas digestivo, respiratório e circulatório. Assim onde não houvesse circulação, ou seja, onde a estagnação se fizesse presente, fosse da água ou do ar, era considerada maléfica e fonte de epidemias.

Assim sendo, ainda na segunda metade do séc. XIX as transformações na vida da cidade passam a ter, mais e mais, relação com a questão da saúde. O objetivo passa a ser neutralizar todo o perigo possível. Um novo ciclo de relações entre Estado, sociedade e medicina está sendo inaugurado. A medicina, finalmente, muda seu foco principal da doença para a saúde. É quando o médico se torna um ser político, penetrando nas instâncias de poder.

É nesse momento, também, que se esboça claramente um novo personagem: a polícia médica ou sanitária. Trata-se de uma nova arma na luta contra os focos de doenças. Seu projeto de intervenção se revela amplo: ela organiza estatísticas; controla os indivíduos com medidas de incentivo ou coerção à procriação; age sobre a cidade através da limpeza, da inspeção de alimentos, do exame das águas; controla as epidemias; cria uma autoridade médica ligada a um organismo central de administração.

As epidemias parecem ter sido a oportunidade que os médicos encontram para demonstrar a eficácia das medidas pelas quais a Sociedade de Medicina sempre lutou. É a chance que aguardaram para poder colocar em prática “todo seu dispositivo de esquadramento e disciplina do espaço urbano”. (MARREIROS, apud MACHADO, 1978, p. 244)

Entre finais do séc. XVIII e início do séc. XX havia toda uma preocupação constante com as ameaças de doenças, miasmas e epidemias. Era uma época de precárias infraestruturas fossem elas de esgoto, abastecimento de água, de controle do despejo de lixo, de controle sanitário, de controle também do crescimento urbano em áreas alagáveis onde proliferavam vetores de muitas doenças, etc... A população de Desterro, não estava fora desse quadro. Assim como demais cidades litorâneas ligadas à navegação, Desterro sofria com epidemias que dizimavam principalmente aqueles que tinham as piores condições sanitárias, portanto os mais pobres (SANTOS, 2009).

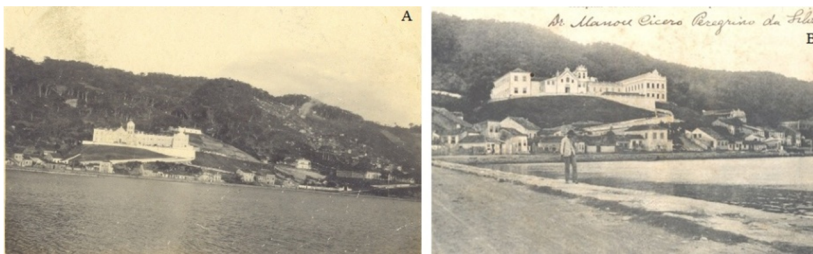


Figura 25: Foto A - Hospital de Caridade, início do século XX. A localização do Hospital no Morro da Boa Vista cumpria os princípios de isolamento e ar puro, ideal para os pacientes e seguro para a cidade em épocas de epidemias. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Hospital de Caridade. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 371).

Um dos personagens mais importantes para a medicina sanitarista em Desterro foi o médico inspetor de higiene pública do estado Duarte Paranhos Schutel. Com ele, as medidas higienistas, durante o século XIX ganharam implicações de poder de polícia. Assim as casas podiam ser desinfetadas a qualquer momento, havia também a possibilidade do exercício do poder de polícia para a remoção da população - é claro que isto podia ocorrer, principalmente, entre os pobres (SANTOS, 2009).

Em 1875, Desterro é assolada pelo “flagelo da febre amarela”, e no ano posterior inúmeras mortes ocorridas teriam como causa esta epidemia. Diante desse fato o inspetor de saúde pública,

Duarte Paranhos Schutel recomendava medidas sanitárias para combater a epidemia na cidade, entre elas: a limpeza das ruas, praças e praias; obras nos riachos e córregos que atravessavam a cidade e o abastecimento de água por fonte corrente (Relatório sobre salubridade pública em 1876. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina In SANTOS, 2009, p. 474).

As medidas sanitárias mostravam a preocupação e o medo que os “corpos líquidos” contaminados representavam à propagação de epidemias, preocupação que era muito presente com as fontes de água, com os córregos que cortavam Florianópolis e os esgotos (SANTOS, 2009).

A ligação entre medicina e Estado se consolida em 1835, com a transformação da Sociedade de Medicina em Academia Imperial de

Medicina - denominação oferecida pela regência. Temos aqui uma prova de que se trata de uma transposição não só de saberes, mas também de ideais que vão se constituindo num caminho a ser percorrido, passo a passo, pela elite, entre eles, médicos e engenheiros, interessados na instalação do higienismo no país. É como se fosse uma cartilha a ser rezada e seguida.”⁹⁶. (MEIRELLES, 1835, p. 216 apud MACHADO 1996, p. 27).

Em 1851, é criada a Junta Central de Higiene Pública com regulamento próprio. Possui amplas atribuições, que vão desde a inspeção da vacinação, passando pelo controle do exercício da medicina e chegando até o controle de todos os lugares - especialmente onde possa haver danos à saúde pública.

Os médicos que trabalharam nas inspetorias de saúde pública nas cidades devastadas por epidemias desempenharam um importante papel no conhecimento, controle, planejamento e mudanças necessárias para por fim a estas doenças. Inspeccionavam o espaço urbano, cadastravam e classificavam casas, áreas e bairros, determinavam regras de uso, construção e moradia no espaço urbano. Também estabeleciam e determinavam regras sobre o cotidiano e modo de vida dos moradores. A ciência médica teve total liberdade para ser implantada pelos médicos sanitaristas (SANTOS, 2009, p. 351).

Santos (2009) ao pesquisar documentos sobre saúde pública no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina se deparou com o fato de que durante a epidemia de varíola em 1882 e, com o avanço da peste em Desterro, as ações, que até então se restringiam à desinfecção das casas e cortiços são ampliadas.

O conjunto de relatórios referentes a 1882 revela que nesse ano uma devastadora epidemia de varíola assolou o litoral catarinense. A epidemia de 1882 foi o marco da influência das medidas médicas sobre Desterro. A partir de então o poder de polícia do estado passou a agir para além das determinações de saúde do indivíduo, alcançando também e diretamente a cidade, principalmente

⁹⁶ “Discurso Recitado na Academia Imperial de Medicina”, in Diário de Saúde, 1835, p. 216.

sobre a moradia dos mais pobres (SANTOS, 2009, p. 345)

No caso da varíola, a prioridade era manter o máximo possível Desterro livre da epidemia e as ações para tanto foram concentradas na habitação precária das famílias pobres que passaram a ser removidas e isoladas. Ao relatar esta situação em Itajaí, o mesmo inspetor de higiene fez referência à disposição ideal das casas: deveriam ficar “afastadas” – organização e espaço, eis alguns dos parâmetros que guiariam o urbanismo sanitaria e que iria condenar as casas de porta e janela geminadas (SANTOS, 2009, p. 384 – p. 387).

Os jornais funcionavam como veículo de divulgação das medidas sanitárias adotadas pelo governo, às vezes por meio de ordem, outras vezes ‘a pedido’ ou ‘em favor’.

A Junta de Higiene, no entanto, não resolve os problemas de saúde pública, nem acaba com as epidemias. Mesmo assim, ela marca uma nova época. Apesar de deficiente, essa estrutura será mantida durante todo o decorrer do séc. XIX. Uma pequena alteração ocorreria em 1886, quando a Junta será transformada em Inspetoria Geral de Higiene, dela se separando, em definitivo, a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos. (TOMÁS, 1996).

A partir daí, teremos sucessivos desdobramentos, além de um aprofundamento desta primeira estrutura. Com a República, esses desdobramentos se intensificam. Em São Paulo, essa estrutura iria vigorar até 1925 - com a reforma Paula Souza, que reestrutura todo o serviço de saúde pública. É o triunfo da medicina e da higiene. Mesmo seguindo débil em sua luta pela prevenção de doenças, a higiene, ao que parece, sai vencedora da batalha política.

Santos (2009, p. 393) coloca que em Desterro somente no início do século XX, a questão da higiene pública tinha sido definitivamente relacionada às condições das habitações. “Em 1903, [...] o departamento de higiene pública apontava as condições precárias das casas de aluguel como focos de moléstias contagiosas.”

3.2.2.2 –As obras Sanitaristas em Florianópolis

À medida que o comércio ia se desenvolvendo e alcançando novas áreas da cidade, segundo Santos (2009, p. 282), este ia ocupando também o lugar das antigas “casinhas de porta e janela” (Figura 26). Porém, em áreas mais populares como Figueira da Toca, Tronqueira, Pedreira, Cidade Nova, Fonte Grande próximo ao Campo de Manejo e na Praia do

Menino Deus (Figura 27), muitas destas “casinhas” foram transformadas em cortiços, onde aqueles que saíam das áreas próximas ao porto iam morar. Algumas delas resistiram a períodos de demolições e permaneceram até as primeiras décadas do século XX.



Figura 26 Antiga casinha de porta e janela do século XIX, modificada. No início do caminho que atravessa o Morro do Antão (Rua General Vieira da Rosa). Foto: André Santos, janeiro de 2009. In: SANTOS (2009, p. 598).



LOCALIDADES DE FLORIANÓPOLIS - INÍCIO DO SÉC. XX



Fonte: Base Cartográfica IBGE 1980
 Levantamento Aerofotogramétrico esc. 1:25.000
 Aerofoto Cruzeiro do Sul 1938
 Elaboração: Marcelo Machado
 Organização: André L. Santos

Figura 27: Mapa das localidades de Florianópolis no início do século XX. In: SANTOS (2009, p. 517).

Algumas poucas casas restaram, modificadas, embelezadas por platibandas, reformadas com mais uma porta no lugar da janela para se adequar ao comércio, principalmente no antigo bairro da Figueira – região compreendida entre a rodoviária e a rua Felipe Schmidt e avenida Rio Branco, onde as novas construções ainda guardam as dimensões de uma braça e meia das antigas casinhas. Em menor proporção ainda pode-se ver também alguma que outra na Tronqueira - região em torno da atual R. General Bittencourt e, mais uma e outra pelo centro. (SANTOS, 2009).

A substituição das casinhas de porta e janela pelos sobrados passa a simbolizar cada vez mais e mais à ascensão social dos “novos ricos”. As transformações idealizadas por essa ainda reduzida classe social - pois segundo Cabral (1957, p. 21) por volta da Independência os ricos ainda eram bastante reduzidos - se traduziam nas “modernizações urbanas”: implantação de serviços e infraestruturas; remodelação da cidade colonial portuguesa com novos elementos arquitetônicos que vinham sendo utilizados na França e posteriormente no Rio de Janeiro.



Figura 28: Casinhas de porta e janela com e sem platibanda. Rua General Bittencourt. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). In: SANTOS (2009, p. 435).



Figura 29: Foto A - Sobrados da Rua do Comércio, século XIX. Em frente ao cais onde foi construído o novo Mercado em 1896. Entre os sobrados algumas casinhas de porta e janela remanescentes. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes)

Foto B - Sobrados tomando a Rua do Comércio, século XIX. Mesmo local da foto anterior. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes) – In: SANTOS (2009, p. 305).

À medida que a cidade ampliava seus limites, a construção de novas casas incidia em algumas licenças que deveriam ser cobradas pela superintendência, este fato era um dado a mais a compor o quadro de dificuldades dos pobres para poderem permanecer ou se fixar dentro do perímetro urbano ao final do século XIX. Neste caso, a adequação das posturas se tratava de “ter” ou “não ter” este montante em dinheiro levando em conta que se tratavam apenas de tributos; em outros casos, a exigência de adequação era mais complexa.

Todo um arcabouço jurídico formado pelos decretos e leis compunha um contexto de apartamento social na cidade, contribuindo para a diferenciação de territórios. Ser civilizado e limpo garantia mais e mais a construção de um território urbano direcionado apenas a alguns. Assim sendo, à medida que os decretos eram assinados e novas leis anunciadas, a subsistência se tornava mais e mais difícil para os pobres dentro dos limites urbanos. Neste grupo, estavam incluídos além dos escravos alforriados, migrantes, imigrantes e, principalmente, as mulheres⁹⁷.

⁹⁷ A historiadora Joana Maria Pedro em sua tese de doutoramento estudou as mulheres em Desterro entre o final do século XIX e início do XX. A pesquisadora indica que neste período a elite da cidade colocava restrições “à presença de mulheres pobres que trabalhavam nas ruas do centro improvisando inúmeras formas de sobrevivência.” No entanto, ainda segundo a autora, estas políticas iam de encontro à resistência feminina. As oportunidades de trabalho para as mulheres no mercado formal de trabalho eram bastante restritas e estas para sobreviverem “criaram e mantiveram formas de trabalho muito além daquelas concebidas pelos ricos como o papel de mãe e esposa”. Para o poder público e para a elite local, muito além destas resistências persistia a mesma intenção: a expulsão dos pobres e do seu modo de vida da cidade (PEDRO, 1992, p.173 - 174).

Uma enxurrada de decretos influenciaram diretamente os processos de transformação urbana. O superintendente local ordena sob a égide sanitarista, o “adiantamento” social e urbano (SANTOS, 2009, p. 327). Porém o que mais nos interessa é o decreto 105, de 22 de novembro de 1899, que permitia à superintendência mandar demolir os cortiços e velhas casinhas: “Fica o superintendente municipal autorizado a mandar demolir os cortiços e velhas casinhas que ameacem ruínas e a tornar habitáveis e higiênicas aquelas que não estiverem em tais condições”⁹⁸. Anteriores a este, no mesmo semestre, temos a instituição de concorrência para importantes serviços urbanos: o decreto nº 100 de 30 de outubro, diz respeito à cobrança de impostos sobre o calçamento; o decreto nº 101 e 102, de 11 de novembro, foi relativo à instalação da rede de iluminação pública e o decreto nº 103, de 21 de novembro, para a execução da rede de abastecimento de água.⁹⁹



Figura 30: Foto A - Sobrados, depósitos e armazéns, Cais Liberdade, final do século XIX. No segundo sobrado da esquerda para a direita funcionava o jornal República. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - O vapor Anna da empresa Hoepcke, no estaleiro Arataca, início do século XX. Trabalhadores desempregados se alistavam para a limpeza do casco dos navios que entravam no estaleiro. Segundo Reis *et al*, 1999, (p. 153) o Anna integrou a frota Hoepcke provavelmente a partir de 1909. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 307;303).

⁹⁸ Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal sancionados pelo superintendente e todos os actos e resoluções decretados pelo poder executivo. 1899 – 1903, livro 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁹ Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal sancionado pelo superintendente e todos os actos e resoluções decretados pelo poder executivo. 1899 – 1903, livro 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

A demolição das “casinhas” de porta e janela, ou melhor dizendo, dos traços da cidade colonial, alargamentos de ruas e a abertura de espaços para praças seriam um reflexo também desse pensamento em Florianópolis. No entanto, demolições foram realizadas sem nenhum tipo de preocupação com a remoção e posterior adequação da moradia aos pobres. Diferentemente de grandes cidades que tinham, além da população de ex-escravos, uma grande população migrante proletária, Florianópolis era uma cidade administrativa e porto comercial, possuindo a maior parte da população pobre formada por ex-escravos e seus descendentes. Sendo assim, não havia necessidade de manter esta população pobre vivendo em áreas específicas próximas a fábricas, como em outras cidades. Portanto, segundo Santos (2009, p. 334) a grande maioria dos pobres seriam simplesmente expulsos, com exceção dos moradores da praia do Menino Deus, que era a praia preponderantemente dos despejos de esgotos e excrementos. Esses permaneceriam ali praticamente intocados até seu aterro em 1920, só com os cortiços e suas casinhas de então.

Sendo assim, ao final do século XIX temos uma Florianópolis onde muitos serviços de infraestrutura estavam sendo implantados na parte central da cidade; a cidade sendo remodelada e os médicos e engenheiros sanitaristas, construtores do conhecimento do controle social, através de inúmeras medidas estabelecendo novos parâmetros de uso e ocupação dos espaços domiciliares.

Durante os governos republicanos de Hercílio Luz¹⁰⁰, no estado, e João Oliveira Carvalho, no município, houve um intenso processo de reformulação, uma “modernização” urbana, período este compreendido em linhas gerais entre 1898 e 1925. Foi no 2º mandato de Hercílio Luz como governador, entre 1922 e 1924, que grandes obras foram realizadas. Estas obras eram a expressão do desenvolvimento material e representavam uma nova configuração social com estruturas e serviços dirigidos para a elite urbana. O Estado outorgava concessões para

¹⁰⁰ Hercílio Pedro da Luz, filho de rico comerciante, cresceu em meio intelectual. Conviveu com Oscar Rosas, filho do professor de francês do Ateneu Provincial de Desterro. Outro amigo importante para sua formação foi José Boiteux, que também estudou no Ateneu e mais tarde se tornaria um dos maiores intelectuais de Santa Catarina. Boiteux participaria de todos os governos de Luz. Estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e engenharia civil na Universidade de Gent, na Bélgica. Foi nomeado engenheiro da província de Santa Catarina em 1888. Como político exerceu os seguintes mandatos: governador (1894 a 1898); deputado (1900); senador por 3 mandatos, e por último governador outra vez, entre 1922 e 1924. Este último foi o período de maior realização e execução dos projetos sanitaristas em Florianópolis. In: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1739&li=30&lcb=1915-1917&lf=30> Acesso em: 8 mar. 2012.

implantação e exploração de serviços urbanos através de empresas privadas, muitas delas de capital estrangeiro; também realizava intervenções diretas na organização da cidade.

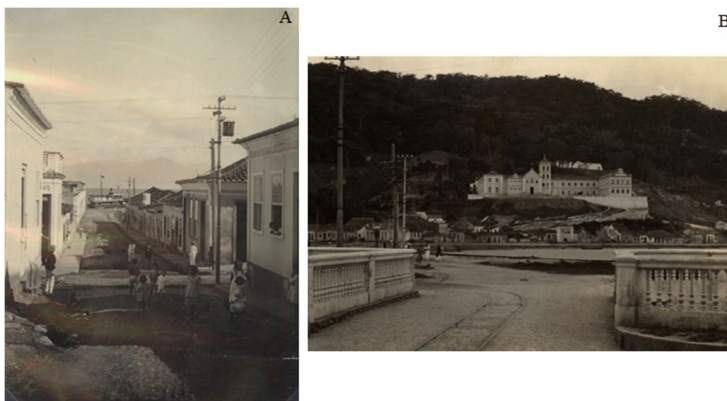


Figura 31: Foto A - Trilhos da linha de bonde na Rua do Iguape, início do século XX. Bairro da Figueira, próximo do início da linha no Cais do Rita Maria, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Trilhos atravessando a Fonte Grande, início de da década de 1920. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 471).

A seguir listamos muitas das infraestruturas e serviços instalados:

Construção do mercado público (1898); rede de esgoto e linhas férreas de bonde a tração animal (1906 a 1910); rede telefônica municipal (1909); rede de abastecimento de água do centro da cidade (1906, inaugurada em 1910); agência do Banco do Brasil, inaugurada em 1915; aumento e reforma da Praça Pereira de Oliveira (1907). (...) A canalização de córregos – sendo o principal o da Fonte Grande (1920) - construção da Avenida do Saneamento (1922); Escola Normal (1922); o Instituto Politécnico com cursos de “pharmacia, odontologia, comércio, agronomia e datylographia”; a escola de aprendizes artífices; escolas públicas de ensino básico; a ponte Hercílio Luz (1922 a 1926) - a maior obra de infra-estrutura do estado até então. Em 1920 e 1921, além dos novos prédios na Avenida Hercílio Luz, como o do construtor Villa, um dos empreiteiros da obra da Avenida. Os “magníficos

edifícios” nas ruas Anita Garibaldi; a rua José Veiga e Avenida da Paz que foram niveladas, alargadas e retificadas; a Praça 17 de Novembro foi remodelada e inaugurado seu jardim, o maior da capital. Foi remodelado o edifício em que funcionava a estação Agrônômica, para servir de residência de verão ao governador. Foram reformulados os contratos de serviço de energia elétrica, para melhorar e ampliar os serviços. Instalada a Companhia Carris Urbanos para o serviço de “auto omnibus” entre o centro e a estação Agrônômica. Ampliada e modernizada a rede telefônica local, instalada a rede telefônica intermunicipal e inaugurada a Maternidade (1927) (SANTOS, 1999; SANTOS, 2009, p. 426eVEIGA, 1993, p. 102;113).



Figura 32 Cais Liberdade, luzes e linhas da modernidade, década de 1920. A rede de iluminação pública, rede telefônica e estação elevatória da rede de esgoto. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). In: SANTOS (2009, p. 449).

Essas mudanças, muitas delas implicando demolições explicadas pelas práticas do higienismo, tiveram sérias implicações higienistas para os pobres em na Florianópolis de então. Segundo Santos (2009, p. 331), à medida que a modernização dos espaços centrais da cidade se consolidava para uma parte da população – para a elite que

pouco a pouco ia ocupando o centro - outra cidade ia também sendo formada: a cidade invisível dos Morros, onde as melhorias urbanas não chegariam, onde nada interessava, onde o pobre e seu modo de vida podia ser tolerado, onde as ceroulas poderiam ser penduradas nas janelas e ninguém iria censurá-los Santos (2009, p. 315), de maneira muito clara, sugere que a expulsão dos pobres do centro

[...] não é a transformação de um modo de vida em outro, mas sim uma substituição, no mesmo lugar, de um modo de vida por outro. (...) Não se trata de uma população transformando seu modo de vida, mas a substituição da população pobre do lugar por uma rica que se expande não em população, mas em domínio das áreas. Uma mudança essencialmente espacial. Uma substituição de relações, uma transformação das bases do território, uma substituição do modo de vida por outro, incluindo as formas de trabalhar, de morar e de relações. (SANTOS, 2009 p. 315 – 317).

A pobreza que existia no século XVIII e parte do século XIX, aquela de vida isolada, simples, que tentava apenas sobreviver ao dia a dia, ainda sem base no consumo gerado pela condição de viver na cidade, estava sendo definitivamente desterritorializada, e seu modo de vida passa a reproduzir-se no Morro da Cruz à revelia da administração municipal, das normativas sanitaristas ou mesmo da modernidade em si.

As transformações físicas representavam transformações sociais que estavam em curso; eram, portanto, transformações espaciais de significado muito mais profundo que apenas a mudança na paisagem urbana. Os territórios criados, demarcados e reconstruídos por ricos e pobres nesse processo espacial, foram delimitados a partir das relações definidas e estabelecidas na disputa entre diferentes modos de vida, na cidade e na periferia.

Essa imagem da pobreza que estava sendo extirpada do centro se acopla à ideia de Milton Santos, que a classifica como aquela pobreza relativa à marginalidade, aquela que passa a ser identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanharia o processo de “desenvolvimento” econômico. “Além da pobreza absoluta, uma pobreza relativa, que leva a classificar o indivíduo pelo poder de consumo, em que pobres são os marginais” (SANTOS, 2001, p. 70).

As ações higienistas, na antiga Desterro, estabeleceram novos parâmetros para os adensamentos das casas e da população em cortiços, estabelecendo, portanto, novas formas de relação entre o meio físico e a habitação. As ações se desdobrariam em medidas que, por sua vez, envolveriam mais e mais a população pobre e a redefinição do seu território, cada vez mais restritivo à permanência no perímetro urbano¹⁰¹. Sendo assim, esta população foi viver nos cortiços mais afastados, à beira dos córregos, fontes, caminhos para fora da cidade, e como não poderia deixar de ser, também no Morro da Cruz. Em nenhum desses locais receberiam qualquer tipo de rede e/ou serviços daqueles implantados no centro. Nas palavras de Santos:

Os Morros tornaram-se uma nova cidade de uma pobreza mais extrema, mais afastada, mais delimitada, mais separada, um novo desterro como aquele que fora a vila do século XVIII (SANTOS, 2009, p.519).

Os pobres foram excluídos das possibilidades da nova vida urbana, das infraestruturas, dos serviços urbanos, da educação, da saúde e principalmente da moradia na cidade. O modo de vida baseado na subsistência deveria ser substituído pelo modo de vida urbano, aquele do trabalho produtivo e organizado. Uma vida urbana de ordem, higiene e salubridade. O anseio em alcançar a modernidade urbana¹⁰² espreitava as ruas, as casas e mesmo as pessoas em Desterro, e neste anseio estava implícito o desejo de suprimir a cidade pobre.

Os antigos bairros na região central foram alvos sistemáticos das demolições. Essa ação implicou na retirada em massa da população

¹⁰¹ Segundo Andrade (1992, p. 15 - 17), a “teoria dos meios” foi o ponto de partida para as ações médicas e higienistas e estas por sua vez foram fundamentais para se elaborar o urbanismo de então. A primeira formulação conhecida da Teoria dos Meios é de Hipócrates, “Dos ares, das águas, dos lugares”, trata da influência do clima, da água e da localização geográfica sobre a saúde humana. Vitruvius, arquiteto romano da era clássica, acrescenta a ideia de insalubridade dos lugares pantanosos. Muitos séculos depois temos a presença do positivista L. A. Segond, adepto da teoria dos meios, o qual, tendo vindo ao Brasil a finais do século XIX, teria influenciado o engenheiro sanitário Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864 – 1929). Saturnino de Brito foi um dos ícones da fase de ouro da nossa engenharia sanitária no início do século XX, pois realizou algumas das maiores obras de saneamento básico do país, em Santos e no Recife (saneamento e canais para drenagem) - e alguns dos mais importantes estudos de urbanismo em cidades como São Paulo e Belo Horizonte (projetos para urbanização e retificação ao longo de rios).

¹⁰² Símbolo maior da modernidade no mundo, a França serviu de inspiração às reformas urbanas em nosso país através de intercâmbios provenientes de missões universitárias que se intensificaram entre as décadas de 1920 e 1930.. (PECHMAN, 1996, p. 349).

pobre, como no bairro da Pedreira, por exemplo, onde no lugar das casas demolidas foram erguidos vários prédios institucionais, como a Escola Normal e o Instituto Politécnico. A construção da Avenida do Saneamento ao longo do Rio da Bulha representou, durante um longo período, a fronteira entre a região que recebia as novas infraestruturas e o lugar dos segregados pelas ações higienistas, que principiava junto ao sopé do Morro da Cruz. As demolições em massa para a construção da Avenida do Saneamento só fizeram agravar o problema da falta de habitação. “Em 1921, dois anos depois do início da canalização do Rio da Bulha e da contínua demolição dos casebres, tem-se registro da primeira ocupação intensa dos Morros.” (SANTOS, 2009, p. 487). Como podemos observar, políticas habitacionais para as camadas pobres da população são um problema histórico. Ao longo deste relato estamos acompanhando, passo a passo, como se constituíram em demandas que, por décadas, não seriam atendidas, e muito mais, seriam inteiramente omitidas. É a construção pelo Estado de uma dívida histórica com a sociedade.

Assim sendo, não houve política habitacional para os pobres em Desterro. Estes tiveram suas casas demolidas maciçamente na área central e nenhuma alternativa lhes foi apresentada¹⁰³. Por outro lado, a administração do município simplesmente fez vista grossa e não impôs nenhum tipo de restrição à ocupação dos morros. Segundo Santos,

Não encontramos nenhuma referência sobre ações públicas para reconstruir casas ou possibilitar moradia na cidade aos pobres. (...) O sanitarismo significaria ao pobre despejo, dificuldade para alugar uma moradia e dificuldade também para viver no perímetro urbano. (SANTOS, 2009, p. 488; 490)

Com relação ao abastecimento de água e a rede de esgoto as medidas sanitaristas também se traduziram em prejuízos ao modo de

¹⁰³ Santos (2009, p. 544) coloca que no bairro antigo e pobre da Toca, fora do perímetro urbano desejado pela elite, afastado e aos pés do Morro da Boa Vista (corresponde à parte antiga da Rua São Martinho, na Toca, onde hoje está o Hospital do Exército), não encontrou referência alguma a demolições para nenhum tipo de “melhoramento” urbano.). No artigo sobre remodelações urbanas do jornal “República” de primeiro de fevereiro de 1920, Santos encontrou um relato sobre as quantidades de casas demolidas na Fonte Grande, entre a Pedreira e o Beco Irmão Joaquim: somavam quarenta casas; mais vinte casas na área da Cidade Nova; outras vinte na Rua 28 de Setembro. O total alcança oitenta casas – sem considerar outros relatos de demolições em menor número e mais aqueles que ocorreram mais tarde, na década de 1930.

viver dos pobres. Por exemplo, a rede de água e o serviço de saneamento nunca atenderam a população pobre. Nos morros onde a água era armazenada, os moradores só teriam serviços de água e esgoto mais de meio século depois. A canalização dos córregos no perímetro urbano, em curto espaço de tempo, também provocou transtornos às lavadeiras, pois com esta obra, a administração extinguiu nessa área o trabalho das lavadeiras que viviam ao longo dos córregos e nas fontes. Essas mulheres, que haviam sido escravas ou filhas de escravas, foram viver à beira dos córregos e fontes mais próximas das vertentes e nos Morros (SANTOS, 2009).

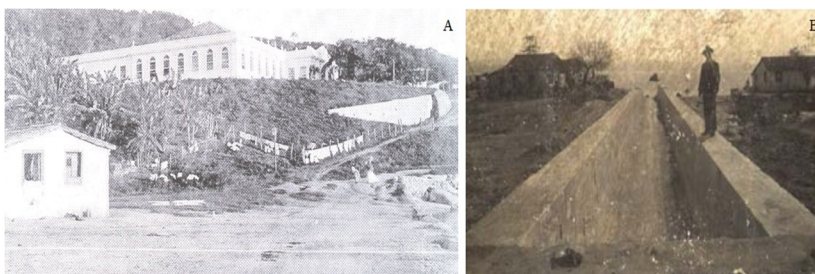


Figura 33: Foto A - Lavadeiras, início do século XX. Mulheres com trouxas e roupas secando em cercas no início do caminho para o Sul da Ilha. No alto o Hospital do Exército. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Canalização do Córrego São Luis, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 493).

Outra fonte de restrições para os pobres, em Desterro, foi o início, em 1927, do serviço de polícia sanitária, formado por:

Trabalhadores, capatazes, fiscal de higiene e auxiliar técnico. (...) Depois de duas décadas de intensa fiscalização e medidas sanitárias entre as quais as demolições, o número de casas com problemas já era menor que 10%. Destas cerca de mil casas fiscalizadas, apenas 63 receberam instruções para obter condições sanitárias. (SANTOS, 2009, p. 491-492). (as “condições sanitárias” eram uma espécie de habite-se da época – a autora)

Como este serviço tinha força de polícia, possuía autoridade suficiente para colocar a questão da demolição de modo bastante

sumário. Acontecia o seguinte: “a casa em que o senhor se encontra precisa ser reformada e o senhor tem 30 dias para se adequar as novas posturas (exigências), senão será passível de demolição!” Ou, ainda, quando ordenavam a desinfecção de determinado conjunto de habitações os moradores não eram consultados, estes deveriam acatar a determinação sem possíveis questionamentos.



Figura 34: Foto A - Casas térreas na Rua do Desterro, início da década de 1920. A rua sendo calçada com paralelepípedos de granito. Em primeiro plano, amplas casas térreas com platibanda, seguidas por casinhas de porta e janela sem platibanda. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Casas térreas com fachadas embelezadas na Rua do Vigário, década de 1920. Na esquina com a Rua da Conceição uma casa demolida. Ao fundo o Morro desmatado que seria ocupado – atual Nova Descoberta. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 438).



Figura 35: Foto A - Fonte Grande canalizada, entre casinhas e bananeiras, década de 1910. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Foto B - Aterro de várzea e canalização de córrego próximo ao Morro do Antão, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 493).

Os caminhos que deram origem às primeiras ruas em Desterro levavam, em geral, às principais fontes de água. O rio da Fonte Grande, depois chamado de rio da Bulha e transformado em Canal do Saneamento, era onde os escravos buscavam água, as lavadeiras lavavam as roupas., era ali também onde se podia pescar, principalmente em sua foz. Durante todo o século XIX, os pobres foram cada vez mais e mais se assentando ao longo de sua várzea. Na medida em que as casas de porta e janela foram substituídas pelos sobrados, o número de cortiços ao longo do rio da Fonte Grande aumentava. Este local era citado pelo governo e pelos jornais como o espaço onde primeiro se instalavam as epidemias. Com o crescimento da população pobre e a precária condição de habitabilidade destes locais e das ruas sem saneamento, o rio da Fonte Grande acabou por se transfigurar totalmente. Passou a ser chamado pejorativamente de “Rio da Bulha” pelos ricos. E quando, definitivamente, os pobres acabaram por ser expulsos do perímetro urbano através das inúmeras medidas sanitaristas do governo Hercílio Luz, no início do século XX, o Córrego foi canalizado e ao longo dele construídas alamedas. O local então ficou conhecido como Avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz¹⁰⁴ (SANTOS, 2009).

“Uma grande obra de saneamento: Área que se estende das fraudas do Antão ao córrego da Bulha, toda cortada pelos tributários de lodo e detritos, de miasmas e podridões, está sendo saneada dum modo que exalta a administração atual.”¹⁰⁵

A inauguração da Avenida do Saneamento, ocorrida em 1922, ensejou também a inauguração na mesma noite do sistema de iluminação elétrica da própria Avenida. A instalação, projetada por um fiscal do governo junto à empresa de Luz e Força, tinha os fios

¹⁰⁴ Santos (2009, p. 507) ilustra uma passagem pitoresca durante a construção do Canal do Saneamento: em fevereiro de 1920, operários, após vários dias de frustradas tentativas em demolir a Ponte do Vinagre com o uso de picaretas, tiveram que fazer uso de “dynamite”, a ponte cruzava o Rio da Bulha. As abobadas e o pilar central foram construídos em um maciço de alvenaria de pedra. Segundo Lucas Alexandre Boiteux sua construção foi concluída em 1764, mas sofreu vários consertos até 1776. O nome “Ponte do Vinagre” é uma referência à Rua do Vinagre (Menino Deus). In: “A Ponte do Vinagre” Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina. Volume VIII, 1919, p. 78-79. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹⁰⁵ Boletim Comercial. Número 66 de janeiro de 1922, apud Veiga, 1993, p. 255.

subterrâneos e postes idênticos aos da Avenida Leblon no Rio de Janeiro. Uma avenida praticamente desabitada, mas de amplas e largas alamedas, com o que havia de mais moderno na época – a iluminação elétrica – construída sobre as demolições onde anteriormente habitava boa parte da população pobre. A Fonte Grande finalmente havia se tornado território para a expansão dos ricos ¹⁰⁶.

As obras de engenharia sanitária nas primeiras décadas do século XX, em Desterro, sofreram influências diretas da cultura urbanística moderna cujos modelos europeus estavam em curso em várias cidades brasileiras. Era o território da ação dos engenheiros sanitaristas, médicos, geógrafos e arquitetos. Por tudo que vimos anteriormente – principalmente as ações relativas à expulsão dos pobres da região central, podemos dizer que Desterro, na década de 1920, era uma cidade organizada com base na desigualdade social, e assim sendo, não oportunizou a implementação de políticas de inclusão, principalmente aquelas relacionados à habitação social. A demanda habitacional da classe trabalhadora urbana pobre “foi resolvida” através da omissão do município no controle da ocupação dos morros, em especial no Morro da Cruz. A liberação da ocupação dessas áreas de encostas permitiu aos pobres resolver o impasse do problema da falta de moradia e da crescente impossibilidade de morar dentro do perímetro urbano. No entanto, essa população apesar de excluída do perímetro urbano seguia próxima à área central de Florianópolis. (TOMÁS, 1996 e SANTOS, 2009).

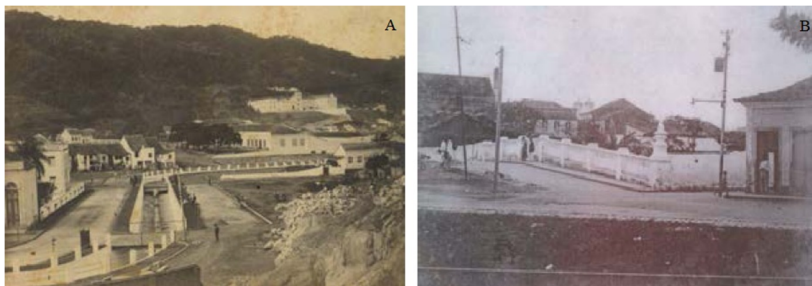


Figura 36: Foto A - Avenida do Saneamento, 1922. À direita a Pedreira, de onde foi retirado o granito que calçou as ruas de Florianópolis, sobre a qual foi construído o prédio da Escola Normal. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Trabalhadores na Ponte do Vinagre, início do século XX. A antiga ponte construída no século XVIII sobre a Fonte Grande, foi demolida em 1919. À direita esquina do Beco Irmão

¹⁰⁶ República, 7 de set. de 1922, ano 17, número 1.152, p. 5. (BPESC). In: Santos (2009, p. 508)

Joaquim Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 511).



Figura 37: Rio da Fonte Grande canalizado, década de 1910. Casa (baixa) do Padre Cruz, cortiço alugado aos pobres no início da Tronqueira, seria demolida para construção da alameda da Avenida do Saneamento. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 510).

O problema da falta de água potável em Desterro foi uma constante preocupação durante toda a segunda metade do século XIX. Encontramos referências a essa questão em manifestações relativas à preservação das matas dos morros, principalmente nas nascentes dos córregos, entre eles o principal: o rio da Fonte Grande. Santos (2009) encontrou várias correspondências entre a câmara e os comandantes militares, em 1865, tratando da preocupação com os cortes na mata realizados por soldados que haviam se fixado nos morros, e localizou também várias resoluções entre 1887 e 1894 que proibiam o corte de mata nas vertentes para proteger as nascentes.

Diante da ocupação mais intensiva do Morro da Cruz e com repetidas proibições de corte da mata, o superintendente municipal João Carvalho¹⁰⁷ proibiu o desmatamento nas cumeeiras do Morro da Cruz por toda linha divisória do perímetro até o córrego do Lessa, na tentativa

¹⁰⁷ Resolução 158, 29 jan. de 1919. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. In: SANTOS, 2009, p. 567 – 568.

de preservar os córregos que abasteciam a cidade. A resolução era indicativa de que o desmatamento ocorrido era função das atividades de subsistência, mencionando corte da mata para “roça”, retirada de lenha e madeira para construção de casas e/ou embarcações. É de 1887 um registro de atividades no Morro, quando o presidente da província tenta impedir o desmatamento e demarcar os terrenos da mesma em conjunto com algumas medidas sanitárias. No entanto, a ocupação do Morro da Cruz não arrefeceu com as reclamações da câmara ao exército (Figuras 38 e 39)



Figura 38: Morro do Antão (Morro da Cruz, Maciço Central), entre o final da década de 1920 e início da década de 1930, praticamente todo desmatado. Avenida do Saneamento (Hercílio Luz) e novas casas em “novo padrão” no trecho da atual praça Olívio Amorim. No morro as casinhas ao longo do caminho, que partindo da Tronqueira, cruzavam o Maciço, através do Morro da Caixa da D’Água, atual Mont Serrat. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 512).

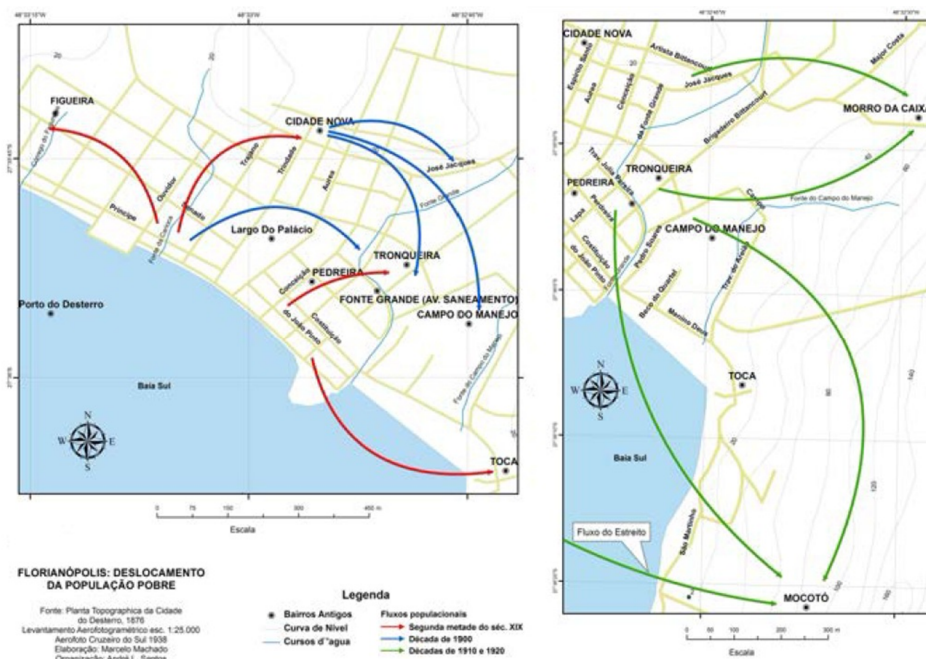


Figura 39 Mapas das localidades de Florianópolis, com indicação dos deslocamentos de moradores: em vermelho, na segunda metade do século XIX; em azul, no início do século XX; e em verde (mapa da direita), nas décadas de 1910 e 1920, indicando a ocupação efetiva do Morro da Cruz, especialmente nos morros do Mocotó e da Caixa, sempre com total predominância de ex-moradores da própria cidade. Fonte: Planta topográfica da cidade do Desterro 1876: In: SANTOS (2009, p. 517).

A região da Toca, habitada predominantemente por pescadores, estava fora do perímetro urbano, situava-se para além do “Rio da Bulha”. As “casinhas” desta região seriam todas demolidas nas décadas seguintes. Outro caso de demolição massiva foi o caso do cortiço “Cidade Nova”. Os moradores em sua maior parte, foram viver “nas matas” – ou seja, nas áreas ao redor da cidade, nas várzeas ou nos morros. Santos (2009) traz um relato detalhado e crítico sobre o processo:

“... esbarra-se o meu olhar na destruição da antiga “Cidade Nova” onde era o refúgio e o abrigo dos pobres que, quer queiram quer não, fazem

parte do povo, assistindo-lhes o direito de viverem como qualquer abastado cidadão, no centro de uma cidade. N'essas pequenas casas residiam co-operantes do progresso taes como pedreiros, carpinteiros, broquiadores etc. etc., os quais foram d'alli arrojados para viverem nas mattas pois seus salários não lhes dava para pagarem casas de 50 – 60\$000. Causa-me estranhese que isso aconteça no nosso pequeno Estado, quando vejo o Exmo: Ministro d'Agricultura empregar os maiores esforços em arrancar das nossas mattas os indígenas, nossos semelhantes e patrícios para trazêl-os ao meio social, domesticando-os pela instrucção na aprendizagem dos elementos que produzem o progresso; nós aqui corremos e mandamos que vivam nas mattas os nossos infelizes e pobres operários, pelo facto de serem pobres! A desculpa ou razões que se deram para a demolição da “Cidade Nova” foi ficar muito feio aquelles cortiços ao lado do novo congresso, onde se assentaria um jardim ou far-se-hia um decente largo”.¹⁰⁸



Figura 40: Foto A - Casinhas da Toca, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Casas já demolidas, década de 1970. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 555).

Como colocado no capítulo anterior, no início do século XX o governo federal já lidava com o problema da falta de habitação social, pois foi uma época de acentuada industrialização, como no caso de São Paulo. Segundo Santos (2009), em 1909, a presidência da república em

¹⁰⁸ “Jardim Oliveira Bello”. London. In: O Clarão, 24 de setembro de 1911, nº 6, p. 2.

sua mensagem ao Congresso Nacional manifestava a intenção de conceder favores às “empresas capitalistas” que se propusessem a construir “casas higienicas” de aluguel barato destinadas à classe operária. O jornal “A Fé”, de Desterro, publicou nota sobre esta mensagem e faz alusão ao problema que já se manifestava na cidade um pouco antes do período das grandes demolições terem início na década de 1910.¹⁰⁹ Porém, em realidade, o processo principal que ocorria aliado às demolições era a falta de oferta de habitações sociais – ou, em outras palavras, não havia políticas que pensassem a habitação para os pobres.

De fato esse problema não seria solucionado, nem em nível Federal e nem localmente. Os morros foram paulatinamente sendo ocupados e isto segundo Santos (2009, 565-566) representou “uma eficaz solução para o poder público.” A próxima citação demonstra que no início da década de 1920, o processo de expulsão dos pobres do perímetro oficial da cidade ainda estava no auge:

“Continua sem solução o serio problema da excassez de habitações, máxime de habitações baratas destinadas às classes sociais de pequenos recursos. O excutivo Municipal, atendendo á situação verdadeiramente premente da população, **tem permitido a construção sem maiores exigências architectonicas, no Morro do Antão e nas ruas da periferia da cidade, de pequenas casas para moradia de gente modesta.** [...]”¹¹⁰ (SANTOS, 2009, p. 561, grifo nosso).



Figura 41: Foto A - Beco Irmão Joaquim, final da década de 1910. À esquerda, as primeiras casas demolidas. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹⁰⁹ “Casas para operários”. A Fé, 21 de maio de 1909, nº 183 (BPESC).

¹¹⁰ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo superintendente municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. “O problema das habitações” jornal República, 24 de abril de 1921, p. 2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Foto B - Beco Irmão Joaquim com material das casas demolidas, 1919. O rio da Fonte Grande canalizado. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 552).

Heitor Blum¹¹¹, prefeito de Florianópolis entre 1926 e 1930, publicou uma lei que permitia (lei 595, de 1927) a construção de casas de madeira nos morros da capital. A publicação dessa lei era apenas a constatação do que estava ora em curso: a ocupação maciça do Morro da Cruz pela população expulsa do perímetro urbano ou “da zona central da cidade”. Ao permitir a construção de casas de madeira, esta lei cede e abandona, por assim dizer, o mais importante dos instrumentos de todo processo de urbanização durante a modernização e o embelezamento de Florianópolis quais eram: as posturas. Estas impediam a construção de casas sem quaisquer parâmetros, fossem de funcionalidade, de materiais e/ou normas higiênicas. Foi uma divisão social que se transformou em divisão territorial. Assim colocava o artigo 1º da lei 595 em relação às novas construções no Morro daCruz:

“Art.1ª – Ficam permitidas as construções de casas de madeira, com os requisitos hygienicos necessários, em terrenos fóra da zona central da cidade, onde os proprietários possam abrir ruas e praças de forma que **as referidas edificações não sejam visíveis das ruas ou praças já existentes**”¹¹² (grifo nosso)



Figura 42: Foto A - Circo no Campo do Manejo em frente à Nova Descoberta, década de 1930. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

¹¹¹ Em 11 de junho de 1929, Heitor Blum nomeou ruas recém abertas que davam acesso ao Morro do Antão. Foram elas: Ângelo La Porta e Irmão Joaquim. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

¹¹² Lei número 595, de 29 de outubro de 1927. Estado de Santa Catharina. Município de Florianópolis. Collecção de Leis e Resoluções de 1927, p. 18. Typ. da Folha Nova. Florianópolis, 1918. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Foto B - Circo no Campo do Manejo. Obra do pintor Hassis, 1957 (Fundação Hassis). O artista, que aparentemente se inspirou na foto, acentua a visibilidade da ocupação na encosta do morro, apesar da proibição de que aparecessem ao observador da cidade. In: SANTOS (2009, p. 578).

Santos (2009, p. 580) entrevistou uma moradora dessas casas de madeira construídas após a liberação ocorrida com a Lei 595. O relato vem ao encontro e é um exemplo vivo do processo de segregação ocorrido na região da Fonte Grande. Em 1929 o casal deixou a casa “de porta e janela” em que viviam na Rua Uruguai – próxima à Avenida do Saneamento - e se transferiu para o Mont Serrat. A casa foi demolida como praticamente todas aquelas que existiam nas imediações do rio da Fonte Grande, que desde 1922 havia se transformado na Avenida do Saneamento. Segundo o relato:

Na primeira casa em que viveram no Morro, à beira do antigo caminho para a Trindade (atual Vieira da Rosa), montaram uma pequena venda, numa casinha onde também residiam. Vendiam alimentos: feijão, linguiça e a boa farinha que vinha de Biguaçu. A venda servia aos vizinhos e aos que atravessavam o Morro. Com as economias da venda, que Dona Silvia guardava numa caixa em baixo da cama, compraram a madeira de lei de um velho barco que seu João Cândido trouxe do Porto de São Francisco. Seu Cândido era Marceneiro e com a ajuda de amigos e vizinhos, em dias de festa, com a comida que Dona Silvia preparava, transformou o velho barco numa das casas de madeira do Morro. Dona Silvia, em 2009, com 103 anos, vive ainda hoje com a filha Alcione e o neto Beto na mesma casa.¹¹³ (SANTOS, 2009, p. 580).

¹¹³ André Santos entrevistou Dona Silvia da Silva Melo, mais conhecida como Dona Santa. Nascida em 1906, à época da entrevista conservava uma clara memória da sua juventude e da vida no Morro. Dona Santa nasceu na Prainha no sítio de sua avó, um dos sítios que cercavam a cidade pelo lado do Morro, morou lá até se casar e se mudar para a Rua Uruguai. Segundo Santos (2009), Dona Santa não se esforçou em lembrar quais outros motivos a fizeram deixar a cidade com seu marido e procurar um lugar no Morro da Caixa D'Água para viver que não fosse “o sossego do Morro”.



Figura 43: Casa no Morro da Caixa, construída em 1932. Casa de Dona Santa no Monte Serrat. Uma das casas mais antigas ainda existentes no Morro. Construída com a madeira de lei de uma antiga embarcação do Porto de São Francisco do Sul. Foto: Santos, janeiro de 2009. In: SANTOS (2009, p. 580).

Assim como Santos (2009), um dos poucos trabalhos que encontramos que fazem alusão às áreas de assentamentos precários em Florianópolis, antes da década de 1950, é o excelente ensaio de geografia urbana sobre Florianópolis de Wilmar Dias, publicado no Boletim Geográfico de 1947¹¹⁴. O ensaio em vários momentos faz menção às áreas favelizadas da cidade descrevendo-as no geral e, mais pormenorizadamente, as áreas consolidadas do Morro do Antão até a década de 1940.

Encontramos também um artigo do Prof. Victor Antonio Peluso Jr. (1991), que nos interessou pelo fato de estudar a evolução da urbanização de Florianópolis, relacionada ao aumento da população. O autor comparou vários mapas da cidade¹¹⁵ e como resultado teceu observações sobre as taxas de crescimento relacionando-as às variações econômicas e sociais do núcleo urbano, importantes para contextualizar a ocupação dos morros.

Dias (1947), coloca que os fluxos de moradores durante as décadas de 1920 e 1930 provocaram novas ocupações em vertentes ainda mais altas e adensaram aquelas já ocupadas no início do século XX no Morro do Antão. O autor ainda se refere ao Conjunto Habitacional Vila dos Industriários como sendo a única ocupação nova

¹¹⁴ DIAS, Wilmar. Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana. In: Boletim Geográfico. Florianópolis. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC), nº 1, 2 e 3, 1947.

¹¹⁵ Foram selecionados para desenvolver o artigo os mapas de 1823, 1876, 1950, 1960 e 1980. In: Peluso, 1991, p. 5.

de baixa renda entre as áreas de expansão que não era de assentamento espontâneo ou precário. A construção da Vila dos Industriários (atual Vila Operária)¹¹⁶ estava dentro da ótica de provisão habitacional popular ou social que os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões, autarquias Federais, vide p. 122) estabeleciam para os trabalhadores organizados em categorias, neste caso da indústria. O IAP dos industriários gerenciou a construção das 100 casas no Saco dos Limões. Já entre as comunidades mais antigas, designadas como favelas por Dias (1947), estão as comunidades do Mont Serrat e Mocotó. O autor ainda relacionou as áreas pobres que estavam dentro do perímetro urbano e também aquelas que estavam fora em 1943. De acordo com as designações da época, os assentamentos que já estavam dentro do perímetro urbano eram dos Morros do:

Chapecó; Caixa D'Água; Nova Trento; Elias Paulo; e Mocotó, que formavam a periferia da cidade e onde predominava a população de origem africana. As novas áreas fora do perímetro urbano em 1943, resultado das últimas expulsões da Avenida Hercílio Luz e dos fluxos migratórios de outros municípios, formaram os Morros: da Nova Descoberta; Abissínia; Baco-Baco (no continente) e Inferninho (próximo à Caixa D'Água). Estas são as áreas pobres mais antigas fora do perímetro oficial da cidade. (DIAS, 1947, p. 42)

¹¹⁶ Inaugurada em 1942. A Vila-Operária é um exemplo de Cidade Jardim. O projeto apresenta tipologia térrea, geminada duas a duas, sem divisão de lotes e previsão de uso coletivo nas áreas públicas. O projeto racional, de geometria simplificada e concentração das áreas molhadas, em tudo atende preceitos modernistas de economia e funcionalidade. Foi um dos primeiros empreendimentos realizados pelo órgão no país e apresenta uma tipologia largamente utilizada pelas populações de baixa renda. In: Szücs, Carolina P. et al (2000, p.2), <http://www.docomomo.org.br/seminario_5_pdfs/033R.pdf> Acesso em: 01 jun. 2012.

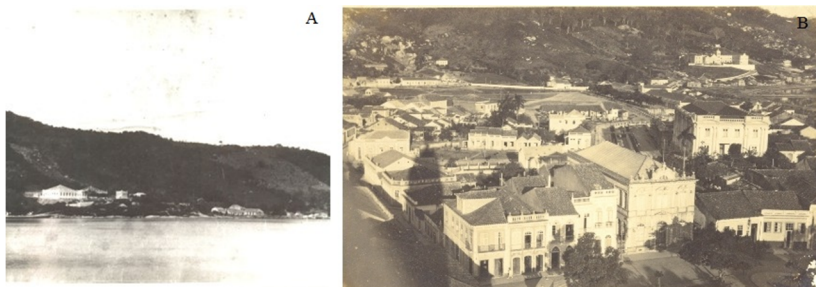


Figura 44: Foto A - Morro da Boa Vista, parte Sul do Maciço, final do século XIX. A foto revela grandes áreas desmatadas antes da ocupação. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Foto B - Área central de Florianópolis. Ao fundo, o Hospital de Caridade e os morros, parcialmente ocupados., Início da década de 1920. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). In: SANTOS (2009, p. 584).



Figura 45: Morro do Antão com a base das encostas desmatadas, final da década de 1920. Em primeiro plano a Maternidade Carlos Corrêa na Avenida Hercílio Luz. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina In: SANTOS (2009, p. 585).

3.2.3 – O Morro da Cruz: Território dos ex-trabalhadores da ponte Hercílio Luz

Sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como os que assombravam Edgar Allan Poe, nem um desses ectoplasmas de filme de

Hollywood. Sou um homem de substância, de carne e osso, fibras e líquidos — talvez se possa até dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo que às vezes são exibidas nos mafuás de circo, estou, por assim dizer, cercado de espelhos de vidro duro e deformante. Quem se aproxima de mim vê apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação — na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu. Minha invisibilidade também não é, digamos, o resultado de algum acidente bioquímico da minha epiderme. A invisibilidade à qual me refiro ocorre em função da disposição peculiar dos olhos das pessoas com quem entro em contato...
Ralph Ellison¹¹⁷



Figura 46: Foto A - A exclusão social e a indiferença na sociedade, 12 fev. 2011 (Sérgio Pontes) In: <<http://www.flickr.com/photos/sergiopontes/5474818154/sizes/m/in/photostream/>> Acesso em: 05 jul. 2012.

Foto B - Homem deitado em meio a uma grande feira na Praça XV - Rio de Janeiro, out. 2010 (Marcelo Moreno). In: <http://invisivelsocial.files.wordpress.com/2010/10/pca15_30_out.jpg> Acesso em: 05 jul. 2012.

¹¹⁷ Ralph W. Ellison (1914-1994) – escritor negro, norte americano e crítico literário. Sua obra mais conhecida é “O Homem Invisível” (1952) com a qual ganhou o prêmio National Book Award for Fiction. Nesta obra, Ellison explora o tema de um negro anônimo em Nova York nos anos 30 procurando pela sua identidade e pelo seu lugar. (...) explora o contraste entre os racismos dos Estados do Norte e dos Estados do Sul norte-americanos, suas variedades e seu efeito alienador. (...) o livro explora ainda alguns temas que eram tabus e controversos para a época como a questão do incesto e do comunismo. (tradução livre da pesquisadora). [...] explores the theme of man's search for his identity and place in society, as seen from the perspective of an unnamed black man in the New York City of the 1930s. (...) explores the contrasts between the Northern and Southern varieties of racism and their alienating effect. (...)The novel, with its treatment of taboo issues such as incest and the controversial subject of communism, won the 1953 U.S National Book Award for Fiction. In: <<http://invisivelsocial.wordpress.com/tag/indiferenca/>> e <http://en.wikipedia.org/wiki/Ralph_Ellison> Acesso em 26 ju. 2012.

A Ponte da Independência, atual Hercílio Luz, segundo Andrade (1981, p. 75-77) é fruto da obstinação do então governador da província – o próprio Hercílio Luz, que foi buscar no estrangeiro não só recursos, mas o projeto de uma ponte que materializasse o desejo de modernidade perseguido pela elite local. Assim, após a primeira tentativa frustrada de empréstimo em 1919, quando os banqueiros a quem se associou faliram, em 1922, após novo pedido de empréstimo, também a banqueiros americanos, foi possível dar início as obras. Ainda hoje

a ponte mantém sua aura, como objeto único. Construída com o mesmo sistema de sustentação de barras de olhal junto a outras duas pontes nos Estados Unidos. A barra de olhal é semelhante a uma corrente de bicicleta. Os elos formam os cabos de sustentação e, com o rompimento de apenas um deles, toda a junta torna-se instável, podendo determinar a queda da estrutura. (COELHO, 2006, p. 292-293).

Suas irmãs gêmeas, a Silver Bridge e a Saint Mary's Bridge, ambas sobre o rio Ohio nos Estados Unidos, tiveram um trágico fim. A primeira desabou tragicamente em 15 de dezembro de 1967, ocasionando a morte de 46 pessoas. A outra ponte, considerada irmã gêmea da Silver Bridge, foi interditada e, em seguida, desmontada. Ao aprofundar a pesquisa sobre os trabalhadores da ponte Hercílio Luz, encontramos inesperadamente, em fevereiro 2012, mais uma ponte “irmã quase gêmea” sendo demolida, a ponte Fort Steuben. Esta ponte ligava as cidades de Steubenville, em Ohio, e Weirton, na Virgínia Ocidental, sobre o mesmo Rio Ohio. De acordo com o Departamento de trânsito local o tráfego foi interrompido assim que algumas falhas nas junções da ponte foram encontradas...

As semelhanças não estão apenas na aparência. Ambas foram construídas no fim da década de 20 — a americana terminou de ser construída em 1928 enquanto a catarinense, em 1926. Mas a Fort Steuben Bridge teve maior vida útil. Há três anos, ela precisou ser interditada sob risco de queda,

enquanto a Hercílio Luz foi fechada pela última vez há 30 anos, em 1982.¹¹⁸ (SAKAE, 2012).

Segundo Coelho, (2006) restou a Ponte Hercílio Luz que, na época da queda de sua irmã (Silver Bridge), era o único elemento de ligação rodoviária entre a Ilha e o Continente e, portanto, não foi interditada de imediato, apesar dos prováveis riscos. No entanto para piorar o risco de queda, teve o seu piso asfaltado em 1969, no governo Ivo Silveira, e o tráfego se tornou ainda mais pesado!

Na ótica de Santos (2009, p. 604), somada à segregação social “objetiva” e “técnica” das populações empobrecidas de Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz revela vínculos que muitos trabalhadores da construção civil - moradores nos morros do maciço na década de 1920, por ocasião da sua construção -tinham com as ligas operárias. Este era o caso do eletricitista Manoel Alves Ribeiro, conhecido como “Mimo” que travou contatos com a Liga e a União Operária e, por intermédio de um amigo estivador, Álvaro Ventura, teve acesso ao jornal paulista Plebe, que defendia os ideais anarquistas. As informações sobre as organizações revolucionárias operárias que pululavam principalmente na região sudeste do país chegavam à provinciana Florianópolis por meio dos marinheiros dos navios da Companhia Lloyd.

Seu Manoel Alves Ribeiro (Seu Mimo)¹¹⁹ ressalta que a construção da ponte mobilizou algo em torno de 1000 operários, a maior parte deles vindos de Blumenau, Brusque e da própria cidade de Florianópolis. Para a construção da estrutura de aço veio a Florianópolis uma equipe especializada de dezenove técnicos norte-americanos que em um ano ergueu 4.400 toneladas de aço¹²⁰. Claro que para tanto contaram com a força dos operários catarinenses.

¹¹⁸In: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/02/video-ponte-americana-semelhante-a-hercilio-luz-e-demolida-por-explosao-3673315.html>. Acesso em: 22 jun.. 2011.

¹¹⁹ Seu Mimo, natural de Imaruá, filho de pais operários, estudou até o 3º ano primário. Seu primeiro trabalho foi nas minas de carvão de Lauro Muller. Depois foi trabalhar na construção da Ponte Hercílio Luz aos 19 anos, em 1922. Na construção exerce a função de ferreiro permanecendo na obra até 1927. Quando é dispensado vai, a convite do cunhado, aprender o ofício de eletricitista em Tijucas onde participa da montagem de uma usina termoeletrica. Casa-se em 1929 e depois de algum tempo vai morar no Morro do Bode. (RIBEIRO, 2001, p. 7).

¹²⁰ As sondagens para as fundações iniciaram em novembro de 1922, em maio de 1924 a firma construtora Byington & Sundstrom de São Paulo, entregou as fundações concluídas. Em julho de 1924 chegou a equipe de operários americanos que montou a superestrutura de aço. Em novembro do mesmo ano concluiu o viaduto do lado do continente e a 27 de dezembro de 1924 ficou pronta a primeira torre no mesmo lado em um prazo de 6 semanas. Em janeiro de 1925 aprontou o viaduto da ilha e em fevereiro estava pronta a torre da ilha, em 5 semanas. No mesmo mês (fev. 1925) foi passado o primeiro cabo provisório para a montagem da corrente e

Coelho (1997, p. 87) ressalta que trabalhadores de outros estados e de países vizinhos, como Argentina e Uruguai, também contribuíram para a construção da ponte¹²¹. Onde estes trabalhadores moraram, e se alguns se fixaram por aqui, não nos foi possível localizar. Costa (2001, 48-49) evidencia que muitos dos trabalhadores de Florianópolis e adjacências eram atraídos pelos salários diferenciados que os engenheiros norte-americanos ofereciam, pois eram superiores aos habitualmente recebidos. No entanto muitos destes trabalhadores não atentavam para o risco que corriam ao aceitarem trabalhar na construção da ponte.

O Sr. Nicolau Tolentino Martins trabalhou, igualmente, na construção da Ponte Hercílio Luz. (...) Nasceu em 1900, natural de Paulo Lopes, veio morar na Capital catarinense aos sete anos de idade. O Sr. Nicolau foi pescador e trabalhou na construção da ponte atraído pelo anúncio do trabalho assalariado¹²². Ele saía da Costeira do Pirajubaé às 5 horas da manhã para iniciar o serviço às sete horas. O horário de trabalho era das sete às onze, no período matutino, e das doze às dezessete horas no período vespertino. Ele trabalhava na picareta, de pés descalços, nove horas por dia para ganhar 3 mil réis diários¹²³. Segundo o Sr. Nicolau: *é o maior crime deixar a ponte cair, ela deu vida à Capital e ao Estado*.¹²⁴ Compartilhando a mesma opinião, o Sr. Cândido Marcos Machado afirma: *dizem que hoje ela está em perigo, mas para mim não tá, acreditando na solidez do que considera a maior obra de Florianópolis*.¹²⁵ (COSTA, 2001, p. 48)

no início de março a primeira corrente estava completa. Na parte norte entre março e abril foi feita a corrente do lado sul e a 1 de agosto de 1925 estava pronta a estrutura principal. O que resultou no prazo de um ano para a montagem de 4400 t de aço. In: <<http://www.narbal.ecv.ufsc.br/Curiosas/Historico%20da%20Ponte%20Hercilio%20Luz.pdf>> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_Herc%C3%ADlio_Luz> Acesso em: 22 jun. 2012.

¹²¹ COELHO, Mário Cesar. **Moderna Ponte Velha: Imagem & Memória da Ponte Hercílio Luz**. Florianópolis, 1997. Dissertação de Mestrado (mestrado em história). Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. 198p.

¹²² **Acidentes:** Salário faz operários esquecer os riscos. **AN Capital**, 13 maio 1996, p. 5.

¹²³ **Construtores são Homenageados.** **Diário Catarinense**, 14 maio 1997, p. 5.

¹²⁴ Idem ibidem.

¹²⁵ Idem ibidem.

Em seu livro biográfico, Seu Mimo relata algumas passagens da história quase invisível de quem construiu a Ponte da Independência e que algumas vezes se mesclam com a história também dos habitantes do Morro da Cruz.

Terminada a construção da Ponte, Seu Mimo foi trabalhar como eletricitista. Como era operário especializado, segundo ele, conseguia trabalho onde quer que fosse:

Na condição de operários comunistas nos obrigava a estudar para tornarmos operários qualificados e obrigar a burguesia nos empregar nas suas empresas, o que ela só fazia quando não encontrava meios de evitar. Eu, conhecido e fichado pelos reacionários como comunista, conseguia trabalho nas repartições do governo, no exército, marinha e aeronáutica, e o mesmo acontecia com os demais companheiros. (RIBEIRO, [?], p. 47).

Com muito esforço Seu Mimo e D. Titina compraram um terreno no Morro do Bode e aos poucos, nos finais de semana e nas noites de lua, construíram sua casa. Para Seu Mimo, os operários que moravam nos morros, em vez de descansar “nas férias, nos domingos, estão carregando uma pedra ou uma tábua para remendar seus barracos”. (RIBEIRO, [?], p. 198).

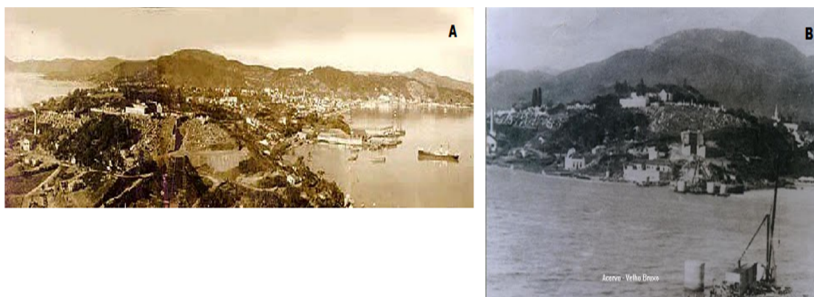


Figura 47: Foto A - No local onde viria a ser a cabeceira da Ponte Hercílio Luz, em 01 de junho de 1841 se inaugurou o Cemitério Público. Os cortejos fúnebres subiam pelo final da Rua Conselheiro Mafra.

Foto B - Cemitério Alemão, na cabeceira da atual ponte, década 1920. In: <<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 22 jun. 2012.



Figura 48: Foto A - Trabalhadores na construção da Ponte da Independência (Hercílio Luz). Foto B - Início da construção da ponte Hercílio Luz, na cabeceira insular; no primeiro plano o antigo cemitério da cidade, e ao fundo, o local da futura ponte Hercílio Luz. In: <<http://florianopolisantiga.wordpress.com/>> Acesso em: 22 jun. 2012.

O local escolhido para implantação da cabeceira da ponte na parte insular era uma área tradicionalmente desvalorizada da cidade. Este local abrigava equipamentos tais como:

cemitério, forno de lixo, fábricas, vila operária e, no percurso, área de prostituição. (...) Entretanto, já em 1924, o cemitério foi transferido para o bairro Itacorubi, e as demais atividades foram sendo transferidas conforme investimentos eram feitos no entorno. (SUGAI, 1994, p.54).

Segundo o historiador Carlos Humberto Correa¹²⁶, a ponte representou um grande avanço, contribuindo para a construção do vínculo e para a consolidação de Florianópolis enquanto capital do Estado. Representava também uma mudança na concepção social e política da vida da cidade, uma vez que possibilitou a reunião de um grande agrupamento operário nunca visto antes em Desterro. Neste momento, as ideias socialistas começam a surgir, o que termina confluindo para a criação de um partido socialista e posteriormente em um partido comunista.

A nova ligação Ilha x Continente desempenhou importante papel na urbanização de Florianópolis e municípios vizinhos. No entanto, o esperado crescimento econômico não se efetivou de imediato, mas

¹²⁶ Depoimento de Carlos Humberto Correa, Historiador. In: PIRES, Zeca. **Ponte Hercílio Luz - Patrimônio da Humanidade**. Florianópolis, 1996. 35 min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8C2ospRDerc>>. Acesso em: 15 jun. 2012

algumas repercussões na estrutura e mobilidade residencial da cidade puderam ser sentidas, uma vez que, gradualmente, algumas áreas de expansão foram abertas favorecendo o setor imobiliário. Segundo Maria Inês Sugai:

A construção da ponte Hercílio Luz, somada ainda a medidas administrativas de anexação do Estreito ao município de Florianópolis em 1944, geraram três consequências: 1) a formação e a expansão do setor imobiliário no Continente e na Ilha; 2) a ocupação, por frações da classe dominante, de áreas no Continente, formando novos bairros residenciais de alta renda, além daquele situado ao norte da península central na ilha que [...] estas camadas sociais já vinham ocupando desde o século XIX. 3) A hesitação dos setores de alta renda em adicionar sua expansão na ilha e em transferir suas áreas residenciais e equipamentos para o Continente, que [...] perdurou até o início da década de 50.” (SUGAI, 1994, p. 45).

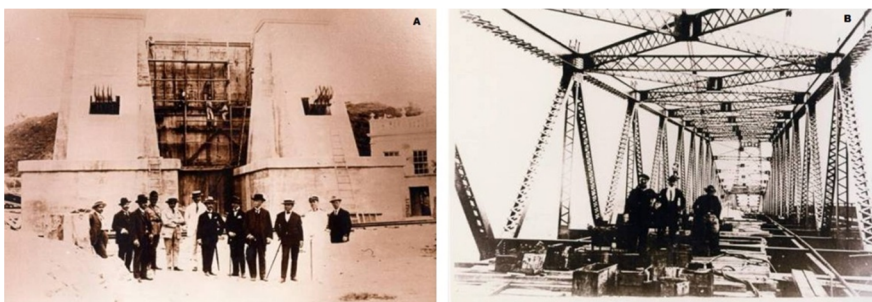


Figura 49: Foto A - Pilares de concreto para ancoragem em terra da ponte Hercílio Luz no nível 'zero' da praia.

Foto B - Assoalho de madeira sendo colocado. In: <<http://florianopolisantiga.wordpress.com/>> Acesso em: 22 jun. 2012.

A história de algumas das comunidades que compõem o Morro da Cruz funde-se com a história dos trabalhadores da ponte Hercílio Luz, conforme veremos a seguir.

3.2.3.1 - Queimada e Morro do Bode ou a subida do Bairro da Prainha

No alto do Morro do Mocotó e na vertente para o lado do Saco dos Limões retiravam lenha e faziam queimadas para alguma roça – ali é

o Morro da Queimada. Já na direção sul da vertente, essa área antes das cabras e dos bodes, com o aumento da migração passou a representar uma alternativa de moradia. Dona Lucy, uma das entrevistadas no documentário de Pedro MC, foi uma dessas criadoras de cabras. No documentário afirma ter criado seus catorze filhos à base de leite de cabra e farinha de aipim. Quando Seu Mimo comprou o terreno havia na comunidade algo em torno de 20 famílias:

“Seu Alfredo, com sua família numerosa, muitas moças, dona Neném, viúva de seu Jordelino, encanador, com diversas filhas mocinhas. Marçal e Cidália tinham uma vendinha, bem na entrada do Morro do Bode. Com freguesia certa no morro, seu Marçal nunca deixava faltar nada que se consumia ali: farinha de Barreiros, do engenho do Zé Inácio, a melhor da região, peixe seco escalado, carne seca do Rio Grande, feijão (...). Nossas casas eram bonitinhas, pois eram pintadas e davam uma visão agradável, muito diferente das conhecidas favelas brasileiras. Eram construídas por bons operários, seus proprietários. (RIBEIRO, 2001, p. 56-57).

No momento do nascimento do terceiro filho, Seu Mimo precisou descer o morro ainda de madrugada para chamar a parteira, Dona Tarcília:

[...] lá no campo do Manejo. Ela me atendeu prontamente e em poucos minutos estávamos escalando a ladeira que levava à nossa casa. (...) Subir morro, tropeçar em pedras, atravessar valas cheias de lama, era para ela um trabalho de rotina(...). A subida de acesso às nossas casas ainda não era fácil, embora tivéssemos melhorado, valendo-nos de pedras existentes no lugar, que fomos cravando no barro, improvisando as escadas (...). (RIBEIRO, 2001, p. 50-51).

É uma pena que esta rica biografia careça de datas para podermos localizar mais precisamente os acontecimentos acima descritos e também poder melhor caracterizar o morro e as deficiências daquele momento.

O Morro do Bode ainda hoje é uma comunidade bastante precária em um cenário de elevado risco, com esgotos correndo a céu aberto e

misturando-se às águas pluviais, que correm num inclinado e acidentado caminho de terra batida, por onde também ocorre a passagem das pessoas, terminando em uma curta porção de via pavimentada.

3.2.3.2 - Morro do Mocotó

O Morro do Mocotó, devido a um grande número de nascentes, foi muito disputado pelas lavadeiras. Essas mulheres continuaram trabalhando na mesma atividade de suas mães e avós, muitas delas escravas. No morro se lavava a roupa dos profissionais liberais, dos hotéis e das ordens religiosas. As mulheres do Mocotó eram também cozinheiras de renome, muito requisitadas para trabalharem como tal nas casas dos políticos, governantes, deputados e juízes da cidade. As cozinheiras do Mocotó levaram seu talento para as redondezas da ponte, onde se tornaram conhecidas pela venda do mocotó que preparavam. O nome da comunidade seria atribuído a esse fato¹²⁷.

Essas terras foram sendo paulatinamente ocupadas, principalmente aquelas onde a água vertia, não só pelas lavadeiras, mas também pelos pescadores, trabalhadores do porto e do Mercado Público ou pelos migrantes que formavam grupos familiares se instalando uns próximos aos outros. Santos, em suas entrevistas com moradores antigos, nos traz dois relatos do processo de ocupação do Mocotó:

[...] Um desses grupos de parentes formou-se com a chegada ao Morro do casal Hercílio Montana da Silva, sua esposa Ducina da Silva que era parteira e a mãe de Ducina, Dona Rosalina da Silva. Todos vindos de Santo Antônio de Lisboa, onde viviam da pesca, e todos de origem africana. Hercílio veio para a cidade, era soldado da polícia e construiu uma casa de estuque na parte mais alta do Morro. O casal teve apenas uma filha, Lucimar Montana Bittencourt (Luci), que nasceu em 1925. Luci cresceu no morro e casou-se com Ademar Bittencourt (o Nem), que era do Morro da Mariquinha. Construíram uma casa de estuque, próxima dos pais e da avó de Luci. Nem era oficial de alfaiate, trabalhava na alfaiataria de Pedro Mazolla, na Rua Conselheiro Maфра. Luci estudou na antiga escola isolada Dona América,

¹²⁷ Relato de D. Lucimar Bittencourt a André Santos em março de 2009 (SANTOS, 2009).

na ladeira do Menino Deus, e trabalhou na antiga fábrica de bordados Hoepcke, no alto da Rua Felipe Schmidt. [...]. (SANTOS, 2009, p. 600-601).



Figura 50: Foto A - O Mocotó, década de 1950. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Foto B - A cidade subindo as encostas dos morros, década de 1960. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). In: SANTOS (2009, p. 603; 606).

Muitos moradores pertencentes ao núcleo inicial de famílias do Mocotó foram trabalhar na construção da Ponte Hercílio Luz e, por sua vez, muitos dos trabalhadores da Ponte também procuraram o Mocotó para alugar uma casa, um cômodo ou mesmo construir sua casa com materiais improvisados, segundo Ribeiro ([?], p. 48). Aqueles que sonhavam com a casa própria procuravam terra na parte mais alta, pois ali ainda havia áreas não ocupadas com edificações.

[...] Os moradores compravam as caixas de madeira que as lojas do centro da cidade recebiam com as mercadorias. As caixas eram desmontadas e transportadas para o morro. Viravam paredes das novas casas, que tinham latas de querosene como telhas. Todos os vizinhos colaboravam na construção de uma nova casa, e quando terminavam, comemoravam dançando o “mazuco” e valsas¹²⁸.

A formação da comunidade do Mocotó está intimamente relacionada à construção do primeiro aterro da Baía Sul. O aterro tinha como objetivo colocar um ponto final no lodo que permanecia na praia

¹²⁸ Idem, ibidem. In SANTOS, 2009, p. 599-600.

do Menino Deus. Como comentamos anteriormente, essa praia era o principal local de despejos dos esgotos domésticos, assim, era na acepção da palavra, um verdadeiro “mar de lama” e foco de “miasmas e epidemias”¹²⁹. O aterro usado para a obra era retirado do sopé do Morro da Boa Vista, local que ficou conhecido como “Morro do Governo”. Segundo Santos (2009), este ‘pedaço’ do morro era legalmente do governo, pois na mesma década (1870), a administração pública estadual havia comprado

“as terras ao Sul do Hospital Militar no Morro da Boa Vista para preservar a água necessária ao nosocômio. [...] A aquisição dessas terras dava ao governo a posse de todos os mananciais da área”. (SANTOS, 2009, p. 599 e 600).

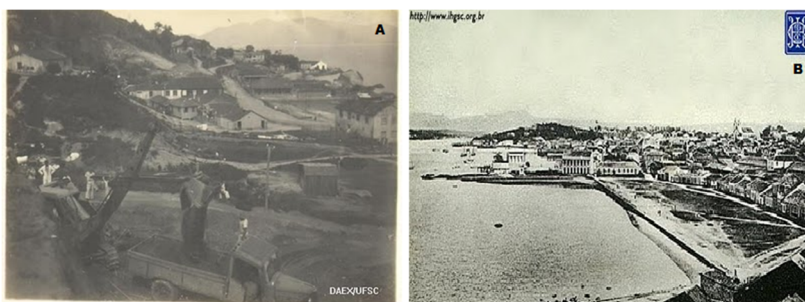


Figura 51: Foto A - Retirada de terra da barreira no Centro para o aterro do Largo 13 de Maio, 1943.

Foto B - Primeiro aterro da cidade na área da Prainha, onde atualmente está o Tribunal de Contas de SC década de 1920. In: <<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 22 jun. 2012.



Figura 52: Primeiro aterro junto a Prainha; vê-se a Escola de Comércio e atual Faculdade de Educação - década 1930. In: <<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 22 jun. 2012

¹²⁹ Relatório do presidente da província de 11 de outubro de 1887, p. 158. Rio de Janeiro. Typografia União, 1888. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. In: SANTOS, 597 e 598.

3.2.3.3 Morro do Céu

Morro do Céu, Morro da Queimada, Morro do Bode e Mocotó são todas comunidades próximas. Com exceção do Mocotó, são comunidades pequenas, porém todas com-vivem entre si. Por vezes essa convivência não é tão harmoniosa, mas todas têm intensas trocas. Aliam-se entre si, além das intensas trocas, pois todos se conhecem e conhecem a grande família da qual descendem. A solidariedade é algo muito presente, por isso o nome “com-unidade”, para todas as comunidades do Morro da Cruz pode ser algo tão acertado. Seja pela proximidade das casas, seja pela troca. Vejamos um relato que Seu Mimo traz em relação a um companheiro de trabalho morador do Morro do Céu:

Também, ali naquele bairro que se chama Morro do Céu, onde outrora os escravos encontraram guarida com uma população na sua maioria de operários, cada casa tinha uma história de luta, cada pedaço de chão, cada árvore ali plantada, tinha a marca do sacrifício dos trabalhadores. O velho Pepe, árvore genealógica da família Verzola, que constituía a maioria de seus habitantes, trouxe para ali a ideia de luta de libertação, que seus pais haviam trazido da Itália. Vangloriava-se de na sua família não existir um reacionário, nem um conservador ou puxa-saco da burguesia, como costumava dizer. (...) Tinha trabalhado uma vida inteira para os capitalistas, mestres da indústria de madeiras, Colombo Sabino, que junto a seus companheiros enriqueceram, recebia como paga uma aposentadoria que mal dava para alimentar-se. Mas vivia alegre, nunca o vimos triste. Sempre sorridente na sua modesta casa recebia-nos com grande satisfação e carinho. Ainda conservando o resto da ideologia anarquista, herança dos seus pais, às vezes intervinha em nossas palestras, com sugestões nesse sentido. (RIBEIRO, 2001 p. 89)

3.2.4 – O Morro da Cruz: Território dos migrantes e ex-agricultores

“O aumento das riquezas não impede o da pobreza, e isto num único ponto do espaço.”
Milton Santos¹³⁰

De acordo com o que vimos, as comunidades iniciais do Morro da Cruz passaram a ser o refúgio da população pobre do centro. Os fluxos de migrantes, chegados à capital a partir dos anos 40 do século passado, começaram então a engordar o seu número de habitantes, pois além de apresentar algumas encostas esparsamente ocupadas, tornava-se ainda mais atraente por sua localização próxima ao centro. Muitos deixavam suas terras, e ao chegar à capital procuravam o MC, fosse pela localização ou porque algum conhecido ou parente já havia se instalado, ainda que de forma “irregular”, nas proximidades. As encostas dos morros, assim como outros lugares ambientalmente frágeis (dunas, mangues, beira de córregos e rios) se constituíram em alternativa de ocupação para uma família pobre se instalar e encontrar ali um lugar para morar; excluindo os cortiços que ainda se encontravam no perímetro urbano, não existiam outras possibilidades. Em se tratando de morar nas proximidades do centro o Morro da Cruz aparece, ainda hoje, como uma oportunidade de compra “dos direitos” de terreno ou aluguel de casa próximo do centro de Florianópolis.

Como bem apontou Wilmar Dias (1947), no final da década de 40 Florianópolis apresentava um cenário urbano de certa estagnação econômica e convivia com problemas de infraestrutura – insuficiência no abastecimento de água e esgoto (a rede era a mesma desde 1913); calçadas pobres e irregulares; ruas tortuosas e estreitas dificultando a circulação; áreas loteadas desordenadamente atendendo apenas aos interesses dos proprietários de terras; falta de mercados públicos em bairros mais afastados como Saco dos Limões, Coqueiros e Estreito; dificuldades no transporte urbano:

O tráfego é executado por empresas independentes, de pequeno capital, e sem organização adequada, de sorte que o serviço oferecido está aquém das necessidades da população. (...) Não há ligações diretas entre os

¹³⁰ Do texto “A periferia está no pólo: o caso de Lima Peru”, publicado pela primeira vez no livro *The Social Economy of Cities* de Gappert e Rose, Beverly Hills, Sage, 1975. Texto do livro *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo. Edusp, 2003.

bairros, de maneira que o transporte de passageiros (...) requer sempre o deslocamento prévio para o Centro, onde se opera o transbordo. Os horários das diferentes empresas são organizados em função única das suas necessidades e dos seus interesses, não havendo sincronização no modo de atender aos interesses e conveniências da população. (DIAS, 1947, p. 61).

Como podemos observar, alguns dos problemas em que ainda hoje nos vemos envoltos não são atuais. Podemos dizer sim, que quase são centenários – como a questão da mobilidade que, por exemplo, leva pelo menos 80 anos de deficiências.

Ainda segundo Dias, a região da Av. Hercílio luz até então não havia sido muito valorizada. Somente após a expressiva e brusca valorização imobiliária operada entre a década de 1937-1947 é que

os terrenos que lhe ficam fronteiros foram objeto de procura para fins de edificação. (...) O abandono em que, durante muito tempo, foi deixado o canal e a falta de pavimentação das duas seções, que atravessam terreno argiloso, contribuíram grandemente para que a Avenida Hercílio Luz não fosse objeto de preferência residencial até anos recentes (DIAS, 1947, p. 36)

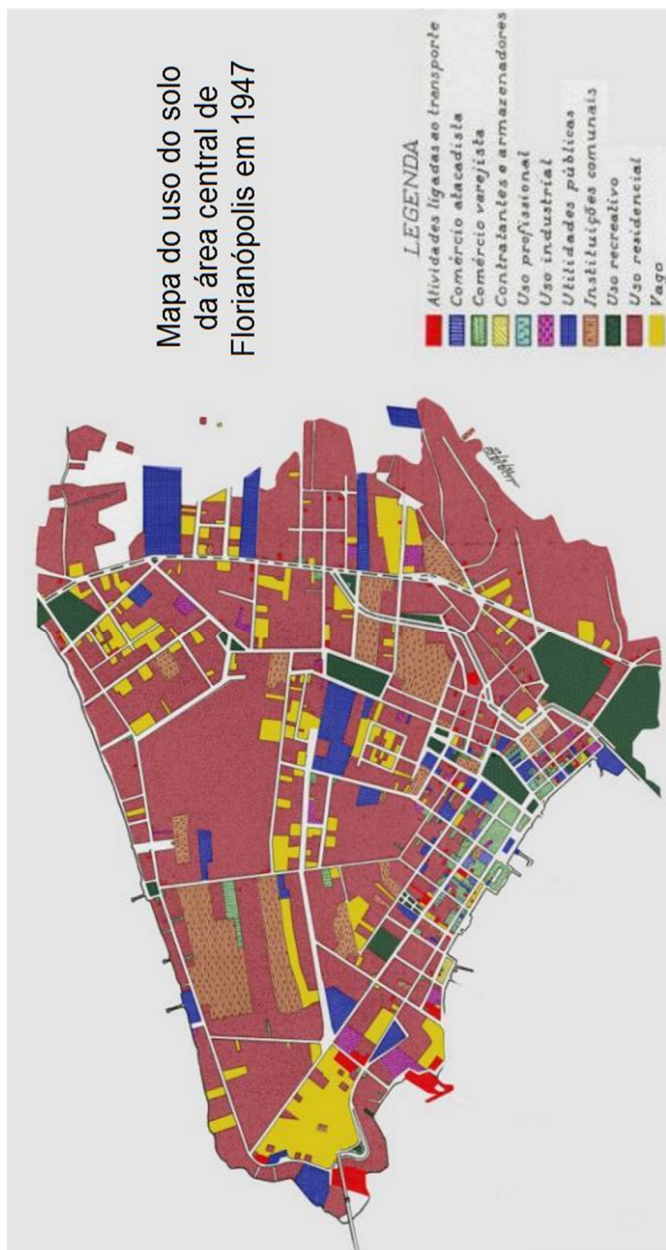


Figura 53: Mapa de uso do solo da área central de Florianópolis.. Fonte: mapa original Wilmar Dias, 1947. Modificado por Jéssica Souza, 2010.

Talvez esta estagnação fosse reflexo tardio dos aspectos restritivos com que o Governo Federal tratou Florianópolis durante o início dos anos 30 do século passado. Esse comportamento ocorreu em virtude do posicionamento político da cidade, em favor dos legalistas na Revolução de 30¹³¹ ou seja, em favor do “status quo” imperante naquele momento. (TEIXEIRA, 2009, p. 191).

Sobre este episódio talvez possamos usar um paralelo traçado pelo sociólogo Marcelo Rosa (2004, p. 162) ao comparar situações históricas em que a consolidação da ordem burguesa e a da igualdade social ocorreram em tempos distintos. Ou seja, as mudanças das relações sociais não operaram de maneira uniforme em todo o mundo ocidental e este é o caso do Brasil que certamente não rompeu com a ordem autárquica das elites agrárias ao ingressar na modernidade.

“Dominar o Estado significava controlar os meios de obter e ampliar o poderio econômico de uma elite há muito estabelecida.” (LOHN, 2002, p.77). Por exemplo, em 1930, a elite florianopolitana se encontrava alinhada com a elite agrária da República Velha, através do interventor Ptolomeu de Assis Brasil. No Brasil da República Velha a aristocracia rural ainda era hegemônica (vide os Barões do Café em São Paulo, por exemplo), assim sendo a florescência relutante de um espírito urbano por obra de uma elite agrária que concebia seu domínio em espaços autárquicos impediu a ruptura dos padrões tradicionais de dominação¹³². O caráter autárquico e patrimonialista da sociedade era dominante, porém o processo de transformação das relações sociais apontava para a formação de uma ordem social mais competitiva e democrática, reduzindo as diferenças de poder entre as diversas parcelas da população.

¹³¹ A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que culminou com o golpe de Estado do mesmo ano. Em 1º de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República dando a vitória ao candidato governista, o então presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, este não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, sendo exilado. Getúlio Vargas assume a chefia do “Governo Provisório” em 3 de novembro de 1930 marcando o fim da **República Velha**. Nessa ocasião se fizeram inclusive barricadas na Ponte Hercílio Luz para impedir o avanço das tropas revolucionárias.

In: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 15 jul. 2012

¹³² Para Rosa (2004), segundo Florestan Fernandes o vínculo criado entre a nação e aqueles que compunham a sociedade civil da época não seguiu de maneira alguma o modo exemplar europeu de ingresso na modernidade o que, segundo este autor, nem poderia “sê-lo, pois o Brasil é uma nação que surge sob circunstâncias históricas peculiares, ditadas, sobretudo pela dominação colonial.” In: Fernandes 1976, p. 33, apud Rosa, 2004.

Assim,

setores subalternos ascendentes, sobretudo os potencialmente burgueses, tenderiam a abdicar de seu ethos social em favor da absorção dos "universais" postulados pela tradição dominante. (ROSA, 2004, p.172).

Em 1937, quando o catarinense Nereu Ramos é nomeado Interventor Estadual, a cidade é, com efeito, beneficiada por uma série de intervenções e obras de “melhoramentos”, dentre elas o alargamento e calçamento de algumas ruas da área central da cidade. Nereu Ramos, afinado com Vargas, ou seja, adaptando-se aos novos tempos,

(...) vai impor uma série de ações de modernização, principalmente em Florianópolis, como capital do estado. Coube à Prefeitura Municipal tomar a si várias obras de melhoramentos urbanos. (...) Durante e após a construção da Ponte da Independência (depois Hercílio Luz) houve a necessidade decorrente de rever as hierarquias de tráfego na malha central, a partir da ligação viária permanente com o continente. Ruas foram alargadas (como a mais importante, a Rua Felipe Schmidt, que partindo da Praça XV de Novembro, seria parte do sistema de acesso à ponte), outras receberam calçamento e um processo de modernização se instaurou. (TEIXEIRA, 2009, p. 192).

A construção da Avenida Mauro Ramos nos anos 40 do século passado a partir do antigo caminho que dava acesso ao Forte de São Luiz até o largo Treze de Maio, talvez seja a maior expressão dessas intervenções.

Seu início se deu na área do antigo Forte de São Luiz, terminando no largo 13 de Maio, chamado hoje de Praça da Bandeira, já então completamente aterrada,, num longo processo que tivera seus albores na metade do século XIX. (PELUSO JR., 1991, p.319).

O aterro da Praça da Bandeira se deu por partes, ou melhor, foi aumentado várias vezes estendo-se consideravelmente na década de 1950. A área ganha ao mar se situa onde é hoje a Assembleia Legislativa

de Santa Catarina. Este aterro alterou a morfologia da ponta sudeste da península, formando o que veio a ser mais tarde um dos extremos do grande aterro viário da Baía Sul, executado nos anos 1970. (PELUSO JR., 1991, p.319).

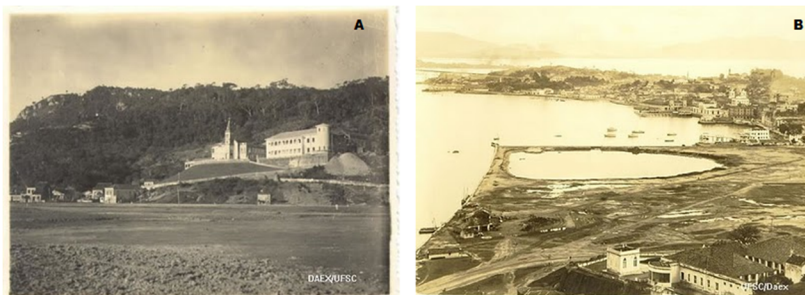


Figura 54: Foto A - Aterro no Largo 13 de Maio, 1944.

Foto B - Aterro do Largo Treze de Maio, 1947. In: <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 22 jun. 2012.

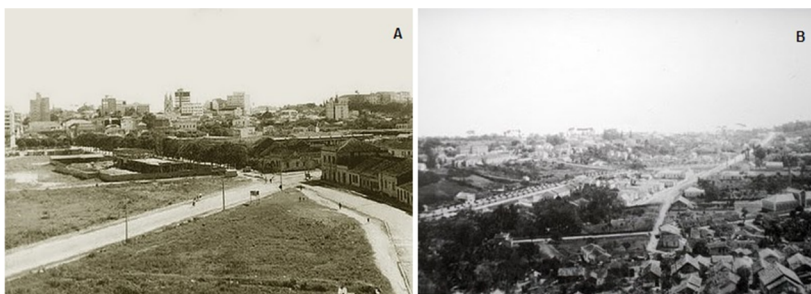


Figura 55: Foto A - Rua Mauro Ramos, junto à rua Menino Deus, década 1950.

Foto B - Vista da rua Mauro Ramos de terra e rua Hercílio Luz, década 1940. In: <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 26 jul. 2012.

A Avenida Mauro Ramos foi um elo importante para propiciar a ligação da área central, desde a orla sul até a Praia de Fora - atual Avenida Beira Mar Norte. Essa avenida definiu um dos lados do polígono da região central, contornando o Morro da Cruz. De acordo com Teixeira a Avenida Mauro Ramos assumiu:

o papel que deveria ser da Avenida Hercílio Luz, que teria uma inflexão ao tomar rumo à orla norte, em direção à Praia de Fora. Esse desenho foi modificado posteriormente aos anos 1930. Ficou então a nova Avenida como divisa entre a cidade urbanizada e a informalidade das habitações e arruamentos precários do Morro. (TEIXEIRA, 2009, p. 220).

Segundo o estudo de Peluso Jr (1991, p.319) a Avenida Mauro Ramos “absorveu algumas ruas existentes cuja orientação na base do morro prosseguiu, extinguindo ruelas e becos nas imediações do quartel onde se encontra hoje o Instituto de Educação¹³³”.

O ensaio do geógrafo Wilmar Dias, (1947, p 23-24) confirma esta informação, registra que na década de 1940, pequenos arruamentos e becos foram se desenhando e se prolongando na transversalidade desta avenida, subindo o morro e abrigando parcela da população de baixa renda. Assim como o Córrego da Bulha, depois Avenida do Saneamento e atual Hercílio Luz tornou-se o divisor entre a cidade legal e a cidade informal até os anos 20 do século passado, a Avenida Mauro Ramos acabou se tornando também, a partir do final da década de 1940, o divisor entre a cidade legal, aquela urbanizada de acordo com o plano diretor ou plano regulador de uso do solo e de gabaritos e a cidade informal, aquela das habitações precárias das encostas do Morro da Cruz.

¹³³ A trilha através do morro em direção à Trindade foi prolongada, na sua base, até encontrar-se com a rua para a Trindade a leste do local do forte São Luiz, constituindo ruas que mais tarde foram incorporadas à Avenida Mauro Ramos. Desembocando nessas ruas já desaparecidas, a rua General Bittencourt era a via pública do extremo leste da cidade. (Peluso Jr, 1991, p. 317)

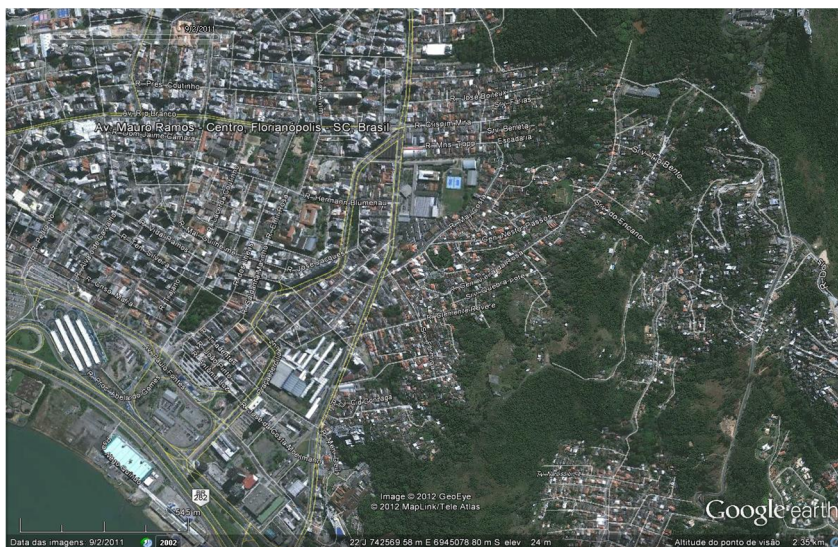


Figura 57: Vista aérea (2011) da área central de Florianópolis e parte do Morro da Cruz. Destaque (em amarelo) para Av.Hercílio Luz e Av.Mauro Ramos. Google Earth. Acesso em 25 jul. 2012.

3.2.4.1 O primeiro Plano Diretor de Florianópolis

Florianópolis no início da década de 1950 do século passado amparava-se, principalmente, na função administrativa de capital do Estado. No entanto, no entender de políticos, empresários e mesmo urbanistas a cidade era considerada “atrasada”. O desejo de modernização era evidente nesta camada da população, ou seja, a elite local.

(...) no ano de 1952, uma equipe de arquitetos e urbanistas é contratada pela prefeitura para elaborar o primeiro Plano Diretor da cidade. Em suas análises, a existência de chácaras dentro do perímetro urbano pertencentes às famílias tradicionais bem como os casebres nos morros próximos ao centro constituíam-se elementos indicativos do atraso da cidade. (ARAÚJO, 2004, p. 2)

Face a isso, a Prefeitura contrata, em 1952, um escritório de arquitetura e urbanismo de Porto Alegre para elaborar o Plano Diretor

de Florianópolis. Participam do plano os arquitetos Edgar Graeff e Demétrio Ribeiro, liderados por Edvaldo Paiva.¹³⁴ Estes urbanistas consideravam a cidade atrasada em todos os sentidos. No plano, as áreas pobres, que segundo este relato “eram consideráveis” são descritas da seguinte maneira:

(...) e existem vários núcleos de malocas nas zonas periféricas do centro urbano. Estes núcleos, que tomam conta de Florianópolis, como em outras cidades brasileiras (Rio, Recife, Porto Alegre, etc.) com a feição de verdadeiros aldeamentos primitivos, são a mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico (...) [Também a] ausência de indústrias modernas e a natureza das ocupações da população florianopolitana explica o ritmo relativamente lento de vida que, por sua vez, nas circunstâncias acima mencionadas, concorre para a dispersão das habitações e a baixa densidade do conjunto urbano. (PAIVA et al, 1952, p.20).

Caberia, talvez, ao Estado a função de investir prioritariamente em infraestrutura garantindo assim a industrialização, discurso este que estava em consonância direta com o ideário desenvolvimentista dos anos de 1950.

Em capítulo do livro “Florianópolis: o direito e o avesso” (2005) o Prof. Carlos Augusto Figueiredo Monteiro apresenta uma cidade cuja vida econômica, em 1955, já não poderia ser classificada como estagnada:

Não diria que, ao chegar a Florianópolis em 1955, ela fosse uma cidade estagnada. Era evidente que aquilo que lhe poderia ser imputado até 1945, graças à influência da Segunda Guerra Mundial, possibilitou alguma acumulação de capital; a cidade registrava um surto de progresso que pode ser atestado pelo número anual de construções urbanas: entre cinquenta e sessenta no período até 1945, passando no período em tela, para 350 a 450. (MONTEIRO, 2005, p.12)

¹³⁴ O plano é entregue em 1952, mas somente em 1955 é enviado para a Câmara de Vereadores. Ali é aprovado como parte do Código Municipal, lei 246/55.

Inicia-se o processo de verticalização da cidade, nesta mesma década, com os primeiros prédios com mais de 4 andares, inaugurando um segundo período de “modernização”, assim definido por Pereira (s.d., p. 19).

Para Lohn, 2002, é na década de 1950, também, que a construção civil recebe os maiores investimentos realizados pelo Estado, através de uma concordância de fatores, consolidando para a década seguinte, o estabelecimento da indústria da construção civil.

O estudo realizado por Nereu do Vale Pereira, “Desenvolvimento e modernização” (s.d., p. 10-11) para a obtenção do Título de Livre Docente em Sociologia, revelou que a década de 1960 representa um marco no processo de crescimento imobiliário da cidade. A pergunta que o professor busca responder em seu trabalho é:

Como explicar o aparente (ou real) desenvolvimento de Florianópolis, numa verdadeira explosão de construção civil, quando não surgem atividades econômicas consideradas dinâmicas, especialmente dentro do setor secundário da economia? (PEREIRA, s.d., p. 11).

Peluso Jr informa que em 1940, Florianópolis tinha 34.110 habitantes (somando-se os bairros do Estreito, Saco dos Limões e Trindade - a população só do distrito sede seria de 25.014), crescendo até 1950, 41,52 %, alcançando assim uma população de 48.264 pessoas. (PELUSO JR., 1991, p. 311).



Figura 58: Vista da orla insular central e Praça Fernando Machado com o hotel La Porta, no final da década de 1950. Fonte: Enciclopédia IBGE, 1959, p. 107. In: TEIXEIRA, 2009, p. 217.

Esse aumento expressivo da população se deu principalmente na península central. Teixeira (2009, p. 274) aponta também que na ausência de um plano regulamentador de uso do solo e de gabaritos, descaso que, segundo ele, historicamente acontecia desde os tempos da Desterro antiga, os critérios para as aprovações de projetos de construção eram pontuais e, muitas vezes, visavam interesses de grupos econômicos ligados às elites locais.

No âmbito político a conquista do poder (já então...) significava, além da definição do controle sobre os caminhos a serem seguidos, a possibilidade de aliar as ações do Estado aos interesses privados de uma parcela da população; significava também o controle dos meios de obter e ampliar o poder econômico de uma elite há muito estabelecida. (LOHN, 2002, p.77).

Nesse contexto, surgiram discussões sobre quem deveria levar os louros das diretrizes que a municipalidade adotaria para garantir um desenvolvimento econômico duradouro e que propiciasse a distribuição das riquezas na cidade. Segundo levantamento realizado por Reinaldo Lohn (LOHN, 2002) em jornais da época, pode-se identificar três correntes distintas de pensamentos que se dividiam. Havia um primeiro grupo que creditava o desenvolvimento da cidade à implantação da universidade; um segundo grupo que defendia o ideal do nacional-desenvolvimentismo, de que o crescimento econômico só seria possível

através da industrialização; e um último grupo que, já então, acreditava no turismo como única forma de tirar a capital do marasmo econômico.

Pereira (s.d.) informa ainda em seu estudo que pelas fotos das plantas urbanas entre 1876 e 1963,

a área urbana não foi sensivelmente acrescida. (...) Tão pouco houve acréscimo vertical. (...) Há, contudo, um marco temporal limitador de um período em que todas as variáveis se alteram no seu comportamento e de forma evidente. Isto ocorreu entre os anos 1961 e 1962. (PEREIRA, s.d., p. 77)

Para comprovar esta afirmação o autor se vale de cinco diferentes constatações: 1º modificação do padrão de construção e verticalização da cidade, 2º ampliação da área urbana, que passa de 48 km para 60 km², 3º instituição do planejamento do setor público, 4º grande alteração no orçamento municipal e 5º e último a reforma universitária¹³⁵. (PEREIRA, s.d., p. 77-78).

Peluso Jr. (1991) considera como fatores que influenciaram esse crescimento exponencial a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹³⁶ e a implantação da BR 101. Alguns outros fatores teriam contribuído, concomitantemente, para o crescimento da urbanização, como os incentivos dados pelo Estado para instalação de grandes equipamentos, os aterros da baía sul e baía norte, as migrações providas das regiões sul e sudeste do País, a criação da Eletrosul¹³⁷. O Prof. Nereu do Vale Pereira acentua que a implantação da UFSC foi a grande fomentadora do crescimento imobiliário não só na área do centro mas nos bairros em torno desta também.

¹³⁵ O autor provavelmente se refere à fundação da Universidade Federal de Santa Catarina., a partir da federalização dos cursos da antiga Faculdade Catarinense de Filosofia, Ciências e Letras e outros já existentes em Florianópolis.

¹³⁶ A Universidade Federal de Santa Catarina, criada em 1960, teve seu início nos edifícios das antigas escolas particulares que incorporou, no centro da cidade. A decisão de fazê-la funcionar na Trindade, em área de antiga fazenda do Estado, doada para esse fim, atraiu para o bairro numerosa população. A divisão de chácaras na encosta do morro do Antão, intensificada nos anos cinquenta com a instalação de dependências do 5º Distrito Naval, inclusive a vila de oficiais dessa unidade da Marinha de Guerra, estendeu-se ao redor do morro. As baixadas começaram a ser aterradas e loteadas. (Peluso, 1991, p. 319).

¹³⁷ A Eletrosul Centrais Elétricas S.A., subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., foi constituída em 23/12/1968, e sua sede foi instalada em Florianópolis, através da relocação de muitos funcionários provenientes do Rio de Janeiro. Suas atividades abrangem os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e Rondônia. In: <<http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=857>> Acesso em: 25 jul. 2012.

A universidade tinha um orçamento três vezes e meia maior que o da prefeitura, além de ter gerado novos empregos e atraído uma classe de renda média de outras cidades e estados. Em 1962, a renda do município tinha sido elevada 47%. A cada alteração no índice de emprego na UFSC alteravam-se os índices da construção civil. (PEREIRA, s.d., p. 102).

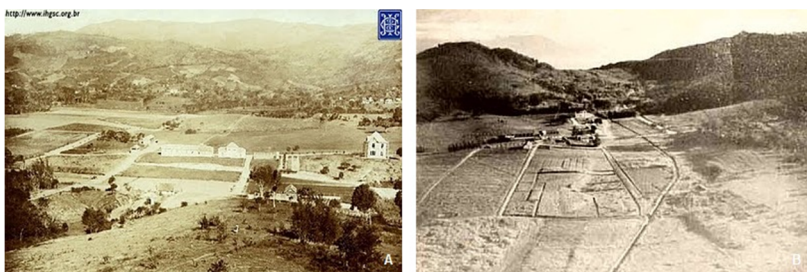


Figura 59: Foto A - Fazenda zootécnica Assis Brasil, onde se situa o atual campus da UFSC, no bairro Trindade; a casa à direita, da década 1930, é a sede atual do Departamento de Botânica.

Foto B - Fazenda Zootécnica Assis Brasil, bairro Trindade, 1930. In: <<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 26 jul. 2012.

Em seu trabalho “The Urban Eastward Expansion of Florianópolis: Problems in environmental monitoring”¹³⁸, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro descreve o caráter dessa expansão de Florianópolis para o leste, tratando a bacia do rio Itacorubi, onde a instalação da UFSC (e da Eletrosul) induz um acelerado processo de urbanização, através do qual a cidade passa, então, a envolver completamente o Morro da Cruz, que permanece no entanto com suas características de espaço periférico, praticamente isolado da cidade legal.

Para ele, essa ocupação desenvolveu-se respeitando, de certa forma, o padrão das antigas propriedades rurais, tanto na planície como na parte inferior das elevações, que foram tomadas por prédios de

¹³⁸ MONTEIRO, C.A.F. The Urban Eastward Expansion of Florianópolis: Problems in environmental monitoring. Trabalho apresentado no Symposium on “Dinamics of Geosystems: Monitoring (Control) and Forecasting”. July 6 to 16, 1987 – USSR, Comission on Geographical Monitoring and Forecasting, International Geographical Union (IGU). Inédito.

apartamentos destinados a abrigar tanto os trabalhadores como os estudantes da nova universidade:

Os antigos proprietários foram deslocados para outras localidades, e os menos afortunados, sempre em maior número, vieram a ocupar as difíceis partes mais altas dos morros, ou as planícies de inundação, formando “favelas”. (MONTEIRO, 1987, P. 4)

Utilizando o conceito de geossistema, descreve então os principais problemas ambientais advindos dos modos de ocupação, destacando a perda das fontes de água previamente utilizadas, as dificuldades com a drenagem, ocasionadas em parte pelos aterros na construção da via de contorno norte e, principalmente, a falta de um sistema de esgotos.

Para o geógrafo Peluso Jr. “este desenvolvimento da indústria da construção atraiu numerosos moradores da zona rural, que aumentaram os bairros da população de baixa renda.” (PELUSO, 1991, p.319), entre os quais o do Mont Serrat, uma das mais tradicionais comunidades do Morro da Cruz.

A partir da década de 1950 remanescentes dos núcleos familiares tradicionais do Mont Serrat como as famílias Cardoso, Veloso, Almeida ou Barbosa, que ainda viviam em Biguaçu e/ou Antonio Carlos, migraram também para o morro, atraídos pelas oportunidades e carências assim geradas.. Formaram a comunidade com os mais antigos, os Barreros, a família do italiano das vassouras e os “Forte Campos”¹³⁹ (Seriam da família Fortkamp) (SANTOS, 2009)

O período estudado pelo Prof. Pereira é aquele onde houve o estabelecimento de um dos principais agentes produtores do espaço

¹³⁹ Segundo Araújo (2004, p. 96-97), a ocupação do Mont Serrat, dentro desta conjuntura, pode ser caracterizada pela existência de poucas grandes famílias. Acredita-se que até meados da década de 50, os moradores que chegavam primeiro ocupavam grandes áreas que, em seguida, iam sendo desmebradas para alojar filhos, irmãos ou outros parentes. Dessa forma, supõe-se que a ocupação do morro estabeleceu-se, em grande parte, por uma rede de relações entre familiares provenientes da área rural onde um membro da família, impulsionado pelas adversidades locais, tenta a vida na capital e, em caso de relativo sucesso, chama os demais parentes. Parece-nos ser esta a principal peculiaridade da ocupação da área do Mont Serrat, o povoamento por algumas grandes famílias da região de Biguaçu e Antonio Carlos.

Os moradores mais antigos, que procuraram o Morro antes da década de 1950, construíram suas casas nas partes mais baixas da vertente. Os moradores oriundos de Biguaçu e Antônio Carlos que migraram a partir de 1950, se estabeleceram nas áreas mais altas próximas da cumeeira, no Pastinho, em lotes menores. (SANTOS, 2009, p. 590).

urbano atual de Florianópolis, os especuladores imobiliários. Enquanto essa produção do espaço urbano se dava em terra urbanizada, aumentava também a população daquelas áreas “irregulares” que vinham sendo ocupadas desde muitas décadas atrás como o Mocotó e adjacências ou o Mont Serrat e outras comunidades do Morro da Cruz. Boa parte do que foi construído na cidade contou com o suor e o trabalho de inúmeros moradores do Morro, que quando voltavam para suas casas não tinham direito à energia elétrica ou água encanada.

Certamente o crescimento do Mont Serrat está relacionado ao crescimento da construção civil, e a instalação da UFSC foi um dos grandes vetores que impulsionou esse aumento não só na área do centro, mas nos bairros em torno desta também:

Embora nossa hipótese de trabalho procure destacar a influência da Universidade Federal de Santa Catarina – fator externo e nacional - como uma grande empresa impulsionadora do processo de modernização verificado na “década dos 60”, não queremos afirmar que só esta presença marcou o processo. Em sociedade nenhum fator age só e isoladamente. Há uma concorrência variada de fatores, sendo, no entanto, um deles o predominante e o principal detonador do “botão de arranque”. (PEREIRA, s.d., p. 19)

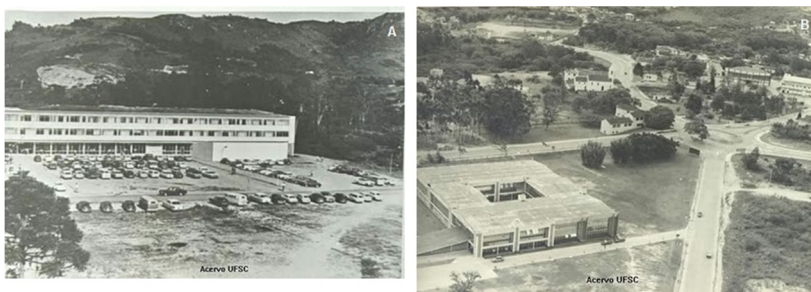


Figura 60: Foto A - UFSC - Prédio da Faculdade de Filosofia e Letras, década de 1970. Ao fundo, a Serrinha.

Foto B - UFSC - Biblioteca Universitária e a Trindade, década de 1970. In: <<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 26 jul. 2012.

Seu Teco¹⁴⁰ se recorda ainda que as empresas de construção civil estimularam a migração de áreas próximas, no continente, para os morros da cidade, em especial para o Morro da Cruz. Parte das terras no Mont Serrat foi vendida aos trabalhadores por proprietários de empresas de construção, assim sendo, as empresas empregavam os migrantes e vendiam a eles pequenos lotes no morro.

Havia uma demanda de mão de obra para a construção civil, logo, algumas firmas realizaram campanhas que estimulavam a imigração dessas áreas rurais próximas para a cidade. Cabe lembrar que já havia no Mont Serrat moradores oriundos da região citada (Biguaçu e Antonio Carlos), no entanto, foi durante esse período de crescimento urbano que vieram grande parte dos moradores de Mont Serrat. (ARAÚJO, 2004, p. 94)

Seu Cassimiro trabalhava com a família na construção civil. Era proprietário de terras em frente à Igreja e parte do Pastinho. Era um dos moradores oriundos das famílias tradicionais, que vendia lotes para os trabalhadores que se fixavam no Mont Serrat. Os lotes eram pequenos e eram vendidos apenas com recibo. As terras ao lado pertenciam à família de Camilo Fidélis, que teria doado o terreno para a construção da atual Igreja (a capela anterior havia sido construída no Mont Serrat em 1927). Era uma família grande que também trabalhava na construção civil. (ARAÚJO, 2004).

O Mont Serrat mesmo sendo uma das áreas de ocupação mais antigas do Morro da Cruz foi historicamente excluído das ações de implantação de infraestrutura e serviços urbanos da cidade.

O exemplo principal é o da rede de abastecimento de água. Para formar esta rede, o governo construiu no Morro, entre 1909 e 1910, um sistema de captação e armazenamento para distribuição de água para a área central de Florianópolis. A comunidade do Mont Serrat, onde está instalado o reservatório desse sistema, só veio a ter água encanada mais de setenta anos depois, durante a década de 1980. (...) Somente em 1952, foram instaladas as primeiras linhas de energia elétrica no Morro. (...) Segundo o

¹⁴⁰ Entrevista do Sr. João Ferreira de Souza - Seu Teco para André Santos em 2005.

depoimento de Seu Teco, o pessoal do alto do morro perto da Bica está sem água até hoje. Os mais ricos tinham água, como um senhor chamado Quinab. Para abastecer a emissora de televisão Rede Brasil Sul (RBS), a companhia de abastecimento de água (CASAN) instalou um duto (cano) que atravessava toda a comunidade – onde casas de moradores não tinham água – até a cumeeira do Morro onde fica a emissora. (SANTOS, 2009, p. 591-592)

Como foi citado anteriormente, até 2005 a água da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) não abastecia várias porções do Morro da Cruz, em especial no Alto da Caiera – comunidade recentemente ocupada. A distribuição domiciliar regular só foi implementada com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2009 e 2010. Até então, a água podia subir até o topo do morro, onde estão instaladas (também de forma irregular?) as grandes redes de rádio e televisão, mas não alimentava as casas por onde ela passava em cotas mais baixas.

Como os terrenos eram vendidos apenas com recibo, quando eram vendidos e não apenas ocupados, ninguém possuía ou quase ninguém possui até hoje, documento que prove ou diga que aquele pedaço de terra é seu. e mais, que ali onde o Seu Teco mora, por exemplo, essa ocupação não é considerada “irregular” pela legislação. Diante desta situação de ocupação em áreas ambientalmente frágeis, a ação do poder público durante décadas a fio foi a de não agir ou simplesmente desconsiderar essas ocupações. Isso aconteceu não só em Florianópolis, mas em todo Brasil, na América Latina e em expressiva parte dos Países do Terceiro Mundo. A falta de políticas públicas direcionadas aos pobres ou a “não ação” que segundo Claus Offe (1984) é também uma política, e mais especificamente a inexistência de uma política urbana voltada para o acesso destes à terra urbana é uma constante. Como consequência, temos a invisibilidade de milhões de seres humanos, uma vez que durante décadas os assentamentos precários sequer constavam das plantas de uso e ocupação dos municípios, e não constavam dos censos enquanto grupo único, mas sim diluídos em vários bairros, como é o caso do Morro da Cruz, dividido em diversos grupos censitários nos levantamentos do IBGE.

Enquanto o Morro da Cruz era envolvido pelo crescimento da cidade, e apesar da cada vez maior ocupação, as suas características

permaneciam marcadas pela exclusão e pelo abandono dos poderes públicos, por um lado, e por outro, pela solidariedade e pela multiplicidade de ritos e culturas.

3.2.5– O Morro da Cruz: Território da Solidariedade e da Multiplicidade de Ritos e Culturas

Já no Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro, lei 222 de 10 de maio de 1845¹⁴¹, é possível observar um conjunto de atitudes restritivas, que induziam à criação de espaços segregados. O código desvela vários conjuntos de medidas orientadas com esta finalidade. Fazia distinção clara e proibições específicas para o tratamento e comportamento das pessoas estabelecendo uma divisão entre diferentes classes: marinheiros, vadios, escravos e as “pessoas decentes”. Encontramos também artigos que se referiam ao controle social de formas de convivência em grupo, em festas, rituais ou reuniões no espaço privado, proibindo, ainda, os rituais religiosos africanos. (SANTOS, 2009).

Segundo Cristiana Tramonte (2001), historiadora, pesquisadora e moradora do morro Nova Trento no Morro da Cruz, contudo, os cultos afro-brasileiros, se encontravam presentes nos espaços físicos e sociais na Vila de Nossa Senhora do Desterro, como prática alternativa de saúde e espiritual, já, pelo menos, na primeira década do século XX. A presença desses ritos levou a medicina oficial através do discurso higienizador e da prática sanitaria a reprimir essas artes, classificando-as como charlatanismo e curandeirismo – procedimento igual ao que se deu em todo o território brasileiro – induzindo provavelmente ao seu estabelecimento nos morros, onde se encontrava também a maior parte da população de origem africana da cidade.

Paulino Cardoso¹⁴² relata em sua entrevista que nos anos 50, só na comunidade do Morro da Caixa ou atual Mont Serrat, havia 3 terreiros de umbanda:

¹⁴¹ Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, páginas 208 a 242. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O código possui 131 artigos divididos em treze capítulos. Os treze capítulos são intitulados respectivamente de: “segurança pública; saúde pública; tranquilidade pública; comodidade pública; segurança pública; uso de armas proibidas; abastança; expostos; ofensa a moralidade pública, injúria e obscenidade; ruas estradas, caminhos e pontes; culto publico; rendas municipais; disposições gerais”. In: SANTOS, 2009, p. 317.

¹⁴² Entrevista do Prof. Dr. Paulino de Jesus Cardoso a Elaine Tomás em março de 2009.

“do Digio, do Carlinho e do Semeotio. E mais, dois deles eram muito próximos, o do Seu Carlinho que era de um lado e do Seu Digio que era um senhor lá de baixo. E advinha qual era a maior diversão da criançada? Era Cosme e Damião. Por que elas iam comer bala todos os dias, era direto. (...) Há outra coisa muito legal que é o mundo do pastinho que ficava lá em cima, bem lá em cima, é onde estão os negros mais escuros.” (CARDOSO, entrevista Março, 2009)

Para Cardoso (2009) o Morro da Caixa sempre foi muito plural, e com comunidades que se espacializavam de maneiras muito diversas. Algumas precisavam de muito espaço físico e outras tinham foco em fatores bem específicos com conteúdo religioso (como as irmandades) e outras ainda, ligadas a fatores culturais bem diversos. Para ele, talvez o grande fator de união era na verdade o fato de, muito provavelmente, o Morro da Caixa ser a comunidade negra mais importante de Santa Catarina.

Esse é o lugar. Primeiro porque ele tem grande visibilidade, Jorge Bornhausen, Esperidião Amin (ex-governadores), todos os grandes políticos procuram ter base lá, por exemplo, se você convida o Dário (então prefeito) para uma atividade X ele não vai, mas se esta atividade for lá no Maciço ele vai, pois ganhou muitos votos lá. Então as pessoas sabem que é uma base bastante significativa, que é um lugar de grande exposição. (...) também, porque é dali que você tem a base do que é pra mim umas das maiores formas de expressão cultural viva, popular, que é o samba e as escolas de samba. A Protegidos nasceu ali, a Copa Lord¹⁴³ é dali, que é uma escola que tem grande visibilidade. Pelo menos aqui em Florianópolis metade das pessoas que gosta de samba é Copa Lord (sic). Essas coisas dão a ela (a comunidade) uma visibilidade grande, ela tem um lugar no imaginário da cidade.

¹⁴³ Grêmio Recreativo Escola de Samba Os Protegidos da Princesa e Sociedade Recreativa Cultural e S. Embaixada Copa Lord.

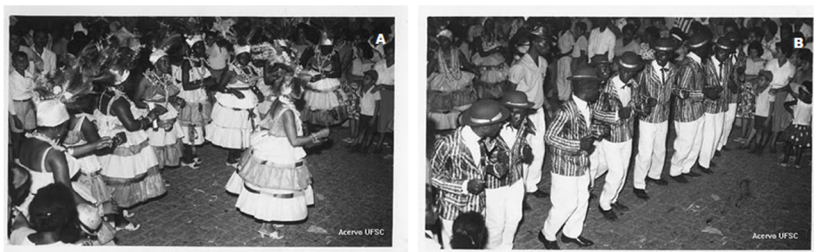


Figura 61: Desfile da escola de samba Embaixada Copa Lord no carnaval de Florianópolis em 1962. In: < <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 22 jun. 2012.

Para Ed Soul, músico e compositor de rap morador do Morro da Mariquinha, entrevistado no documentário de Pedro MC, o grande aglutinador cultural do morro é o samba:

O samba, a cultura do morro é o samba, velho, o morro chora com o samba, o morro ri com o samba, o morro festeja com o samba, não adianta cara eu falo que eu costume dizer que eu sou torto, porque eu nasci numa família de sambista e acabei optando pelo rap assim, mas sem samba eu também não vou a lugar nenhum, se eu não paro pra ouvir, um lamento, se eu não paro pra ouvir algo assim. Gosto do “Avivu” (Avezvous), é o único fundador da Copa Lord vivo, ele tem uns sambas que tu não tem noção (...) o cara na época que desterro era porto, entrava nos navios escondido aqui e ia pro Rio de Janeiro aprender o samba de lá e voltava pra cá. E falava: rapaziada o que tá rolando no Rio é isso aqui vamos fazer esse samba aqui e tal.... “Avivu” grande compositor. (MC, 2009, depoimento Ed Soul)

O território do Morro da Cruz abrigava uma multiplicidade dos ritos, de expressões culturais e porque não dizer das brincadeiras também. Nestas intersecções culturais havia lugar para expressões mais tradicionais, como os bailes que aconteciam para “lixar o assoalho” da casa que estava sendo construída em mutirão:

(...) então as famílias aqui, quando a gente ia construir uma casa, é casinha de madeira, casa de pobre, então os pilares não tinham nada de tijolo e

essas coisas não, era carregar pedra mesmo, pra fazer os pilares de pedra e em cima formava a casa, então a primeira coisa que fazia, era colocar o assoalho, aí o que acontecia, nós tínhamos que lixar o assoalho. Era o seguinte meu tio tocava violão, o seu Júlio tocava acordeão, o Cangara que era apelido dele, seu nome era Milton, tocava cavaco ou banjo, o Altamiro tocava tamborim e o outro lá tocava o pandeiro, então a gente fazia os pilares pra essa casa, depois pintava o assoalho, fazia aqui debaixo então era o tal do lixar o assoalho, era o verdadeiro arrasta-pé. Hoje é tudo solteiro, naquele tempo não, dançar era bem abraçado mesmo, a gente sentindo o calor, um sentindo o calor do outro, até dentro da musica, porque não dizer. A pessoa que sabe dançar um bolero, e gosta de um bolero, de uma valsa ou como eu gosto de um tango, uma rumba, (...) era mais um bolero, um samba canção, são coisas que vinham e mexiam com a gente. (depoimento João Ferreira de Souza¹⁴⁴ - Seu Teco in MC, 2009¹⁴⁵.)

A Comunidade do Mont Serrat, na vertente Oeste do Antão, foi sendo formada ao longo do antigo caminho que ligava Desterro à *Santíssima Trindade de Trás dos Montes*. Muitos dos trabalhadores que

¹⁴⁴ João Ferreira de Souza, Seu Teco, morador do Mont Serrat e figura central nos dias de hoje na Comunidade, é capaz de relembrar de muitos fatos, situações, hábitos, costumes que no conjunto constroem a história deste lugar. Dele tivemos a oportunidade de contar com 3 fontes diferentes de informações: uma entrevista realizada diretamente, onde reconstrói parte da sua infância relembrando as brincadeiras, em seguida nos coloca a situação do Conselho Comunitário ou Associação de Moradores enquanto espírito de solidariedade - principalmente os mutirões e as lutas comuns - e por último trata da construção do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC), do qual iremos tratar adiante – realizada em setembro 2010; uma entrevista previamente concedida a André Santos em 2005, onde relata reminiscências dos seus primeiros anos no Mont Serrat; e por último, os vários depoimentos cedidos para o documentário “Maciço” de Pedro MC, lançado em março de 2009.

¹⁴⁵ O olhar de Pedro MC e sua equipe (especialmente o toque feminino na pesquisa, nas entrevistas e na co-produção de Karen Christine Rechia, doutoranda em História do Brasil na Unicamp) destrincha a realidade do Maciço do Morro da Cruz e dá, com os depoimentos pinçados, uma boa amostra da vida dos mais de 30 mil habitantes das 17 comunidades que o compõem. Dá espaço à voz dos moradores das favelas. E, como dizem os antropólogos, não existe a verdade, existem as vozes. (...) Pedro MC conseguiu captar, tanto quanto possível, a realidade cotidiana das pessoas. E também abriu a janela para que falassem de sonhos, medos, dificuldades e alegrias. In:< <http://www.overmundo.com.br/overblog/documentario-macico-ilumina-morros-da-ilha>> Acesso em: 05 jun. 2012.

chegavam no Mont Serrat vinham de localidades do interior e outros do litoral, como os descendentes de escravos que viviam no Alto Biguaçu.



Figura 62: Foto A - Casas no Morro da Caixa, início do século XX. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Foto B - Morro da Caixa, final da década de 1920. Em primeiro plano a Maternidade Carlos Corrêa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS (2009, p. 596; 597).

Seu Teco em suas reminiscências lembra-se, por exemplo, de um ex-escravo que foi viver com sua esposa em Mont Serrat assim que foi liberto, era Seu Thomás. A comunidade do Mont Serrat era formada por apenas algumas poucas grandes famílias.¹⁴⁶

Seu Teco relembra também como eram as brincadeiras e o brincar. Naquele tempo, a comunidade vivia entre as plantações de banana e café e nos finais de semana, as crianças brincavam no Pasto do Lima, colhiam frutas no terreno da Dona Candoca. Como brincadeiras tinham a burra feita de embaúva (gangorra de girar) e como brinquedos a pratinha da chapinha da garrafa, a bola de mão, o pião e a pandorga – que até hoje segue muito popular. Em noite de lua, brincavam de esconder e de pegar pelo caminho:

(...) sabe o que é pratinha, aquela tampinha da cerveja, aquilo pra nós era a pratinha, a gente jogava, tínhamos bolinhas - essa bola de gude. Tinha o pião, que era jogado com a fieira e eu era metido que só - me metia no meio dos grandes, do meu irmão mais velho, dos amigos dele. (...) e a gente jogava o taco com a bola, a gente fazia a bola com a meia, bola de mão com a meia, depois é que apareceu a bola de sete capas, essa bola de

¹⁴⁶ Araújo, 2004, lista pelo menos duas grandes famílias - Cardoso e Firmino - como famílias que pouco se misturavam, ambas originárias de Biguaçu. Segundo a terminologia usada por Seu Teco seria a “turma do sangue azul” pois era onde os negros de pele mais escura moravam.

rolo é onde eles botaram meu apelido de Batata porque eu só vivia no meio deles, muito gordinho, eu só me metia. Esse “Batata” tem origem em um oficial da marinha, e ele cada vez que vem do Rio, vem aqui. Quando chega pára alí embaixo no bar, tem um restaurante, ali é o ponto de parada nosso, o point da turma toda. Aí ele chega e pergunta por um, pergunta por outro, e o Batata, aí a turma... mas Batata sim, o filho da Dona Mariazinha, a professora. Minha mãe foi a primeira professora que teve aqui no morro, dava aula particular, então eles estudavam com minha mãe. (...) É a minha vida assim na comunidade, pois eu não tenho como sair daqui para morar em outro lugar, eu acho que eu não vou me adaptar a morar em outro lugar, porque aqui tive a minha infância toda. Hoje onde vai ser o parque do Maciço, lá nós jogávamos bola, lá era um pasto, era onde a gente ia jogar. Tinha um time de futebol o Vera Cruz. Lá atrás tinha a chácara da Dona Candoca, nós éramos todos moços e criaram esse time de futebol. Então a gente ia pra lá, aquela chácara tinha bastante fruta. (...) Nós pra ir pro pasto tinha que subir por uma pedra, tinha um tal de cavalo Moura, era o apelido do cavalo, era um cavalo baio, mas era bravo, no dia em que ele dizia hoje vocês não vão entrar no campo pra jogar bola era a coisa mais horrível. Ele corria de lá pra cá, ficava em pé, corria ali, pra lá e pra cá, aí a dona Verônica chegava, pegava a vasilha de milho, Moura, Moura aí ele vinha, que foi Moura? Que foi Moura? Abria a porteira do outro lado, botava ele cá na estrebaria, aí nós podíamos brincar. Depois passou-se. Aí criamos um time de futebol aqui também no Mont Serrat e fomos falar com o seu Zequinha. Seu Zequinha morava lá no terreno (...). Todo sábado nós íamos jogar bola, nós tínhamos uns dez peões. Ele disse não cobro nada de vocês, mas vocês tem que roçar o pasto. Então cada um roçava dez minutos, aí aquilo era tudo roçadinho, tudo limpinho, aí nós íamos jogar sábado e domingo, aquele que escapava pra não ir no sábado que tinha que roçar, no domingo, era o que mais se lascava. (...) Tinha outra coisa também na época antes do Vera Cruz. A fruta

estava disponível na chácara mas só era apanhada quando estava pronta. Nó só pegávamos a fruta no ponto, abacate, jabuticaba. Jabuticaba tinha uma montoeira, goiabeira e o que acontecia? Nós íamos lá, tá madura, tá, pode apanhar, leva pra casa. Todo mundo pegava o que tinha que pegar, ninguém pegava nada sem que ela desse. Banana, então existia muita. Conhece essa arvore que tem outro nome que talvez você conheça, a embaúva? Com a embaúva a gente fazia a borra, era a nossa brincadeira, era o nosso divertimento. Então nós cavávamos um buraco, fincávamos um pau, no centro e pegava a embaúva, que é uma arvore nativa da ilha. Ela é oca por dentro, cortávamos um buraco e fincávamos no meio, então com o peso certo, formava uma balança, então um sentava lá, outro sentava cá. Hoje eles tratam de gangorra, a gangorra faz isso, nós tanto fazíamos isso controlando o peso ou então nós andávamos em roda, em volta, aquele que ficava tonto caia entrava outro no lugar e assim era a nossa brincadeira. Quando eu falo na borra e conto como funcionava e que ali era menino e menina tudo misturado. Era uma brincadeira tão sadia, não existia maldade.¹⁴⁷

A solidariedade¹⁴⁸ era algo muito presente na vida do Mont Serrat. “Aqui era tudo irmão” – coloca Seu Teco. Sua família migrou do Sapé, no continente, para o morro e tinha uma venda de verduras no caminho. Moradores da Trindade subiam pela Serrinha, passavam pelo caminho do Morro do Antão e desciam para alcançar o Mercado Público, vender repolho, alface, verduras em geral e leite também. Nos carroções carregavam na volta mercadorias que trocavam com a avó do seu Teco, por café e farinha que parentes ainda cultivavam no continente. Parte dos moradores trabalhava retirando lenha do morro para o fogo de suas casas e para vender a uma olaria localizada onde hoje está o atual Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – olaria essa

¹⁴⁷ Entrevista do Sr. João Ferreira de Souza - Seu Teco para Elaine Tomás e Amèlie Bouchard em setembro de 2010.

¹⁴⁸ No dicionário Houaiss encontramos a seguinte definição de solidariedade na ótica sociológica: “estado ou condição grupal que resulta da comunhão de atitudes e sentimentos, de maneira que o grupo venha a constituir uma unidade sólida, capaz de oferecer resistência às forças externas e, até mesmo, de se tornar mais firme ainda em face da oposição procedente de fora...”. In: Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 2004.

remanescente daquelas que havia ao longo das encostas do Morro do Antão. As mulheres trabalhavam como lavadeiras nas bicas, os homens: pedreiros; pintores; carregadores com suas galeotas no Mercado Público e como estivadores no porto da cidade.¹⁴⁹

Os mutirões uniam toda a comunidade, as crianças catavam pedras pelos caminhos do Monte Serrat, assim foi construída a escadaria da Igreja. Os homens que trabalhavam na cidade, no fim do dia voltavam para o morro e se uniam nas obras de mutirão utilizando as pedras que as crianças haviam catado durante o dia, enquanto as mulheres preparavam feijoada para o pessoal. Todos os moradores ajudavam a carregar tijolos para a Igreja e madeiras para a construção das casas. Depois do trabalho de mutirão, era organizado o baile na casa recém construída “para lixar o assoalho”. Quando as paredes internas estavam erguidas cessavam os bailes, a família passava a morar nela.. (SANTOS, 2009 e MC, 2009).

Quer ver como não existia maldade, quando houve a primeira versão do “Direito de Nascer”, aquela novela, a luz só chegava aqui até aquela casa. Ali em cima era a venda do pai da Uda, Seu Júlio. Era a venda de ostra, ele então colocou um alto falante pro lado de fora e na frente tinha os degraus, tinha o degrau da venda, e tinha uma outra passarela que usava pra casa dele. Todo mundo sentava ali, não se ouvia um pio, e a gurizada tava ali, todo mundo ia escutar a novela “O Direito de Nascer”. Quando terminava ai nós íamos brincar de esconder.¹⁵⁰

Outros exemplos de solidariedade são encontrados em Araújo (2004) e em Santos (2009), como os trabalhos de mutirão para construção da creche – realizada com a arrecadação de dinheiro em festas, feiras e barraquinhas - na horta comunitária e no calçamento do caminho principal. Exemplos que mostravam a união, a força e a solidariedade entre as pessoas da comunidade .

Cristiana Tramonte (2001), destaca que, apesar da fragilidade, da carência, da demanda e da violência provocada por situações urbanas

¹⁴⁹ Entrevista do Sr. João Ferreira de Souza - Seu Teco para André Santos em 2005.

¹⁵⁰ Entrevista do Sr. João Ferreira de Souza - Seu Teco para Elaine Tomás e Amélie Bouchard em setembro de 2011.

geradas pelo sucessivo não investimento em ações que buscassem a diminuição da injustiça social ao longo de décadas, nós nos deparamos, nessas comunidades, com uma enorme riqueza cultural.

Em várias passagens no documentário de Pedro MC (2009), é possível perceber, também, a pluralidade religiosa de seus moradores (católicos, evangélicos, umbandistas, protestantes, etc.). Muitos destes moradores além de estabelecerem um vínculo espiritual com determinada instituição religiosa, formam crenças e rituais coletivos que se mesclam com outros grupos de crenças religiosas diferentes.

Tramonte, 2001, acredita que essa riqueza de ritos e de culturas, se devidamente valorizada, pode ser o ponto de inflexão para a reversão da violência urbana, um tema alarmente ao qual pretendemos retornar mais adiante. Coloca por exemplo que nas proximidades de onde mora existem pelo menos 5 terreiros de religiosidade afro-brasileira. Cita uma estimativa da Federação de Umbanda do funcionamento de mais de 1000 terreiros somente na grande Florianópolis,

no entanto esta vida pulsante está invisível aos olhos da cidade. E como explicar o por que dessa invisibilidade? Nós poderíamos reduzir a uma palavra: Preconceito. Ou seja, eu parto do princípio de que essa manifestação não é importante e, portanto eu não a vejo, eu não a enxergo, eu não a considero, portanto ela não existe. Não está nas estatísticas, não está nos guias turísticos, não está em nada, não há museus, não há casas de cultura incentivando, ou seja, está invisível e não existe, existe só para aquelas pessoas que a praticam e acreditam nela. (depoimento de Cristiana Tramonte, in MC, 2009).

Outras características culturais bem definidas podem ser encontradas, por exemplo, na comunidade da Penitenciária, constituída inicialmente por familiares dos detentos, muitos, provenientes da região serrana de Santa Catarina. Cardoso (2009), em sua entrevista, também diferencia as ondas migratórias e coloca que uma situação é “a onda migratória que vem dos anos 20, 30 e que vai até os 60 e depois se consolida”. Outra situação bem diferenciada é

esse povo que chega com a penitenciária lá pelos anos 80, que são lageanos, são serranos, esses são

outro tipo de gente e vão ocupar outras áreas do maciço (...). Isso mesmo, eles são “outro mundo”. Como alguém que é dessas áreas, pra nós eles são estranhos, e aí é muito interessante, porque de um ponto de vista sociológico, eles são afrodescendentes, porém de uma cultura totalmente distinta, de práticas culturais, de comensalidades e de relações entre as pessoas que é muito diferente. (CARDOSO, 2009)

Uma outra área do morro, esta pertencente à polícia, foi ocupada por famílias de policiais que há muitos anos sofriam com enchentes no município de Palhoça. Eles construíram suas próprias casas carregando o material morro acima, ainda na época em que não havia calçamento, ajudando uns aos outros na construção das casas. (SANTOS, 2009, p. 590).



Figura 63: Foto A - Vista parcial da cidade, com a ponte Hercílio Luz ao fundo , 1942.

Foto B - Vista aérea da Praça 15 de novembro no centro de Florianópolis em 1960. In: <<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 22 jun. 2012.



Figura 64: Foto A - Uma comunidade do morro, década de 1960. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Foto B - Nova Descoberta, década de 1970. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). In: SANTOS (2009, p. 606).

Como podemos observar, muitas dessas migrações para o Morro da Cruz foram respaldadas por redes de relações entre familiares provenientes de uma mesma área rural. Segundo Araújo,

Essas poucas famílias desenvolveram entre si relações sociais motivadas pela identificação cultural, pois vinham da mesma região e pela solidariedade explicitada nos momentos de dificuldades. Os novos moradores, ao terem de transportar suas mudanças nas costas a partir de onde o carro não conseguia subir, recebiam ajuda dos moradores já estabelecidos, revelando uma característica da maioria das comunidades de periferia e também presente no Mont Serrat, solidariedade para com o outro nos momentos de dificuldade. (ARAÚJO, 2004, p. 97)

Podemos também dizer que repousa, aí, mais uma semente da ideia de “comum-uniidade” – *a solidariedade para com o outro nos momentos de dificuldade*. Esta solidariedade, que não é privilégio da comunidade do Mont Serrat, mas que pode ser encontrada na esmagadora maioria dos assentamentos precários por este mundo afora. Foi a percepção inicial que uniu os indivíduos em torno de algo comum. Este sentimento de solidariedade¹⁵¹, moldado nos mutirões e depois no trabalho social, é que seria desenvolvido e amadurecido com a presença do Padre Vilson Groh no Mont Serrat e no Morro da Cruz como um todo.

Outro aspecto que não devemos deixar de assinalar é a feminização do Morro da Cruz. Vilson Groh, no documentário “Maciço” (Maciço, 2009) refere-se às matriarcas como guardiãs das memórias coletivas de tais comunidades, sendo que muitas ainda

¹⁵¹ Solidariedade que também permeou as relações de Seu Mimo, por exemplo, com várias comunidades do Morro da Cruz. Mesmo depois de eleito vereador e com muitos adversários, Seu Mimo não deixava de visitar amigos que nos velhos tempos lhe haviam sido simpáticos. “Por isso, quando na Câmara Municipal, seus representantes me atacavam, divergindo de minha ideologia, me sentia confortado, pois lembrava as primeiras palavras de Ventura e de muitos outros camaradas, que me abriram a porteira do caminho que agora, com muita honra e convicção eu palmilho. Minha idade avançada não permitirá que eu alcance o término dessa caminhada, mas tenho a certeza que me aproximei e que meus imediatos sucessores o alcançarão. Vivemos o ano de 1962 e aproximam-se as eleições para vereador. Morando no morro da Malária, bem próximo do Morro do Céu, visitava o amigo Ventura com frequência. Falava-se sobre a nossa participação na próxima campanha eleitoral.” (RIBEIRO, s.d., p. 93)

chefiam suas casas e são responsáveis pela educação dos filhos e netos. Todavia, a feminização das comunidades dos morros em Florianópolis não se relaciona apenas às matriarcas; há uma crescente e significativa presença de mulheres jovens, que se tornam mães de forma precoce e que constituem boa parte da população dos morros do maciço. A rotatividade produtiva da população adulta masculina e mesmo o envolvimento da juventude masculina, sobretudo, com o narcotráfico, revelam que os lares dos morros têm uma densidade feminina que não pode ser desconsiderada.

3.2.6 - O Território do Maciço do Morro da Cruz

Quem chega hoje ao Morro da Cruz e encontra os principais líderes comunitários percebe a forte ligação de muitos deles com a igreja católica. No entanto, nem sempre houve a predominância do catolicismo no morro. A presença da igreja católica tem sido marcante principalmente nos últimos 30 anos e muito do processo se deve ao trabalho social desenvolvido pelos maristas, mas em especial pelo padre Vilson Groh. Esse processo teve início ainda em 1954 com a chegada do padre Agostinho Stahelin, já que, de forma embrionária, foi com ele que as lutas por melhorias na comunidade se iniciaram. Mesmo sem morar no morro, padre Agostinho conseguia estar presente no seu cotidiano, tanto que sua lembrança ficou marcada na memória da comunidade. Ele é lembrado como uma pessoa que:

motivou os moradores e aproximou a Igreja da vida comunitária. Tanto que, segundo contam os moradores, Agostinho deixou de celebrar no Mont Serrat porque o governo militar da época entendeu que o padre estaria desenvolvendo uma pequena célula comunista. A hierarquia da Igreja, então, transferiu-o deixando na memória da população lembranças de boas ações. (ARAÚJO, 2004, p. 98).

Em 1968, padre Agostinho foi transferido de paróquia. A presença da igreja católica e a presença da mesma nos movimentos comunitários seria reafirmada anos mais tarde, em 1983, com a chegada do Padre Vilson Groh.

Assim, a comunidade do Mont Serrat, que já trazia consigo o princípio da solidariedade, com a chegada do Padre Vilson irá aprofundar as experiências coletivas.

Araújo (2004) divide estas experiências em fases, com três movimentos distintos:

(1) - Através da conscientização coletiva, forjada em parte pelos mutirões, o primeiro movimento de mudança envolveu o questionamento da estrutura de poder enraizada na comunidade por um Conselho Comunitário pouco representativo.

A luta pelo Conselho Comunitário foi a exteriorização do movimento de ruptura que estava acontecendo entre o setor que historicamente tutelou a comunidade e o outro grupo, formado por novas lideranças e com o apoio do padre Vilson, que pretendia construir a comunidade coletivamente. (ARAÚJO, 2004, p. 108)

Primeiro, foi o debate no seio da própria comunidade¹⁵²; depois do embate e da vitória do grupo de renovação no Conselho Comunitário a comunidade olha para fora e começa a contestar as adversidades e a reivindicar os direitos obstaculizados pelo poder público, evidenciando-se a falta de projetos de melhoria das condições de vida para as comunidades da periferia. Segundo Seu Teco em entrevista concedida a André Santos em 2005:

[...] Tudo o que a comunidade do Monte Serrat conseguia era na luta, discutindo com os técnicos que sempre apontavam uma série de obstáculos para atender as reivindicações. Foi pressionando a prefeitura que conseguimos o calçamento, o saneamento: a água, o esgoto, o posto de saúde. (...) O alto do Morro, depois da Igreja, foi o último trecho do caminho a ser calçado, onde morava o pessoal que mais trabalhou nos mutirões, o pessoal do Pastinho, da Bica, aos que mais pesavam as dificuldades. (...) Quando

¹⁵² Araújo (2004) faz questão de salientar que a presença de Vilson Groh não revoluciona a estrutura interna da comunidade criando um grupo de pessoas contestadoras da hierarquia estabelecida. Este descontentamento, era latente, existia antes da chegada do padre, porém no espaço eclesial encontrou suporte.

reivindicamos o calçamento do caminho principal do Morro, a prefeitura apenas forneceu o material e o pessoal técnico, à comunidade coube todo o trabalho, principalmente o de abrir as valas. O operador da máquina retroescavadeira da prefeitura tinha que ser pago pelos moradores. [...] In: (SANTOS, 2009, p. 592-593)

(2) - O segundo movimento ocorrido entre os últimos anos dos anos 80 e a primeira metade dos anos 90 do século passado, buscou a melhoria de vida da comunidade através de estratégias de emprego e renda. A luta pela subsistência será a principal questão a ser abordada. Para tanto a comunidade mais uma vez olhando para o seu entorno une-se a outras comunidades precárias e monta uma pauta com problemas comuns. Neste momento discutem-se predominantemente problemas de abastecimento¹⁵³. O mais importante aqui é destacar que pela primeira vez o Mont Serrat principia a expansão do seu leque de ação, ultrapassando os limites da comunidade. Podemos localizar neste movimento o embrião do que viria a ser na primeira década dos anos 2000 o movimento social do “Fórum do Maciço do Morro da Cruz”. Pois por primeira vez também “Dialogou-se, neste processo, com lideranças das comunidades do Morro do Horácio, Vila Aparecida, Morro do Mocotó e Morro da Penitenciária.” (Araújo, 2004, p. 110).

(3) - O terceiro movimento busca a formação e educação de crianças e jovens incluindo-os socialmente. Através da educação prioriza-se a formação de cidadãos críticos e capacitados para o mercado de trabalho¹⁵⁴. Este período começa no final da década de 80 e toma corpo durante toda a década de 90. (ARAÚJO, 2004, p. 114)

¹⁵³ Ao criar um início de rede hortifrutigranjeira e de pesca nas comunidades, seguiu-se a tradição iniciada nos mutirões. O ato de comer tornou-se também um ato político no qual buscava-se a reflexão das pessoas em torno do processo de exclusão social e do descaso do poder público com a periferia. Este processo, iniciado na segunda metade da década de 80, contestou os programas assistencialistas promovidos pelos órgãos públicos, apontando uma alternativa libertadora. (ARAÚJO, 2004, p. 111 e GRADE, 2006)

¹⁵⁴ Um dos primeiros projetos a serem implementados já com essa perspectiva foi o Grupo Pinheiros. Presidido por Carlos Cardoso, buscava oferecer alternativas às crianças e jovens tentando anular o poder de sedução do narcotráfico, já fortalecido neste período. Segundo Cléber Ferreira, de 26 anos, um dos jovens que participou do grupo, o Pinheiros foi importante para ocupar as crianças do morro e dificultar que o narcotráfico conseguisse sua mão de obra. (...) Hoje Cleber é auxiliar administrativo do projeto Travessia, no Mont Serrat e faz parte da diretoria do Centro Cultural Escrava Anastácia. (ARAÚJO, 2004, p. 115-116). Como Cleber há outros jovens que ao conseguirem estudar retornam às suas comunidades já inseridos no mercado de trabalho, para prestar serviços e apoio a estas. Alan é outro exemplo, do qual falaremos mais adiante.

No entanto, ao mesmo tempo em que a comunidade se fortalecia e conseguia proporcionar alternativas às inúmeras carências e dificuldades existentes, outros problemas emergiam. Problemas não só peculiares à comunidade do Mont Serrat, mas comuns aos grandes centros urbanos como a ausência de emprego, a violência e o tráfico de drogas. A comunidade do Mont Serrat passou por processos políticos e sociais que redefiniram as relações de poder internamente – através da conquista do Conselho Comunitário - e externamente, perante o Estado, através de posturas ora propositivas ora combativas. Sendo assim a comunidade mais uma vez se reestrutura e passa a atuar através de uma nova forma no Conselho Comunitário. O poder passa a ser diluído, mas ao mesmo tempo mais focado em temas específicos. Esta nova forma de atuar pressupõe a formação de comissões, e representou a pulverização das decisões em diferentes focos possibilitando que cada problema fosse tratado individualmente, mas com mais profundidade. O Conselho Comunitário do Mont Serrat passa então a ser dividido da seguinte forma:

Comissão de Educação, formada por representantes do Cebem (Centro de Bem-Estar do Menor), Escola Lúcia do Livramento Mayvone, Creche Casulo LBA, Creche Mont Serrat, Grupo Pinheiros e Escola de Datilografia; **Comissão de Saúde**, composta pela equipe responsável pelo Posto de Saúde do morro; **Comissão de produção e abastecimento**, composto pelos grupos Rosas Vermelhas, Tricô Noturno, Feira Comunitária, Padaria, Sabão e Doces, Mães da creche do Mont Serrat; **Comissão de ruas**, composto por representantes escolhidos das áreas da comunidade como rua General Vieira da Rosa, Nova Descoberta, Pastinho, Célio Veiga e Nestor Passos; **Comissão de cultura e lazer**, que naquele momento, em 1992, ainda não estava devidamente estruturada; e a **Comissão das igrejas**, constituída pela Igreja Católica, Assembleia de Deus e Cultos Afros. (ARAUJO, 2004, p. 114) (grifo nosso).

Ainda segundo Araujo (2004),

A participação de Vilson Groh foi decisiva nesse contexto, já que sua ação não se limitava apenas a apoiar a comunidade mas também a incitar novas

movimentações, tantos nos espaços de celebrações quanto no dia a dia. (ARAUJO, 2004, p. 113).

A comunidade do Mont Serrat passou por processos políticos e sociais que redefiniram as relações de poder internamente – através da conquista do Conselho Comunitário - e externamente, perante o Estado, através de posturas ora propositivas ora combativas.

A redefinição nas relações de poder proporcionou à comunidade seu reposicionamento perante a realidade vivida e a disseminação desse modelo de gestão coletiva junto a outras comunidades do Morro da Cruz. É o início da caminhada de construção do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Assim sendo, o primeiro passo em direção à construção deliberada de uma ideia de Território, visando à unificação da identidade de todas as comunidades do Morro da Cruz, foi a introdução do conceito de um Maciço Central da cidade de Florianópolis, designado de Maciço Central do Morro da Cruz, logo abreviada para “MACIÇO DO MORRO DA CRUZ” (MMC).

A partir desta perspectiva, pela primeira vez o conjunto das comunidades do Morro da Cruz passa a contar com uma territorialidade única, definida a partir dos próprios moradores e não de agentes externos. O Morro do Mocotó, o Mont Serrat e as outras 16 comunidades deixam de existir isoladamente e passam a formar um todo, consubstanciado no Fórum do Maciço das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz – o “FÓRUM DO MACIÇO” (FMMC) - e à medida que a estratégia de organização de comissões é disseminada pelos outros conselhos comunitários e associações de moradores, este conjunto vai ganhando visibilidade, o que configura novas relações de poder¹⁵⁵ perante as instituições públicas e a própria “cidade legal”.

A experiência política acumulada previamente por Groh¹⁵⁶ contribuiu efetivamente para a constituição do projeto político do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (DANTAS, 2012). De fato, este

¹⁵⁵ Conforme a conceituação do território enquanto “espaço definido por e a partir de relações de poder”, como coloca Marcelo Lopes de Souza, no livro “Geografia, Conceitos e Temas” (2007, p. 78).

¹⁵⁶ Segundo Araujo, 2004, (...) 1985 foi importante para a história dos movimentos sociais em Florianópolis. Nesse ano, o Movimento Sem-Terra fez ocupações em frente à Catedral. Articularam-se, então, os Sem-Terra com os movimentos sociais das comunidades da periferia. (...) Groh participou ativamente destes movimentos e, à medida que ia se envolvendo com as questões comunitárias, passou a viver quotidianamente as experiências da alteridade. (...) buscava-se [já então], engajar os moradores dos morros aos problemas da vida e da população rural, visto que muitos dos seus habitantes são imigrantes expropriados de suas terras. (ARAUJO, 2004, P. 77-78)

movimento social não estava isolado da emergência dos movimentos sociais no Brasil, pois que desde os últimos anos da Ditadura Militar já surgiam diversas mobilizações de moradores empobrecidos nas médias e grandes cidades brasileiras, reivindicando moradia, transporte, saúde, educação, creches, segurança e canalização de água e esgoto, como os protagonizados pelo MNRU – que além de englobar moradores também contava com o apoio de técnicos de administrações municipais progressistas, como mencionado anteriormente no capítulo 2.

Em 1992, a administração municipal da Frente Popular em Florianópolis (governo Sérgio Grando) favoreceu a visibilidade dos problemas estruturais de moradia, alimentação e infraestrutura das comunidades periféricas - no entanto, a continuidade dos seus propósitos foi interrompida nas gestões posteriores. Vale a pena ressaltar que apesar da boa receptividade da autoridade político-institucional na esfera administrativa da Frente Popular, os principais problemas estruturais dos morros continuavam os mesmos.

Assim, já no final da década de 1990, na primeira gestão do governo Ângela Amin (1997-2000), os problemas estruturais elencados no MMC ainda eram: insegurança, esgoto a céu aberto, falta de água e energia em muitas residências, coleta deficiente do lixo (com consequente proliferação de ratos), perigo de deslizamentos e quedas de blocos de rochas nas encostas, crianças com elevado índice de verminoses, etc... Porém, segundo Dantas (2012, p. 81-82) o que havia mudado era o jogo de forças sociais entre o aparato do estado e as comunidades dos morros, em parte, fruto da experiência obtida durante a administração da Frente Popular. Exemplo disso foi a manifestação conjunta dos Conselhos Comunitários em julho de 1999 que, através de uma carta de reivindicações, conseguiram mobilizar vários órgãos: fiscalização ambiental, Polícia Militar, Vigilância Sanitária e a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP).

O representante do conselho comunitário do Cristo Redentor no Morro da Mariquinha daquele período, Rui Alves, um dos mais atuantes líderes comunitários do Maciço até os dias atuais, enfatizava com o apoio de outros conselhos comunitários a importância dos mutirões para a limpeza dos morros e uma campanha de reflorestamento com a participação dos órgãos ambientais. Os conselhos comunitários reivindicavam ainda a instalação de uma rádio comunitária, contando com o auxílio da

Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRACO) e os representantes do Movimento de Rádios Livres de São Paulo (OLIVEIRA, 2009).

Na ótica de Dantas (2012) ,

o Fórum do Maciço do Morro da Cruz é o resultado de experiências históricas anteriores organização política das comunidades pesqueiras e dos pequenos agricultores. Estes movimentos contribuíram para a articulação política das comunidades dos morros, contrapondo-se aos “centros comunitários” criados na década de 1970 pelo governo Bornhausen, que eram cooptados pelo Estado e de forte teor assistencialista. (DANTAS, 2012, p.84)

Segundo este entendimento, os canais de participação popular em Florianópolis, mesmo com as suas debilidades, conseguiram se estruturar de forma mais orgânica já no final da década de 1990, com a estruturação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Durante o período de sua atividade (1999 – 2008/2009), o FMMC realizou diversos trabalhos de ação comunitária, procurou ampliar as oportunidades de participação social, integrar as comunidades carentes, qualificar a vida urbana e estabelecer elos de solidariedade entre cidade e campo. Para alcançar estes objetivos fez várias parcerias, como com a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) e com a UFSC.

Através da atuação de três comissões principais, o FMMC desenvolveu logo em seu início vários projetos, como os elencados em atividade organizada através do Centro Cultural Escrava Anastácia, no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2003 (SCHEIBE, 2003):

Projetos Educacionais:

- ✓ Profissionalização de 600 alunos de magistério em parceria com o Colégio Coração de Jesus;
- ✓ Curso Pré-Vestibular: preparando 150 jovens/ano para ingresso nas Universidades públicas e privadas;
- ✓ 300 Crianças/ano em Período Integral, envolvidas em Projetos Comunitários: CCEA - Centro Cultural Escrava Anastácia e ACAM - Associação Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó;
- ✓ Capacitação Permanente dos Professores da Rede Estadual, para o trabalho com crianças e jovens da área do maciço;
- ✓ Projetos nas Escolas: Sexualidade, Sabor e Saber, Violência, Avaliação, Meio Ambiente;
- ✓ Oficinas do Saber – Instituto Paz no Coração.

Projetos de Comunicação:

- ✓ Rádio (em aprovação oficial) e Jornal Guarapuvú (duas edições na rua).

Projetos Ambientais:

- ✓ Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis (Laboratórios e Núcleos da UFSC: Análise Ambiental, Geoprocessamento, CIDADHIS, NESSOP);
- ✓ Levantamento geral das características socioambientais (água/lixo/esgoto; emprego e áreas de lazer; moradia e transporte; segurança);
- ✓ Mapeamento geológico/geomorfológico e cadastro das áreas de risco;
- ✓ Áreas de Preservação permanente e proposta de Horto Comunitário;
- ✓ Diagnóstico sócio-espacial do Maciço Central;
- ✓ Mutirões de limpeza de lixo, assessoria a projetos nas escolas.

Projetos de Integração Cidade-Campo:

- ✓ Projeto de Merenda Escolar sem Agrotóxicos em 9 Escolas, fornecida pela AGRECO.

Projeto Sabor e Saber:

- ✓ Projeto de Qualificação Alimentar através da Capacitação de Merendeiras para utilização de merenda escolar sem agrotóxicos.

Fórum de Combate à Exclusão e à Violência:

- ✓ Criação de Fórum de Combate à Exclusão e à Violência, visando garantir a vida dos moradores do Maciço do Morro da Cruz, reunindo diferentes associações representantes da sociedade civil.

ADESS – Agência de Desenvolvimento Social Sustentável:

- ✓ Criação da Agência de Desenvolvimento Social Sustentável, visando articular e coordenar todas as ações desenvolvidas simultaneamente em diferentes níveis da vida social.

O FMMC tinha uma concepção orgânica, segundo a qual todas as comissões deveriam caminhar em conjunto sem que houvesse precedência de qualquer comissão sobre outra. O projeto estava associado à ideia de melhorias das condições de vida dos moradores das comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Nesta direção, ações comuns estavam imbricadas umas com as outras.

3.2.6.1 – AS COMISSÕES DO FMMC

Consolidada a ideia da territorialidade do Maciço – inclusive quando se pensa em unidade geológica ou geomorfológica – o Fórum do Maciço do Morro da Cruz passa a agregar as comunidades dessa mesma unidade. Assim, na formação do FMMC, apesar das demandas comuns apresentadas, este não se configurou como uma organização social desvinculada do aparato institucional, pois suas barganhas políticas ocorriam, sobretudo, na esfera político-institucional. Logo, sua atuação estava sujeita a todas as oscilações políticas das gestões públicas, obtendo mais ou menos conquistas conforme a administração. Para a socióloga Ilse Scherer-Warren (s.d.), composições sociais como o FMMC podem ser enquadradas como organizações de articulação e mediação política, onde estas formas de mediação se dão na interlocução e nas parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado (audiências públicas, assembleias, conferências políticas, conselhos setoriais de políticas públicas, Agenda 21, etc...). Desse modo, o FMMC asseguraria nestes espaços institucionalizados, “oportunidades do exercício do ‘controle social pela cidadania’, considerado como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Segundo Cardoso (2009)¹⁵⁷ há muito mito sobre o Maciço do Morro da Cruz:

Até a ideia de Maciço é pra mim um negócio muito engraçado, a igreja construiu a ideia do maciço com esses movimentos sociais. Eu posso falar de um lugar, esse lugar é o Morro da Caixa. Porém, o que acontece? Com a presença do Padre Vilson, no morro, nos últimos 30 anos e também da igreja que tem o apoio dos maristas, das várias irmãs e quadros que foram se formando lá, com isso você tem várias mudanças importantes.

Observa-se, assim, que a gênese da ideia de Maciço pode sim ter sido uma construção coletiva que vem do interior das comunidades, mas contou com impulso de determinados setores da Igreja Católica que aos poucos foram ganhando espaço no Morro da Cruz e também com apoio de alguns partidos políticos de esquerda.

Seu Teco¹⁵⁸ recorda que antes da ideia do Maciço do Morro da Cruz (MMC), era a União das Comunidades que existia. Na época perfazia um total de 23 comunidades.

O padre Vilson assim que veio pra cá, começou a trabalhar com todas, dava um total de 23 comunidades que ele, de alguma maneira, participava da vida delas. Mas na formação do Maciço do Morro da Cruz, da união das comunidades eram apenas 16 (que participavam). Todas as segundas feiras todas as comunidades vinham se reunir aqui no Mont Serrat. Na época, então, qual era nossa luta? Era a educação, o saneamento básico, a segurança e o lazer.

Os grandes eixos: educação, saneamento básico, segurança e lazer estavam sempre presentes fazendo parte da estrutura das reuniões. Estas se desenrolavam da seguinte maneira:

Tinha uma abertura e tinha uma pauta. A gente ia seguindo a pauta, todas as segundas feiras a gente

¹⁵⁷ Entrevista do Prof. Dr. Paulino de Jesus Cardoso a Elaine Tomás em março de 2009.

¹⁵⁸ Entrevista do Sr. João Ferreira de Souza - Seu Teco - a Elaine Tomás e Amélie Bouchard em setembro de 2010.

tratava dessas pautas. Víamos o que tinha avançado e o que não tinha. A comunidade que precisava de alguma ajuda, (...) de alguma orientação, a gente, todo mundo, ia procurar com o poder público onde encaminhar aquela comunidade. Isso funcionava vice e versa. Todas as comunidades eram unidas, de repente apareceu uma pessoa para nos auxiliar neste nosso processo, ele se chama doutor Gercino¹⁵⁹, não sei se é promotor, ele é uma pessoa alta aqui na vila, no poder público. (...) ele atuava na época, na vara da criança e do adolescente, então começou a participar conosco, porque nós tínhamos essa área. (...) Achou por melhor nós mudarmos o nome da união das comunidades daqui do Mont Serrat, passamos a ser Comunidades do Maciço do Morro da Cruz, ficava assim, soava e estavam todas as comunidades ao redor daqui do Mont Serrat dentro desse processo. (entrevista Seu Teco, setembro 2010).

No início das suas atividades o Fórum representava cerca de cinco mil famílias (SCHEIBE, 2003a). Como já mencionado anteriormente, muitas dessas famílias não contavam com serviços públicos regulares, estando proibidas ligações de água e eletricidade, mesmo de moradias antigas.

Em tal contexto histórico, o acúmulo de lixo doméstico – e o seu não recolhimento pela Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) – além do esgoto a céu aberto, eram as principais reivindicações das comunidades dos morros do maciço. De acordo com a própria chamada de matéria do jornal Diário Catarinense, os esgotos nas comunidades do maciço já estariam ameaçando os mananciais, colocando em risco a saúde das famílias que ali residem¹⁶⁰.

Visando enfrentar e superar as dificuldades comuns a todas estas comunidades, o Fórum das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz (FMMC) decidiu logo de início formar três comissões: **Comissão de**

¹⁵⁹ Gercino Gerson Gomes, do Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

¹⁶⁰ Participantes do Fórum e moradores já têm projetos para a área que foi limpa no sábado, enchendo pelo menos duas caçambas de resíduos. "Tremos iniciar com um projeto de recuperação da mata nativa, mas queremos montar também um horto florestal, com usufruto da comunidade", diz Rui Alves, morador do morro da Mariquinha, mas que foi dar sua colaboração ao mutirão. In: <<http://www1.an.com.br/ancapital/2002/jun/10/index.htm>> Acesso em: 10 set. 2012.

Educação, Esporte e Lazer; de Meio Ambiente; e de Segurança, Trabalho e Renda (Cf. Scheibe et al., 2007). Como reivindicações comuns apresentavam inicialmente três demandas básicas: a questão ambiental enquanto espaço de moradia (que envolvia também questões relacionadas ao lixo e ao esgotamento sanitário); a segurança pública; o esporte, a cultura e o lazer¹⁶¹. (Cf. Scheibe; Buss 2002). Diante desses objetivos, o FMMC traçou como meta a elaboração de um Plano de Ações, algo com um “Plano Diretor” para o Maciço, visando atingir as demandas prioritárias que haviam sido assinaladas pelas diferentes comissões. Os documentos elaborados ressaltavam crescentes sinais de degradação socioambiental nas diversas comunidades. (SCHEIBE; BUSS, 2002).

Diante deste quadro de degradação socioambiental o FMMC, visando melhor se instrumentalizar, buscou suporte técnico junto à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Em resposta, em 2001 iniciou-se o projeto de pesquisa/extensão “Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis”, com a coordenação do Laboratório de Análise Ambiental (LAAM) e participação do Laboratório de Geoprocessamento (LABGEOP), ambos do Departamento de Geociências, e do Núcleo de História, Cultura e Desenho da Cidade (CIDADHIS) do Departamento de Arquitetura da UFSC. O objetivo central do projeto de extensão era o de assessorar a Comissão de Meio Ambiente do Fórum na elaboração de seu plano de urbanização e conservação. (SCHEIBE; BUSS, 2002).

Este momento – elaboração do Plano Comunitário - revela o amadurecimento das ações das comissões, uma vez que estas se mostravam aptas a buscar auxílio fora da esfera do assistencialismo estatal e das ações deste. Os trabalhos desenvolvidos pelas comissões evidenciam a integração das ações. Por exemplo, a comissão de Meio Ambiente promovia as mostras ambientais, mas quem desenvolvia o trabalho de Educação Ambiental eram os professores que participavam da Comissão de Educação.

Comissão de Meio Ambiente

Em 2002 a UFSC reuniu todas as pesquisas desenvolvidas nos morros através de um simpósio, que contou com a participação de professores, estudantes, moradores e lideranças comunitárias. Embora a universidade realizasse diferentes pesquisas nos morros da capital

¹⁶¹ Outras reivindicações foram se explicitando mais adiante, como: regularização fundiária, implementação de infraestrutura e garantia dos direitos sociais.

catarinense, até então elas não haviam sido devidamente sistematizadas. O Laboratório de Análises Ambientais (LAAm), ligado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC tomou a iniciativa para a realização do evento, objetivando reunir e divulgar informações básicas sobre os projetos/trabalhos já executados ou em andamento no MMC por professores, servidores técnico-administrativos e alunos da UFSC; possibilitar maior aproximação com as lideranças do FMMC; e compatibilizar os objetivos dos projetos da UFSC com as linhas programáticas das Comissões de Meio Ambiente e Educação do Fórum¹⁶².

Num primeiro levantamento realizado em 2001 envolvendo alunos do Programa de Mestrado em Geografia da UFSC, foram realizadas entrevistas com lideranças comunitárias, moradores antigos/recentes e com a juventude local. Os questionários da pesquisa indicaram que as prioridades destas comunidades eram: o lixo, o saneamento básico (esgoto) e o transporte (ônibus) como as questões mais visíveis para os moradores das 10 comunidades abrangidas, embora na imprensa merecessem mais espaço as habitações em áreas de risco e/ou preservação permanente.¹⁶³



Figura 65: Reunião Comissão de Meio Ambiente do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Fonte: Henning, 2002.

Segundo Nacur (2002), a temática da educação ambiental sempre foi um importante carro-chefe do FMMC, fortalecida pela associação com os departamentos de Geografia e Arquitetura da UFSC.

Em outra pesquisa realizada no âmbito do Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis e

¹⁶² Simpósio -O Maciço Central de Florianópolis e a UFSC. Realizado em 04/06/2002. In: <www.laam.cfh.ufsc.br/maciço/simposio.htm> Acesso em: 12 abr. 2012.

¹⁶³ In: <www.laam.cfh.ufsc.br/maciço/resumos.htm#SCHEIBE> Acesso em: 12 abr. 2012.

coordenada pelo CIDADHIS, identificou-se que até 2002, 57% das famílias das comunidades do maciço sobreviviam com até um salário mínimo mensal, através dos serviços domésticos (25%) e construção civil (35%), especialmente. Os questionários foram aplicados por estudantes da 7ª e 8ª séries do ensino fundamental da Escola Lúcia do Livramento Mayvorne, associada à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (CE/FMMC). Os estudantes aplicaram o questionário acompanhados pelos pesquisadores do CIDADHIS. (MARTINS, 2009a)

Os trabalhos relacionados ao projeto de extensão “Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis”, iniciado em 2001, tiveram seguimento pelo menos até 2012. O método de trabalho do projeto consistiu essencialmente em participação de reuniões do Fórum; pesquisas de campo envolvendo aplicação de questionários e entrevistas, bem como levantamentos topográficos (delimitação da RPPN Reserva Natural Menino Deus), geológicos, geomorfológicos e da vegetação; e de laboratório, especialmente, geoprocessamento usando imagens de satélites, fotografias aéreas, ortofotocartas e cartas digitais nas escalas de 1:10000 e 1:2000.

Entre os trabalhos acadêmicos produzidos diretamente pelo LAAM no âmbito do projeto estão: a organização de um simpósio reunindo trabalhos da UFSC sobre o MMC, 6 monografias (sobre as comunidades do Mont’ Serrat, da Mariquinha, do Mocotó e da Serrinha, uma sobre a distribuição espacial dos alunos nas escolas que compunham a Comissão de Educação do FMMC e uma última sobre o Plano de Manejo da RPPN Reserva Natural Menino Deus); a elaboração de um livro sobre uma das principais lideranças do Fórum, o Padre Vilson Groh; inúmeros painéis apresentados à comunidade e nas Semanas de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) da UFSC; diversos artigos divulgados em congressos e revistas; um estudo analítico da suscetibilidade a escorregamentos e queda de blocos no MMC; uma dissertação de mestrado sobre o Estudo Analítico das Suscetibilidade a Escorregamentos e Quedas de Blocos; duas teses de doutorado (uma sobre as relações entre o FMMC e a Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO e outra sobre as dimensões socioambientais da gestão de risco dos assentamentos precários do MMC).

O excelente trabalho cartográfico desenvolvido pelo LAAM (em especial pelo Prof. Joel Pellerin) tornou-se referência para o entendimento da supressão das áreas verdes no MMC (ver Figura 23),

uma vez que estão cada vez mais escassas e os riscos de deslizamentos nas encostas representam um perigo permanente para os seus moradores.

Abastecida de informações consistentes, a Comissão de Meio Ambiente foi extremamente atuante, reunindo-se regularmente para discutir os problemas das encostas dos morros e sua consequente urbanização, no entanto não lograram estabelecer um sistema de alerta para redução de impactos em situações de deslizamentos, como o último ocorrido em dezembro de 2011 na Comunidade do Morro da Mariquinha¹⁶⁴.



Figura 66: Desastre Ambiental no Morro da Mariquinha ocorrido em 13 de dezembro de 2011, deslocamento de pedra de 200 toneladas. Fonte: Acervo do Projeto Desastres Ambientais e

¹⁶⁴ A chuva intensa que caiu sobre Florianópolis na tarde de 13 dez. 2011 foi a gota d'água para que mais um deslizamento acontecesse no MMC. De acordo com a Defesa Civil uma pedra de aproximadamente 2 toneladas escorregou na comunidade do Morro da Mariquinha, região central da Capital, próximo ao Instituto Estadual de Educação, atingindo pelo menos quatro casas e vitimando uma mulher; In: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/12/desmoronamento-no-centro-de-florianopolis-mata-uma-mulher-3594891.html>. Acesso em: 30 ago. 2012.

Políticas Públicas em Santa Catarina. Fotos: Marcos A. Espíndola. In: Uma análise histórica e ambiental do deslocamento da 'pedra' do Morro da Mariquinha. (ESPÍNDOLA et al., 2012, p.4)

No cerne da aproximação entre as escolas e as comunidades do MMC surgiram três ações comuns permanentes entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Educação (CE/FMMC): o 'Pacto das Águas'; a Mostra Ambiental; e a Mostra Cultural. Tais ações faziam parte de uma articulação que conjugava “a compreensão da destruição da vegetação dos morros de Florianópolis; a ausência de água potável nestas comunidades; e a potencialização e visibilidade artística das crianças e jovens das comunidades dos morros do maciço”. (DANTAS, 2012, p. 244)

Comissão de Segurança, Trabalho e Renda

O debate das ações coordenadas em relação ao combate do narcotráfico, no momento inicial dos trabalhos desta comissão, foi bastante importante uma vez que o problema vinha se aprofundando nas comunidades dos morros, especialmente no final da década de 1990. (Dantas, 2012).

A questão da criminalidade, a partir de 2001, vinha sendo considerada como “uma premência a ser solucionada” (SAITO, 2011, p. 159).

A caracterização dos assentamentos precários no MMC como “áreas de ocupação irregular” e, portanto, por décadas a fio, completamente ignorados pelos órgãos oficiais, inclusive daqueles responsáveis pela segurança pública na área, resultou em que ali acabasse por se concentrar a parte mais visível do narcotráfico da cidade¹⁶⁵. Logo no início da atuação da Comissão de Segurança, Trabalho e Renda, vários eventos intimidatórios ocorreram por parte do narcotráfico, mas talvez o mais significativo deles tenha sido o incêndio da casa de um dos seus membros. O objetivo principal desta comissão era favorecer a instalação de uma polícia comunitária para o Maciço, com atuação permanente, e não uma polícia repressiva que não tem relação com as comunidades e atua ocasional e violentamente. Neste sentido encontramos vários depoimentos no documentário de Pedro MC

¹⁶⁵ Sobre esse tema ver artigos realizados por Marcelo Lopes de Souza, sobre o Rio de Janeiro em 1995 e 2005. **O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre 'ordem' e 'desordem'**. In: Cadernos de Geociências, nº13. IBGE, p. 161 -171 e **O tráfico de drogas e a criminalidade violenta**. In: O Desafio Metropolitano, 2005. p. 49-112.

(O Maciço), que ilustram a desconcertante relação entre polícia e comunidade neste território:

Eu tenho um sobrinho de uns nove anos, que queria ser policial quando crescesse, que na verdade a periferia por ter esses problemas graves, deveria ver no policial, um porto seguro. Segurança, puxa, tem um carro da polícia na comunidade! Não é isso, a polícia que sobe na comunidade, espanca o jovem da periferia. Tem um rapaz amigo meu que, em quase todo lugar vende essas calças do exercito malhadas, ele foi praticamente deixado nu na rua, porque ele tava com essa calça na comunidade, então, é a mesma coisa que você estar andando na comunidade se o policial quiser arrumar um motivo pra te prender ele arruma, ele consegue. Provavelmente depois que esse DVD for lançado eu vou estar fichado e vou ser pego por ai. O tráfico é visto de maneira negativa sim, mas o tráfico na comunidade do Morro da Caixa é o que mantém um pouco a segurança, não dizendo que o tráfico é legal pra comunidade, eu tô querendo dizer que, até pra própria segurança, próprio andamento das coisas que ocorrem na comunidade é o tráfico que protege a comunidade, é o tráfico que se tiver uma família precisando de alguma coisa, é ele que ajuda. O evento que a gente fez aqui na comunidade, se a gente tivesse colocado policiais pra proteger o espaço, por esse motivo de rixa a gente ficava preocupada de pintar tiroteio ou qualquer coisa do tipo, se a gente colocasse policial a maioria da comunidade não iria, porque a polícia vê os jovens da comunidade como infratores, como vândalos e na verdade não é isso. Então as pessoas da comunidade é que se organizaram e cuidaram do espaço, não teve policial, se você perguntar se teve uma bala nesse dia, não houve, não houve nada. Eu não vou dizer que isso é motivo pra gente se orgulhar, mas a polícia não é o fator segurança na comunidade. (MC, 2009, depoimento Alex B. – Morro da Caixa, atual Mont Serrat)

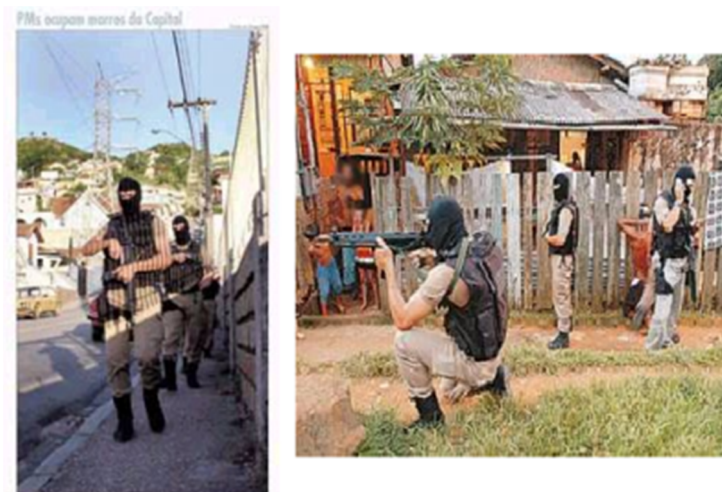


Figura 67: Oposição á rede de narcotraficantes que recruta jovens das comunidades para tarefas de vigilância e distribuição de narcóticos. Operação Anti-Drogas. In:

<<http://www.pm.sc.gov.br/web/site/imagens/artigos/ARTPMSC16032006051706920229.jpg>>

Acesso em: 20 ago. 2012.

(Entrevistador: e a polícia como é que é?) Polícia é muito folgada, os policiais são muito folgados, pega o cara na rua e já complica o negócio (o que eles fazem?) Espancam o cara, já aconteceu isso comigo ali embaixo, eles não querem saber de nada, vai abrir a boca eles pegam e falam não perguntei nada, cala a boca e deu, não tem o que falar pra eles, pegam surram e deu, vai fazer o que? Nada, não pode fazer nada. (MC, 2009, depoimento Josias – Morro da Penitenciária)

(...) comunidade hoje aí tá difícil, não é como antigamente tu ficava na rua, eu e meus amigos até quatro, cinco horas da manhã conversando, hoje em dia não, tais ali parado passa duas, três motos, já pensa que é do crime e já começa a atirar, não tem mais aquela tranquilidade que tinha antigamente, que a gente ficava, brincava, não tinha hora pra acabar, hoje em dia tá todo mundo se recolhendo 10 horas não vê mais ninguém na rua. A imagem de Florianópolis mostra a ponte e mostra a lagoa e acabou, acha que não tem carnaval, só mostram praia, querem mostrar Jurerê. O pessoal da prefeitura, o pessoal do

turismo, vamos mostrar o que acontece na favela de Florianópolis, vamos ver o que acontece nas comunidades, só querem vender a ponte e as praias e acabou. (MC, 2009, depoimento Dudu – Caieira do Saco dos Limões)

O morro tá manjado, vocês veem que o morro tá muito manjado. Muita pessoa já não quer dar emprego pro pessoal que mora no morro, porque pensa que tudo é a mesma coisa, mas não é, aqui tem muita gente boa, mas um paga pelo outro e é onde tem.. Muitos já não querem trazer a gente de taxi até aqui em cima, tem medo, muito motorista tem medo. Ai quando nós viemos assim, que a gente vem de taxi ai, vem aqui com o meu filho: Não senhor a barra tá limpa o senhor pode descer aí a gente solta o taxi e o meu filho fica lá em cima, eles são gente boa, mas.. ó (isso é do carnaval?) não sei se é do carnaval ou se é os homens que estão no morro, quando os homens chegam no morro eles jogam foguete (Entrevistadora: quem dona Luci?) quando os polícia chegam ali embaixo os doideros jogam foguete, ai eles já sabem, ai sujou. **A presença da polícia ela não é educativa é uma presença muito repressiva**, e não, eu diria que não educa e não é uma polícia preparada, e, portanto o efeito é muito momentâneo, só naquele momento e depois se desfaz e não tem uma continuidade de relação, **o que falta muito pra polícia é relação com a comunidade**. (MC, 2009, depoimento D. Lucí – Morro do Mocotó)

Ao perguntar ao Seu Teco sua opinião sobre as impressões dos depoimentos em relação à atuação da polícia, assistidos no documentário de Pedro MC, ele se posiciona colocando que o Fórum havia apresentado projeto para implantação de polícia comunitária no Maciço, porém este não teria sido implantado aqui, mas sim, segundo ele, em outras cidades no interior de Santa Catarina.

Nós começamos a lutar também em cima disso, trabalhar com a segurança, chamamos o Secretário de Segurança e explicamos pra ele qual era o nosso caso, então nós queríamos criar na

época uma polícia comunitária, polícia que estivesse dentro da comunidade, conversando com a comunidade, explicando alguma coisa pra comunidade sobre segurança e tal, só que quando nós estávamos com tudo organizado, nós tivemos uma audiência pública com a segurança e levamos o projeto do doutor Gercino¹⁶⁶. Pedimos uma audiência para explicar que nós queríamos alcançar ainda mais e aí eles disseram prá nós, isso aí é uma coisa que nós já estamos pensando, o governador também está pensando em fazer.. (Entrevista Seu Teco, setembro 2010).

A polícia comunitária desejada pelas Comunidades era aquela que pudesse se integrar à comunidade em caráter educativo-preventivo, “munida com as armas da sensibilidade e respeito pela vida” (SILVA, 2006, p.6 apud Documento da Comunidade, 2000). Em 2005, com próprio efetivo da Polícia Militar, foi introduzida nas comunidades dos morros, uma polícia com estas características, mas com o passar dos anos, houve a diminuição do contingente policial e no primeiro semestre de 2009, havia apenas dois policiais comunitários em todo o Maciço. A experiência da “polícia comunitária” – que não age de forma repressiva, mas no sentido de proteger e dialogar com a comunidade - teve como inspiração o modelo da experiência implantada no morro do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro (COSTA, 2005).

¹⁶⁶ Gercino Gerson Gomes Neto, hoje atua na Procuradoria de Justiça Criminal. No início dos trabalhos do Fórum do MMC atuava na vara da criança e do adolescente. Até 2007 esteve presente nas articulações do Fórum do MMC.



Figura 68: Em maio de 2008, ação dos policiais no MMC. Notar a palavra 'paz' no muro ao fundo e a presença da criança. Fonte: Diário Catarinense, 2010. In: SAITO, 2011.

Para Groh¹⁶⁷ (2002) à medida que crescia o número de mortes violentas nos morros, cada assassinato de criança ou jovem por envolvimento com o narcotráfico ia sendo “naturalizado”, encarado como algo banal e previsível, e algumas vezes, até, com alívio pelas pessoas da comunidade. Cada jovem dizimado era mais uma estatística para o poder público. No entanto, para Groh ‘este dado estatístico’ é transformado em ato político. Groh faz e fazia

questão de celebrar todos os velórios destas vítimas chacinadas pelo controle do tráfico de drogas, transformando tais ocasiões em evidentes momentos de denúncia do descaso do Estado em relação aos morros, à juventude e à pobreza como um todo. (DANTAS, 2002, p. 102)

No entender de Dantas (2012), de todas as comissões, a Comissão de Segurança, Trabalho e Renda (CSTR/FMMC) foi a que conseguiu

¹⁶⁷ Entrevista de Wilson Groh para Camilo Buss Araújo em 20 de maio de 2002.

delimitar e explanar melhor o seu objetivo político, tendo em vista a preocupação com o avanço da criminalidade que ceifava e ainda ceifa a vida de centenas de jovens “que se encontram fora do mercado formal de trabalho. A CSTR/FMMC forneceu, em linhas gerais, as balizas teóricas da economia solidária e das ações cooperativadas”. (DANTAS, 2012, p.127)

Saito (2011) apresenta dados de interesse para caracterização da criminalidade em várias das comunidades do Morro da Cruz, chamando-a de “*dark side* do capital social” (SAITO, 2011, p. 158).

Embora o governo Luiz Henrique da Silveira (2002 – 2010) tenha acenado com a possibilidade de um policiamento comunitário regular nas Comunidades do Maciço, isto se mostrou pouco eficiente. Assim, boa parte das ações estatais nas comunidades dos morros continuou sendo mais pautada na repressão policial do que em ações de caráter social.

Talvez o trabalho mais significativo neste sentido tenha sido a criação, em 2005, do Movimento Aroeira, com subsídios do projeto Consórcio Social da Juventude do governo Federal, via Ministério do Trabalho e Emprego. O Aroeira capacita e insere, através de oficinas profissionalizantes, atividades desportivas e educativas além de proporcionar contato com a natureza, jovens de comunidades empobrecidas (Alto da Caieira, Chico Mendes, Novo Horizonte, Mariquinha). É mais um dos nós da intrincada rede de organizações coordenadas por Vilson Groh no interior da ONG Centro Cultural Escrava Anastácia, e, segundo Azibei (2009), objetiva afastar do narcotráfico os jovens das periferias, oferecendo-lhes alternativas de empregabilidade. Ainda de acordo com a autora, dos três mil e duzentos jovens que participaram das três primeiras edições do Projeto Aroeira, mais de mil e quinhentos foram inseridos/as no mercado de trabalho, através de empregos formais ou a partir da constituição de cooperativas e outros grupos empreendedores.

O secretário de estado da segurança pública daquele período, Ronaldo Benedet, estabeleceu uma interessante comparação colocando que o Movimento Aroeira, filiado ao Consórcio Social da Juventude, um programa do governo federal, poderia ser comparado ao projeto colombiano de estímulo ao primeiro emprego. (VIANA, 2009).

Comissão de Educação, Esporte e Lazer (CE/FMMC)

Trata-se da única comissão em atuação neste momento (2012) de grande desmobilização do Fórum do MMC. Desde o início foi bastante ativa e seu trabalho ofereceu vários desdobramentos, como, por

exemplo, a formação continuada dos professores e também dos diretores das escolas estaduais e dos centros de educação infantil que servem às crianças do maciço. Estes responderam com entusiasmo “aos desafios de tratar objetivamente com as especificidades do ensino naquela condição” (SCHEIBE; BUSS, 2002, p. s/n.). As escolas que compuseram inicialmente a Comissão de Educação são: Escola de Educação Básica Celso Ramos; Escola de Educação Básica Lauro Müller; Escola de Ensino Fundamental Lúcia do Livramento Mayvorne; Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi; Centro de Educação Infantil Cristo Redentor; Escola de Ensino Fundamental Antonieta de Barros; Escola de Ensino Fundamental Silveira de Souza. A partir de 2002, passaram a fazer parte da Comissão as escolas Hilda Theodoro Vieira, Padre Anchieta, Henrique Stodieck e os centros de educação infantil Nossa Senhora de Lourdes, Anjo da Guarda e Mont Serrat.

A constituição da CE/FMMC se deu em outubro de 2000, a partir de um convite realizado pelo coordenador-geral do FMMC, Vilson Groh, à direção das escolas públicas que atendiam as comunidades dos morros de Florianópolis. O que motivava este convite era a problemática da violência nos morros e nas escolas, fruto da presença do narcotráfico.

Neste primeiro momento, contou-se com o apoio da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Rodoviária, Ministério Público e demais secretarias de Estado para a ampliação da discussão sobre as principais dificuldades estruturais nas comunidades do maciço do Morro da Cruz. Logo, a CE/FMMC nasceu deste processo de debate sobre o distanciamento das escolas em relação à realidade das comunidades dos morros, tendo os seus primeiros encontros na escola de educação básica Lúcia do Livramento Mayvorne e se estendendo para as escolas Jurema Cavallazzi, Celso Ramos, Lauro Müller e o CEI Cristo Redentor, sobretudo. (DANTAS, 2012, p. 243)

Segundo dados de 2002 havia pelo menos 6 mil crianças nas escolas estaduais que serviam à área do maciço (Scheibe; Buss 2002). Como bem colocou Groh (2009), dentro de alguns anos todas estas crianças serão – como muitos, na verdade, hoje já o são – jovens à procura de trabalho. E aí qual o futuro que as espera?

É essa pergunta que Rui Alves¹⁶⁸, busca responder no documentário de Pedro MC ao ser indagado sobre qual o futuro que espera as crianças do maciço:

E o que vamos fazer com essas crianças, qual a perspectiva? Você agora acaba de me perguntar qual o futuro. O desafio é esse, como vamos incluir essas crianças em educação e saúde. São milhares e milhares de crianças que tão se criando que tão crescendo nesse sistema com falta de afeto, falta de infraestrutura da família com a vida na periferia, com tanto corre-corre, policia dando tiro. A nação, o modelo e nós também estamos produzindo grande quantidade de crianças, de seres humanos. O que vai ser dessas crianças? Profissionalmente vai ser muito difícil pra eles. Ingressarem numa universidade vai ser mais difícil ainda. E o que vamos fazer com todas essas crianças? O que vamos fazer com elas? Fazer uma vala e enterrá-los? E imagina isso em nível de nação, de Brasil, quantos e quantos não têm dessa maneira? Então quando chegarmos daqui a 30 ou 40 anos tem toda essa criança já adulta. O modelo [de desenvolvimento] está produzindo eu diria - pode ser até uma palavra forte - é um passivo social, um entulho humano, o que vamos fazer com eles? Muito preocupante, mas no caso do maciço ainda eu acho que tem como resolver, tem como resolver mesmo. (Pedro MC, 2009, depoimento Rui Alves)

¹⁶⁸ Em 1999, Rui Alves era presidente do conselho comunitário Cristo Redentor no Morro da Mariquinha. Hoje ainda é um dos líderes comunitários mais ativos e críticos, continua morando no MMC, mas atualmente na comunidade do Alto da Caieira do Saco dos Limões.



Figura 70: Foto A - Seminário de capacitação dos professores das escolas do Maciço do Morro da Cruz, Maio 2007.

Foto B - Comissão de educação, abril de 2007. Fonte: Henning, 2007.

Na busca por respostas a esta realidade vários projetos foram e ainda hoje estão sendo desenvolvidos na área educacional. Por exemplo, cerca de 300 crianças/ano participam no período inverso à escola em atividades extracurriculares e projetos comunitários - Centro Cultural Escrava Anastácia¹⁶⁹, Associação Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó (ACAM)¹⁷⁰ e Projeto Travessia¹⁷¹ - que buscam valorizar a identidade destas crianças e jovens, bem como investem na valorização de novos conhecimentos. Outro projeto correlato à área

¹⁶⁹ Centro Cultural Escrava Anastácia – Fundado em sete de Junho de 1994, na capela Nossa Senhora do Mont Serrat. Nasceu a partir do trabalho de um grupo da comunidade, que tinha como objetivo a educação. Reunia representantes de várias entidades e instituições de caráter educacional. Os objetivos destas entidades centravam-se no fortalecimento das relações interpessoais, buscando estimular, intensificar e aperfeiçoar a reflexão e a participação na vida comunitária. O Centro Cultural foi projetado com a finalidade de abrigar projetos e atividades educativas para os moradores do Morro (mais detalhes, vide p. 36). In: <http://ceea.org.br/blog/?page_id=1626> Acesso em: 17 ago. 2012.

¹⁷⁰ A Associação Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó (ACAM) é uma Organização Não-Governamental fundada em 21/07/1995. Situada na Comunidade do Morro do Mocotó, iniciou seus trabalhos no ano de 1994, procurando sistematizar ações sociais que já eram desenvolvidas na Comunidade, mas que não tinham uma perspectiva de intervenção e continuidade. No ano de 1995 ela foi legalmente institucionalizada, e desde então segue oportunizando um espaço educativo propulsor da vivência cidadã, construído no interior de um movimento histórico-cultural de transformação da educação. In: <<http://doacoes.portalocial.org.br/Instituicoes/Instituicao.aspx?IDInstituicao=1094>> Acesso em: 17 ago. 2012.

¹⁷¹ Projeto Travessia - O Projeto Travessia foi criado dentro do Centro Cultural Escrava Anastácia e é uma ONG cuja especialidade é a educação de cunho complementar. Através de crianças e jovens buscam fortalecer o protagonismo, a autoestima, os vínculos familiares e o crescimento individual e coletivo das comunidades do Mont Serrat, Alto do Caiara e Morro do Mocotó, ajudando na formação e inserção no mundo do trabalho, além de dar apoio socioassistencial e aplicando oficinas nas comunidades. In: <<http://travessia.ceea.org.br/travessia/?p=52>> Acesso em: 17 ago. 2012.

educacional – Projeto de Merenda Escolar sem Agrotóxicos – foi articulado em cooperação com a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) e apresentou resultados significativos “não só pela melhoria da alimentação, da frequência e do rendimento escolar, mas também por que propicia uma interessante discussão sobre a questão ambiental como um todo” (SCHEIBE, 2002).

A Mostra Ambiental foi outro projeto desenvolvido pela Comissão de Educação em articulação com a Comissão de Meio Ambiente¹⁷² do FMMC. Esta ação se constituía no encontro de discussão e divulgação das escolas estaduais do Maciço, instaurado a partir dos inúmeros problemas ambientais enfrentados por estas comunidades. Entre 2003 e 2007, notadamente, as mostras ambientais contaram com o apoio estratégico do Laboratório de Análise Ambiental (LAAM) da UFSC.

A Mostra Ambiental ocorria sempre na Semana Mundial do Meio Ambiente, no mês de junho, no hall da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Objetivava dar visibilidade às principais reivindicações das comunidades do MMC junto aos parlamentares catarinenses e à população em geral. Em 2010, a Mostra Ambiental muda de lugar e pela primeira vez, acontece no hall da reitoria da UFSC, contando com seminários específicos no período noturno¹⁷³. Enquanto as Mostras Ambientais ocorreram na ALESC:

As escolas puderam divulgar alguns de seus trabalhos e projetos – de reciclagem de lixo, do estudo da sexualidade, do sabor e saber, da luta contra a violência e pobreza, da fome e da exclusão, que abrem o caminho para o narcotráfico. [Em 2003] mais de 3.000 alunos participaram de Mostra expondo seus trabalhos, cantando, dançando, representando e percorrendo todos os painéis e estandes, os olhos brilhantes e o sorriso largo pelo orgulho de despertar em todos os outros visitantes a emoção, a ternura e o reconhecimento de seu valor cidadão. Mas acima de tudo, concretizando em seus trabalhos a

¹⁷² O LAAM projetava as mostras ambientais em conjunto com estas duas comissões, reunindo-se nos espaços das escolas com os/as professores/as mais diretamente envolvidos/as com esta atividade pedagógica.

¹⁷³ Vale ressaltar que neste momento, a Comissão de Meio Ambiente do FMMC não se encontrava atuante e o apoio estratégico do LAAM ocorria de forma bastante esparsa.

exigência de uma verdadeira integração cidade-macijo através de políticas para a qualidade de vida, as políticas que lhes vêm sendo sistematicamente negadas pelo faz de conta insensível de quem finge que eles, ou seus pais, irmãos e avós, simplesmente não existem. (SCHEIBE, 2003a).



Figura 71: Foto A - II Mostra Ambiental das escolas integrantes da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Foto B - Entrega das demandas do Fórum MMC na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Fonte: Henning, 2004.

A I Mostra Ambiental, em 2003, foi aberta oficialmente pelo vice-governador do estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, e pelo presidente da ALESC daquele período, o deputado estadual Volnei Morastoni. O evento teve a participação e a visitação de aproximadamente 3.000 pessoas. Os trabalhos apresentados pelas escolas associadas à CE/FMMC - painéis, maquetes, apresentações musicais - estavam relacionados à quantidade e qualidade da água doce para a sobrevivência do planeta; à reciclagem do lixo; à ocupação urbana em áreas de nascentes e a poluição das fontes naturais; à merenda sem agrotóxico; à violência e narcotráfico; à legislação urbanística e o desenvolvimento da cidade, conforme aerofotografias das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990; mapeamentos geológicos e geomorfológicos do MMC; e das áreas suscetíveis a riscos ambientais (deslizamentos e quedas de blocos)¹⁷⁴. (SCHEIBE, 2004)

Outro plano idealizado pela CE/FMMC foi o projeto Escola Aberta. Este projeto propunha e recomendava a contratação de profissionais habilitados para atividades desportivas e de iniciação à

¹⁷⁴ Após a realização das Mostras Ambientais, os professores/as das escolas associadas à CE/FMMC reuniam-se com integrantes do LAAM e procediam a uma avaliação da mesma, opinando sobre os limites, avanços e sugestões para futuros eventos.

informática nos finais de semana nestas escolas. O projeto original previa que estas contratações ocorressem efetivamente, sem que as mesmas se tornassem trabalho voluntário. Não obstante, na perspectiva do estado, além do trabalho voluntário, os próprios professores destas unidades de ensino deveriam revezar-se nos finais de semana para atender a comunidade local, sem qualquer acréscimo em seus salários¹⁷⁵. (DANTAS, 2012, p. 250)

Dentre todas as ações elencadas, o Pacto das Águas é a ação mais antiga, e neste ano – 2012 – completou sua oitava edição. Tal ação ocorre no mês de março, na semana em que se comemora o dia internacional das águas (22 de março). De acordo com os propósitos da CE/FMMC, tal pacto se pauta na exigência de água potável para as comunidades do MMC, tendo em vista que muitas habitações até um passado muito recente – 2010 - não possuíam este serviço e precisavam fazer ligações clandestinas. Grande parte das casas no MMC, estão, hoje, ligadas à rede da CASAN, no entanto, o problema que hoje se apresenta, é de outra ordem, algumas das comunidades enfrentam o desabastecimento. Nas temporadas de verão esta situação se torna mais crítica e muitos acabam ficando sem água em suas torneiras.

Em 2006, a mobilização da CE/FMMC em relação ao Pacto das Águas, reuniu mais de mil e quinhentas pessoas e foi realizada na ALESC. Na oportunidade, a CASAN se comprometeu em não deixar as comunidades do MMC sem abastecimento, no entanto isso não ocorreu. (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2006a apud DANTAS, 2012, p. 246)



Figura 72: A aprovação das ZEIS suscitou outras demandas e manifestações, junto à SMHSA como, por exemplo, a luta das comunidades pelo acesso à água tratada. Manifestação do dia da Água. Fonte: Henning, 30 mar. 2003.

¹⁷⁵ No entender do coordenador-geral do FMMC, Vilson Groh, o projeto Escola Aberta, idealizado pelo então Secretário de Educação, Jacó Anderle, não era “algo concreto, não saía do papel e não chegaria a operacionalizar-se” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2004e apud DANTAS, 2012, p. 251).

Neste mesmo ano de 2006, a Mostra Ambiental – que ainda acontecia concentrada no hall da ALESC – começava a dar os primeiros sinais de esvaziamento. Os representantes da CE/FMMC assinalavam que os parlamentares catarinenses não visitavam a Mostra, apesar de a mesma estar no hall da casa. Tais expectativas frustradas se refletiam também no interior das próprias escolas, onde os diretores destas unidades queixavam-se do pouco envolvimento dos professores nas ações comuns da CE, sobrecarregando sempre os mesmos trabalhadores da instituição.

No entender de Dantas coube à Comissão de Educação um grande desafio, uma vez que, ao iniciar sua participação (política e pedagógica) o fez a partir de um fórum já estruturado, “e que hodiernamente tem procurado se reinventar através do legado deixado pelo Fórum do Maciço e de suas demais comissões”. (DANTAS, 2012, p. 253)



Figura 73: Foto A - Cartaz da 6ª Mostra Ambiental das escolas do Maciço do Morro da Cruz, 2010.

Foto B - Estande da 6ª Mostra Ambiental no hall da Reitoria da UFS. Fonte: Comissão de Educação do FMMC. In: Dantas, 2012.

Desarticulação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz

Em 2009, tendo em vista o processo de rearticulação da CE/FMMC, até setembro nenhuma destas ações descritas acima havia sido realizada (DANTAS, 2012). Assim como as ações do Fórum, de maneira geral, as ações da própria CE/FMMC também estavam quase paralisadas, e as reuniões esvaziadas.

Como veremos adiante, esse processo de desarticulação do FMMC teria tido início com a ação dos comitês para implementação das Zeis, previstos pela Lei Complementar Nº 207/2005 (Art. 6º), intensificando-se mais tarde, com as discussões e com a implementação do Núcleo Gestor das obras do Projeto Morro da Cruz, com recursos do PAC, o programa de desenvolvimento econômico e social adotado pelo Governo Federal a partir de janeiro de 2007, repassados à Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma forte razão para a desmobilização do movimento seria a de que, ao invés de tratar do tema institucionalmente, com o Fórum, a Prefeitura preferiu, tanto no caso das Zeis como especialmente no segundo caso, cooptar individualmente muitas das lideranças do mesmo para participarem do Núcleo Gestor das Obras do PAC acompanhando as obras estruturais. Outra razão, ainda, seria o envolvimento de lideranças mais engajadas em outra importante discussão, a do Plano Diretor Participativo (PDP) de Florianópolis¹⁷⁶. A ausência de uma articulação mais consistente entre as comissões do FMMC poderia ser apontada como mais uma das razões que teriam ocasionado o enfraquecimento das proposições comuns. Além disso, segundo Dantas (2012, p. 94) “havia o risco de uma tendência personalista no FMMC, sintetizada na liderança de Vilson Groh”.

Mais diretamente, ainda que se reconheça a inegável importância de Groh no processo de coordenação e articulação das lideranças comunitárias em seus diferentes estágios históricos, assim como o seu engajamento empírico em setores marginalizados de Florianópolis, é possível que, até pelo seu forte carisma, sua presença tenha de certa forma impedido a formação de novos quadros de liderança. Estes ‘quadros’ poderiam adensar as discussões sobre as problemáticas

¹⁷⁶ Na ótica de Dantas (2012) a cooptação teria se implementado de diferentes maneiras a saber: 1) personificação das comunidades dos morros a partir da visibilidade de algumas poucas lideranças; 2) promessas verbais do poder público em períodos eleitorais, ludibriando as lideranças e, por conseguinte, as respectivas comunidades; 3) baixa escolarização e desconhecimento dos processos legais por parte das lideranças comunitárias sobre a implementação de obras públicas, que devem obedecer a prazos, padrões urbanístico-arquitetônicos e ser devidamente publicizadas para as comunidades locais. In: Dantas, 2012, p. 95.

comuns das comunidades dos morros, sem ficar na dependência de um único líder para implementação das decisões coletivas. (DANTAS, 2012)

O próprio Padre Vilson Groh, em reunião do Fórum do Maciço no início de 2007 (26/02/2007, in TOMÁS, 2010), comentava sobre o cansaço destas lideranças, a falta de renovação que sentia nelas e certa segmentação do território do MMC. Desde 2007 as reuniões do Fórum foram acompanhadas pela autora, evidenciando-se este processo. No relatório “Síntese das Reuniões do Fórum do Maciço do Morro da Cruz – Período fevereiro 2007 à dezembro 2008 - Primeiros Contatos Referentes à Participação no Fórum do Maciço do Morro da Cruz” (TOMÁS, 2010), elaborado para o projeto de extensão “Plano Comunitário de Urbanização e Conservação do Maciço Central de Florianópolis”, registramos que a escalada que o tema das obras do PAC foi tomando nas reuniões do Fórum crescia a cada encontro.

Outro aspecto não menos importante se refere ao fechamento de 3 unidades de ensino (Antonieta de Barros, Silveira de Souza e Celso Ramos) em 3 anos, e a municipalização dos centros de educação infantil pelo poder público em nível estadual. Tal atitude denota a gradual desresponsabilização do estado com as crianças e jovens das comunidades do Maciço.

As três escolas fechadas atendiam, basicamente, as comunidades Ângelo La Porta, morro do Duduco, morro do Céu, morro do Mocotó, Nova Descoberta e morro do Tico-Tico, ou seja, um contingente escolar nada desprezível. Com o pretexto de que uma unidade de ensino estaria com problemas estruturais e as demais com poucas matrículas, o poder público (estadual) determinou sem maiores esclarecimentos às comunidades atendidas a desativação destas escolas. (DANTAS, 2012, p. 317)

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz no Plano Diretor Participativo de Florianópolis (PDP)

Os debates sobre o PDP de Florianópolis começaram em 2006 com a constituição de (mais) um “Núcleo Gestor”, formado por representantes do poder público, movimentos sociais, ambientalistas, centros comunitários, associações de moradores, sindicatos e entidades de classe.

Vilson Groh considerava que a discussão do Plano Diretor Participativo poderia oxigenar o Fórum, eis que participantes deste movimento destacavam a importância da participação do grupo na “leitura comunitária” do PDP. A leitura comunitária ocorreu de maneira específica para o sub-núcleo do MMC e neste momento os moradores tiveram a oportunidade de manifestar suas necessidades urgentes e fazer uma hierarquização das ações para o PDP. Mais ainda, muitos viam naquele momento a oportunidade de integrar o MMC à cidade legal, o que lhes conferiria legitimidade para todas as suas reivindicações específicas.

Em julho de 2007 as comunidades que compunham o Fórum estavam envolvidas nos seminários regionais de preparação do PDP de Florianópolis. O objetivo desses seminários foi o de levantar quais eram as demandas reprimidas destas comunidades e também fazer um prognóstico (uma imagem) do que seria o MMC como um todo no prazo de 10 ou 20 anos. Buscava-se responder à pergunta: “que cidade queremos, e para quem?” No caso de Florianópolis esta é uma pergunta muito pertinente face à busca incessante dos governos do estado e do município em atrair novos empreendimentos voltados para o turismo.



Figura 74: formação de comissão do sub núcleo do MMC, março 2007 - Foto A.; Participação do Fórum do MMC em sessão da Câmara de Vereadores de Florianópolis - Audiência Pública para contestação da instalação da sub-estação da Ccelesc na comunidade Angelo Laporta, abril de 2005. – Foto B. Fonte: Henning, outubro de 2005.

Contudo, em 2009, o Núcleo Gestor foi destituído pela Prefeitura que em uma evidente manobra que objetivava enviar o projeto do Plano Diretor para a Câmara de Vereadores com mudanças significativas em seu teor, no intuito de beneficiar em especial o setor imobiliário. O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

(IPUF) alegou ainda que a Câmara de Vereadores seria mais legítima do que o Núcleo Gestor (formado por 2.066 pessoas), pois foi eleita por 305 mil eleitores (FRIGUETTO, 2011).

Essa atitude denotava um sério conflito de entendimento sobre a democracia representativa e a democracia direta.

Em 2010 o plano diretor apresentado pela Prefeitura, depois de quatro anos de discussão – não contemplou satisfatoriamente as comunidades do maciço, muito menos outras localidades da capital catarinense. Aliás, as tentativas de encaminhamento do projeto substitutivo do ‘Plano Diretor Participativo’ (PDP) à Câmara de Vereadores foram temporariamente suspensas, por não atenderem as reivindicações dos núcleos distritais, além de não respeitarem o Núcleo Gestor constituído (SABOYA, 2010).

3.2.7 - Novos olhares sobre o Maciço: do Território das ZEIS ao Território do PAC-FLORIANÓPOLIS

3.2.7.1 - O Maciço do Morro da Cruz como Território em disputa: FMMC x Prefeitura Municipal (ZEIS).

Através da atuação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, pudemos falar na consolidação de um verdadeiro “Território do Maciço”, tanto do ponto de vista dos moradores do mesmo como na percepção dos órgãos públicos e da própria imprensa, que a ele se referia e se refere ainda, constantemente.

Essa percepção foi decisiva para a mudança de atitudes dos governantes municipais, ao deixarem de propor medidas isoladas de atendimento das reivindicações de moradores, como por exemplo, no projeto de urbanização do Morro do Mocotó, que já discutimos anteriormente, para atuar de modo mais abrangente, através da proposição da SMHSA, de um Projeto de Lei, aprovado celeremente pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Prefeito Municipal, para regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)¹⁷⁷.

De certa forma, pode-se argumentar no sentido de que, a partir daí, a centralidade dos debates foi assumida pela questão da implementação dessas ZEIS, com ampla participação de diversas

¹⁷⁷ É interessante observar que outros instrumentos disponibilizados pelo Estatuto das Cidades como, por exemplo o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), por implicar em possíveis entraves à especulação imobiliária, carecem ainda da devida regulamentação.

esferas, de modo que o Território (do Fórum) do Maciço, pode-se dizer, passou a apresentar uma nova característica de territorialidade, a disputa, pela multiplicidade de interesses representada pela possibilidade de regularização da posse da terra pelos moradores de cada ZEIS, enquanto eram realizados os estudos e projetos que deveriam conduzir a essa efetiva modificação fundiária, mas que acabaram por resultar no conjunto de obras que estão em andamento devido ao Projeto Morro da Cruz (PAC-Florianópolis), da Prefeitura Municipal.

Essa nova caracterização do MMC começou a ser gestada em 2005, a partir, também, da mudança de governo municipal e da nova constituição da SMHSA quando se iniciou o levantamento, pela PMF, das necessidades da população, devido às pressões dos Conselhos Comunitários liderados pelo Fórum do MMC. Ao longo de 2005 as visitas ao Maciço, inicialmente lideradas pela própria titular da Secretaria Municipal de Assistência Social – Rose Berger, então esposa do novo prefeito e sempre em conjunto com moradores, se intensificaram formando um grupo executivo de trabalho. Em reuniões ampliadas com a comunidade, foi reconhecida a enorme fragilidade social e ambiental desta área e, também, uma grande demanda pela regularização fundiária.

Em dezembro de 2005, após processo de elaboração com as comunidades, ocorreu a aprovação por parte da Câmara dos Vereadores, com sanção do Prefeito Municipal, da Lei Complementar Nº 207/2005, que alterou o Plano Diretor do Distrito Sede no MMC, incluindo nas Áreas Especiais as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) nesta região.



Figura 75: Discussão no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis sobre a lei das ZEIS - Foto A. Audiência pública, na câmara dos vereadores de Florianópolis, para consulta visando aprovação da lei das ZEIS para o MMC –

Foto B. Fonte: Henning, outubro de 2005.

Segundo o artigo 3º da Lei Complementar Nº 207/2005,

Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo fica autorizado a promover projetos de regularização fundiária e urbanística e de edificações, nos termos da legislação específica de cada ZEIS.

§ 1º Os projetos de regularização fundiária e urbanística deverão prever acessibilidade para pedestres e veículos de segurança; delimitar parques e APPs por vias ou ciclovias; fazer reconhecimento oficial de logradouros e numeração de imóveis; e propiciar a integração das comunidades carentes com os bairros do entorno e com a cidade.

§ 2º As edificações situadas em áreas de risco ou no interior da poligonal do Parque do Morro da Cruz poderão ser relocadas pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.

Segundo o artigo 4º da Lei Complementar Nº 207/2005,

Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo implantará os seguintes equipamentos comunitários quando inexistentes ou insuficientes na respectiva UEP¹⁷⁸: I - praça; II - posto policial; III - posto de saúde; IV - centro social; V - creche; VI - educação infantil; VII - educação fundamental; VIII - restaurante popular; e/ou IX - equipamentos de lazer.

Já do § 1º desse art. 4º, consta que:

Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo implantará ou gestionará a implantação dos seguintes programas: I – pavimentação; II – rede de água; III – esgotamento sanitário; IV – drenagem urbana; V – coleta de lixo; VI - transporte coletivo; VII – telecomunicações; VIII

¹⁷⁸ Unidades Especiais de Planejamento (UEP)

– iluminação pública; IX – recuperação ambiental;
X – saúde pública.

O que se pode observar, de imediato, é uma diferença conceitual de caráter essencial entre o texto do *caput* do artigo 4º e aquele do parágrafo 1º do mesmo artigo: enquanto o *caput* refere-se explicitamente às questões pertinentes às comissões mais atuantes do FMMC – especialmente lazer, segurança, saúde e educação, dependentes de programas de longa duração e de recursos de custeio – o § 1º do mesmo artigo elenca a implementação de obras de infraestrutura, diretamente dependentes de recursos de investimento imediato, muito mais compatíveis com o espírito do PAC e com os interesses do estado, prefeitura e, principalmente, das empreiteiras normalmente a eles associadas.

Alguns dos produtos dos contratos elencados nos Termos de Referência e realizados principalmente pela Consultora COBRAPE (Dis do HBB – Figura 14) tiveram relativa importância na determinação das características dessas obras, mas os aspectos referentes às medidas de caráter mais educativo ou social, previstos para as ZEIS, foram relegados a outros planos.

No âmbito da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, corresponsável pelo projeto do PAC no maciço do Morro da Cruz considerava-se também, de acordo com os termos da Lei Complementar Nº 207/2005, que o projeto nas comunidades dos morros deveria atender a uma política de geração de emprego e renda, baseada em oito ações, a saber: infraestrutura, habitação, parque, transporte, trabalho social, lixo, recuperação ambiental e regularização fundiária. A ênfase do PAC, no entanto, voltou-se para apenas dois desses itens, a infraestrutura e a implantação do Parque Municipal do Maciço do Morro da Cruz.

Na concepção oficial, para cada ZEIS do MMC, ou seja, para cada comunidade delimitada como ZEIS (da lei consta um mapa na escala 1:5000 onde as comunidades apareciam delimitadas – Figura 76), seria criado um comitê composto por técnicos municipais e representantes da comunidade para o acompanhamento da elaboração e gestão dos projetos de Regularização, dos Planos de Urbanização Específica e para as remoções diagnosticadas como necessárias.

Embora contassem com a participação de pessoas das comunidades interessadas, esses comitês não tiveram qualquer interação institucional com o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, provocando assim, como já foi comentado, o esvaziamento dessa importante

instância de discussão e decisão sobre os destinos do Maciço: o “Território do (Fórum do) Maciço” passa assim a desenvolver uma nova e fugaz territorialidade, a de Território das Zeis, que seria logo a seguir suplantada pelos planos e pelas ações relacionadas ao Projeto Maciço do Morro da Cruz/PAC-Florianópolis, financiado com recursos do PAC e, em grande parte, orientado pelos estudos produzidos de acordo com os Termos de Referência contratados pelo sub-programa de Desenvolvimento Institucional do HBB (ver Figura 14).

Do ponto de vista institucional, esse desenho metodológico seria mantido, logo em seguida, também para o PAC: cada comunidade dialoga em particular com a prefeitura e todas têm assento (através das representações via associação de moradores), no atual ‘Núcleo Gestor do PAC para o MMC’, onde além de cada comunidade e da Prefeitura - representada pelas secretarias da Habitação e Saneamento Ambiental; de Assistência Social; e de Obras - têm assento também a Floram, a Comcap, a Casan e a Celesc.

3.2.7.2 – O Projeto Maciço do Morro da Cruz/ PAC-Florianópolis (PAC-Florianópolis)

O PAC do Governo Federal foi lançado em 2007. O projeto proposto pela PMF para o MMC foi, então, reformulado, sendo realizadas algumas ações com vistas à qualificação do mesmo, por exemplo, discussões com as lideranças comunitárias e equipe técnica, audiências públicas, etc... As obras foram aprovadas pelo Ministério das Cidades neste mesmo ano e, em março de 2008, com a vinda do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Florianópolis, ocorreu o lançamento oficial do programa e a liberação da verba num total de 54,6 milhões. Do montante total, 25 milhões foi da União, 15 milhões do governo do Estado e 14,6 milhões, contrapartida da prefeitura. As obras no Maciço deveriam beneficiar 5,6 mil famílias, através da melhoria das condições de habitação, infraestrutura, água, esgoto, energia elétrica e pavimentação. Investimentos em recuperação/educação ambiental e geração de emprego e renda também estavam previstos.

Tabela 1: Orçamento geral do Projeto Maciço do Morro da Cruz/ PAC

Recursos	R\$	%
GOVERNO MUNICIPAL	14.659.400,86	26,80
GOVERNO ESTADUAL	15.031.763,80	28,50
GOVERNO FEDERAL	25.000.000,00	45,70
TOTAL	54.681.164,66	100%

Fonte: Adaptado da PMF/SMHSA de Florianópolis, 2008a.

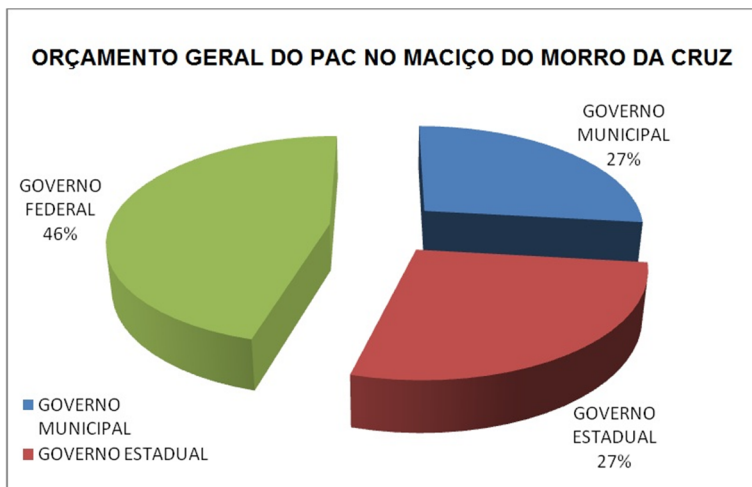


Figura 77: Orçamento geral do PMMC/PAC/Florianópolis. Fonte: Adaptado da PMF/SMHSA de Florianópolis, 2008a.

O diagnóstico das comunidades a serem atendidas pelas obras do PAC-Florianópolis definiu que: 1) as comunidades da Queimada e Jagatá, com uma população estimada em 386 famílias, teriam um sistema de transporte vertical (bondinho) na Rua Treze de Maio (que dá acesso ao Morro do Mocotó) com uma extensão de 250 metros, além de contarem com todo o projeto de infraestrutura devidamente definido; 2) a comunidade da Caieira da Vila Operária, com 833 famílias, já estava com os projetos de infraestrutura prontos, o mesmo acontecendo com a Serrinha (500 famílias) e Morro da Penitenciária (502 famílias); 3) no Morro do Horácio (898 famílias) o diagnóstico havia sido realizado, mas o projeto de infraestrutura estava em andamento no período; 4) na Vila Santa Vitória (329 famílias), Morro do 25 (650 famílias), Morro do Céu (ruas Ângelo Laporta, José Boiteux, Santa Clara, Laurentino Cruz), Mont Serrat, Mariquinha e Tico-Tico, os diagnósticos e projetos de infraestrutura também já se encontravam prontos. No Morro do Céu também foi previsto um sistema de transporte vertical com 670 metros de extensão entre as ruas Djalma Moellmann, José Boiteux e Monsenhor Topp (MÜLLER, 2008).

Segundo a SMHSA, os objetivos gerais do projeto eram os seguintes: melhoria das condições de vida, inclusão social (saúde, educação, habitação e assistência social) e implantação de infraestrutura.. A área de abrangência do projeto é de 2.151.000 m², sendo que deste total 656.964 m² correspondem à área ocupada e

1.494.036 m² à área do parque. Com relação às obras, os números levantados são os seguintes: instalação de 26 mil metros de rede de esgoto; 24 mil metros de rede de abastecimento de água; ampliação de 11 mil metros da rede de energia elétrica; 55 mil metros quadrados de pavimentação nova e recuperação de 800 mil metros quadrados; remoção e reassentamento de 438 habitações. O projeto previa, ainda, a instalação do transporte por cremalheiras ou bondinhos nas comunidades do Morro do Céu, Rua José Boiteux e na Rua Treze de Maio, no Mocotó (PMF, SMHSA, 2008a).

Os investimentos previstos se distribuem nas seguintes ações: terraplenagem; pavimentação; drenagem pluvial; abastecimento de água; sistema coletor de esgoto; rede de distribuição de energia elétrica; contenção de encostas; transporte vertical; habitação, módulo hidráulico e módulo de caixa d'água, implantação do parque do maciço, recuperação ambiental de áreas degradadas, coleta de resíduos sólidos, regularização fundiária e trabalho social (PMF, SMHSA, 2008). (Tabela 2 e Figuras 81 e 83)

Tabela 2: : Investimentos do PMMC/PAC/Florianópolis

Ações Previstas	R\$
Projetos	571.135,78
Terraplenagem	430.208,09
Pavimentação	4.172.527,01
Drenagem pluvial	2.525.170,79
Rede de água e esgoto	12.043.579,14
Rede elétrica	2.988.184,66
Contenção (muros)	5.122.245,34
Habitações, módulos sanitários e terrenos	19.546.288,21
Transporte vertical	2.300.000,00
Parque do maciço	1.250.000,00
Supervisão obras	625.000,00
Trabalho social	1.616.676,22
Resíduos sólidos - lixo	131.378,20
Regularização Fundiária	1.135.400,00 ¹⁷⁹
Equipamentos comunitários	233.371,22
TOTAL	54.691.164,66

Fonte: Adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2008a.

Ações executadas ou em andamento

Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz (PNMMC)

Uma das ações que tem merecido grande atenção dos responsáveis pelo PAC-Florianópolis é a implantação do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz, previsto na Lei Nº 6893, de 08 de dezembro de 2005, atendendo a reivindicações do próprio Fórum do MMC.

Quase 1,5 milhões de metros quadrados de áreas ainda desabitadas e na maior parte cobertas por vegetação arbórea foram destinados à implantação do PNMMC. Conforme a SMHSA, com a delimitação do parque espera-se a preservação do que resta da mata e que também se crie um atrativo para a colaboração das comunidades no controle das invasões da área, uma vez que, com a implantação do parque, também seria possível gerar emprego e renda para as comunidades, através da organização de trilhas para exploração turística, do projeto de horto comunitário, enfim, através de atividades de

¹⁷⁹ A dotação específica para regularização fundiária corresponde a cerca de 2,5% do montante total do projeto.

educação ambiental. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2006b).

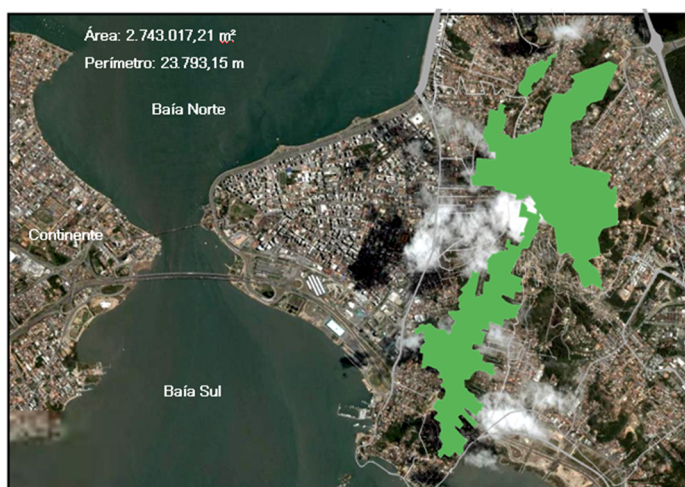


Figura 78: Área do Parque Natural do Maciço Do Morro Da Cruz (em verde), sobre imagem (GOOGLE). Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2008b.



Figura 79: Foto A – Placa com descrição do investimento e da obra em implantação no Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz.

Foto B – Detalhe do deck de uma das trilhas educativas. Fotos: Tomás, 2012.



Figura 80: Foto A – Construção de uma das portarias de Acesso ao Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz pela Rua General Vieira Rosa, ao fundo antiga EEB Lucia do Livramento Mayvorne.

Foto B –Obras de construção de prédio para a administração do Parque. Fotos: Tomás, 2012.

Infraestrutura viária

A abertura de novas ruas e o alargamento de outras tantas estão entre as obras que mereceram implantação prioritária pelos responsáveis do PAC-Florianópolis. Pode-se considerar como um dos mais importantes a abertura e pavimentação de uma via – chamada de Trans-Caieira – que possibilita, hoje, a travessia de todo o Maciço, entre o centro da cidade e a Trindade, através das comunidades do Mont Serrat, do alto da Caieira e da Serrinha (Figuras 82 e 83), num caminho semelhante àquele já utilizado pelas galeotas (carroças) no Século XIX.



Figura 82: Abertura de via - a Trans-Caieira, quen possibilitou a ligação rodoviária entre o centro da cidade e a Trindade, pelas Comunidades do Mont-Serrat, Alto da Caieira e Serrinha. Fonte: Tomás, 2012.



Figura 83: Vias pavimentadas, Alto da Caieira e Mont Serrat. Fonte: Tomás, 2012.

Áreas de risco e remoção de habitações.

Uma questão central para a maioria dos técnicos das diversas áreas que tratam do MMC é, também, a do tratamento a ser dispensado aos moradores das áreas consideradas como áreas de risco, especialmente de deslizamentos e de quedas de blocos, acidentes bastante comuns em todas as comunidades estudadas (ver Figura 66).

Segundo excerto de relatório cedido pela PMF/SMHSA (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2007), as habitações que se encontram em áreas de risco e deverão ser desocupadas se subdividem em 3 grupos: remoções que se fazem necessárias em função de habitações que estão em áreas ambientalmente frágeis e/ou pela precariedade das habitações existentes (ainda não foram quantificadas); aquelas que estão inseridas dentro do traçado do projeto de infraestrutura (129); e aquelas em áreas consideradas de risco alto e muito alto (309). O total levantado é de 438 casas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2007, p. 6).

A metodologia utilizada para a identificação das habitações das áreas de risco alto e risco muito alto teve como base o Plano Municipal de Redução de Riscos, fotos aéreas (480 analógicas e 150 digitais) e visitas em campo. O Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) – por escorregamentos, é um documento que contempla “uma série de diretrizes técnicas e gerenciais que permite ao poder público a implementação de ações estruturais e não estruturais em assentamentos precários no município”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2007 p.5).



Figura 84: Foto A - Habitações em situação de risco estrutural. Foto A – Risco e obra de contenção de encosta, na Comunidade do Alto da Caieira.

Foto B – Situação de risco à espera de remoção, na Comunidade da Serrinha.

Foto C – Primeiro plano, habitação demolida pela defesa civil, ao fundo casas em risco de desabamento, Comunidade da Penitenciária. Fonte: Tomás, 2012.



Figura 85: Obras do PAC-Florianópolis: Muro de contenção em via (Trans-Caieira) que corta o Parque Urbano do MMC. Fonte: Tomás, 2009.



Figura 86: Foto A – Muros de contenção e ponte de acesso ao Morro do Horácio.
Foto B – Calçamento e muro de contenção, obras do PAC-Florianópolis no Morro do Horácio.
Fonte: Tomás, 2012.

Segundo este plano, “existem 71 setores de Risco Alto e Risco Muito Alto na região do Maciço do Morro da Cruz, nestes setores habitam 6314 moradores em 1622 casas.” (excerto de relatório cedido pela PMF/SMHSA, 2007, p.8). Ainda segundo este mesmo relatório, o índice geral de remoções, que envolve 18 comunidades, teria ficado em torno de 19% para as áreas de risco alto e muito alto.

Quadro 12: Número de habitações sujeitas a remoções em áreas de risco alto a muito alto.

Assentamento	Habitações sujeitas à remoção – áreas de risco alto e muito alto
Caieira	111
Mont Serrat	30
Morro da Mariquinha	21
Morro da Penitenciária	60
Morro da Queimada	15
Morro do 25	12
Morro do Céu	3
Morro do Horácio	21
Santa Clara/José Boiteux	13
Serrinha	12
Monsenhor Topp	0
Vila Santa Vitória	11
Total	309

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2007.

Outras remoções consideradas necessárias foram identificadas no projeto de infraestrutura e dizem respeito às obras do sistema viário, principalmente visando à melhoria do acesso e da circulação interna das comunidades. A partir do traçado destas novas vias mapearam-se

(...) as casas que necessitam ser removidas, tanto para alargamentos de ruas como para implantação de vias de ligações novas. Praticamente em todas as comunidades existe algum tipo de intervenção com remoção de unidades habitacionais. As remoções serão ou indenizadas ou assentadas na própria comunidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2007).

Quadro 13: Habitações sujeitas à remoções por comunidade.

Comunidades	Habitações sujeitas à remoção – obras de infra-estrutura e sistema viário
Caieira	18
Mont Serrat	7
Morro da Mariquinha/Tico Tico	4
Morro da Penitenciária	19
Morro da Queimada	11
Morro do 25	9
Morro do Céu	10
Morro do Horácio	14
Santa Clara / José Boiteux	10
Serrinha	15
Vila Santa Vitória	6
Monsenhor Topp	3
Djalma Moelmann	3
Total	129

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, 2007



Figura 87: Foto A – Primeiras unidades habitacionais executadas com recursos do PAC-Florianópolis na comunidade do Mont Serrat.

Foto B – Obras das oito novas unidades, próximo ao acesso do PNMMC – Rua General Vieira da Rosa. Fonte: Tomás, 2012.



Figura 88: Remoção de unidade habitacional precária para alguns metros de distância, dentro do mesmo lote na Comunidade do Mont Serrat. Fonte: Tomás, 2012.

Apesar desses estudos prévios, o que se verificou tanto nos trabalhos de campo como em contato com técnicos da SMHSA¹⁸⁰, novos traçados de ruas foram executados diretamente no local sem prévio projeto, fazendo-se concessões de acordo com o acesso à “garagem” de cada um; casas e famílias em situação de risco que deveriam ser removidas e reconstruídas, deixam de sê-lo pela falta de local apropriado; famílias vivendo há dois anos em aluguel social e que, não tendo como seguir pagando este aluguel – uma vez que o prazo máximo é de 2 anos - voltando a ocupar suas casas nos locais antigos.

Houve também situações em que a empresa vencedora da licitação abandonou a obra por falta de mão de obra para execução (caso dos muros de arrimo construídos com cabeças de pedras cortadas nas proximidades) ou o abandono da obra por trabalhadores locais que não deram conta de carregar morro acima os materiais necessários à execução, uma vez que, em muitos lugares, não havia acesso para os caminhões.

Uma das sugestões feitas por membros das comunidades foi a de construção das casas através de mutirões, envolvendo os próprios moradores. Este modelo, contudo, não foi adotado por vários motivos: segundo os técnicos da prefeitura, as dificuldades vão desde problemas de mobilização em projetos anteriores como o “Chico Mendes”; dificuldade em conseguir lotes pequenos para se realizar as relocações individualizadas; e a principal, segundo eles, falta de disposição da própria comunidade em se adequar a este tipo de obra. Situação esta confirmada, em entrevista informal, dada pelo ativista social - Modesto

¹⁸⁰ Entrevista com o Eng. Rogério Miranda, ex-coordenador das obras do PAC-Florianópolis em maio de 2009.

Azevedo (então membro da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, que por sua vez integrava a União Nacional por Moradia Popular, tendo sido também representante do Conselho das Cidades – ConCidades¹⁸¹ e participante da campanha nacional pela “Moradia Digna – uma prioridade nacional”¹⁸²). Situações como esta revelam que o tempo áureo dos mutirões, já se foi.

Estes transtornos provocaram grande atraso no cronograma de execução das obras e considerável desgaste da coordenação junto a lideranças do Fórum do MMC, sendo, no entanto, classificadas como normais num projeto das dimensões e com as características do Maciço, por aquela mesma coordenação.

Muito poucas novas habitações já foram construídas – até setembro de 2012 cerca de 50 haviam sido contratadas, o que é muito pouco, tendo em vista o número total de remoções previstas, que atinge um total de 438 habitações, e a proporção dos investimentos destinados a esta finalidade, que totalizam cerca de 37% do total dos recursos do PAC-Florianópolis.

Redes elétrica, de água e de esgoto

Aproximadamente um terço (32%) dos investimentos do PAC-Florianópolis contemplam obras de drenagem pluvial, redes de água e esgoto e rede elétrica.

A par da regularização das ligações de água e da rede elétrica da maior parte das habitações das diversas comunidades do Maciço, está também havendo um esforço no sentido de dar nomes aos diversos logradouros e números às casas, requisito considerado essencial por

¹⁸¹ O ConCidades reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, ONGs e entidades acadêmicas e profissionais com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Outra atribuição do Conselho é contribuir com os municípios na aplicação do Estatuto das Cidades, a Lei Federal 10.257, instituída em 2001. In: <<http://www.polis.org.br/links/00000473.htm>> Acesso em: 17 ago. 2012.

¹⁸² É uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 285-A/2008 que trata de garantir recursos para a moradia de interesse social e que deseja ser assumida como uma política pública, ultrapassando os limites de mandatos de governo. Quer garantir que 2% da arrecadação federal e 1% da arrecadação estadual sejam destinados a cobrir o déficit habitacional brasileiro, (...). A autoria da PEC é do Deputado Paulo Teixeira (PT). (...) Os investimentos habitacionais no Brasil cresceram 785,7% de 2002 até 2009, ao passar de R\$ 7 bilhões para R\$ 62 bilhões, segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada em 25/10/2011. O déficit habitacional brasileiro é de 7,9 milhões de moradias, correspondente a 14,9% do total de domicílios. In: <<http://www.moradiadigna.org.br/moradiadigna/v1/index2.asp?p=19&id=80&Noticia=S>> Acesso em: 17/09/2012.

muitos moradores das comunidades no sentido de garantir-lhes condição de cidadania plena – de certa forma, uma inclusão na cidade legal.

Em algumas comunidades, como no Mont Serrat, já são aparentes as ligações das casas a uma nova rede de esgotos; em outras, no entanto, este tipo de obra ainda não é observado.



Figura 89: Captação de esgoto com ligação a rede à rede coletora. Fonte: Tomás, 2012.



Figura 90: Instalação de hidrômetros individualizados. Fonte: Tomás, 2012.



Figura 91: Foto A – Drenagem urbana.

Foto B – Ligação do esgoto sanitário à rede coletora. Fonte: Tomás, 2012.

A resolução dos “gatos” de luz e água não é apenas um problema pontual desta ou daquela comunidade, assim como a questão do traçado das ruas, mesmo que secundárias: o olhar para o conjunto das Comunidades é fundamental. Este olhar conjunto está, contudo, absolutamente enfraquecido, e mais parece que a agenda de negociações está tão individualizada que o morador por si negocia com a empreiteira o traçado da via que irá passar próxima à sua casa, ou como será o acesso para a casa e o seu veículo (em alguns casos este acesso está tomando parte da rua). O elo de força está muito mais focado na individualização das negociações com a prefeitura, via as próprias empreiteiras, do que com o movimento social, através do Fórum do MMC ou de qualquer outro processo associativo.

Transporte vertical

A ideia de dotar algumas comunidades de acesso facilitado, através de sistemas de teleféricos ou bondinhos de cremalheira, parece voltar a cada campanha eleitoral, mas não se sabe até agora de providências concretas neste sentido. De qualquer forma, o montante de investimentos previstos, da ordem de R\$ 2,3 milhões, não parece suficiente para concretizar esta iniciativa.

Significado das obras e o Território do PAC-Florianópolis

No lançamento do Projeto do Maciço do Morro da Cruz/PAC-Florianópolis, os jornais estampavam que o objetivo do projeto seria a inclusão social das 5,6 mil famílias que vivem no MMC, sobretudo através de “ações de melhoria das condições de habitação, da instalação de infraestrutura e da recuperação ambiental, além de ações de educação ambiental e geração de emprego e renda” (Diário Catarinense, 2008, p. 4)

Pode-se, no entanto, questionar se as ações que vêm sendo realizadas serão suficientes para promover a inclusão desta população empobrecida e diminuir a segregação sócio-espacial. E ainda, qual o significado das obras do PAC-Florianópolis? O que será que vai acontecer com estas comunidades? A inclusão social e urbana realmente se realizará? O MMC, através dos seus Conselhos Comunitários e, depois, através do Fórum do MMC foi, durante cerca de duas décadas (1983-2005), o território destes movimentos sociais. Inicialmente, com a lei das ZEIS, e principalmente hoje, com as obras do PAC, estamos assistindo à transformação deste espaço físico e social em algo diferente, uma reterritorialização, a caracterização de um Território do PAC-Florianópolis.

O PAC aparece, então, como gerador de uma nova territorialização do MMC, obliterando aquele que se configurava enquanto campo da luta do movimento social do Fórum do MMC. Assim, o que antes era território do Fórum do MMC hoje seria o Território das Obras do PAC (leia-se força política dominante atual exercendo sua hegemonia). Estamos falando de uma re-territorialização deste espaço, que não se pode prever, ainda, se realmente promoverá a inclusão desta população à cidade, ou se terminará por expulsá-la.

CAPÍTULO 4

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as tantas diferentes óticas para iluminar a história do Morro da Cruz fizemos a opção daquela que conta os processos de territorialização e reterritorialização no decorrer das sucessivas formas de ocupação do Morro da Cruz até a criação deliberada do Território do Maciço – união de todas as Comunidades do Morro da Cruz - e a superimposição de novas territorialidades pelas ações ligadas ao poder público, inicialmente através da criação das ZEIS, e logo após, pelo conjunto das obras relacionadas ao PAC-Florianópolis.

Dos lugares onde vive gente pobre em Florianópolis, o MMC é o de maior concentração de pessoas. As condições a que estas comunidades estão submetidas colocam-nas em acesso díspar em termos infraestruturais (água potável, saneamento básico e ambiental, transporte, atendimento médico e escolar de qualidade e outras formas de exercício da cidadania) em relação ao restante da população, pertencente à cidade formal.

As raízes históricas dessa inclusão desigual podem ser encontradas na formação das atuais classes populares precárias. Segundo Amin (2003), a estrutura das classes populares que vieram a se configurar nos países periféricos é muito diferente daquela dos países do centro durante a idade de ouro do pós-guerra (1945-1975), quando se estabilizaram como trabalhadores fabris. As classes populares precárias estão constituídas basicamente por trabalhadores dos mais baixos estratos de assalariamento, assim como aqueles trabalhadores não-assalariados (desempregados e os pobres empregados no setor informal). Estas tiveram o crescimento quintuplicado em questão de algumas décadas, principalmente nos países periféricos, vindo a representar, na melhor hipótese, a metade da população urbana mundial.

A partir de 2008, quando a população rural e urbana passa a equivaler-se, grande parte das cidades desses países já havia se urbanizado meteoricamente, justificando-se o conceito de suburbanização, pelo qual aceitamos também a ideia de que as volumosas migrações não são absorvidas pelas cidades adequadamente, ou seja, não há estoque nem tão pouco políticas adequadas para produção de terra urbanizada acessível para os pobres. Além disso, é de se supor que por se tratar de populações empobrecidas, a capacidade de compra e de acesso à terra urbanizada seja bastante limitada.

O fenômeno do desenvolvimento urbano informal e, portanto, excludente vem sendo cada vez mais e mais confirmado por dados que revelam a escala gigantesca desta realidade.

Buscamos fazer um exercício a partir da lógica desse fenômeno – a suburbanização - na tentativa de entender os mecanismos de perpetuação e repetição da pobreza urbana, apesar das políticas sociais e urbanas desenvolvidas pelos organismos multilaterais de fomento ao desenvolvimento, especialmente o BM e o BID. Encontramos um discurso que não corresponde às ações desses organismos, muito mais pautadas na ortodoxia das orientações econômicas neoliberais.

Quando o crescimento econômico começou a minguar ao final dos anos 70, passou-se a questionar o peso do Estado na produção, na gestão e na provisão de habitação social nas cidades, diminuindo a ênfase no planejamento urbano. Os Planos de Ajustes Estruturais impostos pelo FMI aos países endividados durante a década de 80 exigiram a redução dos programas governamentais e não raras vezes a privatização do mercado habitacional.

A estratégia montada por Mc Namara - presidente do BM entre os anos 1968 a 1981 - ao incorporar as teses do arquiteto inglês anarquista William Turner quando este coloca as favelas como solução e não como problema para a questão da urbanização precária e informal, foi muito perspicaz. Turner através de sua experiência nas “barriadas” de Lima-Peru desenvolveu a ideia de um urbanismo de baixo para cima, ou seja, a partir dos moradores. A não remoção das áreas faveladas passava a ser um negócio mais atrativo, uma vez que as remoções representavam uma solução mais cara. A reestruturação das áreas no mesmo assentamento seria então apontada como o norte a ser seguido.

Dada a pressão exercida pelos organismos multilaterais, em função do endurecimento das normas de recuperação do custo dos empréstimos do Banco Mundial (normas essas que passaram a fazer parte do “repertório neoliberal”) os Estados - através dos governos locais principalmente - foram se desincumbindo do papel de provedor de moradias com função social e mais ainda se omitiram no gerenciamento e gestão das grandes porções de *não cidade* dentro das cidades nos países periféricos.

Na estratégia da urbanização de favelas “in loco”, o intuito era tornar a moradia acessível às famílias de baixa renda sem o pagamento de subsídio. No entanto, o que aconteceu foi que, efetivamente, os mais pobres ficaram à margem do mercado de empréstimos para construção por conta própria.

O poder de disseminação das ideias daquelas agências é muito amplo, ainda mais quando amparado por organismos mundiais como a ONU, a UNESCO, o PNDU. Sabemos que estas agências já tiveram e ainda têm grande influência sobre intelectuais e institutos de pesquisa. Por exemplo, a presença prolongada do BM em muitos países periféricos, difundindo seus conceitos e práticas sobre desenvolvimento, tem feito com que as elites burocráticas dos governos estejam cada vez mais afinadas com os seus procedimentos, práticas e ideias hegemônicas (RIBEIRO FILHO, 2006). Assim sendo, na ótica de Abramo (2003), o acesso à terra urbanizada se tornou uma barreira social. Aquele que possui o acesso à terra ou casa em local urbanizado, passou a ser percebido pelos pobres como um cidadão diferenciado, passível de distinção social. Contudo, na maioria das grandes cidades e para a grande maioria dos pobres, o acesso à terra acontece apenas através da informalidade urbanística e/ou fundiária.

Em 1976, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos - Habitat I- proclamou o direito à moradia, colocando-a em um mesmo patamar como um direito humano equiparável aos direitos à Educação, à Saúde, ao Trabalho, à Igualdade da Mulher ou mesmo à Segurança Pessoal. No entanto, na prática, na grande maioria dos países periféricos o direito à moradia quase nunca foi alvo de devida atenção por parte dos governos locais, assim como as ações concretas resultantes destes encontros planetários deixaram sempre a desejar - acontecendo o mesmo com a Habitat II, realizada em 1996.

Segundo Arantes (2006), as agências BM e BID trazem nas suas estratégias de ação um repertório de políticas urbanas que proclamam uma cidade eficiente voltada para a produção. Na prática, a defesa da urbanização com baixos padrões representou a abdicação do princípio até então colocado como universal – o direito à moradia digna. Com isso, a qualidade aceitável do ambiente construído se tornou claramente inferior à dos países centrais e, como consequência, o atendimento aos direitos sociais realizado no urbano seria precarizado.

Aqui também, no Brasil, tivemos o financiamento e a “ajuda” do BM, e, depois, do BID. É sabido que tanto um como o outro não são instituições neutras e ambicionam um uso modelar (dentro das suas regras) do recurso público e da organização do Estado. O Brasil não fugiu à regra em seus programas de urbanização, primeiro o Programa Habitar Brasil, do BM (HB), e após o Programa Habitar Brasil/BID (HBB).

Para implementação dos projetos na área social o BM desenvolveu um modelo conhecido como Projeto de Desenvolvimento Municipal – PDM, com dois subprogramas: o de “Desenvolvimento Institucional” (DI) e o da Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS).

Era principalmente através do subprograma DI que o BM promovia os chamados “ajustes urbanos” nos municípios, em sintonia com os ajustes estruturais e setoriais de orientação neoliberal. A introdução do componente “Desenvolvimento Institucional” nos projetos da área social tornou-se peça chave nos empréstimos cedidos pelo BM e posteriormente pelo BID. Ele funcionava como garantia de que os “ajustes” urbanos e estruturais seriam feitos, consumindo também parte expressiva do tempo e dos recursos de cada projeto.

O subprograma UAS visava o desenvolvimento de projetos integrados de urbanização voltados para população com renda de zero a três salários mínimos, prevendo a implantação de infraestrutura urbana e recuperação ambiental, mas também a regularização fundiária. Este subprograma deveria, ainda, assegurar a participação e mobilização da comunidade na concepção e implantação dos projetos

Quando o programa HBB passou a estar sob os cuidados do Ministério das Cidades, após a criação deste em 2003, uma tentativa de inovação foi recomendada: a integração dos projetos de urbanização - as obras de engenharia deveriam ocorrer paralelamente às ações de trabalho social. Concluídas as obras, as áreas carentes deveriam estar aptas social e fisicamente para se transformar em novos bairros da cidade.

Na opinião de Cardoso (2010), o Programa HBB trazia consigo a possibilidade de construção de uma cidade com mais justiça social e urbana. De acordo com o subprograma DI, havia um padrão a ser seguido: instalações adequadas, equipe técnica municipal capacitada, Prefeitura equipada, políticas e programas integrados, planejamento e gestão, regulação urbanística e obras demandadas pela população de baixa renda. Os recursos para as obras seriam como um prêmio.

O programa HBB em Florianópolis, além de prever vários estudos visando a criação de políticas habitacionais de cunho social para o Município – Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), por exemplo – previa, também, a hierarquização dos assentamentos precários e a delimitação de áreas de ZEIS. Mesmo antes de concluída a hierarquização, duas comunidades foram escolhidas para receber os recursos - Chico Mendes (situada no Continente) e Morro do Mocotó, no Maciço do Morro da Cruz. A primeira foi escolhida por critérios de

risco social e a segunda, principalmente por critérios políticos. De acordo com o modelo, estavam previstas ações dentro do subprograma das UAS que contemplavam o atendimento das demandas habitacionais da população destes assentamentos precários e também ações para a implementação da regularização fundiária.

O programa HBB, como prevê o modelo, deveria iniciar em Florianópolis com as ações dos DIs. A criação da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) de Florianópolis, em 2005, é fruto da adequação aos critérios do DI. Outra ação que esteve entre as primeiras foi a capacitação dos técnicos da prefeitura em formações bem específicas, como por exemplo, o MBA em Gestão Urbana que ocorreu em 2005. O projeto de DI elaborado para Florianópolis previa o desenvolvimento de um grande número de estudos e projetos, balizados por “Termos de Referência - TRs”, dentre os quais 19 puderam ser localizados nesta pesquisa.

Os primeiros contratos com estes TRs foram feitos com consultoras de fora do estado, mas a partir de 2008 algumas empresas locais já dispunham de técnicos para realizar intervenções integradas (projeto físico, ações sociais e jurídico-administrativas ou de regularização), passando a ser contratadas. Pode-se dizer que também os técnicos que trabalham na SMHSA têm hoje um novo patamar de entendimento das Políticas Urbanas que estão sendo elaboradas pelo Ministério das Cidades.

O que aconteceu de fato foi que os recursos chegaram juntos. A PMF recebeu o recurso para o DI - 2 milhões de reais, em 2001 - e recebeu junto o recurso para a UAS Chico Mendes e, um pouco mais tarde, para as UAS do Morro do Mocotó, 8,9 milhões.

A previsão de conclusão das ações de UAS e DIs do HBB em Florianópolis era para março de 2008, no entanto algumas atividades se estendem até 2012 e é muito provável que sigam inconclusas. As ações de UAS nas comunidades do Chico Mendes e do Morro do Mocotó ocorreram apenas parcialmente e privilegiaram os aspectos físicos e urbanísticos, principalmente na Comunidade do Chico Mendes. Em relação ao Morro do Mocotó as ações de UAS foram ainda mais truncadas e descompassadas.

Esperava-se que o resultado destas experiências fosse mais efetivo, pois a regularização fundiária é uma exigência do Programa que vincula a prestação de contas pelo recebimento de recursos ao fornecimento do título definitivo da terra. Segundo Cardoso (2011), se assim não fosse, é possível afirmar que as ações jurídicas talvez nem se

constituíssem pelas prefeituras, que encerrariam sua atuação nas obras físicas. Essa constatação repete um padrão verificado na maioria das experiências brasileiras de urbanização de favelas, nas quais as obras são priorizadas em detrimento das ações visando à titulação.

Essa exigência de regularização fundiária passa certamente pelas discussões levadas a efeito no contexto do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, constituído através uma ampla coalizão integrada por setores das classes populares “precárias”, mas também por setores da classe média. Essa coalizão formou uma base política que conseguiu acumular expressivos ganhos ao longo dos últimos 20 anos, além dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e pode-se elencar uma longa lista de lutas bem sucedidas, entre elas a criação do Ministério das Cidades, no primeiro ano do governo Lula em 2003, vindo a ocupar um vazio institucional inexplicável para um país maciçamente urbanizado e que apresentou nos últimos 50 anos uma das maiores taxas de urbanização do mundo. (MARICATO, 2005b).

No contexto anterior, durante muitos e muitos anos as comunidades do Morro da Cruz tiveram sua existência negada ou ignorada pelos poderes públicos locais, como se constituíssem uma porção invisível desta mesma cidade.

Serviam, por certo, para abrigar de forma discreta os membros preferencialmente excluídos do meio urbano, embora importantes como fornecedoras de mão de obra barata, as lavadeiras, empregadas domésticas, carregadores do Mercado Público e serventes da construção civil.

Considerando os diversos significados e relações ensejados pelos atores envolvidos, internos ou externos, pode-se pensar em distintas territorialidades para o conjunto dessas comunidades, ao longo dos diferentes períodos históricos de sua constituição.

Caracterizado inicialmente como um Não Território, o Morro da Cruz será durante a crescente urbanização de Florianópolis sucessivamente reterritorializado, até vir a ser caracterizado como o Território (do Fórum) do Maciço do Morro da Cruz, ao qual se superimpõe, hoje, o Território do PAC-Florianópolis.

Para Souza (2005) o território se manifesta na sociedade em constante movimento, que disputa o espaço não só como recurso, mas também como suporte temporal. Esta definição – território enquanto espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder - possibilita o entendimento deste enquanto uma área de disputa e de domínio de um determinado grupo sobre outro.

A sucessão de territorialidades no Maciço do Morro da Cruz demonstra um incessante processo de reterritorializações – por vezes com longos períodos de duração, por vezes em breves períodos - desse espaço que adquire novas características: as obras do PAC-Florianópolis, através das novas vias de circulação e outras obras de infraestrutura evidenciam esse processo.

A territorialização inicial do Morro da Cruz ocorreu a partir da metade do séc. XVIII, quando pessoas das mais variadas origens vão habitar as encostas do Morro da Cruz. No entanto, aqueles que procuravam esta região são os que, de uma maneira ou outra, estavam à margem do contexto social da época. Entre eles estão os negros alforriados, escravos fugidos, marinheiros, soldados pobres, todos os que, por algum motivo, se exilavam voluntariamente ou se refugiavam nas suas encostas e matas. Este primeiro período se estendeu praticamente por quase todo século XIX e foi um período de lenta ocupação, onde muitos procuravam as imediações do caminho que atravessava o morro como local de refúgio. Ou seja, o Morro da Cruz: Não Território.

O segundo período de ocupação ocorreu, de maneira expressiva, a partir da década de 1910, em decorrência das mudanças sanitaristas que expulsaram os pobres do perímetro urbano. Ocorre quando a limpeza higienista e o embelezamento da cidade são cultivados, enquanto ideário moderno a ser perseguido, e os pobres são expulsos da área central, de acordo com este discurso. A eles estavam destinadas as áreas alagadiças, os cortiços ou as encostas dos morros. Nossos personagens foram morar e viver em diferentes vertentes do Morro da Cruz. Temos então a consolidação de comunidades como o Mont Serrat, por exemplo. O Morro da Cruz: Território dos Segregados pelas Ações Higienistas.

Um terceiro período, este mais breve, está relacionado ao final da construção da ponte Hercílio Luz. O Morro do Mocotó, Morro do Bode e Morro da Queimada, por exemplo, são comunidades que têm sua história mesclada com a história da construção da ponte. São comunidades que fazem parte da história da própria cidade, mas da história dos invisíveis. O Morro da Cruz: Território dos Ex-trabalhadores da Ponte Hercílio Luz.

O próximo período é caracterizado pelo êxodo rural, ocorrido inicialmente entre os anos 40 e 50 do século passado, trazendo vários fluxos de migrantes para a capital. Esta população buscava trabalho principalmente na construção civil, durante o período de expansão da

atividade em Florianópolis, principalmente ao longo da década de 1960. Essa população migrante chegava à capital sem opção de terra barata para morar, passando a procurar os morros. Um segundo fluxo migratório importante ocorreu um pouco mais tarde, já nos anos 80. O Morro da Cruz seria um dos escassos lugares onde uma família pobre poderia encontrar uma área, ocupar um terreno, comprar uma “posse” ou alugar uma casa, em uma área localizada próxima ao centro de Florianópolis. Morro da Cruz: Território dos Migrantes e Ex-agricultores.

Uma quinta territorialidade, embora ainda dispersa, configura-se pelos laços da solidariedade e da cooperação tão característicos entre os pobres, mesmo que abrangendo uma grande multiplicidade de ritos e culturas. São tempos e lugares recordados hoje por antigos moradores com certo romantismo nostálgico, mas cujas características preparam o caminho para o estabelecimento de um movimento social unificado. É o Território da Solidariedade e da Multiplicidade de Mitos e Culturas.

Para a unificação das diversas comunidades num único movimento social, assume caráter essencial a compreensão de que a própria expansão da cidade legal para leste, ao contornar de forma excludente o conjunto dessas comunidades, acaba por conferir-lhes uma identidade comum, adequadamente caracterizada por eles mesmos como um território: o Território do Maciço (Central) do Morro da Cruz.

Essa caracterização vai contribuir decisivamente para a criação de um movimento social organizado, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC), lutando por melhores condições de vida no Maciço desde 1999, e, posteriormente, pela efetiva implantação das ZEIS nesta área.

Através da atuação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, podemos falar na consolidação de um verdadeiro “Território (do Fórum) do Maciço”, não apenas do ponto de vista dos moradores como na percepção dos órgãos públicos e da própria imprensa, que a ele ainda se refere enquanto tal. As ZEIS, com a respectiva regularização fundiária específica, representariam a garantia de inserção do Território do Maciço do Morro da Cruz à cidade formal, e também a possibilidade dos atuais moradores adquirirem, finalmente, sua plena cidadania.

Passamos então ao fugaz ‘Território das ZEIS’ - percebido enquanto lugar de disputa de diferentes grupos. Fugaz pelo fato desta territorialidade, que sequer chegou a ser plenamente constituída, haver sido rapidamente obliterada pelas consequências das obras trazidas pelo Projeto do Maciço do Morro da Cruz/PAC-Florianópolis.

O território das ZEIS, defendido pelo movimento social do Fórum do MMC, teria como ações características a regularização fundiária e a implementação de equipamentos comunitários como creches, equipamentos de lazer, posto de saúde, polícia comunitária. Os vultosos recursos liberados pelo Governo Federal ao PAC-Florianópolis em março de 2008 serão, no entanto, aplicados principalmente em obras gerais de infraestrutura, também necessárias, como a abertura e pavimentação de ruas e instalação de redes de abastecimento de água, energia elétrica e de esgotos, com o acompanhamento de um Núcleo Gestor do qual participam representantes, novamente, de cada comunidade específica, sem qualquer relação institucional com o Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Podemos, então, falar da constituição de uma nova territorialidade, a do Território do PAC-Florianópolis.

Através do estudo, é possível hoje avançar algumas questões sobre o futuro deste território: com o acesso facilitado pela abertura da via Transcaieira, uma rápida alternativa de acesso entre o centro e a Trindade, com a abertura ao público do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz e com tantas outras obras de infraestrutura, aos poucos a cidade se dá conta das modificações ocorridas. Enquanto isso, a tão esperada regularização fundiária não progride, mantendo a precariedade da posse das áreas pela maioria dos moradores. A regularização fundiária a ser implementada manterá os moldes e limites da Lei das ZEIS, garantindo a continuidade das ocupações, ou teremos uma nova reterritorialização, desta vez controlada pelo elitizado mercado imobiliário de Florianópolis, com a consequente expulsão dos moradores atuais das diversas comunidades?

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. Eu já tenho onde morar: a cidade da informalidade. In: ABRAMO, Pedro (Org). **A Cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras/FAPERJ, 2003, p. 7-12.

AMIN, Samir. **World Poverty, Pauperization & Capital Accumulation**. In: Montly Review – an independent socialist magazine. Number 5, Volume 55, October 2003. Montly Review Foundation, New York, 2003.

ANDRADE, Carlos Roberto M.. **A Peste e o Plano: o urbanismo sanitaria do engenheiro saturnino de Brito**. São Paulo, 1992. 458 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995. 135p.

ANDRADE, Djanira Maria Martins. **Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1981. 171p.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. In: **Pós**. Revista Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo FAUUSP [on-line]. 2006, n. 20, p. 60-75. ISSN 1518-9554.

ARAUJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh: A construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat**. Florianópolis: Insular, 2004. 144p.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. **Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal sancionados pelo superintendente e todos os actos e resoluções decretados pelo poder executivo**. 1899 – 1903, livro 323, caixa 58.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.

Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Resolução 158, 29 de jan. de 1919.

ARQUIVO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, Centro de Memórias. **Colecção de Leis 1847 - 1841.** Caixa 01. Fundo AL B. Série 2. D. J. sub – série 2.1.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AZIBEIRO, Nadir Esperança (Org). **Esse Movimento Chamado Aroeira.** Florianópolis: Centro Cultural Escrava Anastácia, 2009, 197 p.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George e ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 17-36.

BELLO, Jardim Oliveira. **London.** In: O Clarão, nº 6, Santa Catarina, 1911, p.2. República, 7 de setembro de 1922, ano 17, número 1.152, página 5 (BPESC).

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil:** Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, 344 p.

BITTENCOURT, Feijó. A gênese da escravidão In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Volume 173, p. 708 a 737, 1938. In: SANTOS, André. **Do Mar ao Morro:** a geografia histórica da Pobreza urbana em Florianópolis. 2009. 639 f. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.

BRASIL. **Estatuto da Cidade -** Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília – Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 272 p.

_____. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação.** Habitar Brasil BID/IDB. [Brasília: s.n.], [200-]

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro:** casas, sobrados, chácaras. Separata da Revista Douro Litoral, nº II-III da 6ª série. Porto. Tipografia da Livraria Simões Lopes, 1957.

_____. **Nossa Senhora do Desterro:** notícias. vol. I. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

_____. **Nossa Senhora do Desterro:** notícias. vol. II. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

_____. **Os açorianos (Separata do volume II dos Anais do I Congresso de História Catarinense).** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

CARDOSO, Beatriz Kauduinski. **Efeitos da Regularização Fundiária:** estudo de caso em assentamentos precários de Santa Catarina, 2010. 298 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Regularização fundiária e o Programa Habitar Brasil BID em Santa Catarina:** uma avaliação, 2005. 65 f. Monografia - Graduação em Administração - Escola Superior de Administração e Gestão, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis:** Relações Sociais e Econômicas. Florianópolis: Insular, 2000. 208 p.

CARDOSO, Paulino de J. F. **Negros em Desterro:** Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX, 2004. 291 f. Tese de doutorado (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 32.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (org). **Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARRIJO, Aline Fernandes. **Transpondo Muros: as práticas e entendimentos de cidadania na Escola Lúcia do Livramento Mayvorne** - Florianópolis, 1988-2008. Florianópolis, 2009, 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina.

CASAS PARA OPERÁRIOS. In: **A Fé**, 21 de maio de 1909, nº 183 (BPESC).

CASTRO, Iná Elias de; Corrêa, Roberto Lobato; Gomes, Paulo C. da Costa (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 352 p. ISBN 978-85-286-0545-7.

CENDRERO, Antonio U. Indicadores de desarrollo sostenible para la toma de decisiones. In: **Naturzale** 12, 1997, p. 5-25.

COELHO, Mário César. A ponte cartão-postal. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos; LEHMKUHL, Luciene; COLLAÇO, Vera (org.). **A Casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, 478 p.

COELHO, Mário Cesar. **Moderna Ponte Velha: Imagem & Memória da Ponte Hercílio Luz**, 1997. 198 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COLLAÇO, V. R. Martins. **O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira**. 334 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz**. Ata da reunião da Comissão de Educação. Creche do Mont Serrat, Florianópolis, 12 set. 2006b.

_____. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz**. Ata da reunião da Comissão de Educação. Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi, Florianópolis, 5 abr. 2006a.

_____. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz**. Ata da reunião da Comissão de Educação, Agência de Desenvolvimento Social e Solidário (ADESS), Florianópolis, 16 set. 2004e.

COSTA, Sandro da Silveira. **Ponte Hercílio Luz: Mutações Urbanas em uma Cidade Insular (1890-1960)**, 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CUNHA, Egláisa M. P.; ARRUDA, Ângelo M. V; MEDEIROS, Yara (org). **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília:Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007. 219 p.

DANTAS, Jefferson. **Espaços coletivos de esperança: A experiência política e pedagógica da comissão de educação do fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC**. Florianópolis, 2012. 377 f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p.

DIAS, Wilmar. **Florianópolis, ensaio de geografia** In: Boletim Geográfico Estadual do Departamento de Cartografia e Geologia (DECG). Florianópolis, ano 1, nº3, janeiro, 1948.

_____. **Florianópolis, ensaio de geografia**. In: Boletim Geográfico Estadual do departamento de Cartografia e Geologia (DECG). Florianópolis, ano 1, nº1, janeiro, 1947.

_____. **Florianópolis, ensaio de geografia**. In: Boletim Geográfico Estadual do Departamento de Cartografia e Geologia (DECG). Florianópolis, ano 1, nº2, julho, 1947.

EGAS, Harideva Marturano. **Plano de Manejo da RPPN Reserva Natural Menino Deus**, 2007. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ELLISON, Ralph W. **Invisible Man**. New York: Random House, 1952. 581 p.

ESPÍNDOLA, Marcos A.; LOPES, Alfredo R. S.; NODARI, Eunice S. **Uma análise histórica e ambiental do deslocamento da 'pedra' do Morro da Mariquinha.** Anais Congresso Brasileiro sobre Desastres Naturais Rio Claro, SP – Maio de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatório do presidente da província de 11 de outubro de 1887**, Rio de Janeiro, p. 158. Typografia União, 1888. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. **Lei número 595, de 29 de outubro de 1927.** Collecção de Leis e Resoluções de 1927, p. 18. Typ. da Folha Nova: Florianópolis, 1918.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 413p.

FERNANDEZ, Edésio. **Programas de Regularização Fundiária em Áreas Urbanas:** comentários e lições. Campinas: Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 6, 2006, p. 49 – 58.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX.** São Paulo-Salvador: Huicitec-Edufba, 1996. 188 p.

FISCHER, Tânea. **Poder local:** governo e cidadania. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1993.

FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** Sao Paulo: Kairós, 1983, 235 p.

GRADE, Marlene. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório:** germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Florianópolis, 2006. 407 f. Tese Doutorado (Doutorado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GROH, Vilson. O protagonismo juvenil da cidade labiríntica: resignificando o fio condutor na construção da rede. In: AZIBEIRO, Nadir Esperança (Org.). **Esse movimento chamado Aroeira.** Florianópolis: CCEA, 2009, p. 9-19.

_____. **Labirintos de esperanças**, 1998. 270 f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GUADAGNIN, Marcio R.; SCHEIBE, Luiz Fernando. A Vila Manaus em Criciúma: territórios em redefinição. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra M.; BUSS Maria Dolores (Orgs.). **Geografias Entrelaçadas: ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina**. Florianópolis/Criciúma-SC: edufsc/Edunesc, v. 1, 2005, p. 227-257.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidade”. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 400 p.

HARVEY, David. **Condição Pós – Moderna**: Uma Pesquisa Sobre As Origens Da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HENNING, Luciano Augusto. **A distribuição espacial dos alunos das escolas integrantes da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz**, 2007. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HERRMANN, Maria Lucia; ROSA, Rogério De O. **Mapeamento Temático Do Município De Florianópolis**: Relevô. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 1991. 20 p.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 2001, 598 p.

HOUAISS A., Villar M. de S., FRANCO F. .M. de M. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0.7. Rio de Janeiro: Objetiva; setembro de 2004. CR-ROM

HÜBENER, Laura Machado. História Econômica e Financeira. In: MELO, Osvaldo F. de (Orgs.). **História Sócio-Cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1991. 241p.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. A Ponte do Vinagre. In: Revista **Trimestral do Instituto**

Histórico e Geográfico de Santa Catharina, Volume VIII, 1919, p. 78-79.

KAPUR, Devesh; WEBB, Richard. **Governance-related Conditionalities of the International Financial Institutions**. New York: United Nations, 2000.

KORC, Paulina. **Ações de Negociação no Processo de Remanejamento das Famílias Atingidas pelo Programa HBB da Região Chico Mendes e Comunidade do Morro do Mocotó**. 2005. 61 f. MBA em Gestão Urbana, Habitacional e do Desenvolvimento Social, Subprograma de Desenvolvimento Institucional de Municípios, Programa Habitar Brasil/BID, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Centro de Educação Superior UNICA, Florianópolis, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a Origem do Trabalho Livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 124 p.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Capital**: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, 439p.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o Futuro**: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis 1950-1970. Porto Alegre, 2002. 445f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MACHADO, Roberto et all. **Danação da norma**: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, 559 p.

MACIÇO. Direção: Pedro MC. Florianópolis. Cizânia Filmes; Omago Arte Audiovisual, 2009. 1 DVD (79 mm): son., color. Filme cinematográfico.

MARCELLINO, Narbal. **Histórico da Ponte Hercílio Luz**. Florianópolis: Departamento de Engenharia Civil, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, [s.d]. 8 p.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A**

cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

_____. Posfácio. In: DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006, 209-224 p.

_____. O Ministério das Cidades e a Política Urbana no Brasil: quais as ações do ministério desde sua criação, os problemas e desafios enfrentados. In: Revista **Arquitetura e Urbanismo**, nº 156, mar. 2007.

_____. Reforma urbana e hegemonia popular. Revista da **ANSUR**, São Paulo, p. 21 - 22, 01 jan. 2005 (a).

_____. **Brasil Cidades:** Alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 204p.

_____. Sem uma Política Fundiária e Imobiliária não haverá Justiça Urbana. In: **Desafios do Desenvolvimento** – Revista do IPEA, nº 66, ano 8, 2011.

MARINGONI, Gilberto. Ermínia Maricato - Nossas Cidades estão ficando Inviáveis. In: **Desafios do Desenvolvimento** – Revista do IPEA, nº 66, ano 8, 2011.

MCNAMARA, Robert. **The McNamara years at the World Bank:** 1968-1981. Londres: John Hopkins University Press, 1981. 675 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Assentamentos Precários no Brasil Urbano.** Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades e do Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap. PNUD BRA/00/019 - Apoio à implementação do Programa Habitar Brasil-BID.

MONTEIRO, C.A.F. Florianópolis: o direito e o avesso. In: PIMENTA, Margareth de Castro A. **Florianópolis do outro lado do espelho.** Florianópolis: Editora da Ufsc, 2005, 163.

MONTEIRO, C.A.F. **The Urban Eastward Expansion of Florianópolis:** Problems in environmental monitoring. Trabalho apresentado no Symposium on “Dinamics of Geosystems: Monitoring (Control) and Forecasting”. July, 1987 – USSR, Comission on

Geographical Monitoring and Forecasting, International Geographical Union (IGU).

MORCILLO, Pedro Pablo. Ideias para uma Reforma Urbana em Colombia. Bogota, 1971. In: Revista de Administração Municipal, nº 107, [s.d]. p. 23-38.

MÜLLER, Renê. **Lula em SC**. Diário Catarinense, Florianópolis, 21 mar. 2008.

NACUR, Eliete Schmitz Stang. **A formação de educadores da Escola de Educação Básica Jurema Cavallazi a partir do Fórum do Maciço do Morro da Cruz**. 2002. 47 f. Monografia (apresentada para obtenção do título de especialista em gestão escolar). Faculdade de Educação/Coordenadoria de Educação a Distância, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon, 1883. 256 p.

NAKANO, Kazuo; KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. **A Disputa Territorial Redesenhando Relações Sociais nas Cidades Brasileiras**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 94, São Paulo: Cortez, 2008.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

O PROBLEMA DAS HABITAÇÕES. In: **República**, 24 de abril de 1921, p. 2. (BPESC).

OSMONT, Annik. **Por uma planificação urbana democrática**. Geosul, Florianópolis, n.34, v.17, jul. 2002. p.7-24.

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO Demétrio; GRAEFF, Edgar. **Plano Diretor de Florianópolis**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PAUL, Samuel. **Institution Development in World Bank Projects: a cross-sectoral review**. Washington: World Bank, 1990.

PECHMAN, Robert Moses. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 331-362.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas**: uma questão de classe. Papeis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis - 1880/1920. São Paulo, 1992. 210 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

PELLERIN, Joel. **Evolução urbana na área central de Florianópolis, período de 1966 a 2008**. Relatório Interno, Laboratório de Geoprocessamento/GCN/UFSC, 2010. /inédito/

PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e Modernização**: um estudo sobre modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunardeli, s.d., 134p.

PIAZZA, Walter Fernando. O Escravo numa Economia Minifundiária. Florianópolis/São Paulo UDESC/Resenha Universitária, 1975. In: CARDOSO, Paulino de J. F. **Negros em Desterro**: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX, 2004. 291 f. Tese de doutorado (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004, 59 p.

PIMENTA, Margareth de C. A; PIMENTA, Luiz F. Habitação e Qualidade de vida Urbana no Maciço Central de Florianópolis. In: PIMENTA, Margareth C. A. (Orgs). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 123-149.

_____. Políticas públicas e segregação sócioespacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira**. Ouro Preto, 2002, 14 p.

PINTO, Alvaro V. **Ciência e Existência**: Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Relatório Interno**, 2006a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS – Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Programa de Fiscalização e Controle de Ocupações (Contrato nº 511/ SMHSA/2005)**. Etapa 2/ Relatório nº 2. Levantamento e Análise das Informações Documentais, Fontes de Consultas, Temáticas e Estatísticas. IGPlan, Florianópolis, 2006b. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/publicacoes/_trs/tr_8/tr_8_produto_2.pdf> Acesso em 6 de jun., 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS/ PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Excerto de Relatório Interno do Projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Projetos e Ações no Maciço do Morro da Cruz – Março 2008**. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/habitacao_/dados_conjuntos/morro_da_cruz_/apresentacao_mmc_comunidades.pdf. Acesso em 06 de jun., 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Projetos e Ações no Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis, 2008a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação de Habitação e Saneamento Ambiental. **Projeto do Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis, 2008b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 2 – Reformulação e Regulamentação do Fundo Municipal de**

Integração Social (FMIS) e do Conselho do FMIS (contrato nº. 0142/smhsa/2006). Cobrape, Curitiba, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 4 – Revisão e Edição da Política Habitacional do Município** (contrato nº. 0143/smhsa/2006). Cobrape, Curitiba, novembro 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 8 – Revisão Programa de Fiscalização e Controle das Ocupações** (contrato nº. 511/smhsa/2005). Cobrape, Curitiba, novembro 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 9 – Estudo para a Hierarquização dos Assentamentos Subnormais**. Contrato nº. 0112/smhsa/2006. Produto 4: Caracterização física e ambiental dos assentamentos subnormais. Cobrape, Curitiba, revisão 2, junho de 2008. 174p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 10 – Agilização dos Procedimentos de Aprovação de Loteamentos e Obras** (contrato nº 0113/smhsa/2006). Cobrape, Curitiba, setembro 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 13 - Sistema Municipal de Informações Geo-referenciadas das AIS** (contrato nº. ?/smhsa/?)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 14 – Monitoramento das Ações da Política Habitacional de Florianópolis** (contrato nº. 0144/smhsa/2006). IG-Plan, novembro 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 15 – Parcelamento do Solo Urbano** (contrato nº. 0145/smhsa/2006). Cobrape, Curitiba, novembro 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 16 – Implementação de Programa de Regularização Fundiária, Urbanística e Edifícia em Terrenos Públicos e Privados** (contrato nº. 0146/smhsa/2006). Cobrape, Curitiba, julho 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 18 - Revisão do Código de Obras** (contrato nº. 0243/smhsa/2006). Cobrape, Curitiba, julho 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 19 - Definição de Categorias de Zonas Destinadas à Habitações de Interesse Social**. Contrato nº 0144/smhsa/2006. Produto 1: Diagnóstico do processo de ocupações irregulares. p. 51-52. Vertrag, Curitiba, revisão 1, junho 2006. 63 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, **TR 19 - Definição de Categorias de Zonas Destinadas à Habitações de Interesse Social**. Contrato nº 0144/smhsa/2006. Produto 2: Apresentação feita pelo GT (ZEIS). p. 12-14. Vertrag, Curitiba, revisão 1, agosto de 2009, 17 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Plano Municipal de Interesse Social**. Contrato nº. 669/FMIS/2008. Produto 2: Inserção Regional e Características do Município. Vertrag, Curitiba, revisão 3, julho de 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Plano de Manejo do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz**. Contrato nº 286/FMIS/2008. Encarte 3: Análise do PARQUE NATURAL DO MORRO DA CRUZ. Iguatemi, Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda., maio de 2009, 160p.

PONSIOEN, J. A. **National Development**: a sociological contribution. The Hague (Holanda): Mouton, 1968, 278 p.

PUGLIESI, Stella Christina S. T. S. **Urbanização de Favelas: de alternativa à política consolidada**. São Carlos, 2002. 67 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos.

QUINTO JR, Luiz de Pinedo. A Contribuição da Cultura Técnica do Planejamento Urbano no Brasil numa perspectiva comparada com a gênese da gestão urbana na Europa. In: QUINTO JR, Luiz de Pinedo. **Planejamento Urbano no Brasil e na Europa, um diálogo possível?** Florianópolis, 2006. Florianópolis: UFSC, 2006, v. 1, anais, CD-ROOM.

_____. **Dimensão Social do Urbanismo Moderno: A gênese conservadora**. São Paulo, 2002. 243 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Revisão das Origens do Urbanismo Moderno: A Importância da Experiência Alemã no Questionamento da Historiografia do Urbanismo**. Brasília, 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Khedyr, 2011. 242 p.

RECLUS, Elisée. O Homem e a Terra, Tradução: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginario; Expressão & Arte editora; 2011.

REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R.R e Oliveira; KLUG, João. Carl Hoecke: a marca de um pioneiro. Florianópolis: Insular, 1999.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **O Banco Mundial e as Cidades: construindo instituições na periferia – o caso do PRODUR, Bahia**, 2006. 243 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **O Banco Mundial e as estratégias de desenvolvimento institucional para as cidades:**

primeiro idéias, depois dinheiro. Encontro Nacional da Anpur, 2005, Salvador. Salvador: 2005, anais, CD-ROM.

RIBEIRO, Manoel Alves (Seu Mimo). **Caminho**. Florianópolis. Garapuvu, 2001, 374 p.

ROSA, Marcelo. **Indivíduo e Sociedade na Transição para o Capitalismo**: o possível diálogo entre Norbert Elias e Florestan Fernandes. In: Novos Estudos CEBRAP, nº 69, 2004, 161-173p.

ROLNIK, R. (Org.) . **Regularização Fundiária Plena**: referências conceituais. 1. ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. v. 1. 120p .

SACK, Robert D. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. 255p.

SAITO, Silvia Midori. **Dimensão socioambiental na gestão de risco dos assentamentos precários do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis-SC**, 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Estudo analítico da suscetibilidade a escorregamentos e quedas de blocos no Maciço Central de Florianópolis-SC**, 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SAMPSON, Anthony. **Os credores do mundo**: os Banqueiros Internacionais que financiam a dívida externa. Rio de Janeiro: Record, 1981. 364p.

SANTOS, André Luiz. **O desenvolvimento da telefonia em Santa Catarina**: das linhas às redes, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da Pobreza urbana em Florianópolis. Florianópolis, 2009. 639 f. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Milton. A Periferia está no Pólo: o Caso de Lima, Peru. In: SANTOS, M. (org). **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2003, 488p.

_____. **Por uma Outra Globalização**: do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2001, 174 p.

SCHEIBE, L. F. A interdisciplinaridade e os desafios das humanidades no século XXI. In: Carmen Rial; Naira Tomiello; Rafael Raffaelli. (Org.). **A Aventura Interdisciplinar: quinze anos de PPGICH/UFSC**. 1ed. Blumenau: Nova Letra, 2010, v. 01, p. 15-21.

_____. et al. **A Parceria Universidade e Comunidade na Implantação das ZEIS e Parque Municipal no Maciço do Morro da Cruz, Área Central de Florianópolis, SC**. Seminário nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo. São Paulo: FAUSP, 2007, v. 1, anais, CD-ROOM.

_____. et. al. Projeto: **a mostra ambiental do Maciço Central de Florianópolis como elemento de integração cidade/maciço**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, Belo Horizonte, Anais, set. 2004.

_____. **Plano comunitário de urbanização em áreas de risco natural, segregadas ou com conflito de uso** (oficina). In: II Fórum Socioal Mundial, Porto Alegre, 2003.

_____. **Morro e cidade**. Diário Catarinense, Florianópolis, , v. 1, p. 12 - 12, 02 jul. 2003a.

_____. Aspectos geológicos e geomorfológicos. In: PEREIRA, N. do V. (org) **A Ilha de Santa Catarina**: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. p. 43-60.

_____. BUSS, M. D. **Fórum das comunidades do Maciço Central de Florianópolis**: Comissão de meio ambiente e a percepção

dos moradores.. In: I SENISA -URB: Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções., 2002, Curitiba. Anais da I SENISA-URB - Contribuições Científico-tecnicas. Curitiba: Departamento de Geografia da UFPR, 2002. v. único. p. 1140-1150.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**. [s.n.], [s.l.], [s.d.], 17 p.

_____. **Redes de movimentos sociais na América Latina** – caminhos para uma política emancipatória?. Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 54, 2008, 505-517 p.

SEABROOK, Jeremy. **In the Cities of the South: scenes of a devolving world**. London: Verso, 1996. 301 p.

SERRES, Michel (org). **Elementos para uma História das Ciências**. Lisboa: Terramar, 1996, 235 p.

SILVA, Saul da. **O meio ambiente e os moradores do alto da Serrinha** – Maciço Centra de Florianópolis-SC, 2006. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

SMOLKA, Martín. Regularização da ocupação do solo urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução. In: ABRAMO, Pedro (Org). **A Cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Livraria Sete Letras/FAPERJ, 2003, p. 119-138.

SOUZA, Eronildo Crispim. **Estudo da estrutura interna das relações sócioespaciais da comunidade do Monte Serrat** – Florianópolis (SC), 1992. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Jéssica. O Plano Diretor de 1952-1955 e as Repercussões na Estruturação Urbana de Florianópolis. Florianópolis, 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade), Centro Tecnológico – CTC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a Cidade:** Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 5ª edição. 560 p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo Cesar da C. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 77-116.

_____. **O Desafio Metropolitano:** Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 366 p.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: Revista **Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 2, n. 3, jul./dez. 1997.

_____. O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua Territorialidade e a Dialética entre 'ordem e 'desordem'. In: **Cadernos de Geociências**, nº13. IBGE, p. 161 -171.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano:** a Via de Contorno Norte-Ilha, 1994. 327 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TEIXEIRA, Luis Eduardo Fontoura. **Arquitetura e Cidade:** a modernidade em Florianópolis, Santa Catarina – 1930-1960. São Carlos, 2009. 377 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos.

TOMÁS, Elaine D. **O Tietê, o Higienismo e as Transformações na Cidade de São Paulo:** 1890 a 1930. 1996. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Tietê no Tempo**, 1987. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso. - Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas.

_____. **Síntese das Reuniões do Fórum do Maciço do Morro da Cruz** – Período fevereiro 2007 à dezembro 2008 - Primeiros Contatos Referentes à Participação no Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Relatório Interno do Projeto Plano Comunitário de Urbanização e Conservação do Maciço Central de Florianópolis, LAAM/GCN/UFSC, 2010, 13p. /inédito/

TOURAINÉ, Alan. **Les mouvements sociaux**. In: TOURAINÉ, Alan. Production de la société. Paris: Seuil, 1973, p. 335-365.

TRAMONTE, Cristiana. **Com a bandeira de Oxalá!**: Trajetórias, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Itajaí: UNIVALI, 2001. 510p.

UNICA CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Disponível em: <<http://www.sociesc.org.br/pt/unica/conteudo.php?id=7550&lng=2&mnu=8593&top=0>> Acesso em: 22 jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres – Ceped, Departamento de Engenharia Civil – Ecv. **Programa: Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (Contrato nº 0261/ SMHSA/2006). Ação: Apoio à prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS – PMRR**. Florianópolis, 2006/2007.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis - Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC /Fundação Franklin Cascaes, 1993, 390p.

VENDRAMINI, Célia Regina. Trabalho, educação e movimentos sociais. In: QUARTIERO, Elisa Maria; SOMMER, Luís Henrique. **Pesquisa, educação e inserção social**: olhares da região sul. Canoas: Ed. ULBRA, 2008, 419-428 p.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos sobre o Social na Metrópole Brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia A. de, et all. **Metrópole e Globalização**. São Paulo, 1999.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. 1. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, 169-244 p.

_____. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012. 296p.

SÍTIOS PESQUISADOS

ABIKO, Alex et al. Basic Costs of Slum Upgrading in Brazil. In: **Global Urban Development Magazine**. Washington, vº 3, nº 1, p. 1-23, 2007. Disponível em:
<<http://www.globalurban.org/GUDMag07Vol3Iss1/Abiko%20PDF.pdf>
> Acesso em: 14 nov. 2011.

ABRAHÃO, Luís Sérgio. **Espaço Público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, 2008. 194 p. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?id=FwPgFNExSL4C&pg=PA113&lpg=PA113&dq=grupo+quadra+arquitetura&source=bl&ots=mrYbXwB-zj&sig=DDWhIfpLHeiYZRI_TiCjbRnpDeg&hl=pt-BR&ei=Da2xTriPN4_EgAf9pNykAg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7&sqi=2&ved=0CFkQ6AEwBg#v=onepage&q&f=false>
Acesso em: 02 nov. 2011.

ACAM. **Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó**. In: <
<http://doacoes.portalsocial.org.br/Instituicoes/Instituicao.aspx?IDInstituicao=1094>> Acesso em: 21 ago. 2012.

AGUIAR, Douglas. Revisitando Turner: Habitação Social e os Desafios da Cidade Contemporânea. In: **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, dez. 2010. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.127/3701>>
Acesso em: 06 nov. 2011.

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências**: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Universitária, 2001. Disponível em:
<<http://www.bu.ufsc.br/design/framerefer.php>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

AMIM, Samir. **O Capitalismo e a nova questão agrária**. Disponível em: <http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html> Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Samir Amim: Uma avaliação do FSM Dakar 2011. In: PEIXOTO, Katarina. **Movimentos Sociais**. 01 mar. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17498> Acesso em 20 nov. 2011.

ARAUJO, Camilo Buss. **As relações entre escola de samba e Igreja e os espaços de diálogo dos trabalhadores do Morro da Caixa (Mont Serrat), Florianópolis, 1955-1965**. In: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/camiloaraujo.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2012.

ARCHITECTURAL RECORD. Disponível em: <<http://archrecord.construction.com/>> Acesso em: 12 mar. 2012.

AROREIRA. **Aroeira cria oportunidade para jovens**. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2007/08/aroeira-cria-oportunidade-para-jovens/#comments>> Acesso em: 14 ago. 2012.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Interamericano_de_Developme nto> Acesso em 01 dez. 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm> Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. **Artigos 182 e 183 Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/P revencaoMediacaoConflitos/Legislacao_Artigo_182_183.pdf> Acesso em 20 mar. 2012.

_____. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm> Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/PAC>> Acesso em: 05 nov. 2011

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Programas e Ações.** Habitar Brasil BID – HBB. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=507:hbb&catid=94&Itemid=126> Acesso em 15 mai. 2011.

_____. **Programa Brasil em Ação** - dois anos. Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso. Habitação – Programa habitar Brasil. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/2acao3.htm> Acesso em 13 jan. 2012.

BRINKHOFF, Thomas. **The Principal Agglomerations of the World.** Disponível em: <http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>> Acesso em: 24 fev. 2012.

_____. **Habitar Brasil/BID.** Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/index.asp> Acesso em: 15 mai. 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto-Lei nº 9.124, de 4 de Abril de 1946.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9124-4-abril-1946-417145-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 fev. 2012.

CAMPOS, Eudes. Lei do Inquilinato, 1942. In: **INFORMATIVO**, Arquivo Histórico Municipal. Ano 4, nº 18. PMSP/SMC/DPH, São Paulo: julho/agosto 2008. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-estudos.htm>> Acesso em: 13 fev. 2012.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Histórico.** Disponível em: http://ccea.org.br/blog/?page_id=1243> Acesso em: 19 out. 2011.

_____. **Histórico.** Disponível em:

<http://ceea.org.br/blog/?page_id=1626> Acesso em: 21 ago. 2012.

CESA, Carolina Pedroso. **O que é uma ONG? Como funciona? O que é permitido e o que é proibido fazer?** Direito Livre, 2010. Disponível em:

<http://www.direitolivres.com.br/perguntas/1727/O_que_e_uma_ONG_Como_funciona_O_que_e_permitido_e_o_que_e_proibido_fazer.aspx> Acesso em: 31 ago. 2012.

CESTARO, Lucas. Lebre e o Urbanismo da SAGMACS: o Brasil no foco do Mouvement Économie et Humanisme. In: XI - SHCU.

Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Vitória, 2010.

Disponível em: <<http://web3.ufes.br/xishcu/cd-anais/anais-schu2010.html>> Acesso em 14 fev. 2012.

CIA, André Luis. **Saúde pública está longe do Maciço.** Disponível em:

<<http://www.an.com.br/ancapital/2007/set/03/1ger.htm>> Acesso em: 21 set. 2009.

CIUDADES PARA UM FUTURO MÁS SOSTENIBLE. **Documentos.**

Reunión de los Comités habitat Europeos. Disponível em:

<<http://habitat.aq.upm.es/rech/a003.htm>> Acesso em 15 nov. 2011.

CLUBE DE ROMA. Disponível em:

<<http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Disponível em:

<<http://www.clubofrome.org/?p=1161>> Acesso em: 20 nov. 2011.

COBRAPE. **Institucional.** Disponível em: . In:

<http://www.igplan.com.br/?page_id=6> Acesso em: 01 fev. 2012.

COLETIVO BAOBÁ VOADOR. **Megaeventos x Microguerras: Colonialismo 2.0 – Por Novos mapas.** Disponível em:

<<http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/megaeventos-x-microguerras/>> Acesso em: 14 fev. 2012.

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (CEHAB). Disponível em: <<http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/>> Acesso em: 30 nov. 2011.

CONJUNTO HABITACIONAL PEDREGULHO. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais**. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=4442> Acesso em: 13 fev. 2012.

CONSENSO DE WHASHINGTON. **O que é o Consenso de Washington?** Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/geografia-30145.htm>> Acesso em: 29 nov. 2011.

COSTA, Carlito. **Maciço requer ação social de governos**. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/ancapital/2005/jun/13/index.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos. Recherches Internationales**, Paris, vº 3, nº 73, p. 57-65, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf> Acesso em 10 nov. 2011.

CRUZ E SOUSA, João da. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cruz_e_Sousa> Acesso em: 02 abr. 2012.

DA REDAÇÃO. **Comissão vai Avaliar Ligação de Água e Luz:** situações de conflito serão analisadas caso a caso. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/ancapital/2002/out/25/index.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

_____. **Morre aos 93 anos Robert McNamara: "arquiteto" da guerra dos EUA no Vietnã**. 06 jul. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u591195.shtml>> Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **O FMI e o Banco Mundial**. 01 nov. 2001. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010000_economia2.shtml> Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **Who is James Wolfensohn?**. Disponível em:
 <<http://www.globalpolicy.org/component/content/article/209/43533.htm>
 l> Acesso em 25 out. 2011.

DECRETO DE FLORIANÓPOLIS-SC Nº 3296 DE 15 DE MARÇO DE 2005. **Secretaria De Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP)**. Disponível em:
 <<http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-florianopolis/893465/decreto-3296-2005-florianopolis-sc.html>> Acesso em: 16 ago. 2012.

DECRETO DE FLORIANÓPOLIS-SC Nº1966/03 QUE ALTERA O ARTIGO 48 DO DECRETO Nº 135/77 DE 07 DE AGOSTO DE 2003. In: **Relatório de Avaliação da Situação Atual**, Contrato nº 0113/SMHSA/2006; TR nº 010/HBB/PMF/02; Agilização dos procedimentos de aprovação de loteamentos e obras, abr. 2007. Disponível em: <
http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_06_2010_17.31.48.59d20959818191b6fd171b128a384005.pdf> Acesso em: 16 ago. 2012.

DECRETO-LEI Nº 58, 10 DE DEZEMBRO DE 1937. Disponível em:
 <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparcels_24.pdf> Acesso em 13 fev. 2012.

_____. Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm
 Acesso em: 13 fev. 2012.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). Portaria Nº50, de 10 de setembro de 1999. Seção 1, 09 dez. 2012, p.32-33-34. Disponível em:
 <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1406621/dou-secao-1-16-09-1999-pg-32/pdfView>> Acesso em 15 jan. 2012.

_____. Portaria Nº67, de 8 de dezembro de 1999. Seção 1, p.38. Disponível em:
 <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1495631/dou-secao-1-09-12-1999-pg-38/pdfViewv>> Acesso em 15 jan. 2012.

_____. Seção 1, 16 set. 1999. Disponível em: <
<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1406621/dou-secao-1-16-09-1999-pg-32/pdfView>> Acesso em 15 jan. 2012.

ELETROSUL. **A Empresa**. In:

<<http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=857>> Acesso em: 25 jul. 2012.

ELLISON, Ralf. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Ralph_Ellison> Acesso em 26 ju. 2012.

FIORI, José Luis. **José Luís Fiori vê o “desenvolvimentismo de esquerda”**. Disponível em: <www.outraspalavras.net/2012/03/02/o-desenvolvimentismo-de-esquerda/> Acesso em: 06 mar. 2012.

FLORIANOPOLISANTIGA. Disponível em:

<<http://florianopolisantiga.wordpress.com/>> Acesso em: 22 jun. 2012.

FLORIPENDIO. Disponível em:

<<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>> Acesso em: 22 jun. 2012.

FORUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Disponível em:

<<http://200.169.104.5/?/noticias/reforma-urbana/urbanismo/fnru-realiza-encontro-nacional-de-reforma-urbana>> Acesso em: 15 mar. 2012.

FRIGHETTO, Maurício. **Plano Diretor**: Florianópolis quer discutir o seu futuro. Disponível em: <http://www.deolhonailha.com.br/noticias/plano_diretor_florianopolis_quer_discutir_o_seu_futuro.html> Acesso em: 29 jul. 2011.

GALEANO, Eduardo. **Anjo Exterminador**. In: Ponto de Cultura – Escola Livre de Comunicação Compartilhada. 02 mar. 2012. Disponível em: <<http://rede.outraspalavras.net/pontodecultura/2012/03/02/anjo-exterminador/>> Acesso em: 20 ago. 2012.

GOMES, Maria de Fatima C. M. Habitação e Questão Social - Análise do Caso Brasileiro. In: **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. IX, num. 194 (26), agosto de 2005.

Universidad de Barcelona. Disponível em:

<<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-26.htm>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

GONÇALVES, Daniel B. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração.** In: Revista Espaço Acadêmico, ano V, n.51, ago. 2005. 7 f. Disponível em:
 <<http://danielbertoli.synthasite.com/resources/textos/texto16.pdf>>
 Acesso em: 08 mar. 2012.

GUTIERRES, Marcelo. **Investir em urbanização de favelas é mais barato aos cofres públicos.** Disponível em:
 <http://www.arqbrasil.arq.br/_arqdoc/textos/arqdoc_018.htm> Acesso em: 02 nov. 2011.

I AMSTERDAM. Betondorp. **De Brink, geboortehuis Johan Cruyff** - Oost Watergraafsmeer. Disponível em:
 <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/202> Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. **Het Schip** – Westerpark. Disponível em:
 <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/175> Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. **Lage Diamanthuisjes** - De Pijp. Disponível em: < http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/140> Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. **Pieter Lodewijk Takstraat** - De Pijp. Disponível em: <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/141> Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. **Zaanhof-complex** - Westerpark. Disponível em: <http://m.iamsterdam.com/explore_locations/view/186> Acesso em: 12 mar. 2012.

IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE. Disponível em:
 <<http://198.106.92.3/hospital/index.html>> Acesso em: 30 mai. 2012.

INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA (IGPLAN). **Empresa.** Disponível em:
 <http://www.igplan.com.br/?page_id=6> Acesso em: 01 fev. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA).
 <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 29 fev. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Previd%C3%AAncia_Social> Acesso em: 13 fev. 2012.

INSTITUTO PÓLIS. **Institucional**. Disponível em:

<<http://200.169.104.5/?/institucional/redes-nacionais>> Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. **Institucional**. Disponível em:

<<http://www.polis.org.br/links/00000473.htm>> Acesso em: 15 mar. 2012.

KANASHIRO, Marta. **Entrevista com Mike Davis**: Em entrevista, o autor do recém-lançado Planeta Favela, diz que a maior parte da população urbana vive hoje em imensos subúrbios sem infra-estrutura e serviços, os quais escapam a qualquer conceituação tradicional. 10 jun. 2007. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&tipo=entrevista&edicao=25>> Acesso em: 25 out. 2011.

LEI DE FLORIANÓPOLIS Nº 246, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1955. Aprova Código Municipal. Disponível em

<http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1955/LPMF/lei246_55.DO> Acesso 03 de fevereiro de 2012

LEI COMPLEMENTAR DE FLORIANÓPOLIS-SC Nº 207 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005. **Altera em caráter emergencial o plano**

diretor do distrito sede no maciço do morro da cruz e da outras providências. Disponível em: < http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl> Acesso em: 16 ago. 2012.

LEI ORDINÁRIA DE FLORIANÓPOLIS-SC Nº 6893 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005. **Cria o parque urbano do Morro da Cruz e da outras providências**. Disponível em:

<<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>> Acesso em: 16 ago. 2012.

LEI ORDINÁRIA DE FLORIANÓPOLIS-SC. FLORIANÓPOLIS Nº 1.440 de 31 de MAIO de 1976 (publicada no DOE em 04.06.76), Altera o Plano Urbano da cidade e dá outras Providências. Disponível em:

<http://sistemas.sc.gov.br/cmf/pesquisa/docs/1976/LPMF/lei1440_76.do
> Acesso em: 20 mar. 2012.

LIZ, FABIANA DE. **Angêla Amin inicia segundo mandato na capital.** Disponível em:

<http://www1.an.com.br/ancapital/2001/jan/01/1ger.htm>> Acesso em: 23 maio de 2011.

LUZ, Hercílio Pedro da. **Portal do Senado Federal.** Disponível em
<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1739&li=30&lcab=1915-1917&lf=30> Acesso em: 8 mar. 2012.

MAIS UMA VEZ RIO DE JANEIRO. **O problema da violência no Rio de Janeiro.** Disponível em:

<<http://puranetariumu.wordpress.com/tag/rj/>> Acesso em: 26 jun. 2009.

MARCELLINO, Narbal A. **Histórico da Ponte Hercílio Luz.**

Ecv/Ctc/Ufsc. 8p. Disponível em:

<<http://www.narbal.ecv.ufsc.br/Curiosas/Historico%20da%20Ponte%20Hercilio%20Luz.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2012.

MARICATO, Ermínia. **A construção democrática da política urbana.** 29 out. 2005 (b). Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2262> Acesso 20 mar. 2012.

MARICATO, Ermínia. **Nunca Fomos tão Participativos.** 26 nov. 2007. Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3774> Acesso em 20 fev. 2012.

MARTINS, Celso. **Morro da Cruz 'vê' crescimento da cidade.**

Disponível em:

<<http://www1.an.com.br/ancapital/1999/ago/29/index.htm>> Acesso em: 13 set. 2009a.

METRI, Maurício. **Perfil de José Luís Fiori.** Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/politica/jlfiori/perfil.htm>> Acesso em: 06 mar. 2012.

MONTEIRO, Marcelo. **Antídoto contra despejo**. 23 mai. 2003.

Disponível em:

<http://www.favelatemmемoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6&from_info_index=16&sid=4> Acesso em: 21. out. 2011.

_____. **Antídoto contra Despejo**. 25 mar. 2005.

Disponível em:

<http://www.favelatemmемoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6&from_info_index=16&sid> Acesso em: 03 nov. 2011.

_____. **O Elo Perdido**. 23 nov. 2004. Disponível em:

<http://www.favelatemmемoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infoid=109> Acesso em 29 out. 2011.

_____. **Fantasma Exorcizado**. 25 mar. 2003.

Disponível em:

<http://www.favelatemmемoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=21&infoid=8&sid=7> Acesso 06 nov. 2011.

MORADIA DIGNA – uma prioridade nacional. Disponível em:

<<http://www.moradiadigna.org.br/moradiadigna/v1/index2.asp?p=19&id=80&Noticia=S>> Acesso em: 17 set. 2012.

MORENO, Marcelo. **Os Invisíveis**. Disponível em:

http://en.wikipedia.org/wiki/Ralph_Ellison> Acesso em 26 ju. 2012.

NOVAES, Washington. **O impasse da COP17, em Durban, as dúvidas na Rio+20**. 05 dez. 2011. Disponível em:

<<http://www.ecodebate.com.br/2011/12/05/o-impasse-da-cop17-em-durban-as-duvidas-na-rio20-artigo-de-washington-novaes/>> Acesso em: 07 dez 2011.

OBREER, Felipe. **Documentário Maciço Ilumina Morros da Ilha**.

Disponível em: <

<http://www.overmundo.com.br/overblog/documentario-macico-ilumina-morros-da-ilha>> Acesso em: 05 jun. 2012.

OCDE. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. 01 dez. 2008. Disponível em:

<http://www.apambiente.pt/Rel_Int/OCDE/Paginas/default.aspx>
Acesso em: 03 set. 2012.

OLIVEIRA, Amílcar. **Morro da Mariquinha faz mobilização.**

Disponível em:

<<http://www.an.com.br/ancapital/1999/jul/03/index.htm>> Acesso em:
10 ago. 2012.

OLIVEIRA, Francisco E. B. **Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs.** Disponível em:

<<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/previd/iaps/index.htm>> Acesso em: 13 fev. 2012.

O MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS E A UFSC. Disponível em: <www.laam.cfh.ufsc.br/maciço/simposio.htm> e <www.laam.cfh.ufsc.br/maciço/resumos.htm#SCHEIBE> Acesso em: 12 abr. 2012.

OS ANOS 1950. Disponível em:

<[://www.mom.arq.ufmg.br/mom/04_revistas/04rev_1950.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/04_revistas/04rev_1950.htm)> Acesso em: 13 FEV. 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE). In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_para_a_Coopera%C3%A7%C3%A3o_e_Developmento_Econ%C3%B3mico>
Acesso em 01 dez. 2011.

PAPEL JORNAL. **Violência na Mídia.** Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, nº 26, set. 2002. Disponível em:

<http://www.sjsc.org.br/antigo/pj_online/pj_26/entrevista.htm>. Acesso em: 13 jun. 2009.

PASSOS, Francisco Pereira Passos. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: <

http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Pereira_Passos> Acesso em: 13 fev. 2012.

PAULI, Evaldo. **Enciclopédia Simpozio.** Disponível em:

<<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/>> Acesso em 02 abr. 2012.

PICOLI, Bruno Antonio. Hobsbawm e a História do Tempo Presente. In: **Humanidades e outros debates**, blog do grupo de estudos em história e demais humanidades 23 nov. 2010. Disponível em: <<http://humanidadeseoutrosdebates.blogspot.com.br/2010/11/hobsbawm-e-historia-do-tempo-presente.html>> Acesso em 26 mar. 12.

PICTET, Jean. **The Fundamental Principles of the Red Cross**. Cruz Vermelha, 1979. Disponível em: <http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/html/EA08067453343B76C1256D2600383BC4?OpenDocument&Style=Custo_Final.3&View=defaultBody3> Acesso em: 24 fev. 2012.

PIRES, Zeca. **Ponte Hercílio Luz** - Patrimônio da Humanidade. Florianópolis, 1996. 35 min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8C2ospRDerc>> Acesso em: 15 jun. 2012.

PONTE HERCÍLIO LUZ. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_Herc%C3%ADlio_Luz> Acesso em: 22 jun. 2012.

PONTES, Sérgio. **Ensaio sobre a Invisibilidade**. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/sergiopontes/5474818154/sizes/m/in/photostream/>> Acesso em 05 jul. 2012.

PORTO, Juliana. **Invisibilidade Social e a Cultura do Consumo**. Departamento de Artes e Design. Disponível em: <http://www.dad.pucrio.br/dad07/arquivos_downloads/43.pdf> Acesso em 04 jun. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Ecologia e Capital**: quando a teoria não esquece o mundo. In: Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, 2009, vol. 12, p. 85-90. Disponível em: <http://www.redibec.org/IVO/rev12_r.pdf> Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. **Tragédias em perspectiva de tempo longo**. In: ALAI, América Latina en Movimiento. 01 mai. 2010. Disponível em: <<http://alainet.org/active/35346&lang=pt>> Acesso em: 29 ago. 2012.

PRADO, Antônio da Silva. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_da_Silva_Prado> Acesso em: : 13 fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Plano Municipal de Interesse Social**. Contrato nº. 669/FMIS/2008. Produto 2: Inserção Regional e Características do Município p. 31-32. Vertrag, Curitiba, revisão 3, julho de 2009. 95p. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf> Acesso em: 31 out. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_o_Developmento> Acesso em 28 out. 2011.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. **Principal, serviços**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149> Acesso em: 19 out. 2011.

PROJETO TRAVESSIA. **Centro Cultural Escrava Anastácia, Projeto Travessia**. Disponível em: <http://protravessia.vilabol.uol.com.br/o_que_eh_pg.htm> Acesso em: 28 ago. 2012 e <<http://travessia.ccea.org.br/travessia/?p=52>> Acesso em : 17 ago. 2012.

_____. **Grupo de percussão japonês faz apresentação no Maciço do Morro da Cruz**. In: <<http://travessia.ccea.org.br/travessia/?p=52>> Acesso em: 21 Ago. 2012.

REDE MARISTA. **Institucional**. Disponível em: <<http://maristas.org.br/sobre-a-rede-marista>> Acesso em: 19 out. 2011.

REPÚBLICA VELHA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em 15 jul. 2012.

SABOYA, Renato. **PDP Florianópolis: crônica de uma morte anunciada.** Disponível em: < <http://urbanidades.arq.br/2010/04/pd-florianopolis-cronica-de-uma-morte-anunciada/>> Acesso em: 26 jul. 2010.

SADER, Emir. **O Dedo do Lula.** In: Carta Maior, 02 jun. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=999> Acesso em 12 jun 2012.

SAKAE, Juliana. **Ponte Americana Semelhante à Hercílio Luz é demolida por explosão.** In: Diário Catarinense, 23 fev. 2012. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/02/video-ponte-americana-semelhante-a-hercilio-luz-e-demolida-por-explosao-3673315.html>> Acesso em: 22 jun. 2012.

SALVAGNI, Anelise. **Desmoronamento no Centro de Florianópolis mata uma mulher:** pedra teria de deslocado e atingido pelo menos quatro casas. Diário Catarinense, 13 dez. 2011. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/12/desmoronamento-no-centro-de-florianopolis-mata-uma-mulher-3594891.html>> Acesso em: 30 ago. 2012.

SAMUEL, Martin. **If uncle Charlie didn't need child benefit.** 25 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/debate/article-1289357/If-uncle-Charlie-didnt-need-child-benefit-.html#ixzz1nKL47c5G>> acesso em: 29 ago. 2012.

SCIENCEDIRECT. Peru 1957–1977: How time and place influenced John Turner's ideas on housing policy. In: **Habitat International.** Volume 27, Issue 2, June 2003, Pages 271–292. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0197397502000498>> Acesso em 29 out. 11.

SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. **A construção da cidade e do urbanismo:** idéias tem lugar? Disponível em: <<http://web3.ufes.br/xishcu/cd-anais/anais-schu2010.html>> Acesso em: 14 fev. 2012.

SERPA, Elio C. **Açores em Lisboa**: poder, raça, cultura. In: Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores. História, 2ª série, IV, nº 2, 2000, p. 481-508. Disponível em: <http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/320/1/Elio_Serpa_p481-507.pdf>. Acesso em 05 mar. 2012.

SHEPERD, Roger. **The Ship of Michel de Klerk - Amsterdam** Architectural Record, challenge solution. Disponível em: <<http://rogershepherd.com/WIW/solution3/deKlerk.html>> Acesso em: 12 mar. 2012.

SODRÉ, Muniz. In: Entrevista **Roda Viva**. 25 jun. 2012. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/muniz-sodre-3>> Acesso em: 30 jun. 2012.

SOUSA, Rainer. **Plano Marshall**. Disponível em: <<http://www.brasilescola.com/historiag/plano-marshall.htm>> Acesso em 15 jan. 2012.

SOUZA, Marcelo L. **Desenvolvimento Urbano**: a problemática renovação de um “conceito”-problema. Revista território, ano III, nº 5, jul-dez. 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/05_3_trindade%20jr.pdf> Acesso em: 24 fev. 2012.

SZÜCS, Carolina Palermo; TRIVELLA, Luciana Monte Alegre; SOUZA, Marina Ester F. de. Preservando o Patrimônio da Vila Operária do Saco dos Limões. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario5pdfs/033R.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2012.

TERMO DE REFERÊNCIA. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Termo_de_refer%C3%A2ncia>. Acesso em: 19 out. 2011.

THE BIG PICTURE. **One billion slum dwellers**. 24 fev. 2012. Disponível em: <http://www.boston.com/bigpicture/2012/02/slum_life.html> Acesso em: 15 mar. 2012.

THE PRINCIPAL AGGLOMERATIONS OF THE WORLD. **All agglomerations of the world with a population of 1 million inhabitants or more.** Disponível em:

<<http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>> Acesso em: 20 nov. 2011.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Working Together** – Saving Tomorrow

Today. 28 nov. - 9 dez. Disponível em: <<http://www.cop17-cmp7durban.com/en/about-cop17-cmp7/what-is-cop17-cmp7.html>> Acesso em: 02 dez. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_a_Educa%C3%A7%C3%A3o,_a_Ci%C3%A2ncia_e_a_Cultura> Acesso em out. 2011.

VAZ, Anelise Gomes. **O Estado da Arte das Intervenções**

Humanitárias. Revista eletrônica dos Pós Graduados em sociologia política da UFSC. v. 7, n. 1/2, jan. - dez. 2010, p. 98-102. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2010v7n12p98/18247>> Acesso em: 25 fev. 2012.

VERTRAG. **Institucional.** Disponível em:

<<http://www.vertrag.com.br/>> Acesso em: 02 fev. 2012.

VIANA, Natália. **Exemplo que vem da Colômbia.** Disponível em: <http://www.an.com.br/2007/set/09/0pol.jsp>. Acesso em: 14 set. 2009.

_____. **Transferência de alunos está confirmada.** Disponível em: <

<http://www.an.com.br/ancapital/2007/out/26/1ger.jsp>> Acesso em: 23 jan. 2011.

WELFARE STATE. In: Britannica Online Encyclopedia; Wikipédia: a enciclopédia livre. 2 ago. 2012. Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Welfare_state>. Acesso em: 07 ago. 2012.

WORLD BANK. A Decade of Dedication to Poverty Eradication.

Disponível em:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/ORGANIZATION/EXTPRESIDENT2007/EXTPASTPRESIDENTS/PRESIDENTEXTERNAL/0,,pagePK:139895~theSitePK:227585,00.html>>

Acesso em 30 ago. 2011.

Fundação Franklin Cascaes

Casa da Memória. Acervo de fotografias.

fotografias do acervo da Casa da Memória da Fundação Franklin Cascaes

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina/IHGSC

Acervo de 20 mil fotos que pode ser gratuitamente cedido mediante correto referenciamento

<http://www.ihgsc.th.com.br>

APÊNDICE A - ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A PESQUISA

ENTREVISTADO	VÍNCULO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	DATA ENTREVISTA
Técnicos Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, Prefeitura Municipal de Florianópolis. SMHSA				
Américo Pescador	Técnico da SMHSA	Diretor de Habitação	Engenheiro Civil	Maio 2009
Rogério Miranda	Técnico da SMHSA	Engenheiro SMHSA	Engenheiro Sanitarista	Maio 2009; Maio 2011
João Maria Lopes	Técnico da SMHSA	Gerente de Projetos	Arquiteto	Junho 2011
Técnicos Caixa Econômica Federal				
Beatriz Kauduinski Cardoso	Técnica Caixa Econômica Federal	Gerência Desenvolvimento Urbano	Cientista Contábil	Junho 2011
Carlos Etor Averbek	Técnico Caixa Econômica Federal	Gerente Desenvolvimento Urbano	Engenheiro Civil	Junho 2011
Josciane Locateli de Souza	Programa Habitar Brasil BID	Advogada da Caixa Econômica Federal	Direito	Maio 2005
Docentes área de planejamento urbano				
Elton Manoel Pereira	Docente	Professor UFSC	Engenheiro Civil	Maio e setembro 2009
Pedro Abramo	Docente	Professor UFRJ/IPPUR	Cientista Econômico	Maio 2009

ENTREVISTADO	VÍNCULO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	DATA ENTREVISTA
Moradores e ex-moradores de famílias tradicionais do MMC				
João Ferreira de Souza (S. Teco)	Morador Mont Serrat	Aposentado	Ex- funcionário correios	Maio 2005; maio 2009; setembro 2010; maio 2011;
Ana Lúcia Ribeiro	Enfermeira Posto Saúde - PMF	Enfermeira Programa Saúde da Família - Governo Federal	Enfermagem	Abril 2011
Paulino de J. F. Cardoso	Docente Associado de História	Professor UDESC	Historiador	Março 2009
Colaboradores da Comunidade do Mont Serrat				
Alan Ribeiro	Centro Cultural Escrava Anastácia	Criador do jogo "Conecta" para a rede social Facebook em out 2012	Estudante Secundarista	Fevereiro 2011
Kátia Regina Madeira	Centro Social Marista Mont Serrat e Alto da Caetra	Coordenadora Pedagógica	Assistente Social	Outubro 2010; fevereiro 2011.
Padre Vilson Groh	Liderança do FMMC	Sacerdote, Liderança Comunitária e Social.	Mestre em Educação	Maio 2002 por Jefferson Dantas

ENTREVISTADO	VÍNCULO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	DATA ENTREVISTA
Entrevistas/Documentário Pedro MC				
Padre Vilson Groh	Liderança do FM/MC	Sacerdote, Liderança Comunitária e Social	Mestre em Educação	Entrevista realizada documentário filme "O Maciço" de Pedro MC, 2009 - transcrição.
Jair Batista	Liderança do FM/MC	Assessor Assembleia Legislativa Santa Catarina	Seminarista	Entrevista realizada documentário filme "O Maciço" de Pedro MC, 2009 - transcrição.
Rui Alves	Liderança do FM/MC	Morador comunidade Alto da Caeira dos Sacos dos Limões		Entrevista realizada documentário filme "O Maciço" de Pedro MC, 2009 - transcrição.

ANEXO A - Descrição: lei nº 6893 de 08 de dezembro de 2005 cria o Parque Urbano do Morro Da Cruz e dá outras providências.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado, o “Parque Urbano do Morro da Cruz” conforme o mapa anexo na escala 1: 5.000, parte integrante desta lei.

Parágrafo Único – No prazo de 360(trezentos e sessenta) dias a contar de sua criação o Poder Executivo Municipal fará a delimitação final do Parque em escala 1: 2.000 e elaborará o respectivo Plano de Manejo.

Art. 2º Os objetivos da Criação do Parque são:

I – preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e pelas características morfológicas de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;

II – aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, lazer e recreação;

III – promover a recuperação da cobertura vegetal típica da região onde se fizer necessária;

IV – dotar a área de equipamentos de lazer, de uso comunitários e turísticos;

V – promover a intervenção na Zona Especial de Interesse Social(ZEIS), atual ARP-0; e

VI – assegurar a manutenção das características naturais do Morro da Cruz no cenário urbano de Florianópolis.

Art. 3º aplicam-se ao Parque Urbano do Morro da Cruz todas as disposições pertinentes e contidas nas legislações federal, estadual e municipal.

Art. 4º Caberá a FLORAM a gestão técnico-administrativa e operacional do Parque, fiscalizando o cumprimento do disposto na legislação em vigor, podendo aplicar autos de infração e penalidades compatíveis.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 08 de dezembro de 2005.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado, o “Parque Urbano do Morro da Cruz” conforme o mapa anexo na escala 1: 5.000, parte integrante desta lei.

Parágrafo Único – No prazo de 360(trezentos e sessenta) dias a contar de sua criação o Poder Executivo Municipal fará a delimitação final do Parque em escala 1: 2.000 e elaborará o respectivo Plano de Manejo.

Art. 2º Os objetivos da Criação do Parque são:

I – preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e pelas características morfológicas de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;

II – aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, lazer e recreação;

III – promover a recuperação da cobertura vegetal típica da região onde se fizer necessária;

IV – dotar a área de equipamentos de lazer, de uso comunitários e turísticos;

V – promover a intervenção na Zona Especial de Interesse Social(ZEIS), atual ARP-0; e

VI – assegurar a manutenção das características naturais do Morro da Cruz no cenário urbano de Florianópolis.

Art. 3º aplicam-se ao Parque Urbano do Morro da Cruz todas as disposições pertinentes e contidas nas legislações federal, estadual e municipal.

Art. 4º Caberá a FLORAM a gestão técnico-administrativa e operacional do Parque, fiscalizando o cumprimento do disposto na legislação em vigor, podendo aplicar autos de infração e penalidades compatíveis.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 08 de dezembro de 2005.

ANEXO B - Portaria nº 50, de 10 de setembro de 1999, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano: Estabelece as diretrizes gerais do programa HBB.

8

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

Nº 178 QUINTA-FEIRA, 16 SET 1999

SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PORTARIA Nº 50, DE 10 DE SETEMBRO DE 1999

Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais para a execução orçamentária e financeira dos Programas HABITAR-BRASIL, Ação Social em Saneamento - PASS e Infra-estrutura Urbana - PRO-INFRA, para execução das dotações aprovadas na Lei n.º 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição,

RESOLVE:

Art. 1º As diretrizes gerais e os procedimentos operacionais dos Programas HABITAR-BRASIL, Ação Social em Saneamento - PASS e Infra-estrutura Urbana - PRO-INFRA, para aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União do exercício de 1999, são os constantes desta Portaria e, no que couber, dos Manuais de Instruções aprovados pela Portaria n.º 01, de 13 de janeiro de 1998, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

§ 1º Os recursos dos Programas a que se refere o *caput* deste artigo serão provenientes:

I - do Orçamento Geral da União, na Unidade Orçamentária 20117:

a) HABITAR-BRASIL:

1. Melhoria das Condições Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais - Classificação 10.057.0316.3435;

b) PASS:

1. Ações de Saneamento Básico - Classificação 13.076.0448.3460;

c) PRO-INFRA;

1. Ações de Desenvolvimento Urbano - Classificação 10.058.0323.3421;

2. Infra-estrutura Urbana - Classificação 10.058.0183.3421;

II - de contrapartidas, em conformidade com o art. 27 da Lei n.º 9.692, de 27 de julho de 1998;

III - de outras fontes que vierem a ser definidas.

§ 2º Os objetivos e as modalidades de ação dos Programas são os constantes dos Manuais de Instruções.

Art. 2º Os recursos alocados pelo Governo Federal a esses Programas representam assistência financeira da União para a realização de ações dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

§ 1º Poderá pleitear os recursos para execução desses Programas o Chefe do Poder Executivo de cada esfera de Governo ou o seu representante legal, por delegação de competência.

§ 2º A Caixa Econômica Federal - CEF receberá diretamente dos proponentes somente os pleitos referentes às dotações contempladas no Orçamento Geral da União para o exercício de 1999

Art. 3º A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR é responsável pela gestão dos Programas de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, a Secretaria de Administração da Presidência da República efetuará a descentralização dos créditos orçamentários e financeiros à CEF, mediante solicitação da SEDU/PR.

Art. 4º Para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 3º desta Portaria, a CEF deverá apresentar à SEDU/PR relação dos contratos por Programa, rubrica orçamentária e fonte, com os valores relativos às parcelas solicitadas, indicando o percentual de execução física das obras, em conformidade com o Plano de Trabalho e o Cronograma de Execução Físico-Financeiro dos projetos contratados.

Art. 5º Observadas as disposições constantes do Decreto n.º 1.819, de 16 de fevereiro de 1996, e nos termos do Acordo de Cooperação firmado com a CEF, ficam delegadas a esta as seguintes atribuições:

I - receber, até 30 de novembro de 1999, os Planos de Trabalho e Projetos Básicos, na forma dos Manuais de Instruções, de que trata o art. 1º, e de acordo com a IN n.º 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda - MF, a serem encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, do Distrito Federal e do Municipal, às agências e/ou escritórios de negócios da CEF;

II - enquadrar os Planos de Trabalho e analisar a viabilidade técnica do Projeto Básico, encaminhando tempestivamente informação sobre o seu cadastramento e análise à SEDU/PR;

III - receber e analisar demais documentação técnica, institucional e jurídica, na forma dos Manuais de Instruções de que trata o art. 1º, e de acordo com a IN n.º 01/97 da STN/MF, após autorização da SEDU/PR para contratação;

IV - celebrar os Contratos de Repasse, com base na autorização da SEDU/PR;

V - promover a execução orçamentária-financeira relativa aos Contratos de Repasse, observada a legislação pertinente à matéria, em especial a IN n.º 01/97 da STN/MF;

VI - acompanhar e atestar a execução das obras objeto das contratações efetuadas;

VII - receber, analisar e adotar as providências necessárias à respectiva baixa das Prestações de Contas, parciais e finais, relativas aos Contratos de Repasse.

Art. 6º A CEF deverá, previamente à celebração do Contrato de Repasse, verificar o atendimento das seguintes condições:

I - apresentação de Plano de Trabalho e demais documentos previstos na IN n.º 01/97 da STN/MF, em conformidade com os Manuais de Instruções de que trata o art. 1º;

II - atendimento aos objetivos e às modalidades do Programa;

III - comprovação da existência de viabilidade técnica, jurídica e financeira da proposta;

IV - comprovação de que os recursos referentes à contrapartida estão devidamente assegurados e em conformidade com os percentuais estabelecidos no § 2º do art. 27 da Lei n.º 9.692, de 27 de julho de 1998, ressalvado o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Art. 7º A contrapartida representa a complementação do valor necessário à execução do objeto do Contrato de Repasse, podendo ser constituída por recursos financeiros e/ou bens e serviços economicamente mensuráveis, correspondentes a itens que compõem o valor do investimento.

Art. 8º A SEDU/PR, com base nas informações sobre as propostas, e considerando, ainda, a disponibilidade orçamentária e financeira, autorizará a celebração dos Contratos de Repasse.

Parágrafo único. O documento de autorização de que trata o *caput* deste artigo terá numeração seriada, conterá o número do Plano de Trabalho, nome do município/estado, valor autorizado e rubrica orçamentária, e deverá ser expressamente mencionado no Contrato de Repasse.

Art. 9º A CEF, em função do disposto no art. 5º desta Portaria, deverá encaminhar à SEDU/PR, periodicamente, ou quando solicitada, informações sobre o processo de contratação e execução física e financeira dos Programas, nos modelos definidos por esta Secretaria.

Art. 10. Os procedimentos técnicos e operacionais referentes aos projetos do PASS e do HABITAR-BRASIL, a serem financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, constarão de regulamentos específicos.

Art. 11. A CEF deverá solicitar à SEDU/PR a descentralização dos recursos da União em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho aprovado, que serão depositados em conta específica em agência da CEF, especialmente aberta para esta movimentação de acordo com o disposto na IN n.º 01/97 da STN/MF e na forma estabelecida contratualmente.

Art. 12. Deverá ser mantida, durante todo o período de realização da obra, placa indicando a origem e a destinação dos recursos, conforme modelo fornecido pela CEF na assinatura do contrato, observadas as disposições da IN n.º 15, de 28 de abril de 1999, da Secretaria de Estado de Comunicação de Governo da Presidência da República.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OVÍDIO DE ANGELIS

PORTARIA Nº 51, DE 10 DE SETEMBRO DE 1999

Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais para a execução orçamentária e financeira dos Programas HABITAR-BRASIL, Ação Social em Saneamento - PASS e Infra-estrutura Urbana - PRO-INFRA, para execução das dotações inscritas em Restos a Pagar e aplicação da rubrica Conclusão de Obras aprovada na Lei n.º 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Decretos n.º 2.921, de 30 de dezembro de 1998, e n.º 2.982, de 4 de março de 1999, e na Exposição de Motivos Interministerial n.º 51, de 30 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO que durante o período eleitoral de 1998 ficou vedada a contratação de operações já selecionadas, bem como o desembolso de recursos para obras iniciadas após 3 de julho de 1998, referentes a contratos anteriormente formalizados;

CONSIDERANDO que, nesse período, diversos contratantes deram início às obras sob a expectativa da retomada do fluxo financeiro, após encerrado o período restritivo imposto pela Lei Eleitoral;

CONSIDERANDO que, após o período eleitoral, o plano de contratações para o exercício de 1998 sofreu medidas de contingenciamento ensejadas, principalmente, pela crise econômica mundial, acarretando um redimensionamento dos recursos anteriormente alocados;

CONSIDERANDO que o conjunto desses fatores afetou a boa operacionalização de alguns contratos que ficaram, total ou parcialmente, sem a devida inscrição em "Restos a Pagar";

CONSIDERANDO a necessidade de se adequarem os compromissos contratuais assumidos e a serem assumidos pelo Governo Federal à disponibilidade de recursos financeiros efetivos para sua consecução no presente exercício, e ao esforço fiscal imprescindível ao equilíbrio das contas públicas;

RESOLVE:

Art. 1º Fica a Caixa Econômica Federal - CEF autorizada a:

I - regularizar os contratos de repasse, constantes do Anexo I desta Portaria, firmados pela CEF com recursos do Orçamento Geral da União de 1996 e 1997, cujas dotações não foram inscritas em "Restos a Pagar", porém com execução física iniciada até 31 de dezembro de 1998, empenhando recursos consignados na rubrica Conclusão de Obras, constante do Orçamento Geral da União de 1999;

II - regularizar os contratos de repasse, constantes do Anexo II desta Portaria, firmados pela CEF com recursos do Orçamento Geral da União de 1998, cujas dotações não foram inscritas em "Restos a Pagar", empenhando recursos consignados na rubrica Conclusão de Obras, constante do Orçamento Geral da União de 1999; e

III - regularizar os contratos de repasse, constantes do Anexo III desta Portaria, firmados com recursos do Orçamento Geral da União de 1998, cujas dotações não foram inscritas integralmente em "Restos a Pagar", empenhando recursos consignados na rubrica Conclusão de Obras, constante do Orçamento Geral da União de 1999.

Art. 2º A Caixa Econômica Federal - CEF deverá:

I - cancelar, observada a legislação em vigor e as cláusulas contratuais, as respectivas notas de empenho e distratar os contratos de repasse firmados com recursos do Orçamento Geral da União de 1996 e 1997, cujas dotações foram inscritas em "Restos a Pagar" e a execução física não tenha se iniciado até 31 de dezembro de 1998;

II - solicitar à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República a descentralização dos recursos da União em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho aprovado, que serão depositados em conta específica, especialmente aberta para esta movimentação em agência da CEF, de acordo com o disposto na IN n.º 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e na forma estabelecida contratualmente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SEDU n.º 48, de 9 de julho de 1999.

OVÍDIO DE ANGELIS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	PLANO DE TRABALHO	NOME DO PROGRAMA	VALOR
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	004188023	PRO-INFRA	1.485.000,00
MA	ARAIOSES	005182235	HABITAR-BRASIL	491.207,40
MA	BREJO	004942946	HABITAR-BRASIL	436.628,80
MA	CHAPADINHA	005636608	HABITAR-BRASIL	100.000,00
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHÃO	005167362	HABITAR-BRASIL	349.302,30
MA	ZE DOCA	005153552	HABITAR-BRASIL	436.628,80
MT	VARZEA GRANDE	005548120	PASS	1.513.502,91
MG	ANDRADAS *	000002402	PASS	40.000,00
MG	CAMPO BELO *	000034410	PRÓ-INFRA	1.500.000,00
MG	JACUI *	000027634	PASS	69.985,70
PA	CAMETÁ	005679091	PASS	400.000,00
PB	PEDRA LAVRADA *	005037405	HABITAR-BRASIL	77.517,46
PE	MARAIÁ *	000039403	HABITAR-BRASIL	26.500,00
SC	FLORIANÓPOLIS VIA EXPRESSA *	000102652	HABITAR-BRASIL	504.542,18
SP	JUNDIAÍ *	000033995	HABITAR-BRASIL	180.000,00
SP	SANTO ANDRÉ *	000113140	HABITAR-BRASIL	1.428.045,15
TOTAL GERAL				9.038.860,70

* DEPENDENDO DE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO II

UF	MUNICÍPIO	PLANO DE TRABALHO	NOME DO PROGRAMA	VALOR
AL	ATALAIA	006966356	HABITAR-BRASIL	35.000,00
AL	BATALHA	006866859	HABITAR-BRASIL	80.000,00
AL	BOCA DA MATA	006502858	HABITAR-BRASIL	56.000,00
AL	CAMPO GRANDE	006645875	HABITAR-BRASIL	80.000,00
AL	CRAIBAS	006493589	HABITAR-BRASIL	80.000,00
AL	FELIZ DESERTO	006539526	HABITAR-BRASIL	49.000,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	006614665	HABITAR-BRASIL	50.000,00
AL	MARIBONDO	006264483	HABITAR-BRASIL	80.000,00
AL	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	006268165	HABITAR-BRASIL	80.000,00
AL	PALESTINA	006236319	HABITAR-BRASIL	80.000,00
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	006652638	HABITAR-BRASIL	56.000,00
AL	QUEBRANGULO	006464537	HABITAR-BRASIL	50.000,00
AL	ROTEIRO	006859625	HABITAR-BRASIL	84.000,00
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	006404099	PRÓ-INFRA	70.000,00
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	006831323	HABITAR-BRASIL	80.000,00
AP	AMAPA	007215898	PASS	110.370,00
AP	CUTIAS	007219187	PASS	79.880,00
AP	VITORIA DO JARI	007313376	PASS	160.000,00
BA	ARATUIPE	007500855	PRÓ-INFRA	90.000,00
BA	DOM BASILIO	006925475	PRÓ-INFRA	55.000,00
BA	FLORESTA AZUL	006921058	PRÓ-INFRA	55.000,00
BA	JAGUIRIPE	007493236	PRÓ-INFRA	90.000,00
BA	MADRE DE DEUS	007486752	PRÓ-INFRA	200.000,00
BA	NAZARE	006698813	PRÓ-INFRA	450.000,00
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	007497399	PRÓ-INFRA	60.000,00
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	007500463	PRÓ-INFRA	132.000,00
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	007493097	PRÓ-INFRA	90.000,00
BA	UBAITABA	007488770	PRÓ-INFRA	149.000,00
CE	EUSEBIO *	007378233	PRÓ-INFRA	270.000,00
CE	URUBURETAMA	007422668	PASS	120.000,00
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	006279218	PASS	75.000,00
ES	DOMINGOS MARTINS	006945782	PASS	200.000,00
ES	MANTENOPOLIS	006633715	PASS	35.000,00
ES	MONTANHA	006834230	PASS	100.000,00
ES	PEDRO CANARIO	006399402	HABITAR-BRASIL	200.000,00
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	006858344	PASS	80.000,00

ES	VILA VALERIO	006232017	PASS	50.000,00
GO	AGUA FRIA DE GOIAS	006556039	HABITAR-BRASIL	200.000,00
GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	006343291	HABITAR-BRASIL	151.250,00
GO	BURITINOPOLIS	006652006	PASS	154.000,00
GO	CACU	006986802	PASS	40.000,00
GO	CAMPOS BELOS	006370110	PASS	154.000,00
GO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	006425423	PASS	154.000,00
GO	ITAJA	006430524	HABITAR-BRASIL	80.000,00
GO	PROFESSOR JAMIL	006952545	PRÓ-INFRA	80.000,00
MA	ARAGUANA	007439260	PASS	76.000,00
MA	BACABEIRA	007187594	PASS	118.948,00
MA	BERNARDO DO MEARIM	007352479	PASS	168.421,00
MA	BURITI BRAVO	007439385	PASS	50.400,00
MA	CANDIDO MENDES	007439409	PASS	80.000,00
MA	PINHEIROS	007436237	HABITAR-BRASIL	159.600,00
MA	PIRAPEMAS	007362138	HABITAR-BRASIL	315.000,00
MG	BOTUMIRIM	006697393	PRÓ-INFRA	80.000,00
MG	BRASILIA DE MINAS	007141787	PASS	75.000,00
MG	CRISTALIA	006939942	PRÓ-INFRA	72.000,00
MG	DATAS	006285829	PRÓ-INFRA	37.500,00
MG	ITAMARANDIBA	006082246	PASS	64.000,00
MG	JANAUBA	007185576	PRÓ-INFRA	113.000,00
MG	JAPONVAR	007150178	PRÓ-INFRA	100.000,00
MG	LAGOA DOS PATOS	006630923	HABITAR-BRASIL	75.000,00
MS	CHAPADA DO SUL	006564542	PASS	300.000,00
MS	DOURADOS	006531543	PRÓ-INFRA	500.000,00
MT	VARZEA GRANDE	006128551	PRÓ-INFRA	1.400.000,00
PE	ITAPORANGA	006382279	PASS	100.000,00
PE	AMARAJI	007155876	HABITAR-BRASIL	120.000,00
PE	ARCOVERDE	006494732	PASS	100.000,00
PE	JATAUBA	007350335	PRÓ-INFRA	80.000,00
PE	JATAUBA	007394503	HABITAR-BRASIL	100.000,00
PE	JOAO ALFREDO	007371772	PASS	100.000,00
PE	PANELAS	007068818	HABITAR-BRASIL	30.000,00
PE	PANELAS	007105743	HABITAR-BRASIL	70.000,00
PE	PANELAS	007071624	HABITAR-BRASIL	100.000,00
PE	PAUDALHO	007399427	PRÓ-INFRA	80.000,00
PE	RECIFE *	006184661	PRÓ-INFRA	2.000.000,00
PI	ALTO LONGA	006575837	HABITAR-BRASIL	52.500,00
PI	ANISIO DE ABREU	007114879	PASS	144.000,00
PI	BURITI DOS LOPES	007142284	PASS	40.000,00
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	007112469	PASS	125.000,00
PI	PORTO	006674836	PASS	50.000,00
PI	PORTO	006807208	PASS	100.000,00
PI	REDEÇÃO DO GURGUEIA	006466429	HABITAR-BRASIL	35.000,00
PR	ASTORGA	007210846	PASS	40.000,00
PR	NOVA ESPERANCA	007250699	PASS	40.000,00
PR	SAO JORGE DO IVAI *	006422527	HABITAR-BRASIL	195.000,00
RJ	RIO BONITO	007539150	PASS	49.000,00
RN	BOM JESUS	006435956	HABITAR-BRASIL	100.000,00
RN	MONTA ALEGRE	007049123	PRÓ-INFRA	50.000,00
RN	PORTO DO MANGUE	006430373	PRÓ-INFRA	50.000,00
RN	RUY BARBOSA	006359168	PRÓ-INFRA	48.000,00
RN	SANTA MARIA	007484225	PRÓ-INFRA	80.000,00
RN	SAO PAULO DO POTENGI	006134894	PRÓ-INFRA	50.000,00
RN	SAO PAULO DO POTENGI	006135277	PRÓ-INFRA	80.000,00
RN	TANGARA	006544223	PRÓ-INFRA	140.000,00
RO	ESPIGAO D'OESTE	006146181	PASS	80.000,00
RS	NAO-ME-TOQUE	006931453	PRÓ-INFRA	100.000,00
SC	BRUSQUE	006347478	PASS	70.000,00
SP	BATATAIS	006052879	PASS	70.000,00
SP	CAPELA DO ALTO	006235673	PASS	150.000,00
SP	NOVO HORIZONTE	006511097	PASS	160.000,00
SP	PARANAPANEMA	006456024	PASS	70.000,00
SP	SALTO	006335055	PASS	15.000,00

TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	006284814	HABITAR-BRASIL	28.000,00
TO	PEXE	006185423	HABITAR-BRASIL	80.000,00
TOTAL GERAL ==>				13.850.869,00
* DEPENDENDO DE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
ANEXO III

UF	MUNICÍPIO	PLANO DE TRABALHO	NOME DO PROGRAMA	VALOR
AP	SANTANA	007332679	PRÓ-INFRA	72.000,00
BA	CONCEICAO DO COITE	006448496	PRÓ-INFRA	100.000,00
CE	GRANJA	007499823	HABITAR-BRASIL	188.000,00
GO	APARECIDA DE GOIANIA	006398525	HABITAR-BRASIL	147.000,00
GO	APARECIDA DE GOIANIA	007439777	PASS	1.150.000,00
GO	TRINDADE	006294447	HABITAR-BRASIL	100.000,00
MA	ITINGA DO MARANHÃO	006924080	PASS	140.800,00
MA	SAO LUIS GONZAGA DO	007366568	HABITAR-BRASIL	42.000,00
MA	VITORINO FREIRE	007348533	PASS	117.200,00
MG	MIRADOURO	006820546	PASS	33.600,00
MG	TEOFILO OTONI	007363914	PRÓ-INFRA	37.500,00
MS	CAMPO GRANDE	006502593	PRÓ-INFRA	2.200.000,00
MS	TRES LAGOAS	006450060	HABITAR-BRASIL	209.091,00
MT	VARZEA GRANDE	006141370	PASS	103.770,00
PI	ANISIO DE ABREU	006169049	HABITAR-BRASIL	31.500,00
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	006125528	PASS	50.000,00
PI	CAMPINAS DO PIAUI	006576587	HABITAR-BRASIL	35.000,00
PI	MIGUEL ALVES	006609184	HABITAR-BRASIL	67.200,00
PI	PARNAIBA	007000397	PRÓ-INFRA	1.500.000,00
PI	REGENERAÇÃO	006681565	PASS	100.000,00
PI	SAO FELIX DO PIAUI	006815181	PASS	100.000,00
PI	TERESINA	006575066	PRÓ-INFRA	1.750.000,00
PI	TERESINA	007119437	PASS	250.000,00
PR	IRETAMA	006802258	HABITAR-BRASIL	64.000,00
PR	TOLEDO	007469097	HABITAR-BRASIL	35.000,00
RJ	APERIBE	007257542	PASS	70.000,00
RJ	ITATIAIA	006083883	PASS	10.000,00
RN	PARAZINHO	006625950	PRÓ-INFRA	50.000,00
RS	DOM PEDRITO	006475315	PASS	56.000,00
RS	ESPUMOSO	006356135	PASS	12.500,00
RS	SAO BORJA	006752135	PASS	49.000,00
SC	CAMBORIÚ	006453748	PASS	18.000,00
SC	GAROPABA	006483297	PASS	119.000,00
SC	GASPAR	006455376	PASS	11.550,00
SC	GUABIRUBA	006315762	PASS	52.800,00
SP	ITAPIRA	006081509	PASS	137.038,00
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	006787913	HABITAR-BRASIL	62.000,00
SP	TANABI	007511528	HABITAR-BRASIL	60.000,00
TOTAL GERAL ==>				9.331.549,00

ANEXO C - Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988

Direito a Cidade e a Moradia

Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

ANEXO D - Decreto nº 3296/05 atribui competência á Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, para analisar e liberar o fornecimento de água potável e energia elétrica às residências unifamiliares irregularmente construídas.

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 74, inciso III e IV c/c os arts. 99, VI e VII; 100 e 114, todos da Lei Orgânica Municipal, e os termos da decisão judicial proferida nos autos nº 161/89 – Ação Cominatória de Obrigação de Não Fazer, e, ainda Considerando que a água potável e a energia elétrica são bens indispensáveis à qualidade de vida da família, na era moderna, o primeiro, inclusive, essencial à vida; Considerando que situações já consolidadas ultrapassam ao mero interesse individual do cidadão, adentrando ao palco do interesse coletivo; Considerando a competência constitucional que consagra ao Município a autonomia para resolver seus problemas locais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuída à Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, competência para analisar e liberar o fornecimento de água potável e energia elétrica às edificações residenciais unifamiliares irregularmente construídas, deste que comprovadas as seguintes condições:

- a) - estejam locadas em Zoneamento permitido pelo Plano Diretor da cidade;
- b) - a legitimidade da posse do interessado;
- c) - a consolidação da edificação anterior ao mês de dezembro de 2004;
- d) - esteja a edificação servida de arruamento que obedeça as normas do Plano Diretor;
- e) - esteja a edificação servida por coleta e tratamento de esgoto sanitário eficaz;
- f) - esteja o terreno e respectiva edificação cadastrados para efeitos de lançamento do IPUF, aqui incluindo, no mínimo, o lançamento do exercício de 2004.

Parágrafo único - para os efeitos do cumprimento da letra “f” do item anterior, os imóveis ainda não cadastrados poderão fazê-lo no ato do pedido de ligação de água potável e/ou energia elétrica, sendo obrigatório, todavia, o lançamento no mínimo retroativo ao exercício de 2004, na forma de lei.

Art. 2º - Fica delegada ao Senhor Secretário Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, a competência para conceder as licenças de acordo

com o estabelecido no artigo 1º deste decreto, bem como para gestionar junto a CASAN e CELESC a melhor forma de operacionalizar estas ligações.

Art. 3º - A comprovação das exigências previstas no artigo 1º deste Decreto será de exclusiva responsabilidade do interessado, sendo de responsabilidade da SUSP sua efetiva constatação.

Art. 4º - O ato administrativo de liberação da ligação de água potável e/ou energia elétrica na forma prevista nesta Resolução não terá efeitos para considerar regularizada a edificação.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

DOE - 18.03.05. Florianópolis, em 15 de março de 2005.

Dário Elias Berger, Prefeito Municipal.

ANEXO E - Decreto nº 1966/03 altera o artigo 48 do Decreto nº 135/77 a Prefeita Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, conferidas pela lei orgânica do município de florianópolis, resolve:

Art. 1º O artigo 48 do decreto nº 135/77 passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48 – A Prefeitura Municipal de Florianópolis não expedirá alvará para construir, demolir, reconstruir, reformar ou ampliar construções em terrenos que não estejam cadastrados junto ao Cadastro Imobiliário Municipal, servidos por via pública oficial, providos de rede de energia com a iluminação pública, sistema de abastecimento de água efetuada pelas concessionárias, coleta de resíduos sólidos efetuada pela municipalidade e, para o caso de loteamento regularmente aprovados, quando ainda não tenham as obras de infra-estrutura sido vistoriadas e entregues ao município pelo Loteador, ao menos em toda extensão do respectivo logradouro.”

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

DOE - 07.08.03. Florianópolis, aos de agosto de 2003.

Angela Regina Heinzen Amin Helou, Prefeita Municipal.

ANEXO F - Lei nº 6893/2005 Cria o Parque Urbano do Morro da Cruz e dá outras providências.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
GERÊNCIA DE DIGITAÇÃO

Faço saber a todos os habitantes do município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o “Parque Urbano do Morro da Cruz”, conforme o mapa anexo na escala 1:5.000, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. No prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar de sua criação o Poder Executivo Municipal fará a delimitação final do Parque em escala 1:2.000 e elaborará o respectivo Plano de Manejo.

Art. 2º Os objetivos da criação do Parque são:

I - preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e pelas características morfológicas de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;

II - aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, lazer e recreação;

III - promover a recuperação da cobertura vegetal típica da região onde se fizer necessária;

IV - dotar a área de equipamentos de lazer, de usos comunitários e turísticos;

V - promover a intervenção na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), atual ARP-0;

VI - assegurar a manutenção das características naturais do Morro da Cruz no cenário urbano de Florianópolis.

Art. 3º Aplicam-se ao Parque Urbano do Morro da Cruz todas as disposições pertinentes contidas nas legislações federal, estadual e municipal.

Art. 4º Caberá a FLORAM a gestão técnico-administrativa e operacional do Parque, fiscalizando o cumprimento do disposto na legislação em vigor, podendo aplicar autos de infração e penalidades compatíveis.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – 09/12/2005. Florianópolis, aos 08 de dezembro de 2005.

Dário Elias Berger, Prefeito Municipal.

ANEXO G - Lei Complementar nº 207, de 20 de dezembro de 2005.altera em caráter emergencial o plano diretor do distrito sede no Maciço do Morro da Cruz e dá outras providências.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Ficam incluídas nas Áreas Especiais previstas nos arts. 25 da Lei nº 2.193 de 1985 e 25 da Lei Complementar nº 001 de 1997 as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS).

§ 1º As ZEIS são áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor.

§ 2º As ZEIS só poderão ser demarcadas por Lei Complementar específica nas áreas de ocupação consolidadas em data anterior ao último levantamento aerofotogramétrico oficial de áreas carentes, nas quais predominarem as seguintes condições:

I - famílias com renda inferior a 3 (três) salários mínimos;

II - uso residencial;

III - existência de habitações rústicas e/ou improvisadas, com baixa qualidade dos materiais construtivos utilizados e inadequação e improvisação dos usos dos cômodos;

IV - existência de moradias com adensamento habitacional excessivo caracterizado pela superpopulação dos dormitórios e pela coabitação;

V - predominância de ocupações irregulares caracterizadas pelos loteamentos clandestinos e áreas de invasões;

VI - precariedade nas redes de infra-estrutura urbana e comunitária;

VII - situadas fora da zona costeira definida pelo Decreto Federal nº 5.300 de 2004;

VIII - não localizadas sobre áreas destinadas a sistema viária ou equipamentos urbanos e comunitários (ACI, AVL, AVV, AST, ASE) previstas no Plano Diretor.

§ 3º As ocupações em áreas de APPs só poderão ser regularizadas através de sua adequação legal.

§ 4º Nas ocupações em áreas de risco geológico e em áreas insalubres, a regularização só poderão ocorrer quando houver possibilidade de medidas corretivas cabíveis.

§ 5º Para implantação das ZEIS previstas nesta Lei, o Município poderá adotar o instrumento do parcelamento do solo, nos termos da Lei

Municipal nº 1.215 de 1974 e da Lei Federal nº 6.766 de 1974, vedado o amembramento ou junção de lotes que resulte em área privada superior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

§ 6º As ZEIS são também Áreas de Urbanização Específica, podendo ser sujeitas, no todo ou em partes, a Planos de Urbanização Específica nos termos da Lei Complementar nº 001 de 1997, os quais deverão incluir, além do disposto na legislação vigente:

- I - definição das fontes de recursos;
- II - forma de integração dos órgãos envolvidos;
- III - programa de geração de emprego e renda;
- IV - programa de ações sociais;
- V - programa de educação ambiental.

§ 7º As edificações ou lotes de padrão normal existentes no interior das ZEIS não poderão se beneficiar das normas especiais previstas para as ZEIS, nem isenta os proprietários das penas e sanções previstas na legislação vigente.

Art. 2º Ficam definidas em caráter emergencial como ZEIS as localidades do Morro da Cruz, demarcadas no mapa anexo em escala 1:5.000, situadas nas UEPs 2 (Agrônômica), 3 (Morro da Cruz), 4 (José Mendes), 6 (Trindade Norte), 7 (Trindade Sul) e 8 (Saco dos Limões), instituídas pela Lei Complementar nº 001 de 1997.

§ 1º A demarcação dessas áreas em caráter emergencial obedece às delimitações fornecidas pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, devendo ser alterada quando a mesma dispuser de diagnósticos físico-ambientais, análises urbanísticas e fundiárias, ou perfis sócio-econômicos da população local.

§ 2º Poderão ser incorporadas às ZEIS áreas contíguas necessárias à recolocação de habitações ou implantação de equipamentos comunitários.

Art. 3º Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo fica autorizado a promover projetos de regularização fundiária e urbanística e de edificações, nos termos da legislação específica de cada ZEIS.

§ 1º Os projetos de regularização fundiária e urbanística deverão prever acessibilidade para pedestres e veículos de segurança; delimitar parques e APPs por vias ou ciclovias; fazer reconhecimento oficial de logradouro e numeração de imóveis; e propiciar a integração das comunidades carentes com os bairros do entorno e com a cidade.

§ 2º As edificações situadas em áreas de risco ou no interior da poligonal do Parque do Morro da Cruz poderão ser relocadas pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.

Art. 4º Nas ZEIS do Morro, o Poder Executivo implantará os seguintes equipamentos comunitários quando inexistentes ou insuficientes na respectiva UEP:

- I - praça;
- II - posto policial;
- III - posto de saúde;
- IV - centro social;
- V - creche;
- VI - educação infantil;
- VII - educação fundamental;
- VIII - restaurante popular; e/ou
- IX - equipamentos de lazer.

Parágrafo único. Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo implantará ou gestionará a implantação dos seguintes programas:

- I - pavimentação;
- II - abastecimento de água;
- III - esgotamento sanitário;
- IV - drenagem urbana;
- V - coleta de lixo;
- VI - transporte coletivo;
- VII - telecomunicações;
- VIII - iluminação pública;
- IX - recuperação ambiental;
- X - saúde pública.

Art. 4º Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo implantará os seguintes equipamentos comunitários quando inexistentes ou insuficientes na respectiva UEP:

- I - praça;
- II - posto policial;
- III - posto de saúde;
- IV - centro social;
- V - creche;
- VI - educação infantil;
- VII - educação fundamental;
- VIII - restaurante popular;
- IX - equipamentos de lazer.

§ 1º Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo implantará ou gestionará a implantação dos seguintes programas:

- I - pavimentação;
- II - abastecimento de água;
- III - esgotamento sanitário;
- IV - drenagem urbana;
- V - coleta de lixo;
- VI - transporte coletivo;
- VII - telecomunicações;
- VIII - iluminação pública;
- IX - recuperação ambiental;
- X - saúde pública.

§ 2º Na implantação dos equipamentos comunitários relacionados no art. 4º, desta Lei Complementar, os parâmetros urbanísticos serão definidos pelo Órgão Municipal de Planejamento, observados os limites de ocupação mais adequados às áreas circunvizinhas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 277/2007)

Art. 5º Após a aprovação desta Lei, o Poder Executivo assumirá o compromisso de exercer fiscalização para coibir novas ocupações ou ocupações em desacordo com os projetos de regularização ou Planos de Urbanização Específica, adotando processos sumários na notificação e penalização dos infratores.

Art. 6º Para cada ZEIS, será criado um comitê composto por técnicos municipais e representantes da comunidade para o acompanhamento da elaboração e gestão dos projetos de regularização, dos Planos de Urbanização Específica e das recolocações casos sejam necessárias.

§ 1º Poderão ser convidados especialistas, a critério dos comitês, para assessorarem nos projetos de cada uma das ZEIS.

§ 2º Os comitês deverão se reunir, anualmente, sob a coordenação da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, com o objetivo de avaliar as etapas de implantação do projeto de intervenção nas ZEIS.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no que se fizer necessário no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 20 de dezembro de 2005.

Dário Elias Berguer, Prefeito Municipal.

ANEXO H - Legislação específica para Áreas de Interesse Social. A primeira legislação criando normatização específica para Áreas de Interesse Social foi a Lei Complementar 195/2005, para a AIS Chico Mendes, determinando limites de ocupação, como mostrado abaixo:



Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Art. 2º Os limites de ocupação a serem adotados na área objeto desta Lei obedecerão ao disposto na tabela do anexo IV, e o zoneamento de usos obedecerá às normas da ARP-0.

Parágrafo Único - Será permitida uma variação de até 5% nas taxas de ocupação e índice de aproveitamento quando os terrenos tiverem área inferior a 30,00 m² (trinta metros quadrados) ou profundidade inferior a 10,00 (dez) metros.

Art. 3º Os afastamentos mínimos das edificações serão de:

I - Afastamento frontal de 1,00 m (hum metro);

II - Afastamento lateral e de fundos igual a 1/5 (um quinto) da altura da edificação, com o mínimo de 1,50 m (hum metro e cinquenta centímetros).

§ 1º As edificações com até três pavimentos que não possuem aberturas de iluminação e ventilação nas fachadas laterais poderão ser dispensadas dos respectivos afastamentos.

§ 2º Excetuam-se do afastamento frontal previsto neste artigo, as edificações situadas nos trechos das vias SCC-8 e PC-4 (2) incluídas neste projeto, as quais seguem os afastamentos definidos no anexo VI.

Art. 4º As edificações que sofrerem reformas ou modificações que ultrapassem a 60% (sessenta por cento) da área atualmente existente deverão adaptar-se às normas desta lei complementar.

Art. 5º As normas desta lei complementar só poderão ser utilizadas por órgãos públicos para a regularização de áreas carentes já existentes, não se admitindo, em nenhuma hipótese sua utilização para criação de novos parcelamentos do solo.

Art. 6º As características técnicas operacionais das vias locais delimitadas por esta lei complementar obedecerão ao projeto de Urbanização Específica Chico Mendes, desenvolvido pela Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental.

No ano de 2007, três novas AIS foram normatizadas através de Lei Específica sendo:

Lei complementar 275/07 – AIS Panaia; Lei Complementar 276/07 – AIS Fabiano de Cristo; Lei Complementar 279/07 – AIS Boa Vista;

Criação de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social no Maciço Morro da Cruz – Lei Complementar nº207/2005

As primeiras ZEIS criadas em Florianópolis, foram estabelecidas pela Lei Complementar nº 207/2005 e localizam-se no Maciço Morro da Cruz. A lei determina como ZEIS “áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor”, sendo que sua demarcação deve ser realizada através de Lei Complementar específica nas áreas consolidadas, considerando o último levantamento aerofotogramétrico oficial de áreas carentes, nas quais predominem as seguintes condições:

- ✓ famílias com renda inferior a 3 (três) salários mínimos;
- ✓ uso residencial;
- ✓ existência de habitações rústicas e/ou improvisadas, com baixa qualidade dos materiais construtivos utilizados e inadequação e improvisação dos usos dos cômodos;
- ✓ existência de moradias com adensamento habitacional excessivo caracterizado pela superpopulação dos dormitórios e pela coabitação;
- ✓ predominância de ocupações irregulares caracterizadas pelos loteamentos clandestinos e áreas de invasões;

- ✓ precariedade nas redes de infra-estrutura urbana e comunitária; situadas fora da zona costeira definida pelo Decreto Federal nº 5.300 de 2004;
- ✓ não localizadas sobre áreas destinadas a sistema viária ou equipamentos urbanos e comunitários (ACI, AVL, AVV, AST, ASE) previstas no Plano Diretor.
- ✓ Foram instituídas 17 ZEIS, na qual o Poder Executivo fica autorizado a promover projetos de regularização fundiária e urbanística e de edificações, estabelecido que: As ocupações em áreas de APPs só poderão ser regularizadas através de sua adequação legal.
- ✓ Nas ocupações em áreas de risco geológico e em áreas insalubres, a regularização só poderá ocorrer quando houver possibilidade de medidas corretivas cabíveis.
- ✓ Possibilidade de adoção do instrumento do parcelamento do solo, nos termos da Lei Municipal nº 1.215 de 1974 e da Lei Federal nº 6.766 de 1974, vedado o amembramento ou junção de lotes que resulte em área privada superior a 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).
- ✓ As ZEIS são também Áreas de Urbanização Específica, podendo ser sujeitas, no todo ou em partes, a Planos de Urbanização Específica nos termos da Lei Complementar nº 1 de 1997, os quais deverão incluir, além do disposto na legislação vigente: definição das fontes de recursos; forma de integração dos órgãos envolvidos; programa de geração de emprego e renda; programa de ações sociais; programa de educação ambiental.

Apesar da existência desta legislação, falta a determinação de parâmetros urbanísticos especiais para a ZEIS, para a regularização fundiária das áreas.

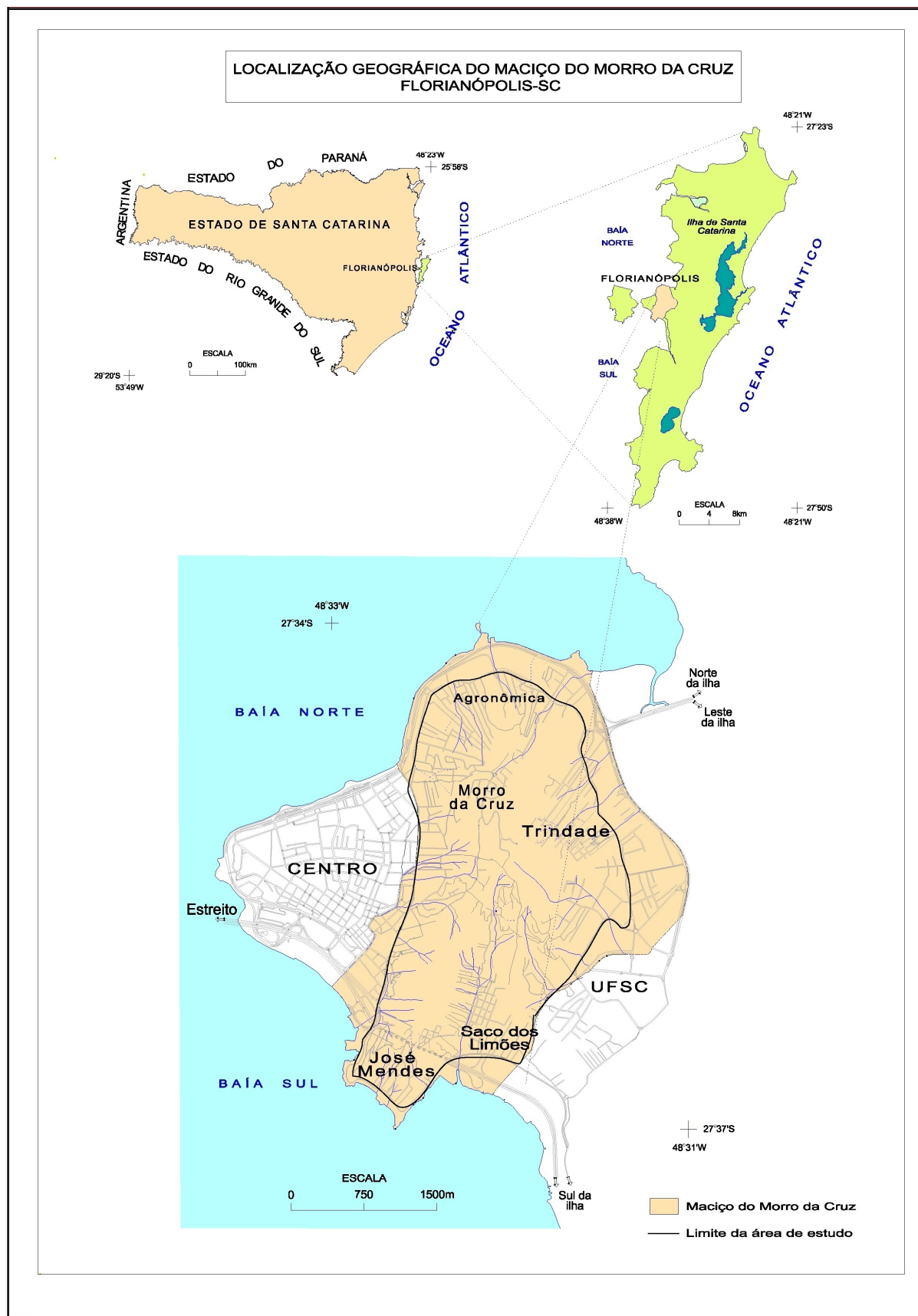


Figura 1: Localização geográfica do Maciço do Morro da Cruz. Fonte: Levantamento aerofotogramétrico do aglomerado urbano de Florianópolis. Esc. 1:10000, PMF, 1979. Ortofotocarta do município de Florianópolis, Escala 1:5000, IPUF/Aerocnsult, 2002. Produzido no Lab. de Geoprocessamento do Departamento de Geociências da UFSC. Modificado por Thiago Henrique de Castro.

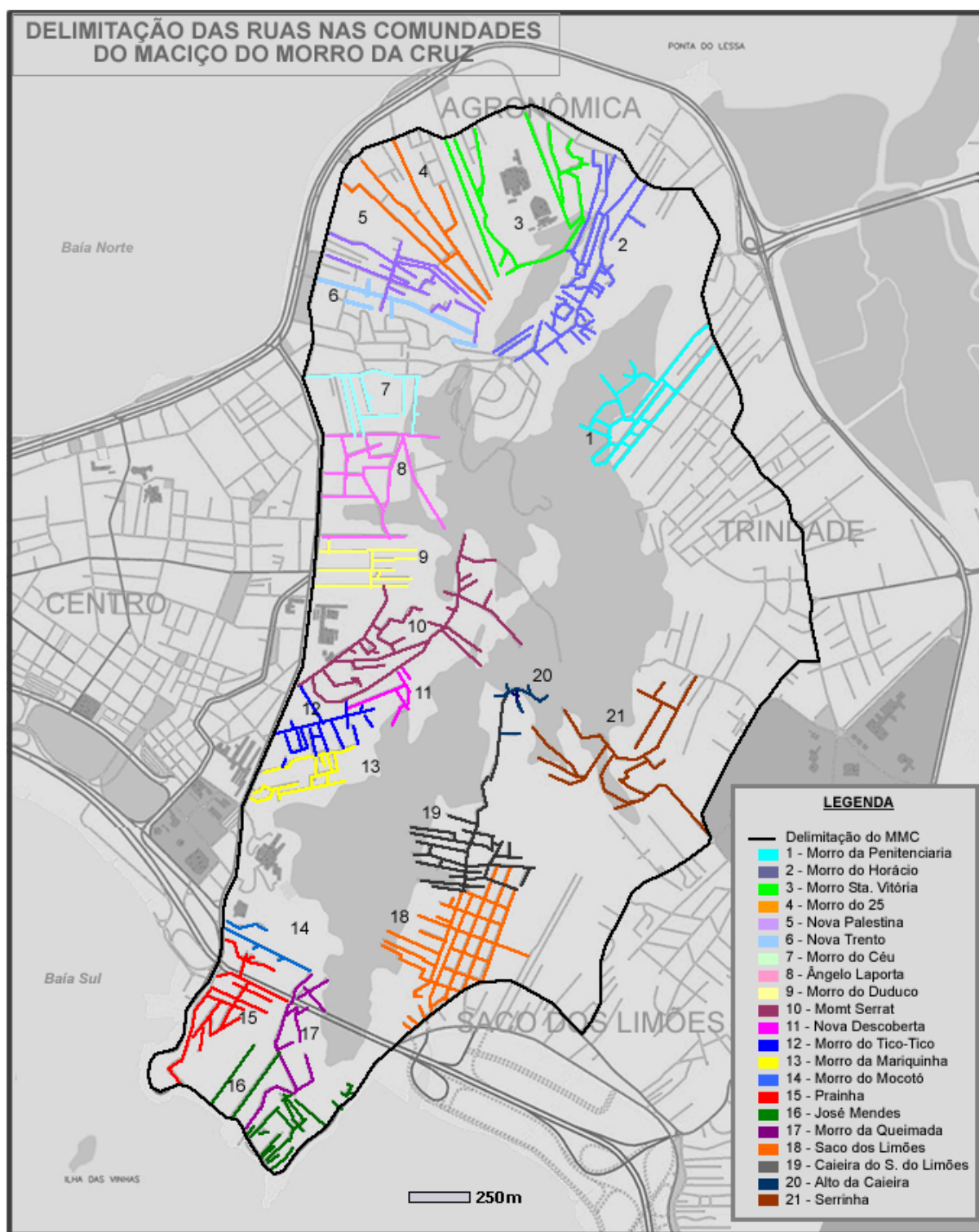


Figura 2: Comunidades do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis, conforme reconhecimento dos próprios moradores. Fonte: Henning, 2007, p. 35

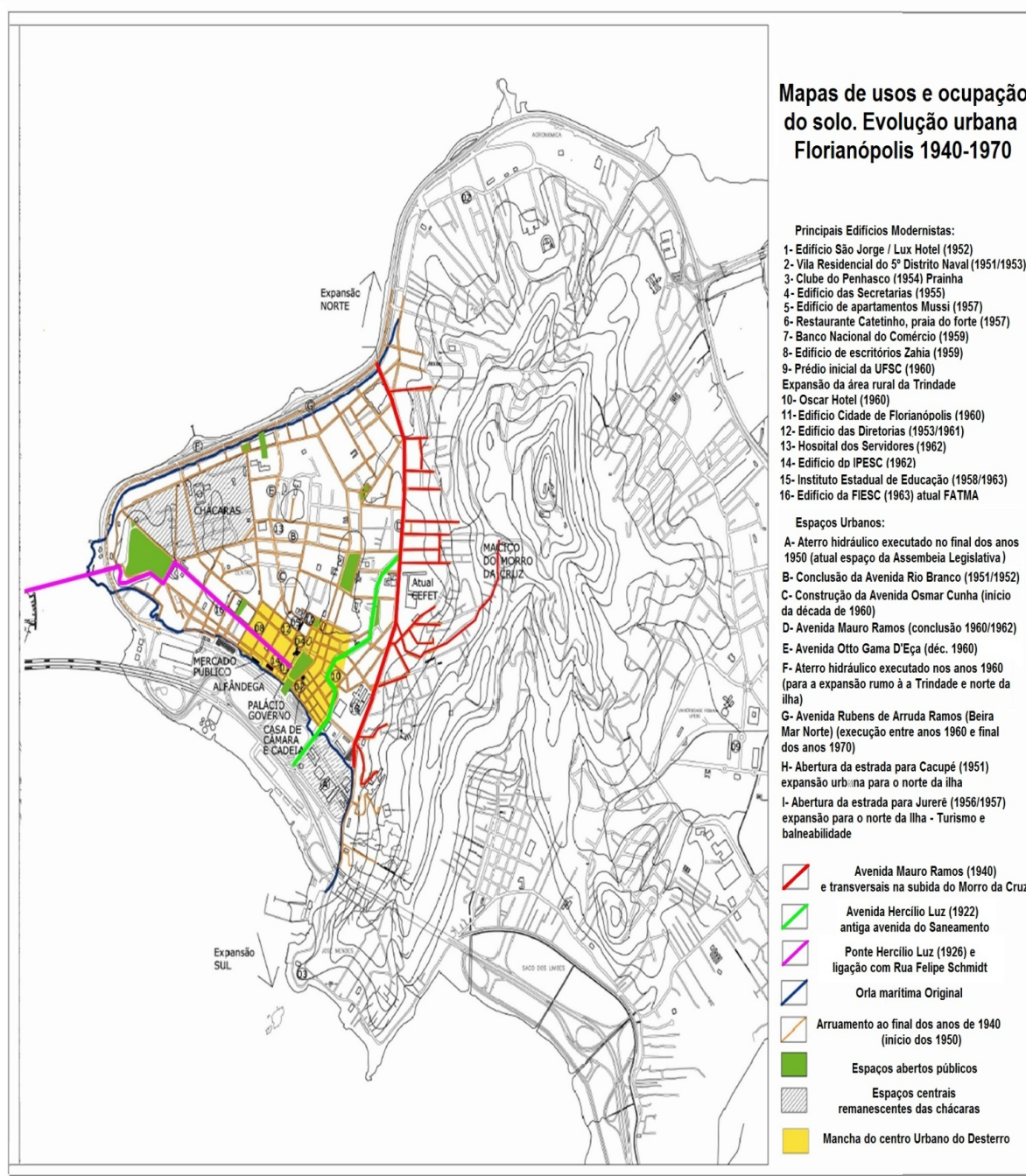


Figura 56: Aspectos da evolução urbana de Florianópolis, com localização das principais avenidas, do centro urbano e da Ponte Hercílio Luz.
 Fonte: Mapa base IPUF. In: TEIXEIRA, 2009, p. 353. Modificado por Luciano Henning e Thiago H. C. Silva, 2012.

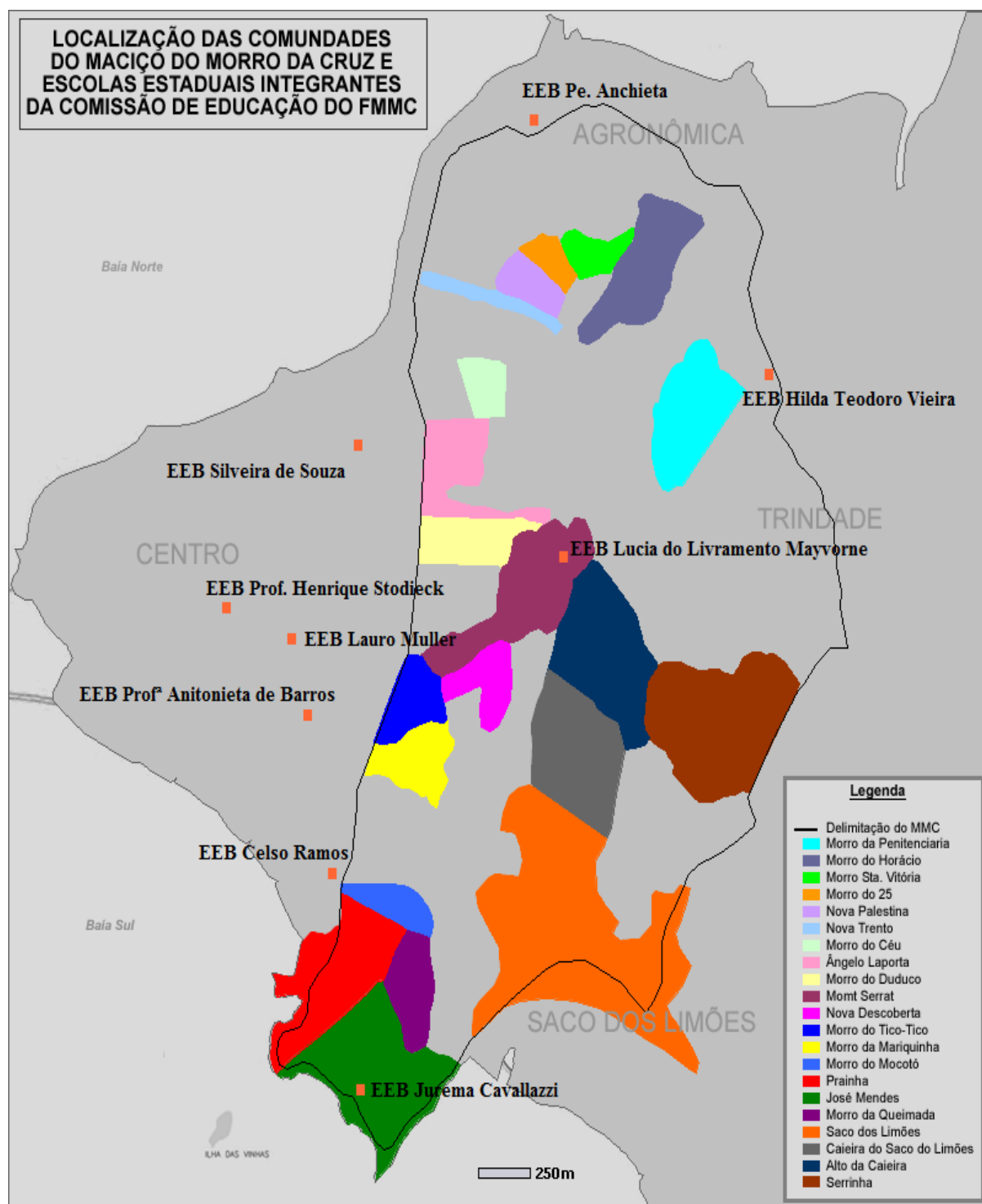


Figura 69: Localização das comunidades do Maciço do Morro da Cruz e escolas estaduais integrantes da comissão de educação do FMMC.
Fonte: Henning, 2007.

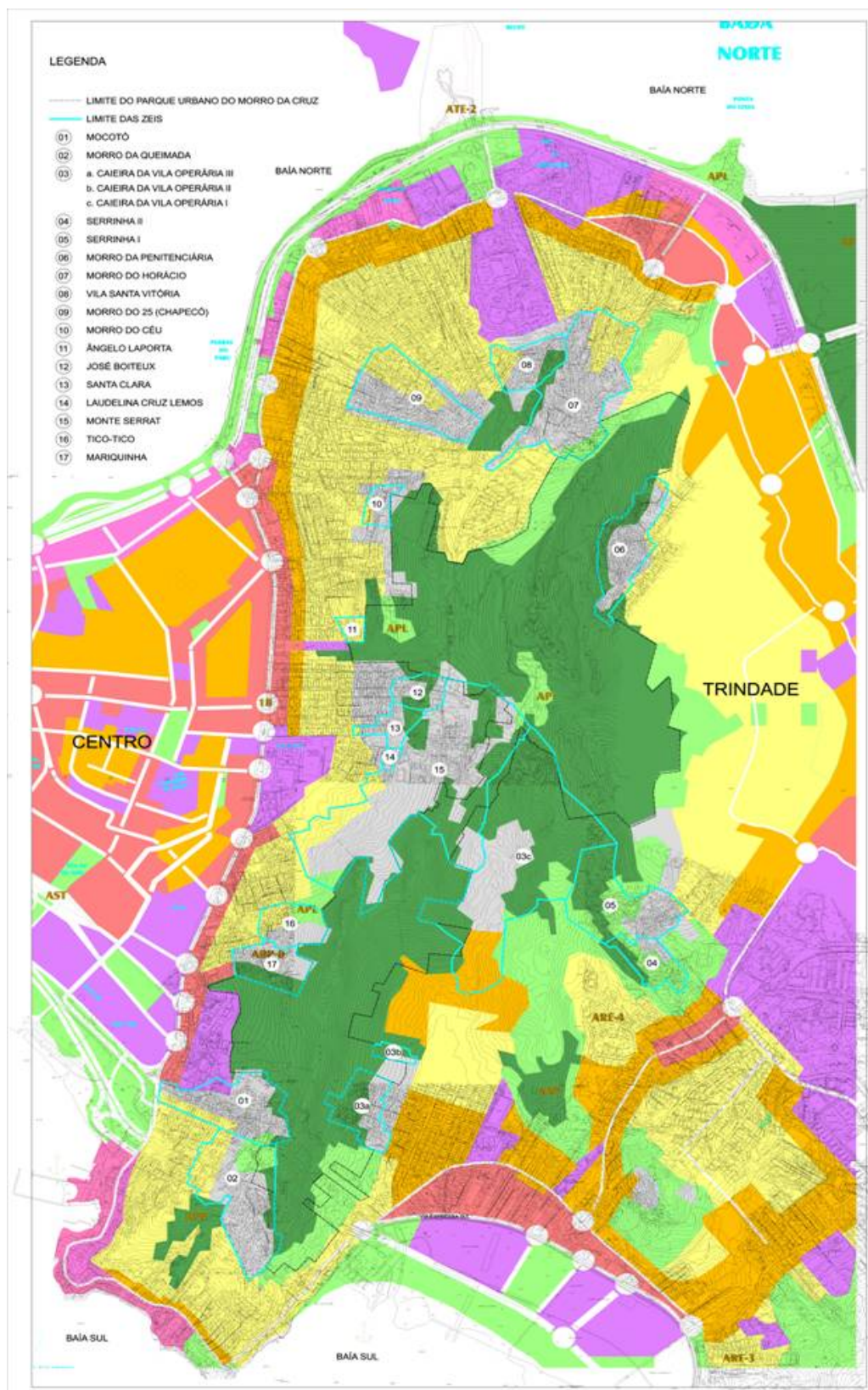


Figura 76: Delimitação das comunidades no MMC gravadas como ZEIS (delimitadas por linhas verde azuladas e com número preto em círculos brancos).
 Fonte: PMF/SMHSA (2008b) Obs.: a área identificada com o número (2) corresponde à área (1) da legenda, ou seja, os Morros da Queimada e Jagatá.

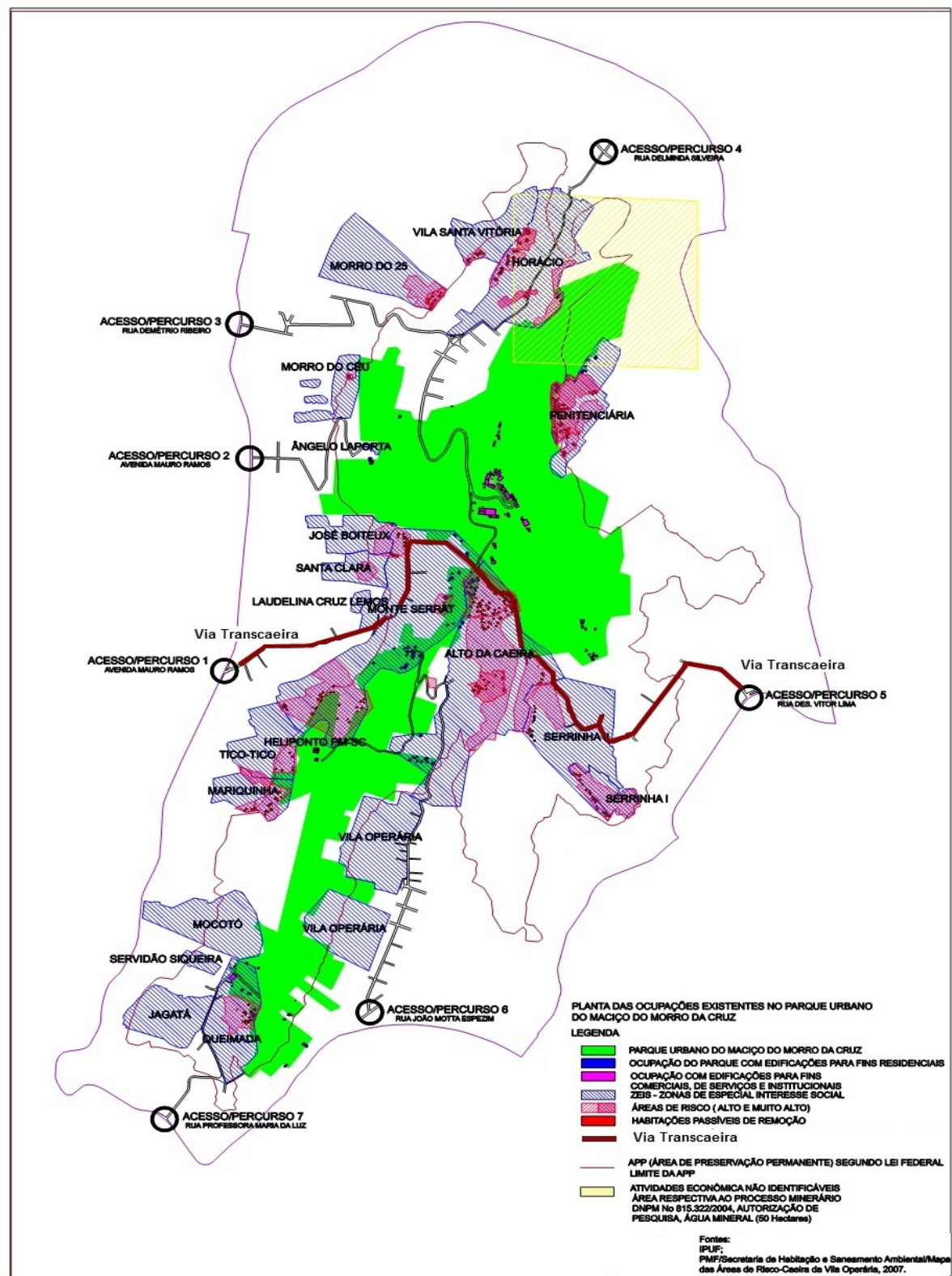


Figura 81: Planta das ocupações existentes no Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz. Locação de habitações em áreas de risco alto e muito alto indicadas. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Contrato nº 286/FMIS/2008. Encarte 3: Análise do Parque Natural do Morro da Cruz. Iguatemi, Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda., maio de 2009, 160p.